



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL - PROPUR

MARILEI ELISABETE PIANA GIORDANI

**POR TRÁS DOS PARREIRAIS: EMBATES DA PAISAGEM CULTURAL VINÍCOLA
E A URBANIZAÇÃO - VALE DOS VINHEDOS | BENTO GONÇALVES | RS**

Porto Alegre, RS

2013

MARILEI ELISABETE PIANA GIORDANI

**POR TRÁS DOS PARREIRAIS: EMBATES DA PAISAGEM CULTURAL VINÍCOLA
E A URBANIZAÇÃO - VALE DOS VINHEDOS | BENTO GONÇALVES | RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª Célia Ferraz de Souza

Porto Alegre, RS

2013

CIP - Catalogação na Publicação

PIANA GIORDANI, MARILEI ELISABETE
POR TRÁS DOS PARREIRAIS: EMBATES DA PAISAGEM
CULTURAL VINÍCOLA E A URBANIZAÇÃO - VALE DOS
VINHEDOS | BENTO GONÇALVES | RS / MARILEI ELISABETE
PIANA GIORDANI. -- 2013.
250 f.

Orientadora: CELIA FERRAZ DE SOUZA.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. PAISAGEM CULTURAL VINICOLA. 2. IDENTIDADE
CULTURAL. 3. TERRITÓRIO CERTIFICADO. 4. URBANIZAÇÃO.
5. MODIFICAÇÕES DA PAISAGEM. I. FERRAZ DE SOUZA,
CELIA, orient. II. Título.

MARILEI ELISABETE PIANA GIORDANI

**POR TRÁS DOS PARREIRAIS: EMBATES DA PAISAGEM CULTURAL VINÍCOLA
E A URBANIZAÇÃO - VALE DOS VINHEDOS | BENTO GONÇALVES | RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 03 de outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vladimir Benincasa
UNESP (DAUP-FAAC-UNESP) – SP

Prof. Dr. Henrique Pessoa dos Santos
EMBRAPA Uva e Vinho- UFRGS

Prof^a Dr^a Maria Soares de Almeida
PROPUR- UFRGS

Orientadora e Presidente da Banca:
Prof^a Dr^a Célia Ferraz de Souza

Aos meus pais, **Avelino e Leda**,
que sempre incentivaram meus
estudos com zelo e dedicação e,
nessa jornada, me acompanharam em
forma de luz. No meu imaginário,
desde a infância, estão as receitas e
as histórias familiares do vinho, nunca
esquecidas, e que hoje voltam à tona.
Minha gratidão, minha sempre
saúde.

Aos meus amores **Edgar e Lucas**: sem
incentivo diário de vocês e entendimento
de minhas ausências eu não teria
chegado até aqui.
Um brinde ao amor, à vida e às videiras
que sempre nos emocionaram.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir o Mestrado, quero agradecer a TODAS as pessoas, até às que anonimamente fizeram parte de meu caminho. Um tempo de intenso, grande e profícuo aprendizado, de inquietudes, grandes compartilhamentos e novas amizades. Sou imensamente grata a todos os que me auxiliaram a chegar até aqui.

Em especial, agradeço à orientadora, minha querida Prof^a Dr^a Célia Ferraz de Souza, por aceitar o desafio de empreendermos juntas esta viagem pelos parreirais. Através de sua experiência e conhecimento, foi possível encontrar o melhor caminho para ser seguido. Foi um prazer compartilhar as reuniões com os demais orientandos, a troca de experiências e também os encontros festivos. Sua orientação, as correções precisas e entendimento foram fundamentais para que eu conseguisse transformar o sentimento pelos territórios vinícolas e pelas raízes culturais no trabalho que se apresenta. Meu imenso agradecimento.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS, a todos os professores, por viabilizarem esta fase de conhecimento e crescimento profissional. Agradeço às professoras que fizeram parte da qualificação: Eva Samios, Maria S. de Almeida e Livia T. S. Piccinini, e aos funcionários, por sua atenção e disponibilidade.

Aos professores da Banca, Vladimir Benincasa, Henrique Pessoa dos Santos e Maria Soares de Almeida, obrigada por aceitarem o convite para dividir seus conhecimentos, neste momento maior de minha dissertação.

Aos companheiros do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural, de onde surgiu o incentivo para o Mestrado; aos arquitetos Carmen Nunes e Roberto Bechstedt, pelo incentivo constante; à antropóloga e colega de PROPUR Rossanna Prado, pela troca frequente de preocupações, as revisões infundáveis e a troca de ideias e descobertas. Meu imenso agradecimento a todos os que, desde os tempos do Curso, sempre me acolheram também em suas casas e redescobrimos juntos o apreço pela defesa de nosso patrimônio cultural.

A todos os colegas da turma 2011 – PROPUR, aos colegas de orientação da Prof^a Célia: João P. Schwerz, Daniel Tochetto, André Huyer, Marina Cañas Martins, Inês Martina Lersch, Vladimir F. Stello, pelo auxílio para encontrar meu caminho, pelo material de estudo, pelas discussões e preocupações compartilhadas.

Em Bento Gonçalves e no Vale dos Vinhedos, a todos os que abriram sua casa, seu coração e recordações para que fosse possível reconstituir a evolução dos parreirais e sua história, porque muito não está escrito.

Dou destaque especial a meu sogro, Elya Paulo Giordani, e a seu filho, ENUC Giordani, que nos deixaram no decorrer do Mestrado, mas muito me auxiliaram a reconstruir esta história, que fazia parte do apreço de seus valores culturais.

Agradeço pelo acesso, a presteza e a gentileza das informações e dados fornecidos pela APROVALE, seu presidente Rogério Valduga, funcionários e associados entrevistados; ao IBRAVIN, aos pesquisadores da EMBRAPA Uva e Vinho Jorge Tonietto, Loiva Melo, Gildo A. da Silva, Henrique P. dos Santos; a Denise, do CIC–BG; ao IFRS–BG; a Gilberto Salvador da EMATER–BG, à Cooperativa Vinícola Aurora. Aos colegas arquitetos do IPURB, Sub Prefeitura do Vale dos Vinhedos, ao Arquivo Histórico Municipal, à Biblioteca Pública Municipal, Museu do Imigrante. Ao fotógrafo Raoli Majola, a Janete Nodari, Gertrudes Zanchetti, Angelica L. I. Brandalise do SEBRAE–RS, e ao Batalhão Ferroviário de Bento Gonçalves, Werner Schumacher.

Da Itália, agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Elio Trusiani, da Sapienza, Università di Roma, que gentilmente reuniu e enviou vários livros solicitados para o maior entendimento na pesquisa das paisagens vinícolas. De Pedersano – Villa Lagarina; a Carlo Giordani, Mariano Giordani Tiziano Bianchi, Gabriele Mattedi e a todos os que auxiliaram com informações, além do convite para apresentar a dissertação na Villa Lagarina em outubro de 2013, no SKYWINE, na celebração dos territórios ligados através da cultura vinícola. No ano de 2009, em preparação para a pesquisa, agradecimentos a Andrea Zaggia, de Vicenza, por auxiliar no acesso à biblioteca La Vigna e por compartilhar a história e as riquezas vinícolas da região do Vêneto, a Antônio Luís Picoli, que me acolheu em Conegliano – Treviso e me levou pelas estradas del Vino Bianco. A tutti: grazie dal cuore.

Aos meus amigos, pelo incentivo constante. Nos mais simples gestos me incentivaram a seguir na jornada. Vocês foram muito importantes! Obrigada.

Ao Edgar, meu companheiro de todas as horas, por dividir com carinho e serenidade as aflições e as infundáveis horas de pesquisa, por compartilhar seus estudos e o contato com professores e pesquisadores de Viticultura e Enologia, auxiliando-me no melhor entendimento da cultura inserida na produção vinícola, conduzindo-me pelos parreirais e transmitindo seus conhecimentos, até a compreensão das degustações, sensações e aromas do vinho.

A todos os vinhateiros que, com suas
mãos hábeis e trabalho diário, constroem
a paisagem cultural, permitindo a
transmissão da história e o fascínio da
elaboração de vinhos.

RESUMO

A paisagem vinícola é a expressão do trabalho do homem sobre o território, no qual imprime sua identidade cultural e marca a fixação de sua história ao longo do tempo. O objetivo desta pesquisa é investigar as modificações de uma paisagem historicamente produtiva localizada em um território vinícola certificado, o Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, RS, e seu gradativo processo de transformação. O estudo analisa esse processo, mostrando como a urbanização crescente, determinada pela também crescente valorização da terra, tem conduzido a uma grande perda dos valores culturais do território. Sob a luz da história, é discutido todo o percurso da transformação da paisagem, que vai da plantação dos primeiros parreirais, com a chegada dos imigrantes italianos à região, o surgimento dos primeiros núcleos urbanos até a recente urbanização, que passa a agregar um novo valor ao território. Esta transformação vem colocando em risco um legado de anos de história, na construção dessa paisagem singular. Estabelecer um sinal de alerta quanto ao problema é mais um dos objetivos aqui traçados.

Palavras-chave: Paisagem Cultural Vinícola. Identidade Cultural. Território Certificado. Urbanização. Modificações da Paisagem.

ABSTRACT

The landscape that results from wine-producing activities is the expression of human work upon a territory, where man prints his cultural identity and retains his history throughout time. The aim of this research is to investigate the changes in a historically producing landscape, placed in a certified wine-producing territory, “Vale dos Vinhedos” (Vineyards Valley) – Bento Gonçalves, RS and its gradual transformation process. This case study analyses this process showing how the increasing urbanization, determined by the also increasing land value, brings about a remarkable loss of cultural values of this same territory. In the light of History, the whole route of landscape transformation is discussed. This route begins when the first vines are planted during the Italian immigrants’ arrival to the region, continues with the initial urban settlements and reaches the current urbanization process, which sets new land value standards to the analyzed territory. This current transformation has been threatening years of historic legacy developed during the formation of this unique landscape. Alerting to this problem is also one of the objectives here focused.

Key words: Wine-producing landscape. Cultural identity. Certified territory. Urbanization. Landscape changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Bento Gonçalves e o distrito do Vale dos Vinhedos	19
Figuras 2 e 3 - Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos - e Roteiro de Turismo dos Caminhos de Pedra - Distrito de São Pedro	19
Figuras 4 e 5 - Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale das Antas – Distrito de Tuiuty e Rota das Cantinas Históricas - Distrito de Faria Lemos	20
Figura 6 - Situação e localização de Bento Gonçalves, do Vale dos Vinhedos na parcela no município e abrangência nos municípios vizinhos de Garibaldi e Monte Belo do Sul	22
Figuras 7 a 9 - Paisagem Cultural Saint Emilion	58
Figuras 10 a 13 - Paisagem Cultural Washau	59
Figuras 14 a 16 - Região do Alto Douro	60
Figura 17 - Região do Alto Douro 2	60
Figuras 18 a 22 - Paisagem Cultural de Tokaj	62
Figura 23 a 26 - Paisagem Cultural Ilha do Pico	63
Figuras 27 a 30 - Paisagem Cultural Lavaux	64
Figura 31 - Região da Itália, denominada região do <i>Prosecco Superiore</i>	66
Figura 32 - Colinas vinícolas de Conegliano e Valdobbiadene	66
Figura 33 - Localização das regiões italianas com maior fluxo de emigrantes vindo para a Serra Gaúcha	70
Figura 34 - Núcleos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul - Umberto Ancarini, 1905	71
Figura 35 - Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul	72
Figura 36 - Localização da Província Autônoma de Trento no Norte da Itália e da Villa Lagarina, com a situação e localização de Pedersano	73
Figura 37 - Demarcação de Villa Lagarina durante o Império Lombardo (séc. V ao VII)	74
Figura 38 - Mapa Pedersano, 1860	75
Figura 39 - Vale Lagarino e seus vinhedos, em 1786, na visão de Goethe	76
Figura 40 - Formas de condução e sustentação das videiras xilogravuras (séc. XVI e XVII)	78
Figura 41 - Plantio vinícola na Itália, consorciado com tutores vivos (árvores)	79
Figura 42 - Pérgola trentina presente no atual território trentino	80
Figura 43 - Pérgola trentina simples, do território trentino atual	80
Figura 44 - Pérgola trentina dupla	81
Figura 45 - Adubação das videiras sob a pérgola trentina, em torno de 1900 -1910 na Villa Lagarina	81
Figura 46 - Pergola trentina na Villa Lagarina 2013	82
Figura 47 - A divisão das colônias italianas na Região de Bento Gonçalves - em destaque a Linha Leopoldina e os primeiros lotes	83
Figura 48 - Produção vinícola em torno da década de 1930, em Bento Gonçalves	88

Figuras 49 a 51 - Arquitetura habitacional de madeira, pedra e tijolos no Vale dos Vinhedos	90
Figuras 52 a 55 - Arquitetura das cantinas no Vale dos Vinhedos	90
Figuras 56 a 58 - Arquitetura religiosa - capelas e capitéis, e arquitetura de cemitérios	91
Figura 59 - Festejos de inauguração do Largo da Cruzinha em 1926	92
Figura 60 - A principal rua da cidade, Rua Marechal Deodoro, provavelmente na década de 1880	93
Figura 61 - Igreja Santo Antônio, 1923	94
Figura 62 - Inauguração da Prefeitura Municipal em 20 de setembro de 1902	95
Figura 63 - Colheita da uva com utilização de cestas de vime em torno da década de 1960	97
Figuras 64 e 65 - Capela das Neves (A Capela do Vinho)	101
Figura 66 - A entrega da produção de casulos para a fabricação da seda em torno da década de 1950 - Bento Gonçalves	104
Figura 67 - Interior de Bento Gonçalves, em torno da década de 1960	104
Figura 68 - Sistema de condução da videira em latada, especificando postes e fios	107
Figura 69 - Vale dos Vinhedos - Vinhedos centenários das comunidades da Capela das Almas e Capela Nossa Senhora do Rosário de Pompeia.	108
Figura 70 - Inserção dos cordões primário e secundário de arame metálico, inseridos no do caule do plátano para a sustentação da videira (tutores vivos)	109
Figura 71 - Divisão de lotes utilizando os plátanos (tutores vivos) – Vale dos Vinhedos	110
Figura 72 - Desenho na paisagem através da utilização dos plátanos para a sustentação dos parreirais	110
Figura 73 - Sistema de condução da videira em espaldeira e com poda mista	111
Figura 74 - Videiras plantadas com a condução em espaldeira - Vale dos Vinhedos	111
Figura 75 - Procissão na rua principal, em frente à Igreja Santo Antônio	112
Figura 76 - Construção da estrada de ferro em Bento Gonçalves (1918)	114
Figura 77 - Construção da estrada de ferro e dos túneis pelo batalhão ferroviário de Bento Gonçalves (1940)	115
Figura 78 - Área central urbanizada de Bento Gonçalves (1929)	116
Figura 79 - Comércio variado ao lado da estação ferroviária, em Bento Gonçalves (1923)	116
Figura 80 - Bento Gonçalves (1922)	117
Figura 81 - Expressão da produção vinícola em Bento Gonçalves e o bem-estar de seus produtores	118
Figura 82 - Bento Gonçalves (1912) – Inauguração do Banco Pelotense	120
Figura 83 - Nota sobre a colheita da uva depositada na Cooperativa Agrícola (1914)	120
Figura 84 - Edital de liquidação dos bens da Cooperativa Agrícola	121

Figura 85 - Desfile da Pátria com representação da Sociedade Vinícola Rio-Grandense, década de 1930	123
Figura 86 - Primeiros anos de atividade da Cooperativa Vinícola Garibaldi na década de 1930	123
Figura 87 - Cooperativa Vinícola Aurora no início de sua formação na década de 1930	124
Figura 88 - Associados da Cooperativa Vitícola Aurora (1941), em Bento Gonçalves, RS	124
Figura 89 - Centro de Bento Gonçalves em 1930 – atual Praça Walter Galassi . . .	126
Figura 90 - Área central de Bento Gonçalves em 1948	126
Figuras 91 e 92: Construção da ponte sobre o Rio das Antas (1944) e a ponte na atualidade, referenciada como cartão postal da região	129
Figura 93 - Estação de Sericultura em Bento Gonçalves (1912)	130
Figura 94 - Bento Gonçalves: vista da área central (1964)	131
Figuras 95 e 96 - Visita do Presidente Humberto Castelo Branco na primeira FENAVINHO (1967)	133
Figura 97 - I FENAVINHO (1967)	133
Figura 98 - Pipa - Pórtico de madeira na entrada da cidade de Bento Gonçalves (década de 1970)	135
Figura 99 - Área urbana de Bento Gonçalves, observando-se a verticalização na década de 1970	136
Figura 100 - Área central de Bento Gonçalves (1973)	136
Figura 101 - Demonstrativo da expansão urbana de Bento Gonçalves de 1900 a 1996	137
Figura 102 - Bento Gonçalves em crescimento urbano (1979)	138
Figura 103 - Gráfico da evolução da população de Bento Gonçalves	139
Figura 104 - Representação econômica por segmento (1970-2010)	140
Figura 105 - Representatividade do Setor de Produção e Econômico – Bento Gonçalves 2010	142
Figura 106 - Comparativo dos Municípios de Maior Produção de Uva (milhões de kg)	142
Figura 107 - Veranistas em Bento Gonçalves na década de 1920-1930	144
Figura 108 - Localização do 8º Distrito de Bento Gonçalves (1990) - Vale dos Vinhedos	145
Figura 109 - Configuração e situação do Distrito do Vale dos Vinhedos no Plano Diretor de Bento Gonçalves – Zoneamento Rural	146
Figura 110 - Indicações Geográficas de Vinhos Finos no Brasil, em destaque para as regiões do RS	151
Figura 111 - Logomarca da DO e IP do Vale dos Vinhedos	151
Figura 112 - Mapa ilustrativo do Vale dos Vinhedos da área de Bento Gonçalves	152
Figura 113 - Área Geográfica do Município de Pinto Bandeira, reconhecida com Indicação Geográfica	152

Figura 114 - Área Geográfica de Indicação de Procedência Altos Montes – Municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, RS	153
Figura 115 - Mapa de delimitação do território abrangido pela Indicação Geográfica de 2002, com as delimitações das áreas entre os Municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul	155
Figura 116 - Substituição da condução em latada por condução em espaldeira no Vale dos Vinhedos	157
Figura 117 - Localização de regiões produtoras vinícolas do RS	158
Figura 118 - Vinícolas fundadoras da APROVALE e associadas desde sua fundação - de 1995 a 2000	160
Figura 119 - Vinícolas fundadoras da APROVALE e associadas desde sua fundação, no ano de 2000 ao ano de 2010	161
Figura 120 - Vinícolas componentes da APROVALE (1995-2013), Vale dos Vinhedos - BG	162
Figura 121 - Especificações das Indicações Geográficas	163
Figura 122 - Mapa de abrangência da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos – 2012	165
Figura 123 - Rótulo e contrarrótulo constante nas garrafas de vinhos da Denominação de Origem	166
Figura 124 - Vale dos Vinhedos : tipos de plantio.	166
Figura 125 - Linha Leopoldina (décadas de 1950 e 1960) e sua produção vinícola em latada com a sustentação dos plátanos	172
Figura 126 - As alterações da mesma parcela de território, com a instalação da indústria de sucos (décadas 1970-1980) e a construção do hotel (década 2000)	172
Figura 127 - Indústria de sucos no Vale dos Vinhedos (2013)	173
Figura 128 - Indústria de sucos no Vale dos Vinhedos (2013)	173
Figura 129 - Indústria de móveis em Monte Belo do Sul	174
Figura 130 - Vinícola do Vale dos Vinhedos, BG, construída em pedra com traços de castelo medieval (década de 1990)	176
Figura 131 - Demarcação de acessos para o Vale dos Vinhedos	177
Figura 132 - Bairro Municipal - Bento Gonçalves – Acesso 2 Caminho para o Vale dos Vinhedos	178
Figura 133 - Condomínios residenciais no Vale dos Vinhedos	179
Figura 134 - Localização da área do residencial no Vale dos Vinhedos, onde se localiza o Condomínio Alto das Videiras, com localização no município de Garibaldi e acesso pelo Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves	180
Figura 135 - Muro divisor da área do condomínio e da área vizinha com cultivo de videiras	181
Figura 136 - Vista interna do condomínio, com as demarcações dos antigos parreirais pelos plátanos	181
Figura 137 - Área atual do Condomínio Alto das Videiras, em Garibaldi, com partes de antigos parreirais com os plátanos divisores e de sustentação	181
Figura 138 - Mirante para o Vale dos Vinhedos	182

Figura 139 - Localização dos condomínios no Vale dos Vinhedos	182
Figuras 140 a 142 - Publicidade no Vale dos Vinhedos e acesso ao condomínio	184
Figuras 143 e 144 - Área incluída no perímetro urbano, cf. documento na folha 277 do IC e Transposição aproximada da área da F1, para mapa do Google Earth	185
Figura 145 - Reportagem: Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP	189
Figura 146 - Exemplos de “fachadismo” - Área urbana de BG – 2013	190
Figuras 147 a 149 - Plantio em latada	199
Figura 150 - Paisagem cultural vinícola – Vale dos Vinhedos	199
Figuras 151 a 153 - Vale dos Vinhedos - Plantio em espaldeira	200
Figura 154 - Paisagem cultural vinícola – Vale dos Vinhedos	200
Figura 155 - Paisagem vinícola, Bento Gonçalves, em torno da década de 1960	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de visitantes por roteiro turístico, em destaque o Vale dos Vinhedos	20
Tabela 2 - Produção agrícola	100
Tabela 3 - Resumo do Capítulo “O processo de ocupação do território, entre o povoamento e a criação da paisagem dos vinhedos, de 1875 a 1930”	125
Tabela 4 - Bento Gonçalves – desenvolvimento comercial e industrial	127
Tabela 5 - Evolução da População de Bento Gonçalves	139
Tabela 6 - Representação econômica por segmento do Município de Bento Gonçalves	140
Tabela 7 - Síntese do crescimento urbano e regional (1940 a 1990)	143

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ENTRE A TEORIA E A REALIDADE - A QUESTÃO DA PAISAGEM	
CULTURAL E SUA PROTEÇÃO	30
2.1 PAISAGEM CULTURAL: CONCEITUAÇÃO, PROTEÇÃO E IDENTIDADE	30
2.2 O VINHO COMO IDENTIDADE DE UM TERRITÓRIO	52
2.3 PAISAGENS VINÍCOLAS CULTURAIS RECONHECIDAS PELA UNESCO	54
2.3.1 Saint Emilion - França	56
2.3.2 Wachau - Austria	58
2.3.3 Alto Douro – Portugal	59
2.3.4 Tokaj – Hungria	61
2.3.5 Ilha do Pico – Açores, Portugal	62
2.3.6 Lavaux – Suíça	63
2.3.7 Conegliano – Valdobbiadene, Itália	65
3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO	
COM O VINHO	68
3.1 DOS PARREIRAIS À ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE - RS	68
3.2 O VINHO: DA VILLA LAGARINA, NA ITÁLIA, À LINHA LEOPOLDINA, NO	
RIO GRANDE DO SUL	73
3.3 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM VINÍCOLA NA LINHA LEOPOLDINA	83
3.4 O CULTIVO VINÍCOLA NO BRASIL APÓS A IMIGRAÇÃO ITALIANA	86
3.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO NO VALE DOS VINHEDOS ...	89
4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, ENTRE O POVOAMENTO	
E A CRIAÇÃO DA PAISAGEM DOS VINHEDOS, DE 1875 A 1940	92
4.1 DA FORMAÇÃO DA PAISAGEM	106
4.2 A ECONOMIA VINÍCOLA E A ESTRADA DE FERRO (1910 -1930)	112
4.3 O ASSOCIATIVISMO E AS COOPERATIVAS VINÍCOLAS	119
5 O CRESCIMENTO URBANO E REGIONAL (1940 A 1970)	126
5.1 A MUDANÇA ECONÔMICA DO VINHO PARA O SETOR MOVELEIRO E	
METALOMECÂNICO	127
5.2 AS MODIFICAÇÕES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO	140

6 O VALE DOS VINHEDOS: DA CERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO À	
URBANIZAÇÃO INVASIVA (1990-2010)	144
6.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CERTIFICADO E AS MODIFICAÇÕES	144
6.2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	147
6.2.1 Indicação Geográfica de Território Vinícola	150
6.3 A CERTIFICAÇÃO DO VALE DOS VINHEDOS	154
6.3.1 A busca da Indicação Geográfica	154
6.3.2 A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV) - 2012	164
6.4 A CONDUÇÃO DAS VIDEIRAS, SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM	
VINÍCOLA E AS CERTIFICAÇÕES DO VALE DOS VINHEDOS	167
6.5 ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES NO USO DO SOLO DO TERRITÓRIO	
CERTIFICADO	170
6.5.1 Os Condomínios no Vale dos Vinhedos	178
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS	208
ANEXOS	224

1 INTRODUÇÃO

As marcas significativas deixadas pelo homem sobre a paisagem no território rural, construídas a partir do amor à terra e através do cultivo da videira, transformaram e deram novas formas às encostas e aos vales. Falar de áreas vinícolas no Rio Grande do Sul remete às primeiras comunidades fundadas por imigrantes italianos há mais de 135 anos na Serra Gaúcha. Um território singular que, através do tempo, se solidificou como referência vinícola brasileira.

A construção dos lugares vinícolas perpassa o trabalho braçal, mas se forma a partir da simbiose entre o homem, a videira e o território. Nele, estão impressos elementos identitários e culturais, construídos de acordo com a necessidade de produzir e habitar. Seus núcleos urbanos expressam um legado cultural que conta a história no seu tempo e estão sujeitos a processos de modificações contemporâneos ocasionados por diversos fatores, entre eles a expansão urbana, que avança sobre áreas produtivas do território¹.

O tema que esta dissertação se propõe a investigar e discutir aborda as modificações da paisagem vinícola e a conseqüente perda de valores culturais² em decorrência da urbanização do território, que coloca em risco anos de história na construção de uma paisagem singular. Neste trabalho, entende-se por urbanização o processo que vem transformando áreas rurais em áreas urbanas, seja provocado por força da lei (Plano Diretor), por expansão natural ou, ainda, por ocupação e invasão.

Diferente de outros estudos que partem da expansão urbana para o ambiente rural, avaliando a criação de zonas periféricas e a transformação do espaço urbano, este trabalho parte do rural e se volta para o urbano, com a finalidade de avaliar os avanços urbanos que vêm provocando as transformações da paisagem rural.

¹ De acordo com Paul Claval (O território na transição da pós-modernidade. **Géographies et Cultures n.20**. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. Paris: L'Harmattan, 1996, p.12): "O território serve como uma base para sentimentos de identidade de diversos modos. A transição para a pós-modernidade desafia as forças por trás de identidades tradicionais, que induzem a uma busca de identificação para objetos ou paisagens."

² Cf. Giulio Carlo Argan (**História da Arte como história da cidade**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.13), faz-se uma diferenciação entre coisas e valores: "[...] pode-se ter uma preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, comprá-las [...] ou se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e se transmite, se reconhece e se usufrui."

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as modificações de uma paisagem historicamente produtiva e o gradativo processo de urbanização, que vem crescendo em função da valorização econômica, também de sua paisagem. O estudo pretende compreender esses processos que modificam significativamente a paisagem e a própria cidade, que podem representar as modificações do território em seus aspectos positivos e negativos, servindo de alerta ao município e seu planejamento. Neste sentido, busca-se identificar as causas da atual urbanização da paisagem vinícola, objeto de análise, que se estabelecem a partir de sua certificação e de suas consequências.

Como objetivos específicos da presente pesquisa, colocam-se:

1- Entender os diversos valores contidos na paisagem vinícola, desde seu princípio, através da evolução urbana e regional, e suas relações com outras regiões mais distantes.

2- Identificar as tendências atuais (de uso e ocupação do solo) como inserções que modificam o caráter da região (desvirtuando a herança cultural).

3- Investigar as consequências dessas transformações e seus reflexos na paisagem.

O Vale dos Vinhedos, objeto de estudo da dissertação, está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bento Gonçalves, na Encosta Superior do Nordeste – Serra Gaúcha. O município, que tem uma altitude de 620 metros acima do nível do mar, conhecido como a Capital Brasileira do Vinho, é um dos 65 municípios brasileiros indutores de turismo³ por seu referencial de território vinícola, sua história e sua memória.

³ Outorgado pelo Ministério do Turismo brasileiro - 65 municípios brasileiros indutores de turismo, sendo três municípios no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves: BRASIL. Ministério do Turismo. **65 municípios brasileiros indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Figura 1 - Localização de Bento Gonçalves e o distrito do Vale dos Vinhedos



Fonte: Com base no IBGE (2013).

O município é formado por quatro distritos – Vale dos Vinhedos, São Pedro, Vale das Antas e Faria Lemos –, todos envolvidos com o cultivo de videiras e frutas e com rotas turísticas desenvolvidas no município com maior ênfase nos últimos 30 anos. O Distrito do Vale dos Vinhedos (fig. 2.) é reconhecido como o maior produtor vinícola do município. No Distrito de São Pedro (fig. 3), a produção vinícola é em menor quantidade e produção agrícola é mais diversificada. Os Distritos de Tuiuty (fig. 4) e Faria Lemos (fig. 5) também possuem sua produção vinícola e as respectivas rotas de turismo.

Figuras 2 e 3 - Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos - e Roteiro de Turismo dos Caminhos de Pedra – Distrito de São Pedro



Fonte: Turismo Bento (2013).

Figuras 4 e 5 - Roteiros de Turismo de Bento Gonçalves: Vale das Antas – Distrito de Tuiuty e Rota das Cantinas Históricas – Distrito de Faria Lemos



Fonte: Turismo Bento (2013).

Os roteiros turísticos promovem a visitação de um número significativo de visitantes, são organizados e qualificados e contribuem para a manutenção do patrimônio cultural. Conforme demonstra a Tabela 1 referindo-se ao número de visitantes nos anos de 2004 a 2009, o Vale dos Vinhedos é hoje o roteiro mais visitado de Bento Gonçalves.

Tabela 1 - Número de visitantes por roteiro turístico, em destaque o Vale dos Vinhedos

Número de visitantes por roteiro turístico / Number of visitors by tour						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Coop. Vinícola Aurora	159.573	147.575	142.185	133.933	142.750	135.703
Assoc. Vale do Rio das Antas	5.000	12.800	24.500	38.500	48.000	56.000
Caminhos de Pedra	51.097	48.300	42.777	47.974	54.190	49.132
Aprovale - Vale dos Vinhedos	102.000	115.737	105.617	120.962	153.779	182.229
Vinhos da Montanha – Pinto Bandeira	-	2.102	1.890	2.119	1.869	2.900
Postos de Informação Bento Gonçalves* / Information centers	35.434	45.991	45.609	56.130	39.646	49.190

Fonte: Recursos... (2010, p.93).

O recorte espacial deste trabalho abarca a área do Vale dos Vinhedos que pertence ao município de Bento Gonçalves, em razão de ser o local em que se inicia o processo de formação da Área Geográfica⁴ do Vale dos Vinhedos. Além das características peculiares da paisagem vinícola, neste município encontra-se a maior parcela do Vale dos Vinhedos, com maior valorização e visibilidade frente às demais áreas vinícolas da região e do Brasil. É necessário entender essa paisagem, que representa a história da imigração, com marcas significativas presentes também na formação da cidade, para se estabelecer uma relação direta entre o rural e o urbano, ainda que se observe uma tendência cada vez maior de urbanização no Brasil.

Embora se faça uma abordagem ampla, que abrange todos os períodos da evolução urbana e regional, por ser uma história rica e de vários aspectos pertinentes ao estudo, a análise temporal da pesquisa centra-se no período de 1990, quando foi criado o 8º Distrito de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos, até 2010, compreendendo um período de 20 anos, isso devido às alterações mais recentes ocorridas no território que ocasionaram modificações em sua paisagem.

A primeira Certificação da Área Geográfica Vale dos Vinhedos (fig. 6), obtida em 2002 com a *Indicação de Procedência*⁵ (IG) pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)⁶, que ocorreu com vistas a valorizar a produção vinícola, trouxe consigo a especulação imobiliária que vem transformando áreas rurais em áreas urbanas. A certificação tem obtido reconhecimento no Brasil e no exterior por seus referenciais de produção vinícola.

No ano de 2010 foi solicitada ao mesmo Instituto a *Denominação de Origem* (DO), concedida em 2012.

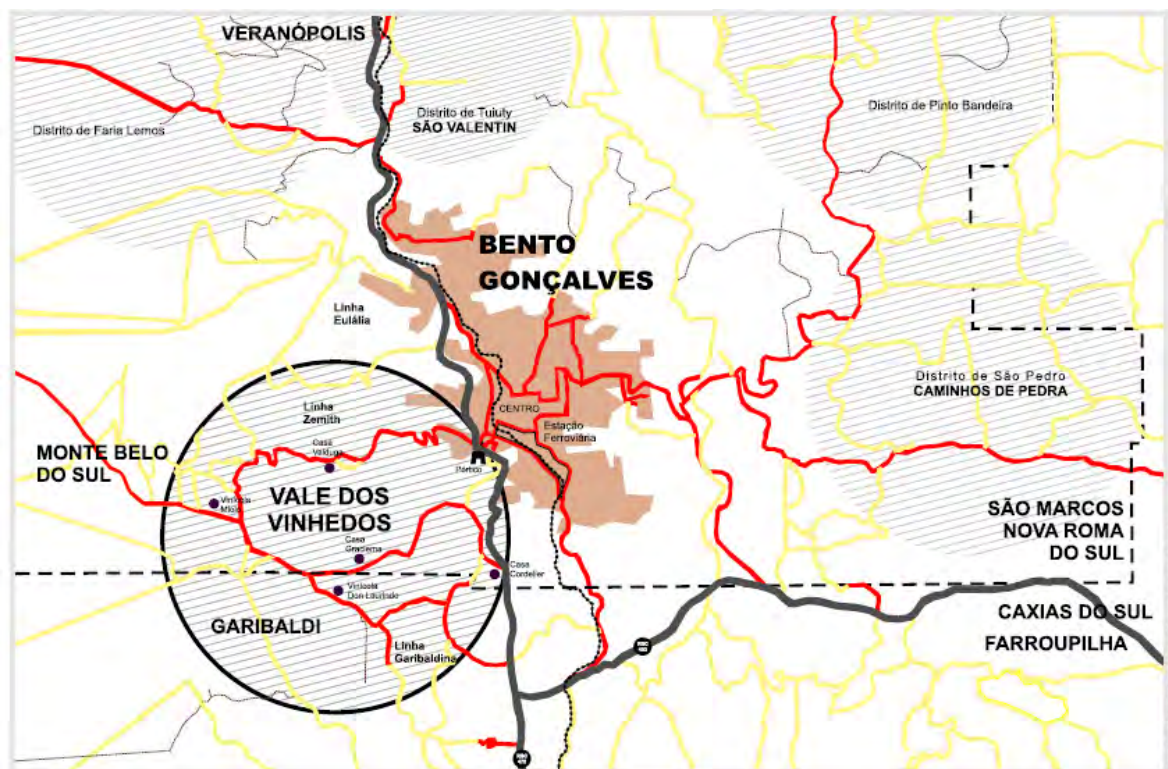
⁴ **Área Geográfica:** Essa área, definida pela autora, é o Vale dos Vinhedos, criada a partir da busca da Certificação do Território Vinícola, a qual engloba parte dos três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, que veremos no decurso da pesquisa suas respectivas percentagens de território. Essa Área Geográfica não é o mesmo que 8º Distrito Vale dos Vinhedos do Município de Bento Gonçalves; ela é mais ampla, pois abarca parte dos municípios limítrofes.

⁵ “A Certificação diz respeito à Indicação de Procedência concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concede a **Indicação de Procedência e Denominação de Origem**, a qual é a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto a origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais.” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Indicação de Procedência**. 2002. Disponível em: <<http://www5.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2011).








⁶ A solicitação de reconhecimento foi efetuada em 6 de julho de 2000, e sua concessão, em 22 de novembro de 2002.

Ao mesmo tempo em que o território é certificado, o último reconhecimento sinaliza a necessidade de manutenção de seu Patrimônio Cultural, que é ampliada, devido à aprovação do Projeto de Lei nº 44/2012, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 29 de junho de 2012, no qual o Vale dos Vinhedos é declarado Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o território passa a ter maior compromisso em manter e preservar seu legado cultural e histórico.

Figura 6 - Situação e localização de Bento Gonçalves, do Vale dos Vinhedos na parcela no município e abrangência nos municípios vizinhos de Garibaldi e Monte Belo do Sul



CONVENÇÕES:

-  Estradas Não Pavimentadas
-  Estradas Pavimentadas Secundárias
-  Estradas Pavimentadas Principais
-  Trilha / Caminho
-  Via Férrea
-  Área Urbana
-  Limite de Município

Fonte: Baseado em Atua Serra (2012).

Os imigrantes reproduziram na área estudada o estreito vínculo entre os homens e suas videiras, que desde os primórdios da humanidade esteve presente na formação do território e na produção vinícola. Esse território foi construído a partir da cultura dos imigrantes italianos, que trouxeram o prazer pelo cultivo vinícola, traduzindo uma relação⁷ atual entre o território e o homem que o produz.

O Vale dos Vinhedos continua mantendo larga relação de tecnologia e troca de conhecimento científico da produção vinícola com a Itália. Esse contexto da formação de um território singular, com referências culturais⁸, é portador de aspectos singulares na construção da paisagem, das formas de ocupação e uso do solo, que fazem parte da formação dos territórios vinícolas brasileiros.

A partir de 1932, com a retomada das Cooperativas Vinícolas, intensificou-se a produção vinícola, que foi transformada não só em legado familiar, mas em um fator econômico relevante. Diversas famílias trentinas que chegaram em 1876 e adquiriram suas terras na mesma data, até hoje estão presentes no Vale dos Vinhedos e mantêm a viticultura como principal e única atividade econômica familiar. Isso propicia uma notoriedade cada vez maior ao território e a sua produção, com o surgimento de grandes, médias e pequenas vinícolas familiares nos últimos 80 anos.

A crise econômica ocorrida na principal cooperativa vinícola do Município de Bento Gonçalves, RS na década de 1980 impulsionou o surgimento de diversas vinícolas familiares no Vale dos Vinhedos e em seu entorno. Pouco a pouco, esse território deixou de ser estritamente produtor de matéria-prima a partir do crescimento das vinícolas, o que trouxe o incremento do valor econômico do vinho e

⁷ De acordo com Tattarini (Prefácio. In: CALÒ, Antonio et al. **Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione**: Manuale del Sommelier. São Paulo: Globo, 2004): "O vinho tem uma história [...] A capacidade de extrair lembranças, e conseguir transportar através do tempo estas sensações quase intactas [...] constitui o segredo de uma longevidade que continua a intrigar uma sociedade que parece ter perdido a noção do tempo. É justamente essa dimensão temporal que o vinho nos possibilita resgatar. Trata-se afinal de um produto singular, uma vez que reúne em si todos os elementos culturais da sociedade moderna: natureza e história, biologia e cultura, tradição e inovação, técnica e mito. [...] Na Itália atual, o vinho não se resume a um "produto de consumo". Muito mais que isto, representa uma parte vigorosa da história, da cultura e do patrimônio do país, razão pela qual merece um compatível esforço de proteção e valorização."

⁸ Conforme Cecília Londres (Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais**: INRC 2000. Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Iphan, 2000. Disponível em: <<http://www.iphan.or.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013), a expressão "Referência Cultural" tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica da cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais.

de todas as novidades que fazem parte do território. As transformações fazem-se notar na paisagem, colocando em risco a preservação dos elementos e valores construídos há mais de um século.

O estudo levanta as transformações e a descaracterização embutidas no desenvolvimento dentro do binômio Região x Cidade, ocasionando também modificações na paisagem construída. A indústria do vinho no território em estudo, com a Certificação através do INPI, distinguiu-se perante as demais regiões vinícolas do país, reforçando seu significado e sua importância. A certificação é um selo de garantia de qualidade dos produtos, sendo esse o único Território Vinícola Certificado do Brasil e da América Latina com Indicação de Procedência⁹ e Denominação de Origem. Existem apenas dois territórios vinícolas com o Selo de Indicação Geográfica reconhecidos pela União Europeia fora dela mesma: o Napa Valley, nos Estados Unidos da América do Norte, e o Vale dos Vinhedos, no Brasil.

O desenvolvimento e o progresso de Bento Gonçalves vêm crescendo e se expandindo sobre as áreas rurais. O atual Plano Diretor do município também contempla uma legislação específica que abrange a área rural, mas não tem conseguido barrar o processo de modificações. Deste modo, o Vale dos Vinhedos está comprometido com vários desvios de uso do solo, e dentre os mais graves estão as áreas industriais e áreas destinadas a condomínios residenciais fechados, tipicamente urbanos, instalados em área rural, que fazem uso da paisagem vinícola como atrativo de venda. O Vale dos Vinhedos enquanto Área Geográfica de cujo território fazem parte os municípios Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, não possui uma legislação em comum que direcione os processos de uso e ocupação do solo, ficando a cargo de cada administração municipal determinar o sistema de ocupação. É importante, ainda, mostrar o valor da região e todo o seu potencial turístico e econômico para a própria população e para as autoridades locais, estaduais e nacionais, a fim de se criar uma conscientização social.

⁹ Cf. a NR 5, a Certificação diz respeito à Indicação de Procedência concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concede a **Indicação de Procedência e Denominação de Origem**, a qual é a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto a origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Indicação de Procedência**. 2002. Disponível em: <<http://www5.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2011).

A abordagem da formação do território vinícola também salienta a necessidade de desenvolvimento dos laços de pertencimento, de reconhecimento da identidade e da história, por parte da população, para com seu Patrimônio Cultural¹⁰ com o objetivo de proteção e preservação. Esse patrimônio é assim definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹¹:

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade deste povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar. Trata-se de cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (esculturas e quadros), e de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo.

Sob a luz da história cultural¹², da paisagem construída à urbanização crescente e recente, há um longo percurso para ser discutido no momento em que a paisagem passa a ser um fator de agregação de valor do território. O processo de urbanização progressiva vem dando lugar à especulação imobiliária, à transformação do território vinícola em sua essência, de sua arquitetura aos valores culturais que formam sua identidade. Ou seja, a forma como a urbanização pode levar um território a perder sua paisagem em sua essência. Esta é a grande questão.

O processo de urbanização produz modificações, alterando os valores culturais expressos na arquitetura, na língua falada, no artesanato, na gastronomia e nos saberes e fazeres relacionados à elaboração dos vinhos, e este conjunto de fatores forma a identidade do território.

Além dos valores culturais presentes, o Vale dos Vinhedos depende do território produtivo para manter sua Certificação. Para tanto, necessita de áreas de plantio que não devem ser abarcadas pela expansão urbana e especulação imobiliária, pois elas colocam em risco um legado cultural construído e produtivo.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília: Gráfica Brasil, 2007.

¹¹ Ibidem.

¹² Para Roger Chartier (**A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p.16): “A História Cultural [...] tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real [...]. As representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam.”

Neste sentido, o problema da pesquisa levanta a seguinte questão: Quais são as causas e as consequências da urbanização na paisagem vinícola do Vale dos Vinhedos?

O Vale dos Vinhedos possui duas variáveis claras e confrontantes: de um lado, a paisagem vinícola de um território certificado, e de outro, a urbanização crescente. Esta paisagem foi construída a partir do trabalho do homem, refletindo sua identidade e resultando em um Território Vinícola Certificado. A urbanização crescente que avança sobre esse território ameaça e modifica substancialmente a paisagem, os usos do solo e coloca em risco seus valores culturais¹³, que foram construídos ao longo de mais de um século.

A pesquisa levanta a hipótese de que, para poder manter os valores culturais que identificam o território rural, é preciso direcionar e/ou conter a urbanização crescente e mantê-la sob controle. No caso da região onde se concentra a produção vinícola, a preservação das práticas e dos saberes só será possível se forem afastadas as possíveis perdas de território produtivo.

Se houver uma crescente conscientização acerca do problema, através de estudos, da história e do conhecimento da região, será possível criar instrumentos capazes de deter o processo de urbanização da paisagem vinícola do Vale dos Vinhedos. Assim, os valores culturais poderão ser conhecidos e mantidos e será conservada a memória e a identidade local. Caso contrário, sua destruição é premente. Valores culturais, uma vez destruídos, não podem mais ser reproduzidos.

A metodologia do trabalho buscou abordar as particularidades e os aspectos do território, compondo uma base de dados local e regional, além de uma busca exploratória de referências em outros territórios vinícolas mundiais certificados. A base de dados é necessária para analisar as práticas coletivas, técnicas construtivas e culturais que resultam em um território singular por sua certificação.

¹³ Cf. Cunha (*apud* LONDRES, Cecília. **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p.52): “Assim, na literatura antropológica, especialmente na antropologia cultural, **valor** significa ou designa os padrões culturais compartilhados por uma determinada sociedade. São padrões culturais que nos permitem comparar e julgar uma relação, seja esta moral, estética, simbólica ou cognitiva, dos objetos e atitudes, desejos e necessidades. [...] Mas como identificar o que a sociedade designa como seus **valores culturais**? O que faz com que uma manifestação cultural, seja de que natureza for, adquira um valor? A princípio, poderíamos dizer que é a participação na cultura, como um complexo unitário. Tudo aquilo que é introduzido nesse complexo, que fortaleça a sua unidade, a sua integração e consequentemente a sua identidade, constitui um **bem cultural**, tangível ao qual a sociedade atribui um valor.” (grifo nosso)

Para tanto, foi necessário um levantamento de dados *in loco*: nos órgãos municipais, como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB), a Sub Prefeitura do Vale dos Vinhedos, a Secretaria de Agricultura, a Biblioteca Pública Municipal - Arquivo Histórico e o Museu do Imigrante; nas entidades ligadas à pesquisa, como a EMBRAPA Uva e Vinho, o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), o Instituto Federal de Educação (IFRSBG), o Centro de Indústria e Comércio de Bento Gonçalves (CIC BG); e também em entidades locais do Vale dos Vinhedos, como a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE).

Uma busca exploratória foi efetuada na Itália em 2009, na Região de Conegliano e Valdobbiadene, território italiano com Denominação de Origem local, da produção do vinho espumante Prosecco. Ali foi observado o processo de Certificação do território - Denominação de Origem - obtido em 1º de agosto de 2009 em seus aspectos mais relevantes da identidade do território. Também neste ano foi realizada uma busca científica na Biblioteca Internazionale La Vigna¹⁴, localizada na cidade de Vicenza, Itália. É um Instituto Cultural e de documentação especializado no setor de estudos da agricultura e na cultura e civilização do mundo agrícola. Fundada por Demétrio Zaccharia, um apaixonado pelo estudo do vinho e por toda a literatura sobre viticultura e enologia, a maior parte de seu acervo é dedicada ao cultivo da uva. Após sua morte, em 1993, todo o acervo foi deixado para a prefeitura de Vicenza, que o transformou em biblioteca de grande valor cultural e de pesquisa.

Por fim, para analisar o desenvolvimento do processo histórico e de transformação que o município atravessou, e seu relacionamento com a região, utilizou-se, de forma parcial, a metodologia desenvolvida pelas Professoras Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller em seu trabalho para Porto Alegre¹⁵. Desse modo, efetuou-se uma periodização histórica possibilitando a análise dos fatores populacional, econômico, social, político e locacional histórico, com levantamento e análise da ocupação da cidade e região.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira:

¹⁴ BIBLIOTECA INTERNAZIONALE LA VIGNA. Disponível em: <<http://www.lavigna.it>>. Acesso em: 7 jul. 2013. [tradução livre].

¹⁵ SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2007.

1 INTRODUÇÃO

Apresentação do trabalho levantando as particularidades do território em estudo, situação e localização, objeto de estudo e recorte temporal. Determinação dos objetivos, geral e específicos, e a problemática levantada em conjunto com a hipótese. A metodologia aplicada para realizar a análise foi através do levantamento de dados em seus processos de desenvolvimento, permitindo o inter-relacionamento dos fatores populacional, econômico, social, político e locacional.

2 ENTRE A TEORIA E A REALIDADE - A QUESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL E SUA PROTEÇÃO

Neste capítulo aborda-se a proteção e a conceituação da paisagem, além da formação da paisagem a partir dos elementos e valores culturais dos habitantes que a construíram e a expressão do território vinícola a partir do seu Patrimônio Cultural, que o singulariza, permitindo uma maior visualização após sua certificação. O capítulo também pretende demonstrar que a realidade nem sempre é condizente com a teoria e com os meios de preservação disponíveis da paisagem.

3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O VINHO

O capítulo trata do contexto de formação dos núcleos urbano e zona rural, a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos vindos da Região do Trento - Itália. As características desses imigrantes estão expressas no desejo da produção e na forma do plantio vinícola, construindo um território a partir de técnicas trazidas da Itália. Posteriormente, este produto, o vinho, além de ser um produto com laços de pertencimento de sua cultura trazida na bagagem, passou a ser o principal fator econômico, além da policultura agrícola. No mesmo tempo efetivou-se a organização das estruturas sociais.

4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, ENTRE O POVOAMENTO E A CRIAÇÃO DA PAISAGEM DOS VINHEDOS (DE 1875 A 1940)

Nos primeiros 20 anos da chegada dos imigrantes verificou-se a atuação sobre o território dos fatores populacionais econômicos, socioculturais, político-institucionais e administrativos de Bento Gonçalves e suas relações com a região. Esta análise permite entender o processo desde o plantio das primeiras videiras até

a fundação das cooperativas vinícolas. O vinho tornou-se o principal produto econômico, e a paisagem vinícola solidificou-se através do modo de plantio das videiras com a condução em latada.

5 O CRESCIMENTO URBANO E REGIONAL (DE 1940 A 1990)

O crescimento urbano e regional expandiu-se a partir de 1940, com o aumento da produção vinícola, ao mesmo tempo em que a indústria iniciou seu processo de diversificação, como a indústria de móveis, de metal, de mecânica, de prestação de serviços e de comércio. Na década de 1970, a verticalização da área urbana acompanhou o crescimento da indústria. Com a paisagem vinícola solidificada e buscando um novo posicionamento de seus vinhos no mercado, o setor passou por uma reestruturação até chegar à certificação do território.

6 O VALE DOS VINHEDOS, DA CERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO À URBANIZAÇÃO INVASIVA (DE 1990 A 2010)

As significativas modificações de usos do solo e os reflexos ocasionados na paisagem são verificados a partir da demarcação do Vale dos Vinhedos e da obtenção dos Selos de Certificação do território vinícola.

O capítulo pretende mostrar toda a problemática exposta no território e sua legislação vigente, a grande valorização das terras e a urbanização crescente e descontrolada, que desvirtua o caminho que deve seguir um território vinícola produtivo e certificado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

2 ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: A QUESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL E SUA PROTEÇÃO

A paisagem é a expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultante de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Carlos Fernando de Moura Delphim¹⁶

2.1 PAISAGEM CULTURAL: CONCEITUAÇÃO, PROTEÇÃO E IDENTIDADE

O elemento central de estudo desta pesquisa é a paisagem vinícola, que expressa uma realidade física contendo os fatores humanos com suas manifestações culturais e que pode merecer uma chancela¹⁷. Uma paisagem que foi construída por mais de um século, capaz de despertar sentimentos e emoções por sua singularidade, evocando pertencimentos, memória, identidade e história. No momento atual, ela pode parecer comum ou normal dentro de uma região, mas se diferencia dos demais sítios vinícolas mundiais. Nesse sentido, o referencial teórico apresentado neste capítulo quer mostrar o embasamento e a existência de leis de proteção mundiais através das cartas patrimoniais. A legislação brasileira de proteção, ainda que recente, também pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural, e neste item também se inserem as paisagens vinícolas.

Sobre como interpretar a excepcionalidade de um bem, a importância da preservação do singular construído na paisagem, Delphim¹⁸ salienta:

Uma errônea interpretação do conceito de excepcionalidade por parte de quem avalia propostas de tombamento coloca, muitas vezes, não sobre o olhar que se observa, mas sobre o objeto observado, a condição de excepcionalidade. Com isto, o que hoje pode parecer banal e corriqueiro amanhã poderá tornar-se raro e singular.

¹⁶ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (Org.). **Paisagens do Sul**: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre Bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / IPHAN: IPHAE, 2009, p.29.

¹⁷ Cf. BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (**Paisagem Cultural**. 2009, p.26. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012), “a chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente.”

¹⁸ BRAGHIROLI, *op. cit.*, p.30.

Ampliando o olhar sobre a paisagem brasileira, é importante salientar a grande repercussão mundial que o Brasil obteve em relação à valorização da paisagem cultural desde 1º de julho de 2012, no qual o Rio de Janeiro foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO¹⁹, através de sua paisagem cultural. A cidade é a primeira do mundo a conquistar esse título inserido no conceito de paisagem cultural urbana, mesclando natureza, arquitetura e urbanização. Essa ação abre precedentes também para a conscientização da necessidade de valorização e preservação das paisagens culturais em outras áreas do imenso país.

O reconhecimento das paisagens culturais por órgãos de proteção do Patrimônio Cultural mundiais permitiu, nos últimos 30 anos, referenciar e identificar territórios e regiões com singularidade e identidade próprias. Neste contexto inserem-se as paisagens culturais vinícolas. As Cartas Patrimoniais existentes foram muito importantes no sentido de orientar a preservação, devendo ser observado cada contexto em que se encontra o bem. Observa-se uma evolução das Cartas: as primeiras referenciavam os bens edificados, e as mais atuais referem-se também ao entorno, e é neste contexto que se situa a paisagem. Segundo Pesavento²⁰, “[...] a paisagem cultural, transformada em patrimônio, passa a pertencer como atributo de uma comunidade, convertendo-se em elemento identificador ou logotipo de uma região ou cidade”.

A preservação do patrimônio cultural deve ir além dos monumentos edificados, como regem os princípios da Carta de Atenas de 1933²¹ e da Carta de Veneza de 1964²², direcionando-se para a preservação da paisagem e de todas as representações que a compõem, junto com todas as demais Cartas Patrimoniais Mundiais que se seguiram até o século XXI. As paisagens vinícolas enquadram-se num olhar contemporâneo e atual, considerando o trabalho do homem na natureza.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro**. 1º jul. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades. Diferentes narrativas para o Campo do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n.34, p.405, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

²¹ ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas Patrimoniais: Cartas Internacionais. **Carta de Atenas** - CIAM - nov. 1933. Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 15 mar. 2013.

²² Idem. **Carta de Veneza** - maio 1964. Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2001.

De acordo com Bandeira de Araújo²³, a conceituação de paisagem cultural envolve discussões recentes:

Ela nos leva ao ano de 1972, quando na 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, neste ano que se lançariam os primeiros esforços para a conservação do Patrimônio Cultural e natural, frente à constatação das crescentes ameaças de destruição.

Nesse sentido, as paisagens culturais vêm merecendo cada vez mais atenção dos órgãos de proteção, tanto mundiais, como a UNESCO²⁴ com políticas de proteção desenvolvidas desde 1990, quanto de órgãos de proteção brasileiros como o IPHAN²⁵ com políticas de proteção da paisagem cultural, por estes expressarem e reunirem as referências culturais do Patrimônio Material e Imaterial. Esse reconhecimento, de acordo com Chuva²⁶, é referenciado da seguinte forma:

Originariamente lançada pela UNESCO, a categoria de paisagem cultural talvez seja hoje um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associado à noção de lugar.

Em relação ao posicionamento da UNESCO frente às paisagens culturais, Delphim²⁷ faz a seguinte referência:

Segundo a definição da UNESCO, as paisagens culturais constituem sistemas complexos que consorciavam diferentes bens e valores culturais e naturais, [...] combinação de elementos de excepcional valor [...] que reúnem obras conjuntas do homem e da natureza.

As paisagens culturais expressam o resultado da junção do território com a cultura e o trabalho do homem, formando uma representação singular. São paisagens ancoradas dentro de um território, diferenciando-o de espaço, que Corrêa

²³ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme *apud* CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Ed.UFGM / IEDS, 2009, p.29.

²⁴ Cabe chamar atenção a todas as Cartas Patrimoniais Mundiais, desde a Carta de Atenas - Sociedade das Nações, out. 1931, até a Declaração de Sofia, out. 1996. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>.

²⁵ As Cartas Patrimoniais brasileiras forneceram subsídios para a proteção e a conservação do Patrimônio Cultural.

²⁶ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n.34, p.147, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

²⁷ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (Org.). **Paisagens do Sul**: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre Bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / IPHAN: IPHAE, 2009, p.29.

e Rosendahl²⁸ o definem deste modo: “Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural.” Nesta conceituação de território dos autores pode ser enquadrado o território vinícola, formado a partir de sua cultura e identidade, expressando a diferença através da singularidade.

A proteção das paisagens brasileiras referencia-se na Carta de Bagé²⁹, ou Carta da Paisagem Cultural, datada de 18 de agosto de 2007, que sinaliza a importância da defesa das paisagens culturais brasileiras das áreas fronteiriças do Sul do Brasil, com conceitos que podem ser aplicados de modo mais amplo, em toda a área do território nacional. A conceituação da paisagem cultural fundamentada na Constituição Brasileira de 1988 (artigo 1º) “define as paisagens culturais como os mais representativos modelos de integração e articulação entre todos os diferentes bens que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro”, determinando a paisagem cultural como um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural, como referencia o artigo 3º.

A mais recente carta de proteção às paisagens culturais no Brasil é a Carta da Bodoquena³⁰, ou a Carta das Paisagens Culturais e Geoparques, elaborada em 21 de setembro de 2007, a partir de um encontro na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul, com o objetivo de definir novos mecanismos para o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização da Serra da Bodoquena e de outras paisagens análogas existentes em território nacional, incluindo os Territórios Vinícolas Certificados, que podem ser inseridos nessas conceituações de proteção e chancela da paisagem.

O Brasil vem trabalhando na conscientização da necessidade de preservação e conceituação de sua paisagem cultural por ser um país muito amplo e também com grande diversidade de paisagens.

²⁸ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2002. Vol. 3, p 36.

²⁹ ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas Patrimoniais: Cartas Nacionais. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Bagé, 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

³⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta da Serra da Bodoquena**. Carta das Paisagens Culturais e Geoparques. Bonito, 21 set. 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

Em 30 de abril de 2009 foi aprovada a Portaria nº 127, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³¹, criando a chancela das paisagens culturais brasileiras. O IPHAN assim define a conceituação de paisagem cultural brasileira:

A conceituação da Paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico.

Além das paisagens naturais intocadas pela mão humana, direciona-se o olhar às paisagens construídas pela necessidade do homem de se estabelecer e construir sua territorialidade³² de acordo com sua cultura. A paisagem que expressa uma marca do homem em suas ambiências é assim definida por Berque:³³

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação [...] que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

A paisagem construída com seus valores culturais³⁴ é caracterizada por sua formação e pelas relações desenvolvidas entre os habitantes e seu território, formando um sistema de inter-relacionamento, para a conservação da identidade das características e da manutenção que a certificação adquirida necessita, como é

³¹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN, 2009, p.13. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

³² Segundo Robert David Sack (**Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p.3): “A Territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra e como elas se organizam no espaço, e como as mesmas dão sentido ao lugar. Claramente, essas relações mudam, e a melhor maneira de estudá-las é a de revelar sua mudança de caráter em relação ao tempo.”

³³ BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998, p.28.

³⁴ Conforme Ana Lucia Meira (**O passado no futuro da Cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004, p.29), o valor histórico é entendido por Riëgl como tudo aquilo que foi e que já não é mais. Não pode ser reproduzido nem substituído, pois faz parte do desenvolvimento da atividade humana. Repousa sobre um fundamento científico, apresentando-se de maneira objetiva ao observador e ligado fundamentalmente a um fato passado singular e individual.

o caso de Territórios Vinícolas Certificados. A proteção do legado cultural presente nos territórios construídos que faz parte do cotidiano no séc. XXI remete ao valor simbólico do imaterial. As futuras gerações, através do passado, poderão se conhecer em seu presente e usá-lo como proteção de seus referenciais identitários.

Londres³⁵ afirma: “O conhecer é o primeiro passo para proteger estas referências, [...] Protegê-las também no sentido de chamar a atenção para a dimensão simbólica do patrimônio cultural e para a possibilidade da perda dos marcos desta referência”.

A preservação dos referenciais culturais na atualidade vai além da arquitetura e da paisagem; ela considera também todo o seu entorno, contemplando saberes e fazeres, parte do Patrimônio Cultural Imaterial.³⁶ Esse conjunto está presente na formação da própria paisagem, que também é constituída por referenciais e valores culturais³⁷.

Para Londres³⁸, assim são definidas as referências culturais, e nelas está inclusa a paisagem:

Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e aos objetos, aos fazeres e aos saberes, às crenças e aos hábitos.

³⁵ LONDRES, Cecília *apud* MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Org.). **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p.38.

³⁶ “Para a UNESCO (2003), Patrimônio Cultural Imaterial são práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de; LONDRES, Cecília. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008).

³⁷ De acordo com Leonardo Barci Castriota (**Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009, p.95), a atribuição de valores culturais modifica-se através do tempo, pela complexidade de valores atribuídos: “[...] é importante perceber que os valores vão ser sempre um fator decisivo nas práticas do campo do patrimônio, determinando as diversas escolhas tomadas pelas comunidades e órgão de preservação”.

³⁸ LONDRES, Cecília. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais: INRC 2000. Manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Ipahan, 2000, p.11. Disponível em: <<http://www.iphan.or.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

A partir de 1990, o Vale dos Vinhedos passou a ter uma nova denominação do lugar e também iniciou uma valorização³⁹ da terra, modificando os usos do solo com ações que podem significar o abandono da terra por seus moradores, juntamente com a produção vinícola. O incremento do turismo, nem sempre embasado em critérios que contemplem a preservação do Patrimônio Cultural existente, é uma ação que pode resultar em desterritorialização⁴⁰ e também em perda da matriz da cultura local. Essa é uma situação estranha ao meio, pois entra em confronto com um território referenciado que depende, justamente, da manutenção de sua base identitária, produtiva e cultural para manter a certificação.

Santos⁴¹ salienta a importância de se implementar políticas conjuntas, abrangentes como meio de manter a população no território, que nasceu e cresceu na área rural, como meio de garantir a manutenção da continuidade de sua história, evitando que se perca, no tempo e no espaço, sua cultura, em função das mudanças com o aumento e a mescla de origem populacional:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar para traz uma cultura herdada para se encontrar com outra. Quando o homem se defronta com uma espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

A preocupação quanto à qualidade na elaboração de vinhos finos, que começa a ser mais intensa a partir da década de 80, também ocasiona as iniciativas da busca de um Território Vinícola Certificado. Ao mesmo tempo, há a necessidade de preservação que contempla todo o território, sua arquitetura expressa nas casas, igrejas, capitéis e cantinas, a língua falada, o dialeto italiano, o artesanato que referencia a identidade cultural e todas suas manifestações de Patrimônio Cultural

³⁹ Conforme Rafael W. Ribeiro (**Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.10), “o processo de atribuição de valor e seus resultados, central na identificação e preservação do patrimônio cultural, está, assim, ligado intimamente ao aparato conceitual e metodológico que lhe dá aporte [...] assim a utilização da noção de Paisagem Cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural”.

⁴⁰ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed., 2.reimp. São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 2006, p.328. Segundo o autor, “desterritorialização é, frequentemente, uma palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturalização”. Uma vez que os moradores locais deixam o lugar, pela condições que se apresentam, e migram para a cidade ou outros territórios, quanto maior for essa mudança maior também será a perda cultural e identitária do território. Esta dificilmente poderá ser reconstituída, empobrecendo sua singularidade.

⁴¹ Ibid.

inseridas no local. Territórios vinícolas sempre estão associados ao turismo enológico – o enoturismo⁴², assim como está a área em estudo.

A Indicação de Procedência e a Denominação de Origem dos produtos concedida pelo INPI⁴³ não contemplam os aspectos culturais determinantes em suas representações que são visíveis no território através de sua paisagem. De acordo com Pesavento⁴⁴, “o Patrimônio Imaterial, a tradição do saber fazer, se exterioriza em algo concreto”.

O território vinícola, por sua formação, passa a transmitir uma referência cultural, através de seus vinhedos e na produção do vinho. Essa produção criou referenciais de caráter positivo, auxiliando na efetivação da identidade, além de significar um fator econômico relevante.

De acordo com Bandeira de Araújo e Haesbaerth⁴⁵, “a identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo”. A partir desta colocação, o plantio vinícola foi o elemento agregador e referencial do território.

Os referenciais identitários e culturais, trazidos pelos imigrantes, foram sendo moldados no Vale, através do tempo, e continuam sendo moldados, na afirmação de Hall⁴⁶:

A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre sendo formada.

Em razão disso, surge a necessidade de ampliar os laços de pertencimento e reconhecimento desta identidade formada e percebida através de suas manifestações culturais.

⁴² ENOTURISMO: Turismo especializado em percorrer áreas vitivinícolas. In: TAGLIARI, Mauricio; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011.

⁴³ BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Órgão responsável que confere a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem do Vinho. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Curso de Especialização em Patrimônio Cultural Urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Anotações de aula.

⁴⁵ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (Orgs.). **Identities e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.45.

⁴⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A, 2004, p.50.

A construção do território e suas representações também revelam a cultura, a identidade e o Patrimônio Cultural que estão inseridos na paisagem do lugar. A leitura dessa paisagem pode ser percebida em suas variações em relação ao tempo de sua construção, como afirma Ribeiro⁴⁷:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Bonnemaison⁴⁸ entende que a cultura expressa na paisagem está intimamente ligada com o território, pois é a partir da paisagem cultural que ele se forma:

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço.

O território permite o enraizamento das pessoas junto com sua cultura. Como definem Corrêa e Rosendahl⁴⁹, ele é a mediação entre o homem e sua cultura:

O desaparecimento desses territórios em benefício de um espaço banalizado é sinal de um empobrecimento cultural. [...] O território não responde apenas à necessidade de identidade e segurança; é também lugar de uma alteridade consentida. Contudo, o espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento.

Os condomínios residenciais fechados que têm surgido nos últimos 10 anos no Vale dos Vinhedos, na zona rural, podem propiciar a perda de sua matriz cultural⁵⁰, e isso ocasionaria o empobrecimento cultural e territorial referido pelos

⁴⁷ RIBEIRO, Rafael. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.57.

⁴⁸ BONNEMAISON, Joél. A viagem em torno do território (**L'Espace Geographique**, Paris, v.10, n.4, p.249-262, 1981. Traduzido por Márcia Trigueiro). In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.99.

⁴⁹ CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.100.

⁵⁰ Cf. Corrêa e Rosendahl (**Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998, p.54), "para manter a heterogeneidade cultural brasileira deve-se insistir em alguns temas, como a paisagem rural brasileira como produto e, simultaneamente como matriz cultural, estabelecendo-se comparações entre paisagens pouco ou muito transformadas pela modernização do campo. A percepção e avaliação ambiental por parte dos diversos grupos sociais, incluindo os naturais e os imigrantes, da natureza e dos ambientes socialmente produzidos".

autores, criando espaços artificiais. Ao mesmo tempo, os novos usos do território com seus novos habitantes alheios à produção vinícola levariam a uma segregação identitária dos valores culturais impressos nos anos de construção das comunidades. Isto vem a ser o detalhamento da hipótese levantada na presente pesquisa.

O antropólogo Gilberto Velho⁵¹ analisa as negociações e os conflitos existentes em áreas de Patrimônio Cultural, onde os antigos moradores são excluídos do lugar de origem. Essa situação é ocasionada por vários fatores, entre eles a especulação imobiliária, que leva à urbanização de áreas antes estritamente rurais e produtivas. Assim o autor se refere aos novos moradores:

Já em outra posição e atitude estão os que chegam, mais ou menos '*outsiders*'⁵² ou 'invasores', destituídos de laços e das características dos antigos moradores e ávidos por desfrutarem as vantagens de qualidade de vida e ascensão social propiciadas pelos novos endereços. Assim, estamos lidando ao examinar as políticas públicas de patrimônio com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios.

Essas inquietudes introduzem a preocupação com as transformações observadas no território, com um patrimônio que não é valorizado e suficientemente reconhecido pela comunidade, facilmente substituído por outros sem identificação com seus habitantes. Segundo Schwerz⁵³: “Entre os resultados do processo aparece o menosprezo da bagagem cultural herdada e/ou a supervalorização de determinado bem sem 'ressonância' e muitas vezes associados a interesses privados.”

A presente pesquisa procura, neste sentido, demonstrar a importância da manutenção do Patrimônio Cultural inserido no contexto da paisagem. As transformações inerentes ao processo produtivo vinícola podem acontecer de forma que não destruam as marcas do tempo e da história, colocando em risco a paisagem construída a partir da identidade cultural coletiva de seus habitantes.

⁵¹ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.245, abr. 2006.

⁵² *Outsiders*: de fora, estranhos ao lugar [tradução livre].

⁵³ SCHWERZ, João Paulo. **Valores e conflitos na preservação do Patrimônio Cultural**: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS). 2009. 230 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p.4.

Para maior discussão do tema em relação ao Patrimônio Cultural, são referenciadas as abordagens de autores como Choay⁵⁴, que define o patrimônio, Meira⁵⁵, que salienta a relevância do motivo de preservar, Nora⁵⁶, que refere a importância da manutenção e da revitalização da memória, e Jeudy⁵⁷, que referencia o significado do Patrimônio Cultural como o espelho de uma sociedade.

A paisagem e a identidade cultural como referência de um Território Vinícola Certificado, que necessita manter sua certificação como referencial de sua produção vinícola ao mesmo tempo em que é modificada, é uma questão atual, debatida através do viés do Patrimônio Cultural, que vai muito além do patrimônio edificado.

As pesquisas sobre paisagens culturais vinícolas e suas modificações associadas às Denominações de Origem são muito recentes. Existe uma lacuna no tema⁵⁸, de estudos sobre como preservar territórios que recebem chancelas de paisagem cultural, em relação aos fatores culturais do território como coadjuvantes da produção, a partir do Patrimônio Cultural do lugar e de seus produtores.

⁵⁴ De acordo com Françoise Choay (**A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed.UNESP, 2001, p.11):

Patrimônio - Como bem de herança que é transmitido segundo as leis do país e das mães aos filhos. Ligados a estruturas familiares econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e tempo.

O **Patrimônio Histórico** é tudo aquilo que faz lembrar, tocar pela emoção, ser uma memória viva mesmo que disto façam parte caminhos, vegetação, modo de fazer, saberes e expressões familiares transformadas em expressões culturais, preservando costumes e tradições, traduzindo-se em uma paisagem especial.

O **Patrimônio Histórico** simboliza os bens de usufruto de uma comunidade, seus objetos, saberes, significados, ocupações e espacialidades, constituídos pelo acúmulo contínuo de uma diversidade que se congrega por seu passado comum.

A autora também remete o Patrimônio Histórico a uma instituição e mentalidade de uma comunidade.

⁵⁵ Conforme Ana Lucia Meira (**O passado no futuro da Cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004, p.32): “Preserva-se porque o patrimônio cultural tem um valor – é portador de referências para a sociedade.”

⁵⁶ Segundo Pierre Nora (Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.9, 1993): “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.[...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é a representação do passado.”

⁵⁷ Conforme Henri-Pierre Jeudy (**Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p.19): “[...] Para que exista um patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.”

⁵⁸ A Certificação do território pelo NPI refere-se aos “aspectos humanos” quando se reporta aos habitantes e suas manifestações culturais do lugar.

A lacuna a ser preenchida com esta pesquisa quer demonstrar que o território é formado e construído a partir das manifestações culturais de seus habitantes, expressas em sua paisagem, como as Paisagens Culturais Vinícolas declaradas pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, que estão referenciadas neste capítulo. A falta de literatura a respeito, e também de discussões, é um problema a ser sanado urgentemente.

As teses e dissertações que versam sobre o Vale dos Vinhedos fazem seu recorte na geografia, na administração, nos agronegócios e no enoturismo, conforme a seguir exemplificado.

No âmbito da geografia, Falcade⁵⁹ faz a análise da paisagem como representação espacial no processo de construção do espaço geográfico vinícola. É observado a formação da paisagem vinícola como imagem espacial dos vinhedos das regiões de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo do Sul. As localidades citadas foram desmembradas do Município de Bento Gonçalves; elas atualmente são municípios autônomos. Essa análise contribui na referência de todo espaço geográfico que pode ser abrangido por uma certificação, como algumas áreas já obtiveram.

Fernández⁶⁰ avaliou se existe a relação no meio rural com a Indicação Geográfica para a prosperidade das pequenas propriedades, baseando-se na percepção dos produtores sobre a certificação e analisando o período anterior e posterior da obtenção.

Schmidt⁶¹ estuda, no âmbito econômico, as estruturas organizacionais, analisando o impacto e o desempenho desses modelos organizacionais. Também investiga a rede inserida no sistema agroindustrial do vinho no Vale dos Vinhedos, RS. Dentro desse sistema complexo, a autora analisa as várias ações coletivas, destacando-se a obtenção do Selo de Indicação de Procedência dos vinhos finos da

⁵⁹ FALCADE, Ivanira. **Paisagem como representação espacial**: a paisagem vinícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

⁶⁰ FERNÁNDEZ, Maria Gabriela Vázquez. **Indicações geográficas e seus impactos no desenvolvimento dos pequenos produtores do Vale dos Vinhedos, RS**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2012.

⁶¹ SCHMIDT, Carla Maria. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

região em 2002, e como esta certificação afeta vários atores e qual é o impacto da ação para os diferentes agentes envolvidos. O estudo identificou como a rede do Vale dos Vinhedos possibilita a criação de valor econômico para os atores coletivos nela inseridos.

No campo de ação da administração, Suzin⁶² faz uma contextualização do setor vitivinícola utilizando as abordagens de *cluster*, redes de cooperação produtiva, estratégia e empreendedorismo para embasar sua análise. O estudo de caso aborda a dinâmica de uma grande vinícola e do Vale dos Vinhedos. Identificados os fatores facilitadores e inibidores de seu desenvolvimento, foi proposto o estudo de sua extensão a outras regiões ou setores produtivos. No mesmo viés, Gollo⁶³ propõe a análise das inovações e das estratégias de cooperação competitiva, testando-as nas vinícolas que possuem a Indicação de Procedência⁶⁴ no Vale dos Vinhedos.

Marques⁶⁵ analisa, através do enoturismo, o sistema de produção de excedentes econômicos entre os agentes que participam desta apropriação, na nova dinâmica de desenvolvimento do Vale. A questão central estudada foi o desenvolvimento da Rota Turística do Vale dos Vinhedos no período de 1990-2005, identificando os fatores vinho & turismo como propulsores da transformação da economia local.

Tonini⁶⁶ analisa o papel do Estado e as políticas públicas elaboradas para direcionar o turismo no país, com ênfase para a interrelação na rota turística do Vale dos Vinhedos.

⁶² SUSIN, Carolina Thomazzi. **Dinâmica estratégica da Vinícola Miolo Ltda. e o Vale dos Vinhedos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

⁶³ GOLLO, Silvana S. **Inovação e Estratégia de Cooperação Competitiva**: Estudo de caso de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos – Serra Gaúcha RS. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

⁶⁴ LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais**: INRC 2000. Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Iphan, 2000. Disponível em: <<http://www.iphan.or.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

⁶⁵ MARQUES, Cláudia B. **Economia do Turismo no Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS – 1990 a 2005**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2007.

⁶⁶ TONINI, Hernanda. **Estado e Turismo**: políticas públicas e enoturismo no Vale dos Vinhedos. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2007.

Frigeri⁶⁷ estuda o enoturismo conduzido através da imigração italiana para a Região da Serra Gaúcha e a manutenção de identidades e tradições ligadas ao cultivo da uva e à produção do vinho, ressaltando a importância das tradições italianas como um fator na criação da identidade e a articulação entre passado e presente, também investigando como as tradições engendram a produção da modernidade no âmbito das empresas e das atividades turísticas na região no Vale dos Vinhedos Certificado. O autor também observa a importância da permanência da identidade nacional italiana, que atua como um fator de inovação, sobretudo nas técnicas de produção do vinho e de organização das atividades empresariais na região, em uma síntese entre aspectos da tradição e da pós-modernidade.

O cultivo da uva ajudou a construir e referenciar historicamente esse território, fruto da interação entre meio geográfico e bagagem cultural trazida pelos imigrantes italianos. Nesse sentido, a construção do território se dá a partir da identidade de seus habitantes.

De acordo com o viés geográfico, Claval⁶⁸ afirma: “O território resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo [...] Esta concepção de território emerge no século XVI e é teorizada pela primeira vez por Jean Bodin.” O autor também faz referência ao significado que o território contém para seus habitantes, o qual remete à memória afetiva, ao Patrimônio Imaterial construído através do tempo e às permanências derivadas da sua cultura, e cita Brunet⁶⁹:

São os lugares de memória; seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial ou próprio à uma religião, à uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas.

Na sequência, Claval⁷⁰ menciona a consideração que os habitantes têm pelo território construído, que pode ser balizado com o território e sua paisagem em

⁶⁷ FRIGERI, Alexandre Fonseca. **Os italianos, vinho e turismo: o Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2009.

⁶⁸ CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Géographies et Cultures n.20**. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaerth. Paris: L'Harmattan, 1996, p.8.

⁶⁹ BRUNET *apud* CLAVAL, *op. cit.*, p.10.

⁷⁰ CLAVAL, *op. cit.*, p.8.

estudo: “A geografia novamente se inclina sobre o sentido de enraizamento⁷¹, sobre os laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e estão sepultados seus antepassados.”

Os entraves que a urbanização propicia na proteção dos bens culturais como a paisagem cultural, quando concorrem com a especulação imobiliária, são citados por Gilberto Velho⁷² como um dos grandes empecilhos para a preservação do legado cultural: “Um dos problemas fundamentais que afetam e caracterizam a grande cidade contemporânea quando se trata de proteção, preservação e patrimônio é a questão imobiliária.” O mesmo autor, à luz da antropologia, define a cultura presente no território como “um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade.”

O turismo enológico permite a visita às vinícolas, com degustações de vinho, além de proporcionar a admiração da paisagem vinícola do território, em suas coloridas transformações através das estações do ano: a poda, a brotação, a colheita e a elaboração dos vinhos. O fim do ciclo de produção das videiras, a queda das folhas é um elemento de identidade presente que é anexado à arquitetura e à cultura de seus habitantes. Este tipo de turismo, se desenvolvido com critérios e contemplando a manutenção dos valores culturais presentes no território, é um fator positivo, ao mesmo tempo em que os elementos econômicos que se tornaram especulativos pela exposição do território certificado afetam em maior proporção os valores que qualificam a paisagem.

Outro aspecto apontado pela pesquisa é o objetivo de servir como parâmetro para a proteção e o planejamento de outros territórios certificados, mesmo que apresentem outra produção agrícola.

⁷¹ Aqui Paul Claval (O território na transição da pós-modernidade. **Géographies et Cultures n.20**. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaerth. Paris: L'Harmattan, 1996) se refere à apropriação do território por seus habitantes, solidificada através de sua arquitetura, da formação de seus núcleos urbanos.

Os aspectos do enraizamento também foram tratados por Simone Weil (**O enraizamento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001).

Ainda abordando a questão do enraizamento dos imigrantes: MAALOUF, Jorge. F. **O sofrimento de imigrantes**: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no *self*. São Paulo: PUCSP, 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁷² VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v.1, n.12, p.248, abr. 2006.

Pesavento⁷³ reconhece a diferença da construção do território a partir do indivíduo e de sua identidade, estabelecendo uma representação que pode ser associada, como a que foi criada no Vale dos Vinhedos a partir da atração com o vinho, o plantio das videiras, o que caracterizou o território:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária, que produz coesão social, permitindo identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença.

A autenticidade da paisagem vai além do que o olhar alcança, pois há também a relação e a expressão do Patrimônio Imaterial presente no lugar. Deste modo, Menezes⁷⁴ levanta a questão da materialidade *versus* imaterialidade na construção dos territórios e de suas interpretações, inclusive em termos de Constituição Federal:

Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, *vetores materiais*. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.

A Constituição Federal de 1988 ao introduzir uma listagem de categorias de patrimônio cultural, incluiu o patrimônio intangível, caracterizado mais por processos do que por produtos, como formas de expressão, modos de criar, fazer viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõem múltiplos suportes sensoriais, incluindo o corpo. Os constituintes talvez nem tivessem consciência de que, desse modo, estavam incluindo o corpo como partícipe do patrimônio cultural!

O 'saber-fazer', por exemplo, não é um conhecimento abstrato, conceitual, imaterial, filosófico ou científico, mas um conhecimento corporificado. Os especialistas falam de uma memória-hábito ou memória corporificada (*embodied memory*). É a memória que nos permite guiar um veículo ou andar de bicicleta com se fossem ações geneticamente previstas em nosso programa biológico. É a memória do músico, da cozinheira, do artesão. Seja como for, embora não convenha alterar a nomenclatura internacionalmente corrente, seria desejável que, ao utilizarmos a expressão 'patrimônio imaterial' a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material.

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.89.

⁷⁴ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. – Vol. 1: Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.35. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 12 maio 2013.

O autor ainda discorre sobre os diferentes valores que constituem a natureza do bem cultural para chegar à matriz do valor. Seu discurso tem como referência (o bem) uma catedral antiga, que seus usuários habituais são impedidos de utilizar para dar lugar às visitas de turistas que geram renda. Esses valores culturais podem também ser percebidos na paisagem. Partindo do entendimento de que o patrimônio é um fato social, em contraponto à visão de tombamento usada pelo Decreto-lei nº 25/1937, o artigo 216 da Constituição de 1988 abre o precedente. O valor e a consequente avaliação do bem partem da perspectiva do especialista, mas privilegiando o usuário, que o produz e o utiliza.

Em relação aos valores, Menezes⁷⁵ trata o patrimônio unificadamente, do ponto de vista das práticas culturais e de seus praticantes, e analisa os componentes do valor cultural, descritos conforme segue:

- 1) VALORES COGNITIVOS – Se o espaço organizado é uma oportunidade relevante de passar conhecimento, então a paisagem assume a forma de documento, em suas relações com o conceito de espaço que organizando suas representações, com materiais, usos e apropriações, agentes envolvidos, etc. É um valor de fruição intelectual.
- 2) VALORES FORMAIS – É o valor da percepção com os objetos de construção da paisagem, capazes de aguçar os sentidos, de modo a qualificá-la.(gratificação sensorial).
- 3) VALORES AFETIVOS – Refere-se aos valores históricos relacionados à memória, na construção da paisagem, nos vínculos que se estabelecem com objetos, produtos e lugares.
- 4) VALORES PRAGMÁTICOS – Vão além dos valores de uso, são valores percebidos como qualificadores das práticas (o tipo de plantio e condução). Relacionados a costumes, são geralmente ignorados e marginalizados. Este valor se refere ao uso da paisagem de maneira uniforme.
- 5) VALORES ÉTICOS – Relacionados às interações sociais locais em que os valores são gerados e postos em funcionamento, usados nas tensões entre a diversidade e a diferença cultural nas formas de gerir a paisagem.

Ainda em relação ao valor imaterial da paisagem como bem patrimonial, Castriota⁷⁶ salienta:

A significação e a autenticidade dessas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, [...] que criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e um sentido único do lugar.

⁷⁵ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. – Vol. 1: Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.35. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 12 maio 2013.

⁷⁶ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009, p.269.

Os valores atribuídos à paisagem servem como ponto de referência daquilo que deve ser conservado. Por isso, afirma Castriota⁷⁷:

[...] os valores vão ser sempre centrais para decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e o nosso passado – bem como determinar como conservar [...] para serem transmitidos para as futuras gerações.

A valoração de um bem patrimonial e histórico é conceituada por vários autores, destacando-se Alöis Riegl⁷⁸, que define como valor histórico: “*Chamamos de histórico tudo o que foi e hoje não é mais.*”

Estudos da paisagem são multidisciplinares. Convém destacar Santos⁷⁹ entre os vários autores que discorrem sobre o tema. Sob a luz da geografia, o autor afirma que a paisagem é formada a partir de vários fatores, que sua formação está além do âmbito material dos volumes que a visão abarca, mas considera as forças imateriais presentes na cultura de seus habitantes:

Tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem [...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. [...] Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças reprodutivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

O Vale dos Vinhedos possui um diferencial à parte, pela maior produção vinícola e pela certificação, dentro dos quatro distritos⁸⁰ do Município de Bento

⁷⁷ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009, p.101.

⁷⁸ RIEGL, Alöis *apud* LONDRES, Cecília. F. **O Patrimônio em processo**: trajetória a política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / MinC, IPHAN, 2005.

⁷⁹ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.21.

⁸⁰ Pinto Bandeira foi o 5º Distrito de Bento Gonçalves até 31 de dezembro de 2012, ascendendo à categoria de Município com a posse de seus representantes em 1º de janeiro de 2013.

A criação do Município Pinto Bandeira foi aprovada em plebiscito em 1996, sendo oficialmente instituído através da Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 10.749, de 1996, que foi alterada posteriormente pela Lei nº 11.375, de 1999, que mudou a data de implementação do Município para 1º de janeiro de 2001.

Pinto Bandeira foi elevado à categoria de Município, gozando dessa situação entre os anos 2001 e 2003. No entanto, devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2381-1/RS, o Município foi extinto, restabelecendo-se sua antiga situação.

Em uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal, anunciada em 10 de julho de 2001, considerou-se válida a Emenda Constitucional nº 57, de 2008, que valida a criação de municípios com leis publicadas até 31 de dezembro de 2006. Embora tenha sido aprovado pela decisão do STF, o distrito continuou sob a jurisdição de Bento Gonçalves até que as eleições foram consumadas, em outubro de 2012, e a posse do novo prefeito e do legislativo em 1º de janeiro de 2013. (PINTO BANDEIRA. In: **Wikipedia**. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org.br>>. Acesso em: 2 ago. 2013).

Gonçalves, e exerce atração diferenciada dos demais distritos também produtores de uva. Faz parte do imaginário de quem o visita pelos componentes representativos resultantes da interação do homem com o lugar. É como se o Vale possuísse um encantamento próprio, que muitos autores definem como o “espírito do lugar”, ou *Genius Loci*.

Em sua Carta Quebec – Canadá, realizada em 2008, o ICOMOS⁸¹ assim define a noção de “espírito do lugar”:

A noção de espírito do lugar, para compreender melhor a natureza dos monumentos vivos e permanentes, sítios e paisagens culturais. Dá uma forte herança dinâmica, ampla e inclusiva de cultural. O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra em praticamente todas as culturas do mundo e é refletido especialmente em bens intangíveis, mesmo sobrenaturais, do lugar. Não só. O espírito do lugar é construído por seres humanos, em resposta às necessidades sociais. Aqueles que vivem lá são considerados hoje como a melhor garantia de sua memória, sua vitalidade e sua continuidade, inclusive a espiritualidade. As pessoas é que fazem, mantêm e embelezam o espírito do lugar⁸².

O “espírito do lugar” construído pelos indivíduos que ali residem, como referencia o ICOMOS, também sinaliza o Patrimônio Imaterial presente nas paisagens, que seus habitantes e visitantes não definem, mas sentem.

Outros autores, como Castelo⁸³, assim definem o *Genius Loci* em suas pesquisas:

O “*Gênio do Lugar*” é na verdade um conceito dos antigos romanos que ganhou alentada proeminência na literatura urbanístico-moderna, após a minuciosa e poética abordagem realizada pelo arquiteto norueguês Christian Norberg-Schulz (1980) em sua famosa obra “*Genius Loci. Towards a Phenomenology of architecture*” [...] Aura como estimuladora da percepção de lugar na cidade de hoje, começa pelo *genius loci* presente naturalmente no lugar e se estende até a criação de notoriedade que o ser humano faz a respeito de um lugar [...] ao longo de uma gradação que nos irá conduzir a um lugar da aura cultural, onde claramente predominam as marcas deixadas por uma ação humana.

⁸¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). ASSEMBLEIA GERAL E SIMPÓSIO CIENTÍFICO, 16. Quebec, Canadá, 2008. [tradução livre].

⁸² ICOMOS Canadá. **Carta para a preservação do patrimônio do Quebec**. Declaração de Deschambault. Adotada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Québec. Comitê do ICOMOS do Canadá, Francófono, abr. 1982. Traduzido por Antônio de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, mar. 2007. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-deschambault.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

⁸³ CASTELLO, Lineu Sirângelo. **Repensando o Lugar no projeto urbano**: variações na percepção de um lugar na virada do milênio (1985-2004). 2005. 24 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

Del Rio⁸⁴ também sinaliza sobre o “espírito do lugar”, que “[...] não deve ser esquecido no planejamento urbano, propiciando pertencimento, qualidade de vida e identidade aos lugares”.

Kohlsdorf⁸⁵ define o *Genius Loci* como elemento singular de um território que auxilia nas ações de preservação: “O genius loci contém os elementos que caracterizam o valor cultural excepcional de certos lugares. Definir objetivamente esses atributos é tarefa fundamental das ações de preservação.”

O plantio das videiras voltado para a elaboração de vinhos tem sempre o objetivo de buscar o maior, o melhor e o mais preciso resultado do produto, pois o vinho é um produto vivo que modifica no tempo, sendo este um coadjuvante para que todas as suas características aflorem, trazendo todo o legado técnico e cultural do território que o produziu e dos que o elaboraram.

Cabral⁸⁶ ressalta o crescimento da videira na formação da paisagem: “[...] a vinha se relaciona com o território, primeiro suavemente, de maneira quase pueril, depois enérgica e vigorosamente, aguentando as situações mais difíceis.” Demonstra que as videiras superam as dificuldades climáticas e geográficas para resultarem em uma paisagem inigualável, fazendo aflorar o *Genius Loci* do lugar.

Privilegiar essas percepções e sensações que a paisagem transmite também colabora para sua valorização e preservação, como salientam Trusiani *et al.*⁸⁷:

A leitura sintética e interpretativa das tramas agrícolas e da sua configuração, as diferenças culturais de implantação e as diferentes relações com as áreas de bosques e áreas de plantio definem ritmos, modalidades e regras que constroem os valores e os recursos da paisagem [...] a sequência dos diferentes planos paisagísticos permitem ao observador

⁸⁴ DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990, p.46-47: “Portanto, o ensino e a prática da Arquitetura estavam ignorando preocupações tão vitais para a qualidade das cidades como a inserção da obra em seu contexto urbanístico: respeito a tipologias, a morfologias, à paisagem, ao sítio e às interrelações entre os vários elementos urbanos e seus usuários. A Arquitetura, como o Planejamento, não conseguia uma integração com seu objeto de estudo e trabalho ao “genius loci”, expressão feliz de Norberg-Schulz (1980) que bem expressa o caráter e a identidade de um lugar. Outros estudos também já começavam a apontar para a importância de um novo direcionamento da prática arquitetônica para a questão da ‘criação do lugar’, ou seja, para uma redefinição crítica, porém criativa das qualidades concretas do domínio do construído (FRAMPTON, 1981, p.10). Esta questão conforma uma das preocupações principais do Desenho Urbano.”

⁸⁵ KOHLSDORF, Maria Elaine. **A preservação da identidade dos lugares**. Texto baseado em palestras realizadas no II Simpósio de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins (CREA - TO, 2005) e no Curso de Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

⁸⁶ CABRAL, Manuel de Novaes. **Territórios do Vinho**. Santo Tirso, Portugal: Norprint, 2010, p.94.

⁸⁷ TRUSIANI, Elio *et al.* **Montalto Uffugo e il suo territorio**: método per studiare il Piano Strutturale Comunale. Roma: Officina Edizioni, 2009, p.68. [Tradução da autora].

ler contemporaneamente mais tipos de paisagem, no senso de uma visão diferenciada dos componentes paisagísticos. Trata-se de um elemento que devemos preservar para a valorização do território e da paisagem: uma valorização que passa indubitavelmente para a valorização do território.

Em seu parecer e percepção dos saberes imateriais na produção do queijo de Minas Gerais, o IPHAN⁸⁸ faz uma relação entre o vinho e o queijo como produtos culturais, resultado de seu território, que é expresso em seus produtos e em sua qualidade, assim descritos: “Da mesma maneira que o vinho, o queijo artesanal de Minas é alimento vivo, ele precisa de um tempo ideal de maturação ou cura para adquirir sua identidade, sua textura, aroma, cor, sabor, acidez genuínas.”

Neste sentido, há uma celebração do território⁸⁹ que também se aplica aos territórios vinícolas, como condutor de identidade e portador de sua memória cultural. A geração do território para que se desenvolvam os saberes e fazeres, como um conjunto simbólico, abrangente e complexo que é tradução da terra e da cultura, é citado a seguir: “[...] Sua produção envolve um espaço físico natural, mas que tem muito mais do tempo e da história do que se pode imaginar. O queijo artesanal de Minas é, portanto, território cultural complexo.” O território cultural, que envolve toda a população em sua produção, como nos territórios vinícolas, faz aflorar seus valores identitários, econômicos e sociais, transformando seus saberes e registros culturais em veículos de melhoria da qualidade de vida através da agregação de valor, derivado de sua cultura.

A formação da paisagem através do sistema de condução⁹⁰ e plantio das videiras, as cores em suas várias estações, o crescimento, os cheiros e aromas, o movimento braçal do homem na colheita acompanhado do movimento das mãos que

⁸⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Parecer nº 006/2006**. Assunto: Processo nº 01450.012192/2006-65 referente ao Registro dos Queijos Artesanais de Minas, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília: IPHAN, 2006.

⁸⁹ De acordo com o Dossiê interpretativo IPHAN 2006 (BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Departamento do Patrimônio Imaterial. Ofícios e modos de fazer. **Queijo Artesanal de Minas**: patrimônio cultural do Brasil. Vol. 1: Dossiê interpretativo. Pesquisa e texto: José Newton Coelho Meneses. Elaboração do dossiê e dos Anexos: Outro Projetos e Consultoria. Belo Horizonte, maio 2006, p.78-79. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=892>>. Acesso em: 25 abr. 2013): “Território é um modelo explicativo que tem a base em um produto cultural que congrega em si interesses, motivações, utilidades e valores para uma determinada coletividade. Ele é físico e material e é, também, cultural e imaterial. Interpretar um bem patrimonial nessa premissa é conferir-lhe utilidade social e cultural. É perceber a sua especificidade local e a sua complexidade global.”

⁹⁰ O sistema de condução de videiras refere-se ao modo que as videiras são conduzidas após o plantio. Os dois tipos mais encontrados na área em estudo são: a condução em latada (horizontal – pérgola) e a condução em espaldeira (vertical). Os dois sistemas estão detalhados nos próximos capítulos.

fazem o vinho, a arquitetura do território que abriga seus habitantes e os lugares da transformação da uva são referências que direcionam o olhar para distinguir e particularizar a cultura local que, juntamente com o “espírito do lugar”, constroem a paisagem.

As paisagens culturais definidas sob a luz da arqueologia ressaltam sua forte conotação cultural expressa pelo meio natural ou através da presença humana que a transforma de acordo com suas necessidades, seus condicionantes e sua cultura, transformando-a. Segundo Farinetti⁹¹:

A paisagem torna-se assim o espaço geográfico onde a história humana se desenrola numa relação de condicionamento mútuo com a natureza. A paisagem assim concebida é o espaço natural no qual se junta a atividade humana, a natureza na qual se junta a cultura.

Através da linha do tempo, a construção da paisagem demonstra sua própria história e a das civilizações que ali fizeram uso do território, deixando registrada sua marca através do uso do solo.

As paisagens vinícolas, protegidas pela UNESCO, inserem-se no contexto de paisagens agrícolas que se defrontam com modos de cultivo peculiares presentes na agricultura em toda a sua extensão. Quanto ao modo de plantio e condução das videiras e às representações de sua arquitetura e uso do solo, Castriota⁹² comenta:

Não é por outra razão que a UNESCO, ao implementar a categoria de “paisagem cultural” inclui [...] algumas relacionadas diretamente com a agricultura [...] como por exemplo, a “Paisagem cultural da região de vinhedos de Tokaj” na Hungria, incluída na Lista em 2002.

A este respeito, Delphim⁹³ acrescenta a importância do reconhecimento da paisagem cultural, abrangendo todo o seu contexto de Patrimônio Cultural:

⁹¹ “Il paesaggio diventa dunque lo spazio geografico dove la storia umana si esplica in un rapporto di reciproco condizionamento con la natura. Il paesaggio, così concepito, è lo spazio naturale a cui si aggiunge l'attività umana, natura cui si aggiunge cultura” [tradução livre] (FARINETTI, Emeri. **I paesaggi in archeologia: analisi e interpretazione**. Roma: Carocci, 2012, p.9).

⁹² CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009, p.270.

⁹³ BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (Org.). **Paisagens do Sul: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre Bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / IPHAN / IPHAE, 2009, p.29.

Uma paisagem cultural é um sitio que reúne, de forma conjunta e integrada, bens e valores culturais e naturais, ou seja, significativas e harmoniosas interações entre o homem e o meio natural, o trabalho combinado da obra humana e da natureza, quando de excepcional valor universal. A paisagem tem triplo significado já que é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido pelo indivíduo, ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas.

2.2 O VINHO COMO IDENTIDADE DE UM TERRITÓRIO

A produção de uvas e a elaboração de vinhos têm um significado para sua população que vai muito além de uma produção agrícola e vem ao encontro de seus referenciais de cultura e de identidade expressos nas representações que se observou sobre o território, como nas palavras de Bandeira de Araújo e Haesbaerth⁹⁴ ao definirem o território imagem e representação: “[...] Mesmo se admitirmos que o território se define hoje, muito mais através de suas imagens e representações [...] do que por sua dimensão material.”

A identidade e a memória refletidas no território vinícola são assim definidas por Meglio⁹⁵, sob a luz da Sociologia:

A identidade de um povo, ou de uma comunidade se explica muitas vezes naquilo que representam as pequenas tradições, os rituais, os símbolos e os produtos que são gerados, frutos de uma memória que o vento dos séculos não consegue apagar. A memória é de fato, parte integrante do sistema de experiências de cada indivíduo, esta que auxilia para recordar, a reconhecer e a reconstruir aquilo que uma sociedade sem memória, pareceria irremediavelmente perdida ou jamais existente. Mas do que é composta a memória de uma sociedade? [...] citamos Maurice Halbwachs, que na sua obra *Memória Coletiva (1950)* individualiza a função social da “memória coletiva” no delinear de um passado comum, entre aqueles que fazem parte de uma comunidade, através do conjunto de pensamentos, e das representações no espaço e no tempo. [...] A comida no decurso dos séculos sempre representou para o homem não só um meio de sustentação, mas um verdadeiro e próprio símbolo cultural.

Nos territórios vinícolas observa-se um apego familiar mais explícito por seu cultivo, pelos saberes herdados, pelo entorno construído, pela paisagem formada, incluindo todas as etapas do plantio, como o cuidado com o desenvolvimento da

⁹⁴ BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (Orgs.). **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.41.

⁹⁵ MEGLIO, Lucio. **Oltre il Terroir**: il vino come specchio di una comunità. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense. Milano-Italy: Franco Angeli, 2011, p.9. [Italiano. Tradução livre da autora]

videira na safra, a colheita, a elaboração dos vinhos, até atingir o produto final engarrafado. Para Cipolla⁹⁶, “a videira, como espelho de uma sociedade, é um tema muito atual e presente há muito tempo no pensamento literário e cultural da nossa sociedade”. Na atualidade, o plantio vinícola exige novos parâmetros tecnológicos de produção e elaboração de vinhos ao mesmo tempo em que vários territórios vinícolas mundiais, com território protegido, evidenciam a tradição de produção e a conservação de sua história como fatores relevantes.

Nos muitos territórios vinícolas mundiais, a uva tem um significado de identidade, de memória, de conhecimentos passados por gerações. Vinhos produzidos em territórios certificados, mesmo com as novas tecnologias de plantio, industrialização e elaboração, representam um diferencial que se projeta na identificação, diferenciação e agregação de valor, distinguindo-os de outros produtos da agricultura mundial. O vinho merece uma distinção à parte, pois é um produto cuidado, acalentado em suas muitas etapas de elaboração, no aguardo das reações químicas próprias e necessárias.

Isso faz com que os territórios vinícolas sejam valorizados e sua importância tem se tornado cada vez mais difundida. Nesse sentido, ressalta-se o conhecimento da história cultural do território e de sua produção, que tem levado à criação das Indicações Geográficas e Denominações de Origem por todo o mundo.

Na França, as zonas vinícolas certificadas são denominadas *Appellation d'Origine Contrôlée*⁹⁷; na Itália, *Denominazione di Origine Controllata*⁹⁸; em Portugal, *Denominação de Origem Controlada*; na Espanha, *Denominación de Origem*; na Austrália, é *Geographical Indication*; nos EUA, *American Viticultural Areas*.

⁹⁶ CIPOLLA *apud* MEGLIO, Lucio. **Oltre il Terroir**: il vino come specchio di una comunità. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense. Milano-Italy: Franco Angeli, 2011, p.11.

⁹⁷ Conforme Maurício Tagliari e Rogério de Campos (**Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.41): “Sistema francês de classificação e controle de qualidade que fiscaliza os principais vinhos da França, de outras bebidas [...] bem como alguns produtos alimentícios, cobrindo cada aspecto da produção [...] significa Denominação de Origem Controlada. Este sistema foi instituído nos anos 30 do século XX.”

⁹⁸ MEGLIO, *op. cit.*, p.43: “Sistema de classificação dos vinhos, baseados principalmente em delimitações geográficas do território de produção. É um conceito aplicável a vinhos cujas originalidades e individualidades estejam ligadas de forma indissociável a uma determinada região. Normalmente a denominação inclui também regras sobre quais uvas devem ser cultivadas e como, com definições precisas quanto a métodos de produção e procedimentos de controle, a fim de garantir a qualidade e a boa fama de um vinho de determinada região.”

2.3 PAISAGENS VINÍCOLAS CULTURAIS RECONHECIDAS PELA UNESCO

Muitas áreas vinícolas certificadas atualmente são reconhecidas pela UNESCO como paisagens vinícolas culturais, termo surgido desde a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO⁹⁹, em 1972, em que destaca: “As paisagens culturais são bens culturais que representam as obras conjuntas do homem com a natureza.”

Essas paisagens estão inseridas dentro de três categorias¹⁰⁰:

- **Paisagens claramente definidas, concebidas e criadas intencionalmente pelo homem:** esta categoria pode compreender jardins, parques, propriedades fundiárias, fazendas, áreas urbanas e outras paisagens construídas por razões estéticas.
- **Paisagens essencialmente evolutivas:** resultam da exigência de ordem social, econômica, administrativa e/ou religiosa [...] Essas paisagens refletem o seu processo evolutivo nas suas formas e composições, nas tradições vividas e nos sistemas de crédito de quem interagiu na formação da paisagem. Esta se divide em duas categorias:
 - Paisagens fósseis: cujos processos evolutivos são estancados [...], no entanto suas características tornam-se materialmente visíveis.
 - Paisagens vivas: aquelas que conservam um papel ativo na sociedade contemporânea [...] e ao mesmo tempo mostram testemunhos manifestados na sua evolução no decurso do tempo.
- **Paisagens culturais associadas:** a inscrição destas paisagens na lista do Patrimônio Mundial se justifica pela força de associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais [...] que conservam os rastros culturais.

As paisagens culturais, reconhecidas pela UNESCO, devem referenciar um valor universal excepcional, como marca singular do trabalho e da cultura do homem que as construiu. O fator de excepcionalidade de uma paisagem também contempla a cultura local.

Referenciando o traço da excepcionalidade, o arquiteto Luis Fernando N. Franco¹⁰¹ assim o define: “Excepcional é todo o material cuja forma revela um grau de elaboração e complexidade que o torna intrinsecamente portador dos dados da

⁹⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1946. Sua sede é em Paris. Possui 193 Estados-Membros, 7 membros associados e 2 observadores. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

¹⁰⁰ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin. srl, 2009, p.23. [Tradução livre da autora]

¹⁰¹ FRANCO, Luis Fernando N. *apud* LONDRES, Cecília. F. **O Patrimônio em processo:** trajetória a política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / MinC, IPHAN, 2005, p.195. De acordo com Londres (2005, p.195): “A noção de excepcionalidade é tributária das ideias de genialidade e de originalidade, [...] que põe em destaque o sujeito da criação ou o herói, ator de fato memorável.”

cultura que o produziu.” O arquiteto demonstrou neste aspecto que a cultura está intrinsecamente ligada à construção da paisagem, deixando os traços evidentes em suas representações, através de seus saberes e de seu Patrimônio Cultural.

A esse respeito, Tesi, Vallerini e Zangheri¹⁰² acrescentam que muitas são as alternativas que devem ser consideradas juntamente com suas especificidades e caráter necessários para sua proteção:

O caráter de uma paisagem cultural pode ser descrito em um grande número de maneiras todas diferentes, e tão diferentes entre si quanto são diferentes as maneiras que contribuíram para sua formação. Pode-se enumerar de modo não exaustivo: a variedade do trabalho agrícola, e o seu modelo, as respostas ao sistema ecológico, as relações visuais, as vistas e o panorama, as formas do terreno e a topografia, a vegetação, a presença de animais, as circulações, os sistemas e as presenças e trabalhos hidráulicos, as estruturas paisagísticas como pontes, muros e abrigos, os edifícios na paisagem, os materiais, os móveis e os objetos de artesanato. É compreendido também, o ar, o céu, o vento, o mar e o uso do solo. Todos os elementos que podem ser úteis para individualizar com clareza uma paisagem cultural [...] Os elementos que definem uma paisagem cultural são originados de um processo criativo que modifica uma paisagem natural e que realiza uma obra combinada entre o homem e a natureza, em um momento preciso e segundo um projeto criativo¹⁰³. [tradução livre].

Dentro do contexto de paisagens culturais que esta pesquisa estuda, deve-se destacar as paisagens vinícolas mundiais que figuram na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, protegidas pela UNESCO. Cada paisagem inscrita deve possuir, no primeiro momento, um Valor Universal Excepcional¹⁰⁴ que diz respeito a sua

¹⁰² TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin. srl, 2009, p.23.

¹⁰³ “Il carattere di un paesaggio culturale può essere descritto in un gran numero di maniere tutte diverse, e tanto diverse tra loro quanto sono diverse le maniere che hanno contribuito a formarlo. Si possono enumerare in modo non exaustivo: la varietà della lavorazione agricola e loro modelli, le risposte al sistema ecologico, le relazioni visuali, le vedute e il panorama, le forme dei terreni, la topografia, la vegetazione, le presenze animali, la circolazione, i sistemi e le presenze idrauliche, le strutture paesaggistiche come i ponti, le mura e i ripari, gli edifici nel paesaggio, i materiali, i mobili e gli oggetti di artigianato. Vi si comprende anche l'aria, il cielo, il vento, il mare e l'uso di suolo. Tutti gli elementi che possono essere utili a individuare con chiarezza un paesaggio culturale. [...] Gli elementi che definiscono un paesaggio culturale traggono origine da un processo creativo che modifica un paesaggio naturale, e che realizza un'opera combinata tra uomo e natura in un preciso momento e secondo un progetto creativo.”

¹⁰⁴ De acordo com a UNESCO, o Valor Universal Excepcional compreende:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou

singularidade, expressa através de seu Patrimônio Cultural, e deve contemplar elementos e valores que a individualizem, com condições de integridade e de autenticidade perante as demais paisagens vinícolas. Esses valores dizem respeito a suas características referentes ao Patrimônio Material e Imaterial¹⁰⁵, onde ainda estão incluídas as características da arquitetura, da paisagem, do plano urbanístico, dos costumes e das tradições também expressas em seu folclore.

Para ser reconhecido, o referencial de integridade e autenticidade deve fazer parte de um sistema de proteção e gestão, para assegurar sua proteção. De acordo com Tesi, Vallerini e Zangheri¹⁰⁶, “[...] A Carta de Nara de 1994 fornece a base prática para reconhecer a autenticidade de um bem, que são esclarecidos nos seus critérios estabelecidos.”

As paisagens vinícolas, quando de sua candidatura para a lista de Patrimônio Mundial, devem ter reconhecidas por ao menos dois critérios dentre os seis critérios estabelecidos pela UNESCO (ver notas de rodapé 104, p.55 – Valor Universal Excepcional). Desse modo, embora o cultivo vinícola seja milenar, apenas seis paisagens vinícolas mundiais são reconhecidas e constam na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Passa-se a descrevê-las.

2.3.1 Saint Emilion – França

A solicitação de proteção da paisagem vinícola de Saint Emilion, que pertence à região administrativa da Aquitânia, no Departamento francês de Gironde, foi proposta pela França no ano de 1998. Essa região, com suas oito comunidades,

v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou

vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais). (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Representação da Unesco no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/Brasilia>>. Acesso em: 28 mar. 2013).

¹⁰⁵ Ver definições anteriores de Patrimônio Material e Imaterial. Nota de rodapé 36, p.35.

¹⁰⁶ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.25.

Carta de Nara: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conferência de Nara, de 6 de novembro de 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, referendado pela UNESCO, ICOMOS, ICROM, realizada na cidade de Nara – Japão, em 6 de novembro de 1994. **Portal IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

possui um valor monumental e paisagístico incontestável. Suas oito comunidades expressam como evoluiu a necessidade de sobrevivência e como, através de suas atividades, construíram um território ímpar. “O cultivo das vinhas, a construção das cantinas, o assentamento e desenvolvimento urbano, a construção de igrejas, os monastérios e habitações criaram uma comunidade em perfeita harmonia com a topografia”¹⁰⁷.

Saint Emilion foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1998. Três critérios foram identificados para o reconhecimento do Valor Universal Excepcional dessa paisagem cultural:

- Critério 3- O território de Saint Emilion demonstra um testemunho excepcional sobre uma tradição cultural e atual: a produção vinícola.
- Critério 4- Possui exemplares arquitetônicos de qualidade, edifícios religiosos e civis na comunidade. Trata-se de uma paisagem que reflete os diversos períodos da história humana e a maneira de ocupação do território, a utilização da geografia e as condições climáticas para a criação do modo de produção vinícola.
- Critério 5- É um exemplo notável de ocupação do território, através da representação de sua cultura. É um testemunho perfeito. A simbiose entre a terra o homem e a sua produção¹⁰⁸. [tradução livre]

¹⁰⁷ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.31.

¹⁰⁸ Ibid., p.23-25.

Figuras 7 a 9 - Paisagem Cultural Saint Emilion



Fonte: L'Office de Tourisme de la Jurisdiction de Saint Emilion (2012).

2.3.2 Wachau – Áustria

Wachau está situada na Província Federal da baixa Áustria, no Vale do Rio Danúbio. Possui uma paisagem de grande visibilidade, testemunhos materiais de sua história e crescimento por mais de dois mil anos.

Sua inscrição foi apresentada ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO em 24 de junho de 1999, sendo reconhecido no ano de 2000. Está inscrita na lista com os seguintes critérios¹⁰⁹:

- Critério 2- Wachau é um exemplo excepcional de paisagem fluvial entre as montanhas, cujo testemunho material da sua longa evolução histórica pode ser observado de maneira única.
- Critério 4- A arquitetura, o assentamento humano e o uso agrícola das terras de Wachau ilustram o modo de vida de uma paisagem essencialmente medieval, que evoluiu de uma maneira natural e harmônica através dos séculos. [tradução livre]

¹⁰⁹ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.32.

Figuras 10 a 13 - Paisagem Cultural Wachau



Fonte: Austrian Tourism Board (2013).

2.3.3 Alto Douro – Portugal

O Alto Douro é uma das mais antigas regiões vinícolas mundiais. Foi demarcada desde 1756, pela Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Ali, as videiras são cultivadas por séculos em patamares construídos com pedras irregulares de xisto, vencendo encostas inóspitas e pedregosas para o cultivo de videiras, oliveiras e amendoeiras. O saber fazer construiu paisagens humanizadas que refletem a cultura local. As formas da construção da paisagem estão sendo modificadas pela falta de mão de obra, por doenças das videiras e também pela própria evolução tecnológica que a elaboração de vinhos exige, mas “dentro de um parâmetro estabelecido pela UNESCO”¹¹⁰. Sua delimitação como zona de produção vinícola é datada de 1756, estabelecendo normas para a delimitação deste tipo de território vinícola.

¹¹⁰ Afirmação de um enólogo do Alto Douro, em visita na demonstração da Paisagem Vinícola protegida, em outubro de 2012.

Foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001 com base nos seguintes critérios¹¹¹:

- Critério 3- A Região do Alto Douro produz vinhos há mais de 2000 anos e a sua paisagem foi formada pela atividade humana.
- Critério 4- Os componentes da paisagem do Alto Douro ilustram as muitas atividades que estão associadas a vitivinicultura, terraços, quintas (vinícolas), aldeias, capelas e estradas.
- Critério 5- A paisagem cultural do Alto Douro é um exemplo excepcional de região vinícola tradicional europeia, e reflete a evolução dessa atividade humana no tempo.(Italiano- tradução livre da autora)

Figuras 14 a 16 - Região do Alto Douro



Fontes: Unesco (2013); Mundo Global (2013); Porto de Portugal (2013).

Figura 17 - Região do Alto Douro 2



Fonte: Unesco (2013).

¹¹¹ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.34.

2.3.4 Tokaj – Hungria

A paisagem vinícola de Tokaj, localizada na região Nordeste da Hungria, vem sendo construída há mais de mil anos, desde a época Medieval. As tradições culturais refletem a utilização única do solo, permeada por dificuldades geográficas, climáticas, hidráulicas e geológicas que o homem soube vencer, tornando esse território vinícola singular. Diversos povos, como armênios, hebreus, russos, saxões, servos, polacos e romenos, trouxeram sua contribuição cultural do cultivo vinícola, no decorrer dos séculos. “O dossiê com sua proposta de inscrição afirma que a região de Tokaj é a primeira zona delimitada pela sua produção vinícola do mundo, em 1737”¹¹².

Desde o ano de 2002, a paisagem vinícola de Tokaj¹¹³ figura na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, com base nos seguintes critérios:

- Critério 3- A região vinícola de Tokaj representa uma tradição vinícola original, presente há mais de mil anos, e se mantém intacta até os dias atuais.
- Critério 5- O entorno da paisagem da região do vinho de Tokaj compreende os vinhedos junto aos antigos assentamentos urbanos e às pequenas aldeias, que ilustram brilhantemente a forma singular do uso tradicional do solo que esta representa [tradução livre]

Quanto a sua localização, a região do vinho de Tokaj está situada junto aos antigos assentamentos urbanos, nos pequenos povoados que permanecem no tempo através de sua história e preservação dos saberes e fazeres do vinho, formando a paisagem, através da forma singular do uso tradicional do solo. Este uso do solo que mereceu a proteção da paisagem cultural.

¹¹² TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.33.

¹¹³ Ibid., p.37.

Figuras 18 a 22 - Paisagem Cultural de Tokaj



Fonte: Unesco (2013).

2.3.5 Ilha do Pico – Açores, Portugal

A Ilha do Pico está situada no arquipélago dos Açores, com a presença dos portugueses nesse lugar desde 1427. Sua localização é um ponto estratégico para a navegação desde o início de sua povoação. Seu território vinícola é composto por pedras vulcânicas, formando pequenos recintos para a produção vinícola; sua arquitetura para elaboração de vinhos também é composta pelo mesmo material. A paisagem reflete o trabalho humano, para tornar possível a produção vinícola, de modo singular e único. Foi inserida na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, no ano de 2004, com base nos seguintes critérios¹¹⁴:

¹¹⁴ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p.39.

- Critério 3 e 5- Estes dois critérios foram aplicados por serem similares.
- A paisagem da ilha do Pico reflete uma resposta única para a viticultura sobre uma pequena ilha vulcânica, depois da chegada dos primeiros colonos no século XV. A paisagem extraordinária dos pequenos campos demarcados por muros de pedra, forjados pelo homem, como testemunho do trabalho de gerações de colonos que, em uma paisagem hostil, souberam criar um modo de vida durável e um vinho de grande qualidade. [tradução livre]

Figura 23 a 26 - Paisagem Cultural Ilha do Pico



Fonte: Clube Vinhos Portugueses (2013); Unesco (2013).

2.3.6 Lavaux – Suíça

Os vinhedos de Lavaux, no Cantão de Vaud, estendem-se por mais de 30 quilômetros, na margem Sul do Lago Genebra, de frente para os Alpes, na Suíça. Formados por terraços de pedra construídos a partir da intervenção do homem no território, sua produção milenar está próxima das zonas urbanas, o que ocasionou a solicitação, por seus habitantes, de proteção deste território.

Atualmente, os vinhedos conservam o papel de agregador social, resultado do modo de vida de sua população, mesmo com a evolução acelerada do mundo atual. A UNESCO recomenda que esses vinhedos tenham a denominação *Vinhedos de Terraço de Lavaux*, pois são muito representativos da atividade e da cultura de seus habitantes.

Sua paisagem está inscrita na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO desde o ano de 2008, figurando como a última paisagem vinícola reconhecida. Ela abrange os seguintes critérios¹¹⁵:

- Critério 3- A paisagem vinícola de Lavaux apresenta uma forma bem visível da sua evolução e do seu desenvolvimento por cerca de mil anos, através de paisagem e construções bem conservadas, e da continuidade e evolução das tradições culturais antigas específicas daquela região.
- Critério 4- A evolução da paisagem de Lavaux ilustra de maneira muito viva a autoridade e a proteção dessa região vinícola altamente apreciada, que contribuiu de modo muito intenso para o desenvolvimento de Lousane e da região. Ela exerce um papel muito importante na história geocultural da região.
- Critério 5- A paisagem vinícola de Lavaux é um exemplo de testemunho excepcional de séculos da inter-relação entre a população e o ambiente, de uma natureza muito específica e muito produtiva, otimização dos recursos locais para produzir um vinho muito apreciado, que foi um recurso muito importante para a economia local. A sua vulnerabilidade se apresenta pela proximidade dos centros urbanos em rápido desenvolvimento, tendo suscitado medidas de proteção apoiadas e sustentadas pela população local. [tradução livre]

Figuras 27 a 30 - Paisagem Cultural Lavaux



Fonte: Lavaux (2013); Montreux (2013).

¹¹⁵ TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin Srl, 2009, p. 41.

2.3.7 Conegliano – Valdobbiadene, Itália

Além das paisagens culturais vinícolas reconhecidas pela UNESCO, outros países, como a Itália, buscam a mesma distinção.

A região italiana de Conegliano Valdobbiadene¹¹⁶ obteve, em 1969, a Denominação de Origem Controlada do Prosecco, e em 2009 recebeu o reconhecimento do melhor Prosecco; pode, com isto, incluir na Denominação de Origem a palavra “Superior”, pelo grau de excelência de produção dentro de uma paisagem certificada. Desse modo, desde abril de 2010 a região obtém a Denominação de Origem que se identifica como DOCG. O “G” significa a GARANTIA de um produto certificado e de melhor qualidade, juntamente com seu território cultural. Em razão disso, a região também mantém sua candidatura junto à UNESCO para o reconhecimento de suas paisagens vinícolas¹¹⁷.

O projeto de solicitação de proteção de sua paisagem cultural à UNESCO foi iniciado em 2008, juntamente com o Consórcio de Tutela de Conegliano e Valdobbiadene, com o seguinte objetivo¹¹⁸:

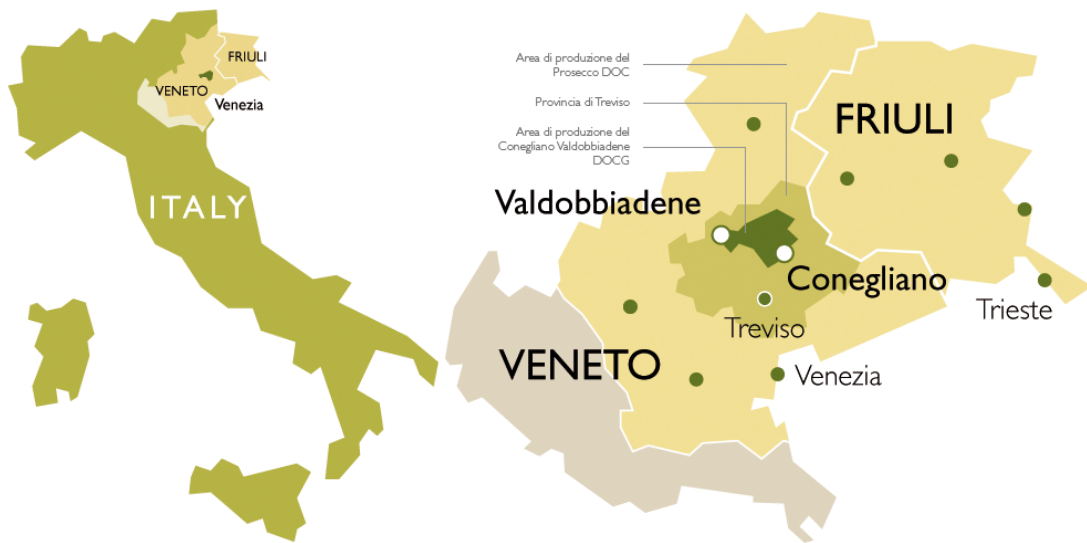
Valorizar uma paisagem vinícola extraordinária, onde as colinas, por séculos, foram bordadas de vinhedos pelo homem, que preservou o ambiente, criando uma verdadeira e própria paisagem cultural. Aqui ainda o vinho é feito à mão. A viticultura neste território soube perfeitamente integrar-se e desenvolver-se de acordo com suas particularidades geográficas, físicas e climáticas da paisagem.

¹¹⁶ “Vinho branco produzido na Região do Vêneto - Itália, a partir da uva Prosecco. [...] Até 2009, Prosecco era o nome da variedade de uva e, por muitos anos, os produtores dessa área histórica têm se centrado no nome Prosecco DOC, mais que no nome do território. (Fino al 2009 Prosecco era il nome della varietà di uva e, per molti anni, i produttori dell’area storica hanno puntato sul nome Prosecco Docpiùche su quello di territorio).” [tradução livre] (CONEGLIANO VALDOBBIADENE. **Prosecco Superiore**. Verso l’UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>>. Acesso em: 15 fev. 2013).

¹¹⁷ As paisagens vinícolas são assim descritas pelo Consórcio apoiador da Região, junto à candidatura da UNESCO: “*Aqui os viticultores conquistaram centímetro por centímetro da colina, criando uma paisagem única, cuja beleza é testemunho da vontade de candidatar a Área como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, percurso iniciado há anos atrás. A zona de produção compreende 15 comunidades e se estende em uma área por cerca de 20 mil hectares. A videira é cultivada somente nas áreas ensolaradas das colinas, em uma altitude compreendida entre 50 e 500 metros acima do nível do mar, no entanto a área ao norte é, em grande parte, coberta por bosque.*”

¹¹⁸ “*È valorizzare un paesaggio viticolo straordinario, dove le coline nel corso dei secoli sono state ricamate di vigneti dall'uomo, che ha preservato così l'ambiente creando un vero e proprio paesaggio culturale. Qui ancora il vino è "fatto a mano". La viticoltura in questo territorio ha saputo perfettamente integrarsi e svilupparsi in accordo con le particolarità geografiche, fisiche, e climatiche del paesaggio.*” [Autora tradução livre]. (CONEGLIANO VALDOBBIADENE. **Prosecco Superiore**. Verso l’UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

Figura 31 - Região da Itália, denominada Região do *Prosecco Superiore*



Fonte: Conegliano... (2013).

Essa região italiana com Denominação de Origem do Prosecco¹¹⁹ mantém a candidatura para reconhecimento de sua paisagem cultural, fundamentada também nos referenciais culturais, como a presença de uma civilização e cultura em seu território que atua de forma contínua há mais de mil anos no cultivo da videira de forma singular (fig. 32), expressando o legado cultural através do território construído.

Figura 32 - Colinas vinícolas de Conegliano e Valdobbiadene



Fonte: Conegliano... (2013).

¹¹⁹ Prosecco: uva branca cultivada na Itália, utilizada na produção de vinhos brancos [...] principalmente espumantes. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.422.

A candidatura tem o objetivo de preservar e proteger essa paisagem única, que se mantém no tempo através do modo de cultivo de suas videiras e na elaboração de seus vinhos.

Esse território vinícola possui encostas íngremes que somente permitem a utilização da força humana para o cultivo e a colheita das uvas, impossibilitando geograficamente a utilização de auxílio mecânico. É um referencial cultural – o cultivo e colheita manual, abordado com relevância pelo Consórcio que solicita a proteção, expressando o “saber fazer”.

O Consórcio que solicita o reconhecimento junto à UNESCO define sua paisagem vinícola e a necessidade de proteção da seguinte forma:

As colinas de Conegliano e Valdobbiadene representam um patrimônio insubstituível, uma paisagem natural, gerada através do sacrifício e do constante trabalho do homem, que cultivou e fez nascer uma produção vitivinícola de grande excelência. Neste momento, é de vital importância o trabalho de coordenação de todas as administrações, nos diversos níveis do território, para conseguirmos a tutela desse importante recurso. É necessário fazer sentir o nosso peso enquanto território, rico de tradições, cultura e história¹²⁰. [tradução livre]

Outras regiões vinícolas mundiais, como as da Espanha, mantêm sua candidatura junto à UNESCO para o reconhecimento de sua paisagem cultural como fator de valorização da identidade local, estendida a seus vinhos produzidos. Na Espanha, os vinhedos de La Rioja e Rioja Alavesa postaram sua candidatura no ano de 2013, para que suas paisagens sejam reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade.

¹²⁰ VINIEVINO. **Vini e Vino**. Disponível em: <<http://www.vinievino.com>>. Acesso em: 11 abr. 2013: “Le colline di Conegliano Valdobbiadene rappresentano un patrimonio insostituibile, un paesaggio naturale generato anche dal sacrificio e dal costante lavoro dell’uomo che ha portato a far nascere una produzione vitivinicola di grande eccellenza. In questo momento diventa strategico il lavoro di coordinamento tra tutte le amministrazioni ai diversi livelli territoriali per riuscire a tutelare questa importante risorsa. Bisogna far sentire il nostro ‘peso’ come territorio, ricco di tradizioni, cultura e storia.”

3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM O VINHO

Os imigrantes não trazem somente as suas espadas,
mas um invalorável patrimônio cultural intangível:
idioma, música, formas de festejar, celebrar e comemorar.
Também a gastronomia.
São e serão os fatores de diferença cultural, chamados a integrar-se na
identidade cultura local, nacional e regional.
Jorge B. Solis¹²¹

3.1 DOS PARREIRAIS À ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE - RS

Devido às guerras e às lutas de fronteira na primeira metade do século XIX, o Rio Grande do Sul se firmou como um dos importantes Estados do Brasil. Sua capital, Porto Alegre, pela localização estratégica, era referência para todo o Sul da América do Sul. O processo histórico no Rio Grande do Sul registra as guerras até a primeira metade do século XIX, que atingiram sua pecuária, dizimando os rebanhos e sua economia¹²². A partir de 1845, com o fim da Guerra dos Farrapos (1835-1845), a economia abalada se refez com a chegada dos imigrantes. Primeiro, em 1824, vieram os imigrantes alemães, e 50 anos após, em 1875, a imigração italiana, cujo povo ocupou as encostas íngremes da Encosta Superior do Nordeste, terras devolutas com mata virgem ainda não ocupadas.

Vários fatores influenciaram a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. Entre eles, destacam-se: as lutas internas pela unificação que devastavam plantações, aumentando a dificuldade de sobrevivência da agricultura; a escassez de terras e as poucas possibilidades de se tornarem proprietários¹²³; e a intensa divulgação das novas oportunidades nas terras promissoras da América. Os fatores econômicos, na época, dificultavam as condições de vida em toda a Europa e também na Itália. Este foi também um reflexo da Revolução Industrial, que qualificou a mão de obra, ocasionando significativa parcela de desempregados que não se

¹²¹ “Los imigrantes solamente ilevan a sus espadas, un invalorable patrimonio cultural intangible: idioma, música, formas de festejar, celebrar y conmemorar. También la gastronomía. Son y seán los factores de diferencia cultural, llamados a integrarse em la identidad cultural local, nacional o regional.” (SOLIS, Jorge B. **Siglo XXI: nuevos significados del patrimonio cultural y del desarrollo**. Sevilla: ETSA, 2010, p.8).

¹²² SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

¹²³ LAZZAROTO *apud* COSTA, Rovilio *et al.* **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974.

enquadravam nos padrões das fábricas, atingindo, desse modo, grande quantidade dos habitantes das pequenas localidades italianas. Também as zonas rurais, com as dificuldades de plantio, viram na imigração para a América uma forma de escapar da miséria e da fome, principalmente no período pré-unificação da Itália.

Conforme Giron¹²⁴:

Após a unificação, a Itália continuava sendo um país agrário, regido pelas relações sociais muito atrasadas que freavam seu desenvolvimento econômico e condenavam as massas populares a miséria e fome. Foi esta miséria o principal motivo da imigração italiana [...] Carente de minerais, como o carvão, o ferro, e o petróleo, a principal concentração industrial localizava-se no norte, sendo a indústria têxtil a mais importante. A indústria dependente do capital externo não se mostrava capaz de absorver grande quantidade de mão de obra disponível. Esta era ocupada na maior parte na agricultura. A estrutura fundiária apresentava distorções: latifúndios no sul e no centro, e a pequena propriedade ao norte. Os camponeses daquelas regiões trabalhavam pelo sistema de meias, nas terras arrendadas aos proprietários, e os destas viviam esmagados pelos impostos e pelos atrasados métodos de cultivo.

Essa situação impulsionou a imigração de italianos vindos principalmente das Regiões da Lombardia, Trento, Vêneto (a maioria) e Friuli Venezia Giulia (fig. 33), colonizando e desbravando florestas de grandes áreas no Rio Grande do Sul, principalmente a Encosta Superior do Nordeste – a Serra Gaúcha e a Quarta Colônia – Silveira Martins, no centro do Estado.

A imigração para o Brasil trouxe dividendos econômicos para a própria Itália com o surgimento das empresas imigratórias que agilizaram o transporte. Seus passageiros eram locados nos navios de acordo com o poder econômico, determinando deste modo, o conforto da viagem.

¹²⁴ GIRON, Loraine Slomp. A imigração Italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.47.

Figura 33 - Localização das regiões italianas com maior fluxo de emigrantes vindos para a Serra Gaúcha



Fonte: Baseado em Vinho do Mundo (2013).

As colônias de Conde D'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) foram criadas em 1870, pelo Ato de 24 de maio, do presidente da Província, João Sertório (fig. 34), com uma área de 24 léguas cedidas pelo Governo Imperial.¹²⁵ A referida colônia gerava também dividendos para este, pois, de acordo com a Lei das Terras¹²⁶, na medição e marcação dos lotes os engenheiros e agrimensores determinavam onde seria localizado o centro urbano da colônia: igreja, escola, cemitério, entre outros.

¹²⁵ COSTA, Rovilio *et al.* **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições.** Porto Alegre: EST/Suliani, 1974, p.19.

¹²⁶ De acordo com Loraine Slomp Giron (**80 anos de lutas: 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vinícola Gaúcho.** Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.19): “Em 18 de setembro de 1850 foi promulgada pelo governo imperial brasileiro a Lei nº 601, que se tornou conhecida como a Lei de Terras. A Lei determinava que a partir da data de sua publicação as terras só poderiam ser adquiridas através de compra. [...] Os recursos arrecadados, tanto da legislação da posse como da legitimação da propriedade da terra, foram destinados à medição das terras e na importação de colonos livres. [...] Entre 1850 e 1889 foram criadas cerca de 250 colônias para estrangeiros, das quais 78% eram privadas e 22% oficiais. Sendo a privada a maior parte da terra destinada a empresas de colonização, **a especulação fundiária** se instalou. O governo transferiu os lucros para os particulares, reservando para o setor público o ônus do empreendimento.” (grifo nosso)

Segundo Pelanda¹²⁷, as terras habitadas por imigrantes eram terras devolutas:

O temor dos índios e das feras mantinha afastada dali a população continentina interessada apenas nos campos de criação. [...] Dona Isabel, colocada à direita da 'estrada', tinha ao norte o rio e ao sul terras que permaneciam virgens, cedidas pelo Governo Imperial a Inácio José de Moura, Luiz Antônio Feijó e a um cidadão Machado, e a leste terras devolutas.

Figura 34 - Núcleos coloniais no Estado do Rio Grande do Sul
- Umberto Ancarini, 1905



Fonte: Baseado em De Boni (1983).

O marco da imigração italiana, em 1875, foi o Distrito de Nova Milano, Município de Farroupilha (fig. 35). Posteriormente, a imigração se irradiou por toda a Serra Gaúcha. De acordo com Frozi e Mioranza¹²⁸, assim se estabeleceram os primeiros núcleos de imigrantes italianos:

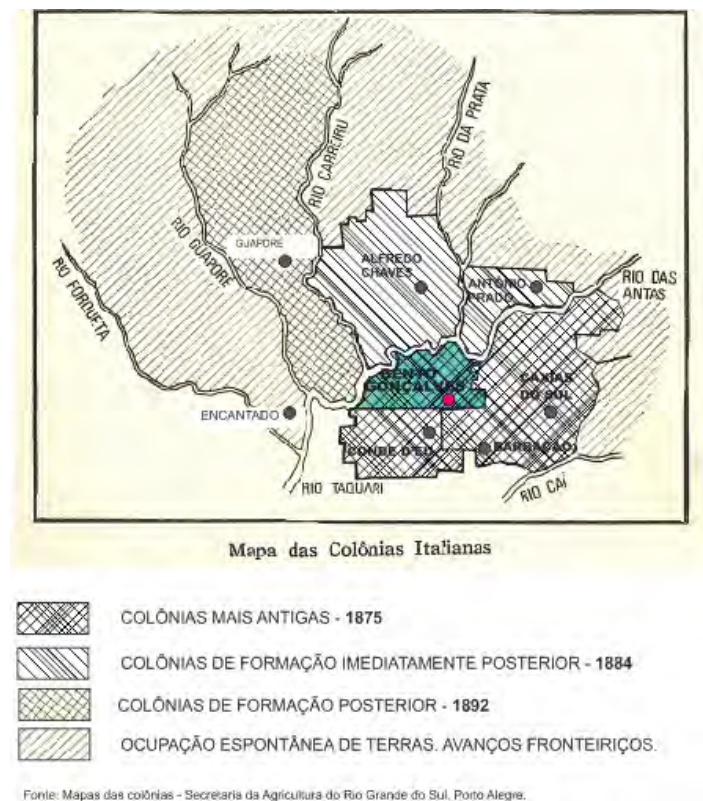
¹²⁷ PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'avila; LIMA, Mário de Almeida (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950, p.38.

¹²⁸ FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p.46.

A primeira comunidade, segundo dados históricos, foi Nova Milano,¹²⁹ constituída de imigrantes lombardos (milaneses e bergamascos). Com a criação das Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu surgiram os núcleos de mesmo nome e Nova Milano passou a ser considerada uma comunidade já constituída; [...]

Deste modo, a comunidade de Nova Milano fica colocada como primeiro marco da imigração Italiana, e passa para um segundo plano de polo irradiador. Esta função, já a partir de 1875 e, de modo mais marcante a partir de 1876, é exercida pelos três novos núcleos criados em 1876 [...] Destes destacava-se desde o início o núcleo de Caxias, por dominar uma região mais extensa e por se situarem os núcleos de Dona Isabel e Conde D'Eu muito próximos um do outro.[...] Sob a área de influência do núcleo de Dona Isabel estavam todos os lotes periféricos e a superfície norte, leste e noroeste de Dona Isabel em direção ao rio das Antas.

Figura 35 - Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul



Fonte: Baseado em Frosi e Mioranza (1975).

A partir da imigração italiana, a agricultura, a indústria e as exportações começaram a ganhar vulto em toda a região. Disto decorre a abertura de estradas de ferro para o escoamento da produção, mantendo a circulação da população até a capital e as novas áreas, agora habitadas.

¹²⁹ Nova Milano é o 4º Distrito do Município de Farroupilha; está localizado na saída da cidade em direção à capital do Estado, às margens da RS 122. O distrito é conhecido como berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul por ter sido o marco inicial na colonização italiana no Estado.

3.2 O VINHO: DA VILLA LAGARINA, NA ITÁLIA, À LINHA LEOPOLDINA, NO RIO GRANDE DO SUL

No Brasil, o povoamento da Linha Leopoldina - Bento Gonçalves, primeiro núcleo do Vale dos Vinhedos, iniciou-se com os 13 casais imigrantes italianos que se estabeleceram nos lotes 27 e 33 em 24 de dezembro de 1876, todos originários de Pedersano (fig. 36), pertencente à Região de Vila Lagarina¹³⁰ (fig. 37), localizada na Província Autônoma de Trento - Itália. Essa Província Autônoma compreende o Alto Adige e o Südtirol Austríaco, que foi anexado definitivamente da Áustria à Itália dez anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1929. É esta a razão de os trentinos serem chamados de “austríacos”.

Figura 36 - Localização da Província Autônoma de Trento no Norte da Itália e da Villa Lagarina, com a situação e localização de Pedersano



Fonte: Azienda per... (2013).

A região de Villa Lagarina foi demarcada ainda no antigo território da Récia (*Raetia* ou *Rhaetia*, em latim), uma província do Império Romano. Abrangendo os Alpes italianos, parte da Lombardia e países vizinhos de hoje, como Suíça, Tirol, parte da Alemanha, estende-se por 166 quilômetros ao longo do Rio Danúbio.

¹³⁰ O Vale dell'Adige pode ser observado através do percurso do Rio Adige, que atravessa a Província Autônoma de Trento – Itália, que seguindo seu curso entra na região Veneta através de Verona, atingindo a Pianura Padana, região de planícies da Província Veneta. A Villa Lagarina é uma região formada por 17 municípios, entre eles, Pedersano. (VILLA LAGGARINA: In: **Wikipedia**. Disponível em: <<http://www.http://it.wikipedia.org>>. Acesso em: 6 maio 2013). Mapa editado pela autora.

Trento, hoje capital da Província, era uma de suas principais cidades, atravessada por duas grandes linhas de estradas romanas que passavam por Verona (Vêneto), indo além dos Alpes Trentinos.

Figura 37 - Demarcação de Villa Lagarina durante o Império Lombardo (séc. V ao VII)

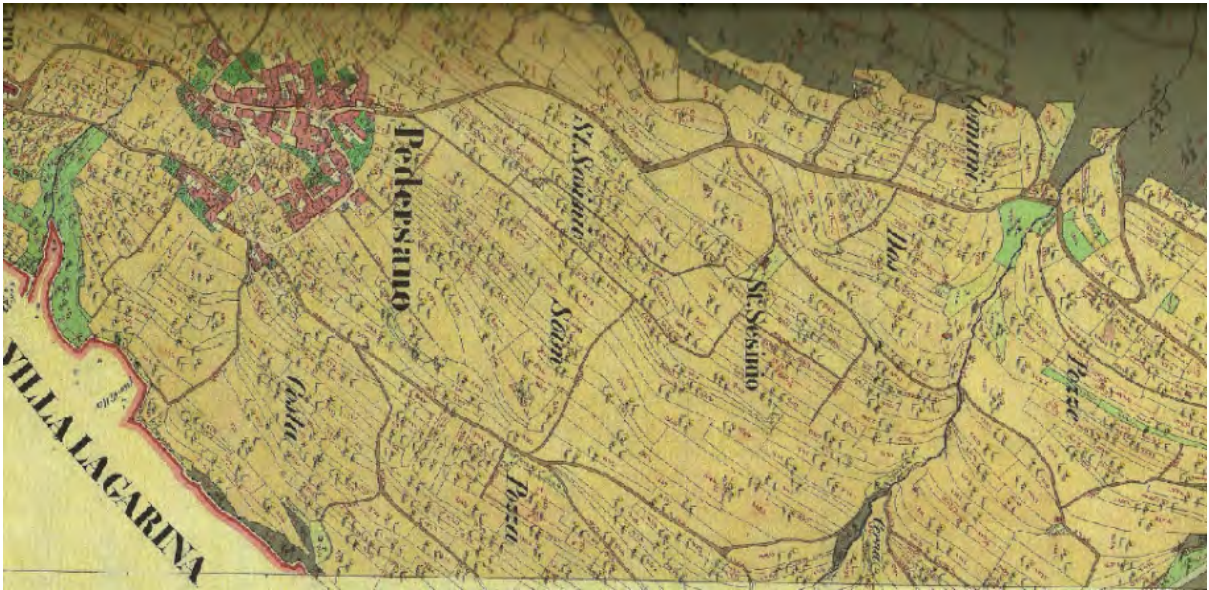


Fonte: Baseado em Adami e Giordani (1994).

A população desta região era de origem etrusca (fig. 37 e 38) quando os romanos a conheceram; como as tribos celtas tinham a posse territorial, originou-se uma mescla de povos. Os habitantes da Récia, os récios, eram também considerados, em parte, tribos celtas. Embora fosse uma região montanhosa, sobrevivia com a criação de gado e o corte de lenha, sendo esse povo pouco voltado à agricultura, com comércio de mel, cera e queijo. No entanto, o vinho era produzido juntamente com os grãos nos vales férteis e era considerado de igual qualidade em comparação com os vinhos da Itália. O imperador romano Augusto preferia o vinho da Récia a qualquer outro¹³¹.

¹³¹ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di un percorso del vino nel territorio del Comune Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.21.

Figura 38 - Mapa Pedersano, 1860



Fonte: Giordani (2011).

No Norte da Itália, o cultivo da videira é de tempos ancestrais. Os povos que ali habitavam também superaram dificuldades geográficas e todas as adversidades presentes naqueles territórios, adaptando as variedades vinícolas ao clima e ao solo e criando uma paisagem própria. O Vale Lagarino (fig. 39) era o caminho que os intelectuais europeus percorriam para chegar a Roma, atraídos pelo prestígio que a Itália havia adquirido no período do Renascimento.

De acordo com Adami e Giordani¹³², ao passar pelo Vale Dell'Adige em setembro de 1876, Goethe assim se referiu à paisagem vinícola que encontrou no caminho:

Aos pés dos montes e colinas são cultivadas as videiras. Entre as longas fileiras estão plantadas as estacas e as uvas escuras pendem graciosamente [...] também no fundo do Vale a uva é cultivada em longas fileiras, no meio surge o trigo.

¹³² ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di un percorso del vino nel territorio del Comum Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.58.

Figura 39 - Vale Lagarino e seus vinhedos, em 1786, na visão de Goethe



Fonte: Adami e Giordani (1994).

Informam ainda os autores¹³³ que, no início de 1800, a economia vitivinícola de todo o território Lagarino foi fortemente atacada pela Guerra Franco-Austríaca. Em sua passagem, os exércitos destruíram as plantações, os animais foram tomados para treinos, adicionados todos os provimentos de alimento necessários às tropas, e também o vinho. Com o fim da guerra, seguiram-se grandes reformas políticas e administrativas que permaneceram imutáveis por séculos, como a abolição dos serviços feudais.

Em 1850, a grande epidemia de oídio¹³⁴, que foi uma praga devastadora no Vale Lagarino, comprometeu a colheita por anos, fato também ocorrido nas plantações vinícolas mundiais, como na França e nos países próximos, causando uma crise global que durou quase meio século. O cultivo do bicho-da-seda também foi atingido por uma grande nevasca; desse modo, os habitantes ficaram sem suas duas entradas econômicas: o bicho-da-seda e o vinho. Essas condições contribuíram para que muitos imigrassem para o Brasil em 1875¹³⁵.

¹³³ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di un percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994, p.58.

¹³⁴ OÍDIO: Doença da videira provocada pelo fungo *Uncinulanecator*, que ataca as folhas e os frutos, e cujo sintoma é um pó esbranquiçado. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.382.

¹³⁵ ADAMI; GIORDANI, *op. cit.*, p.58.

Os imigrantes trouxeram práticas de cultivo, colheita e elaboração dos vinhos, mesmo com variedades diferentes em razão do tipo de solo, clima e ambiente propícios para se desenvolverem. Carlo Giordani, morador de Pedersano – Trento – Itália, aponta, na obra de Mariano Giordani¹³⁶ a ligação dos habitantes do território trentino com o cultivo vinícola:

É possível encontrar em escavações arqueológicas no Trentino a presença de sementes de uva, madeira de videiras, e as ferramentas para o cultivo e a vinificação no período denominado *Rhaetian* do século IV a.C. Há diferença, entretanto, da cultura vinícola mediterrânea, que utilizava recipientes de cerâmica cozida, para o armazenamento e transporte de vinho. Na faixa dos Alpes trentinos, encontraram os primeiros barris de madeira. É reconhecida nesta época uma forte assimilação cultural da realidade do Vale Lagarino com as colinas da Região de Verona- Itália, reconhecidas da época Romana e da Idade Media. [...] é fácil de imaginar dada a antiguidade da prática vinícola, que como aqui em Pedersano, é de origem muito antiga. escavações arqueológicas no Trentino a presença de sementes de uva, madeira de videiras, e as ferramentas para o cultivo e a vinificação no período denominado *Rhaetian* do século IV a.C. [...] O agricultor da Idade medieval ritmava suas intervenções no território vinícola de acordo com as técnicas aprendidas de gerações. Por séculos os agricultores locais lutaram contra a natureza inclemente, conquistando metro por metro de uma terra improdutivo e difícil. A prática da colheita permaneceu inalterada até a poucas décadas atrás. Chegava o dia da colheita, as uvas eram cortadas cuidadosamente e colocadas em recipientes chamados de conzal, grandes recipientes de madeira, carregados nas costas, que derramavam seu precioso conteúdo nas pipas colocadas nos carros agrícolas. Geralmente a uva era pisada ainda no campo com os pés, ou por meio de um "mostarol", pilão de madeira¹³⁷.

A condução dos vinhedos em Pedersano, da qual deriva sua paisagem vinícola, as primeiras verificações registradas constam desde o século XIV, e, segundo Adami e Giordani¹³⁸: “[...] não deixam dúvidas sobre o fato que,

¹³⁶ GIORDANI, Mariano. **Pedersano racconto storico di un paese Lagarino**. Trento, Italia: Alcione, 2011, p.203.

¹³⁷ Em italiano: “É, possibile riscontrare in Trentino dagli scavi archeologici la presenza di vinaccioli, legno di vite, non che utensili per la coltivazione e vinificazione nel periodo c.d. retico a partire dal IV secolo a.C. La differenza però della cultura vinaria mediterranea che utilizzava contenitori in cotto per la conservazione e il trasporto del vino, nella fascia alpina trovarono origine le prime botti di legno. Si riscontra in tale epoca una forte assimilazione culturale della realtà lagarina con le colline veronesi che continuerà rafforzandosi in età romana e nel Medioevo [...] è facile immaginare, vista l'antichità del l'insediamento come anche qui la pratica della viniviticoltura sia di origini antichissime. Anzi si può affermare sia stata l'unica pratica agricola che da secoli ha continuato ininterrottamente e continua tutt'oggi ad essere praticata sul territorio.[...] Il contadino medioevale ritmava nei propri interventi seguendo tecniche consolidate tramandate da generazioni [...] Per secoli i contadini locali hanno dovuto lottare contro una natura inclemente conquistando metro per metro una terra avara e difficile. [...] La pratica della vendemmia rimase immutata fino a qualche decennio fa. Arrivava il giorno fissato per l'inizio della vendemmia, i grappoli tagliati con piccole roncole venivano con cura raccolti nelle " conzal", grandi bigonze in legno che portate a spalla versavano il prezioso contenuto nelle botti " castelade" sistemate sui carri. Generalmente l'uva veniva pigiata ancora sul campo con i piedi o per mezzo del " mostarol" un grande pestello di legno.”

¹³⁸ ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di um percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994.

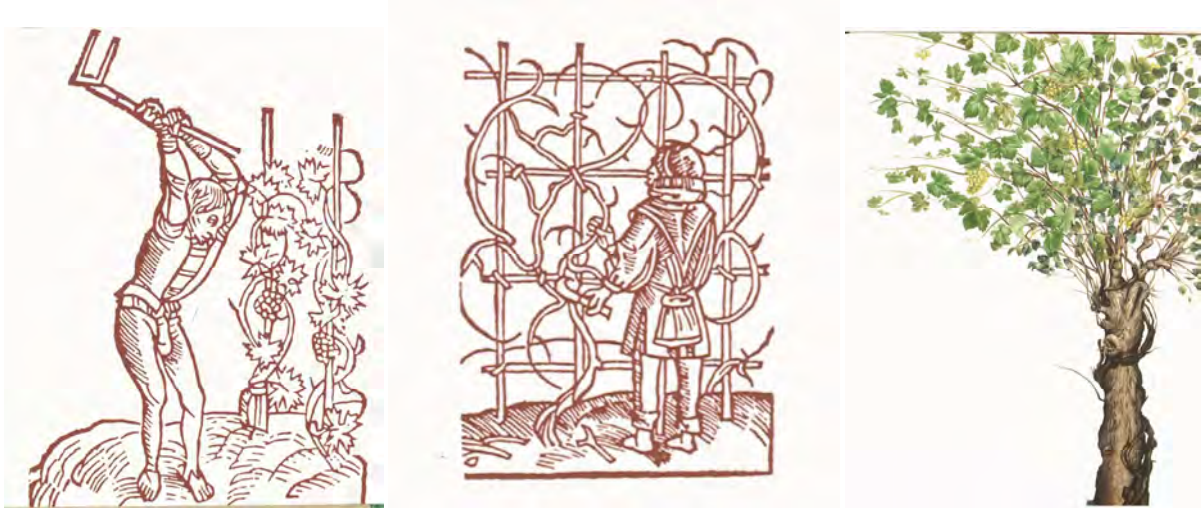
em todo o Vale dell'Adige¹³⁹, esta era cultivada alta e precisava, no entanto, de tutores que a sustentassem". Os mesmos autores descrevem o tipo de sustentação:

Estas sustentações podiam ser de dois tipos: esteios vivos¹⁴⁰, segundo a consolidada tradição romana, e esteios mortos. No território Lagarino os dois tipos eram empregados.

As sustentações vivas, chamadas de "altas", eram constituídas na maioria por árvores de *acero campestre* [...] As sustentações mortas eram as estacas, as varas compridas, le latte¹⁴¹ [...] somente da árvore chamada de *Larice*. Nos tempos mais recentes, vêm sendo empregadas outras variedades, como a castanha e acácia. [...] Na área rural Lagarina, no século XVII, era intensamente cultivada a uva em pergolados.

Figura 40 - Formas de condução e sustentação das videiras xilogravuras (séc. XVI e XVII)

Condução consorciada com tutores vivos, aqui representados pela árvore *amoreira*, base da alimentação do bicho-da-seda produzida na região trentina e brasileira.



Fonte: Adami e Giordani (1994, p.51).

¹³⁹ Ver localização na Fig. 41, a seguir.

¹⁴⁰ Os **esteios vivos** referem-se à condução das videiras através de árvores, também frutíferas, fazendo um consórcio e integração de culturas. Em 1700, era usual este modo de condução com a árvore amoreira, que produzia as folhas para o cultivo do bicho-da-seda, como é possível observar na fig. 45. Para os **esteios mortos** de sustentação eram utilizadas varas e estacas, formando as pérgolas.

¹⁴¹ Segundo Carlo Giordani, morador de Pedersano: "*Latte* é um vocábulo do dialeto que atualmente não usamos mais, mas significa longas estacas de madeira, que se utilizava para bater as árvores de nozes e castanhas, do modo a fazer caírem no chão as frutas. *Larice* é uma árvore muito comum, encontrada nas nossas montanhas." [Entrevista concedida em 1º de maio de 2013]. [tradução livre].

A forma de plantio consorciada com tutores vivos estava presente em toda a Itália, com algumas diferenciações de tutores vivos, ou de condução. De acordo com Johnson¹⁴²:

A Itália e os demais países concordavam que seus vinhos se dividiam em duas categorias: os resultantes de videiras cultivadas em árvores – que constituíam a grande maioria – e os resultantes das videiras cultivadas em tanchões, como se fazia 2 mil anos antes nas áreas de influência grega [...] As videiras eram (e ainda são) cultivadas em árvores, para economizar espaço, e muitas vezes convivem com outra cultura no mesmo campo.[...] No alto Adige se encontraram e se fundiram as tradições vinícolas do norte e do sul dos Alpes.

Figura 41 - Plantio vinícola na Itália, consorciado com tutores vivos (árvores)
Esta não é uma produção recorrente na atualidade, sendo observada em alguns locais para a preservação de costumes.



Fonte: Johnson (1999).

A abordagem do sistema de plantio vinícola trentino é referenciada na pesquisa para verificar as semelhanças das técnicas usadas na condução das videiras, elemento fundamental na composição da paisagem vinícola no Vale do Vinhedos. O sistema de plantio e a condução tradicional das videiras da Região do Trentino Alto Adige é a pérgola trentina, que se consolidou como importante elemento da paisagem vinícola, a qual é adaptada e construída para vencer os desníveis íngremes das montanhas e dos vales onde é cultivada a videira.

A pérgola trentina também está presente em algumas províncias da Região do Vêneto, na Itália, com algumas modificações em sua estrutura (Ver localização da Região do Veneto no mapa da Italia, fig. 33).

¹⁴² JOHNSON, Hugh. **A história do Vinho**. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.456.

Figura 42 - Pérgola trentina presente no atual território trentino



Fonte: Castaldi (2011).

Classificada como um sistema de condução horizontal, a pérgola assemelha-se muito à condução em latada encontrada no Vale dos Vinhedos. A forma de condução é realizada horizontalmente para maximizar a interceptação da luz solar, ocasionando melhor aproveitamento dos terraços nas encostas íngremes e proteção contra a incidência excessiva do sol, para evitar queimaduras solares nas uvas¹⁴³.

Figura 43 - Pérgola trentina simples, do território trentino atual



Fonte: Castaldi (2011).

¹⁴³ CASTALDI, Riccardo. Pérgola trentina: forma de condução no Trentino, Alto Adige. **L'Informatore Agrario**, Verona, Itália, S.r.l., n.48, p 47-49, 2011. [tradução livre].

Figura 44 - Pégola trentina dupla



Fonte: Castaldi (2011).

A condução com a pérgola trentina (fig. 44) ainda é encontrada na Região do Trento, mas gradativamente vem sendo substituída pelo plantio em espaldeira, incluindo a substituição dos varietais autóctones por varietais comerciais. O plantio em espaldeira oferece melhor mecanização no cultivo e na colheita, pela escassez da mão de obra disponível, fato que se verifica em outros territórios vinícolas mundiais e que compromete a preservação do legado histórico (fig. 45).

Figura 45 - Adubação das videiras sob a pérgola trentina, em torno de 1900-1910, na Villa Lagarina



Fonte: Adami e Giordani (1994, p.59).

Figura 46 - Pérgola trentina na Villa Lagarina 2013



Fonte: Mattedi (2013).

A Figura 46 demonstra o plantio atual com condução em pérgola trentina na Villa Lagarina. Mais exemplos podem ser verificados no Anexo 1.

Na Linha Leopoldina e região, os imigrantes empregaram as técnicas e práticas do cultivo vinícola empregadas na Itália, adaptando a condução das videiras aos materiais disponíveis e encontrados no lugar.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM VINÍCOLA NA LINHA LEOPOLDINA

Os imigrantes chegados em 24 de dezembro de 1875 abriram estradas a braço durante cinco dias e formaram suas clareiras com os lençóis¹⁴⁴ trazidos na bagagem, iniciando, assim, o primeiro núcleo habitado da Linha Leopoldina¹⁴⁵.

Todas as dificuldades de adaptação nas novas terras e a construção do novo território não estariam completas sem o cultivo da videira.

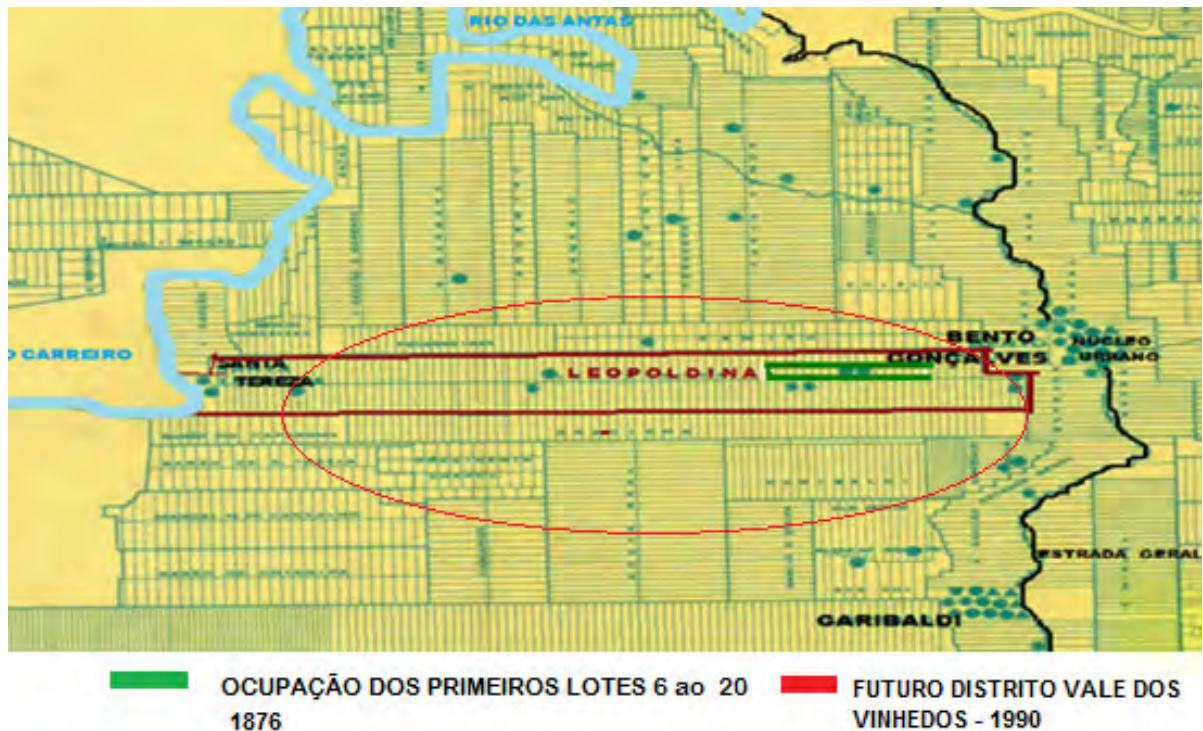
¹⁴⁴ De acordo com Rovilio Costa *et al.* **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974, p.76: “Nos relatos de 13 casais, que se estabeleceram nos lotes 27 (7) e 33 (6) em Dona Isabel, ano de 1876, [...] Lazaro Giordani acompanhado dos seus parentes e irmãos encararam esportivamente a situação de privação ao chegar ao Rio Grande do Sul. O primeiro problema enfrentado foi o da moradia e das estradas. Com apenas um facão, abriram em 12 horas cinco quilômetros de estrada, até chegar aos lotes 27 e 33. [...] o problema estava na moradia [...] tábuas e madeiras, como obtê-las? Alguém teve a feliz ideia de utilizar os lençóis de algodão e cobertas que trouxeram e transformá-las em telhado provisório.”

¹⁴⁵ Afirma Euc Giordani: “O nome linha Leopoldina é em homenagem à princesa do Brasil, Leopoldina. As primeiras famílias que povoaram este lugar tomaram posse no dia 31 de dezembro de 1876, ocupando os Lotes 06 a 20. Em 31 de janeiro de 1877, tomaram posse mais 135 famílias, sendo algumas delas: Giordani, Zorer, Larentis, Cinzatti, Angheben, e outras, ocupando os Lotes 22 a 60. No ano de 1878, chegaram mais 25 famílias, em 1879, mais 17 famílias e, em 1880, mais 3 famílias ocuparam seus lotes, sendo todos eles pagos entre os anos de 1877 a 1896.” [Entrevista concedida à autora em janeiro de 2012].

Lorenzoni¹⁴⁶ descreve o início da ocupação e os detalhes de sua formação:

Leopoldina é o nome de uma das primeiras Linhas da ex-Colônia Dona Isabel [...] Conta ela com cerca de 180 lotes rurais de 220 metros de frente por 1.100 de comprimento, todos já ocupados [...] Os primeiros colonos aqui chegados, quase todos de Trento, estabeleceram-se no primeiros lotes da referida Linha Leopoldina.

Figura 47 - A divisão das colônias italianas na Região de Bento Gonçalves
- em destaque a Linha Leopoldina e os primeiros lotes



Fonte: Baseado em Costa e Batistel (1983).

A construção da paisagem vinícola nas novas terras não tardou a aparecer, mesmo com as dificuldades apresentadas no primeiro momento. Desse modo, estabeleceram no novo território uma configuração própria do lugar, formando uma paisagem a partir da cultura dos que a produziram.

Os instrumentos de análise da construção do território estão ligados de um modo próprio, balizando o território construído, fruto da ação que o homem travou com o meio, e resulta na paisagem construída.

¹⁴⁶ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.93.

Na análise das paisagens, sob a luz da arqueologia, Farinetti¹⁴⁷ destacou os fatores que se evidenciam na construção da paisagem: “[...] A paisagem pode ser definida como uma junção de características sinérgicas físicas e culturais que lhe dão caráter e variedade ao território e dão forma a um ambiente vivido e percebido.” Portanto, o território revela a continuidade histórica do homem sobre o ambiente, expressando sua ação transformadora do espaço natural.

Rebanda¹⁴⁸ afirma que existe uma interação entre o território vinícola e seus atores principais:

Ingredientes essenciais para a construção de um território são o espaço e o Homem, tendo como denominador o factor "tempo". É nesta temporalidade que se sucedem as diversas paisagens, resultantes da interação do homem com o meio, mediante estímulos conjunturais e conforme a muito lenta evolução das estruturas sócio econômicas subjacentes [...] A construção das sucessivas paisagens decorre de diferentes modos de vida e estratégias de ocupação, variáveis consoante os períodos históricos em que ocorreram.

A trajetória dos imigrantes italianos nas novas terras, marcando todo o território da Serra Gaúcha através de sua cultura¹⁴⁹, foi amplamente descrita por vários autores nestes 138 anos (1875-2013) da imigração italiana no Sul do Brasil. Desnecessário, nesta pesquisa, reproduzi-la novamente. Alguns autores pesquisaram incansavelmente e registraram toda a história de chegada, posse, marcação do território e construção da paisagem. Essas referências podem ser encontradas em Costa e Batistel¹⁵⁰, retratando costumes, usos e tradições, e a maneira como os imigrantes recomeçaram a nova vida. De Boni¹⁵¹ descreve, em seus vários livros, a colonização dos imigrantes italianos, seu estabelecimento e a constituição de suas famílias na Serra Gaúcha, enquanto novas terras eram povoadas em outros Estados brasileiros.

¹⁴⁷ FARINETTI, Emeri. **I paesaggi in archeologia**: analisi e interpretazione. Roma: Carocci, 2012, p.9.

¹⁴⁸ REBANDA, Nelson C. A evolução da Paisagem Agrária no Douro Superior. In: SOEIRO, Teresa *et al.* **Viver e Saber Fazer**: técnicas tradicionais na Região do Douro. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainho & Neves, 2000, p.241.

¹⁴⁹ “Não há uma cultura-tradição, que não seja ligada a uma dada sociedade histórica e geograficamente situada. Uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta.” (WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p.13).

¹⁵⁰ COSTA, Rovilio; BATISTEL, Arlindo B. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. Vol. 2 e 3.

COSTA, Rovilio; COSTELA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo, J. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974.

COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.

¹⁵¹ DE BONI, Luis Alberto. **Far l'América**. Porto Alegre: Riocell, 1991.

O ato de migrar para um novo território a fim de produzir e estabelecer novas relações sociais e culturais tem um significado maior do que buscar novas terras para viver. O valor dos componentes culturais dos colonizadores sobre o território é expresso em suas representações, como sinaliza Froner¹⁵² em seu estudo *Patrimônio Cultural: tangível e intangível*:

[...] as palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. As palavras **cultura, culto** e colonização advêm do latim e derivam do mesmo verbo *colo* – *colo significou em latim, "eu moro, eu ocupo a terra", e por extensão, "eu trabalho, eu cultivo o campo"* (BOSI, 1982, p.11). A cultura remonta à própria origem do trabalho, mas, assim como o conceito de raiz, passou a ser interpretada como todo o conjunto de manifestações e expressões que constroem a identidade de um povo: sua compreensão ultrapassa a existência física. A raiz, por sua vez, deixa de ser percebida a partir de uma anatomia vegetal, para configurar-se no terreno da percepção mental: torna-se sinônimo de origem do modo de ser, ver, agir e de se relacionar com o mundo.

Através do Programa Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul (Projeto ECIRS), ligado à Universidade de Caxias do Sul, Ribeiro e Pozenato¹⁵³ estudaram e pesquisaram por mais de 25 anos a cultura de toda a região, pontuando, enriquecendo e formando, deste modo, um grande acervo cultural da colonização italiana, conforme descrevem:

Misto de investigação científica e de programa de ação cultural, ele contribuiu fortemente para que as comunidades descendentes dos imigrantes italianos melhor se compreendessem a si mesmas e também para que, em decorrência desse conhecimento, passassem a zelar com mais cuidado por seu variado patrimônio cultural.

A arquitetura da imigração italiana foi registrada por Posenato¹⁵⁴ em seus detalhes construtivos e materiais utilizados, tornando-se uma obra de referência quando se menciona a arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Frozi e Mioranza¹⁵⁵ relataram os processos de formação, evolução da língua falada, chamada de dialeto*, e a integração das comunidades ítalo-brasileiras no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, assim como muitos outros autores.

¹⁵² FRONER, Yacy-Ara. *Patrimônio Cultural: tangível e intangível*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Ieds, 2009. 220 p.; il. – (Arquitetura & Cidade)

¹⁵³ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Orgs.). **Cultura, Imigração e Memória: percursos e horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

¹⁵⁴ POSENATO, Julio. **A Arquitetura da imigração italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

¹⁵⁵ FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975. *Dialeto = de acordo com esses autores.

3.4 O CULTIVO VINÍCOLA NO BRASIL APÓS A IMIGRAÇÃO ITALIANA

O cultivo de uva e a elaboração de vinhos foram introduzidos no Brasil pelos jesuítas; no entanto, no período Colonial, que vai de 1500 a 1822, Portugal impunha restrições a suas colônias, que não podiam cultivar frutas nem industrializá-las, temendo a concorrência, dada a facilidade de produção favorecida também pelo clima tropical.

Segundo Gobbato¹⁵⁶, a produção vinícola no Brasil tem registro desde 1700:

O Dr. Philipe Westin C. de Vasconcelos, Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz", de Piracicaba, em seus "Subsídios de Ampelologia", relata que a videira era conhecida na Bahia ainda em 1567, e que, em São Paulo, já em fins de 1700, com a uva que ali se colhia, preparava-se vinho primoroso. Por sua vez, Lacordaire, em 1824, considerava São Paulo e Rio Grande do Sul como os principais centros vinícolas do País.

Na realidade, as primeiras cepas de parreiras foram introduzidas no Brasil pelos portugueses, que procuraram espalha-las em muitos recantos por eles habitados. [...] O desenvolvimento das videiras devia ser tão promissor que o Governo Português, tempos depois, para prevenir um eventual concorrente à indústria vitivinícola do reino, procurou por todos os meios dificultar a difusão da viticultura brasileira. [...] No Rio Grande do Sul, a colonização alemã, que se iniciara em 1824, aproveitava, alguns lustros depois, mudas Isabel, Concord e outras labruscas, aparecidas no Rio Grande do Sul entre 1840 e 1850, para a formação de caramanchões nas proximidades de suas casas.

Na época da independência do Brasil, 1822, produzia-se no país um vinho para o consumo interno e de baixa qualidade, como observou Saint-Hilaire¹⁵⁷ em viagem ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1820 e 1821.

Com a chegada dos imigrantes italianos/trentinos, a partir de 1875, o plantio das videiras e a elaboração dos vinhos tomou forma, passou a produzir resultados e se transformou em um fator econômico relevante no Brasil, principalmente para as novas colônias¹⁵⁸.

¹⁵⁶ GOBBATO, Celeste. **Manual do Vitivicultor brasileiro**. Vol. 1: Viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940, p.19.

¹⁵⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p.34. Diz o autor: "[...] A vinha prospera muito bem. Algumas pessoas fabricam vinho, porém de qualidade inferior e sem aceitação. A elite usa os vinhos generosos do Porto e, como o pouco que se faz no Brasil está bem longe de ser bom e [...], isso conduz o desânimo àqueles que se dedicam a experiências de enologia. [...] Somente vantagens, e grandes, terá a introdução geral de uma espécie qualquer de fabrico de vinho no Brasil, devendo o governo encorajar, por todos os meios possíveis, a plantação da vinha e a fabricação do vinho nas regiões do Brasil."

¹⁵⁸ Colônia era o termo utilizado para designar as regiões de assentamento dos imigrantes italianos.

No dizer de Giron¹⁵⁹, “[...] aos poucos os parreirais foram ocupando as encostas íngremes e criando uma nova paisagem na Encosta do Planalto Meridional da região, que mais tarde ficou conhecida como Serra Gaúcha”.

O hábito do consumo de vinho e o cultivo vinícola acompanharam os imigrantes italianos, conforme retratou Lorenzoni¹⁶⁰, um imigrante italiano da Região do Vêneto, na Itália, em sua viagem de imigração para o Brasil a bordo do vapor Colombo, em fevereiro de 1878. Assim o autor descreve a proximidade das famílias italianas com o vinho, em suas refeições a bordo:

Para cada família, distribuía-se o necessário para as refeições, isto é, bandeja, copos, pratos, talheres, xícaras; todos os objetos eram de folha e junto com eles foi entregue um barrilzinho de madeira com a capacidade de cerca 3 litros, para colocar a bebida. Foi servido o jantar, tantas rações quantos membros da família e, além do pão, um quarto de litro de vinho para cada pessoa. [...] tudo em abundância, além do pão fresco e vinho, que nos era servido todos os dias. Aos domingos, na refeição do meio dia, a ração do vinho era duplicada; completando o almoço, distribuía um bom prato de frutas secas para cada família.

Nem todos os imigrantes tiveram na viagem a bordo do navio oportunidade de refeições regradas, com distribuição de vinho, como relata Lorenzoni. Para a grande maioria, a viagem foi sinônimo de sofrimento e perdas, mas a possibilidade de comprar suas terras era o estímulo que os movia na travessia do oceano.

O gosto pelo consumo e elaboração do vinho e a produção vinícola no Brasil foram os elos com a terra de origem desses imigrantes que, tão logo estabelecidos e ao verem supridas as primeiras necessidades de abrigar, plantar e produzir para o sustento familiar, iniciaram a plantação das videiras (fig. 48).

¹⁵⁹ GIRON, Loraine S. **80 anos de lutas: 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho**. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.13.

¹⁶⁰ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.25.

Figura 48 - Produção vinícola em torno da década de 1930, em Bento Gonçalves



Fonte: Acervo Roali Majola (2013).

Não há uma definição precisa sobre a forma de chegada dos bacelos¹⁶¹ de videira até a Serra Gaúcha. De acordo com relatos orais, os primeiros plantios de videiras foram realizados pelos imigrantes alemães, que faziam parte de uma segunda experiência de imigração de colonos livres para o Brasil, sendo que na primeira, na Bahia, em 1819, não se observaram resultados positivos.

Sobre esse período de imigração, Caprara e Luchese¹⁶² afirmam:

Em 1824, uma nova experiência, com melhores preparativos, se fez na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1824 e 1830, entraram aproximadamente 5.000 colonos alemães que se estabeleceram às margens do Rio dos Sinos- na Feitoria do Linho Cânhamo. A importância e o sucesso fizeram desta experiência o marco inicial da colonização no Brasil.

No Vale dos Vinhedos, os primeiros bacelos de videiras de uvas americanas – de acordo com relato oral de Elya Paulo Giordani¹⁶³ – ilustram a forma como chegaram à Família Giordani e aos demais vizinhos na Linha Leopoldina, os quais deram origem à produção vinícola no Vale dos Vinhedos, que se expandiu pelo município e pela região:

¹⁶¹ BACELO: ramo retirado de uma videira e utilizado para a formação de uma nova planta. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.62.

¹⁶² CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.15.

¹⁶³ Elya Paulo Giordani, neto de imigrantes trentinos, nasceu, viveu e morreu no Vale dos Vinhedos, com 89 anos, em 2010. [Entrevista concedida a seu filho Edgar Luis Giordani em 1º de maio de 2006]

Meu pai contava que meu avô, Lázaro Giordani, mais ou menos um ano depois de chegar (1877-78) vindo de Pedersano - Villa Lagarina, Trento, território austro-húngaro, por causa do dialeto falado na Áustria, ele entendia bem a língua alemã, fazendo-se entender com os imigrantes alemães instalados em São Sebastião do Caí, que produziam uva. Meu avô, com seu cavalo, foi até lá e voltou com uma carga de bacelos, que distribuiu até esgotar a carga para as famílias da Linha Leopoldina. Mas não tinha arame para a sustentação das videiras, como existe agora; eram sustentadas por cipós, abundantes na região.

Desse modo, o homem e as videiras formaram uma parceria indelével em solo fértil depois de dominado, marcando a paisagem até os dias atuais. Tal entendimento das trocas efetivadas pelos imigrantes com seu novo território ganha relevância na criação e formação de uma identidade cultural própria, como apontam Ribeiro e Pozenato¹⁶⁴:

A identidade cultural própria da região de imigração italiana construiu-se em função de diferentes fatores que ainda merecem estudos mais aprofundados. Alguns deles, no entanto, podem desde já ser apontados se não como determinantes, ao menos como condicionantes do processo ocorrido. Um primeiro fator é o que aponta para a própria origem dos imigrantes. A sua quase totalidade era composta por camponeses, e quase todos eram providos do Norte da Itália, sendo que a maioria era das províncias do então denominado Tri-Vêneto. A peculiaridade cultural desse grupo como a sua relativa homogeneidade são elementos de grande importância para a configuração do perfil cultural da região. Um segundo fator é o que engloba o conjunto das situações novas encontradas pelos recém vindos, desde a situação física e geográfica, passando pelo tipo de assentamento, até os tipos de recursos disponíveis. Todas elas exigiam adaptações e, no limite, a criação de novas formas de organização social e novas tecnologias, a partir do tipo de organização e tecnologias trazidas como bagagem cultural. Um terceiro fator é representado pelo tipo de conjunto de relações que se foram estabelecendo entre esse grupo cultural estranho e a cultura já estabelecida e dominante. Essa será uma história de trocas, mas igualmente de conflitos, uns e outros deixando suas marcas na fisionomia cultural da região.

3.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO NO VALE DOS VINHEDOS

Além da produção vinícola, o território forma sua identidade cultural através de sua arquitetura de habitação, das cantinas para a produção do vinho e da arquitetura religiosa. Na Linha Leopoldina, os imigrantes construíram ao longo dos anos uma arquitetura identitária com os materiais encontrados no lugar. A madeira de pinheiro da *araucária angustifolia* proporcionou a construção de casas de dois pavimentos através do comprimento de suas tábuas serradas de cinco metros e

¹⁶⁴ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Orgs.). **Cultura, Imigração e Memória: percursos e horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.16.

cinquenta centímetros¹⁶⁵, favorecendo a termicidade e o conforto. Os próprios moradores, nas horas vagas, fabricavam os tijolos para a construção de suas casas.

A pedra basalto, abundante em toda a Serra Gaúcha, foi largamente utilizada na construção dos porões (cantinas), que inicialmente eram os lugares “sagrados do Vinho”, para sua elaboração e maturação. As cantinas, com suas pipas cheias, também eram lugares de festa e celebração, lugares para marcenaria e dos embutidos¹⁶⁶.

Um legado arquitetônico que reflete as várias etapas de ocupação do território e seu crescimento no tempo.

Figuras 49 a 51 - Arquitetura habitacional de madeira, pedra e tijolos no Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2011).

Figuras 52 a 55 - Arquitetura das cantinas no Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2011).

¹⁶⁵ As tábuas serradas para a construção das casas, seguindo a bitola inglesa de corte, com dimensões de 5,50 m x 0,30 cm x 0,025 cm. O comprimento era o equivalente a dois pavimentos, recebendo o remate externo com uma ripa de madeira de 0,05 cm. As casas construídas com no mínimo dois pavimentos: o porão (cantina) construído com pedra basalto ou tijolos, e a parte superior da moradia, com um ou dois pavimentos em madeira. (POSENATO, Júlio. **A Arquitetura da imigração italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.470).

¹⁶⁶ GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho, como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. 2-4 nov. 2011. **Anais...** CASTRIOTA, Leonardo Barci (Coord.). Belo Horizonte: IDES / Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011.

Figuras 56 a 58 - Arquitetura religiosa - capelas e capitéis,
e arquitetura de cemitérios



Fonte: A autora (2011).

4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, ENTRE O POVOAMENTO E A CRIAÇÃO DA PAISAGEM DOS VINHEDOS - DE 1875 A 1940

Antes da chegada dos imigrantes italianos em 1875, o atual Bento Gonçalves era habitado pelos índios tapuias. Os bandeirantes, que desde 1630 percorriam a área para estabelecer e ampliar domínios portugueses, também capturavam e aprisionavam os índios para vendê-los como escravos. Até 1870 o local era conhecido como “*Cruzinha*” (fig. 58), e o Livro do Cinquentenário¹⁶⁷ da Imigração Italiana assim o descreve:

Antes da imigração, esta terra selvagem, áspera e forte era conhecida com o nome de *Cruzinha*, de uma pequena cruz de madeira junto a estrada, mais ou menos localizada em frente do atual Banco Pelotense. Parece que ali foi morto um alemão que fazia parte dos que traçavam as estradas, que partiam de Taquara até Lagoa Vermelha, dali descia para a Roça Reúna, e Cruzinha, até Montenegro.

Figura 59 - Festejos de inauguração do Largo da Cruzinha em 1926
No lado direito, parte da Igreja Santo Antônio.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

¹⁶⁷ ITÁLIA: **Cinquentenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia. / Globo, 1925, p.83.

Oito anos após a chegada dos imigrantes, o povoamento das colônias Santo Antônio de Dona Isabel e São Pedro do Conde D'Eu tomou forma em razão de seu desenvolvimento, e o local passou a ser reconhecido como Freguesia através da Lei nº 1.455, de 26 de abril de 1884¹⁶⁸, desmembrando-se do Município de Montenegro. Na mesma data, Caxias do Sul também se emancipou do regime colonial e em 20 de junho de 1890 tornou-se município autônomo.

As colônias Dona Isabel e Conde D'Eu passaram a formar o Município de Bento Gonçalves, com a conquista da emancipação política dada pelo Ato nº 474, de 11 de outubro de 1890, assinado pelo então Governador do Estado, Gal. Cândido Costa. A instalação do Município de Bento Gonçalves ocorreu em 23 de outubro de 1890.

Figura 60 - A principal rua da cidade, Rua Marechal Deodoro, provavelmente na década de 1880
Ao fundo, à direita, o início da construção da Igreja Santo Antônio.



Fonte: Foto de Luis Stigaard - Acervo de Ronaldo Marcos Bastos (2013).

¹⁶⁸ FORTES, Amir B.; WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.e.], 1963.

A religiosidade trazida pelos imigrantes italianos foi um fator determinante de união da população, pela devoção a Santo Antônio (fig. 60). A primeira igreja de tábuas de madeira surgiu em 1876. Houve missa em homenagem ao padroeiro do município dois anos após, em 1878. Mesmo com uma pequena igreja, em 23 de maio de 1886 foram inaugurados os três sinos da igreja, fabricados em Bassano del Grappa – Vêneto – Itália. A construção da igreja em alvenaria ocorreu a partir de 1890, com a primeira inauguração em 1894, até 1923. Foi concluída em 1933, com a construção da torre, que se mantém até os dias atuais como símbolo de devoção. Sua arquitetura é um dos expoentes de arquitetura religiosa, atualmente em processo de restauração, mas de grande visibilidade na região por ter se tornado o Santuário de Santo Antônio.

Figura 61 - Igreja Santo Antônio, 1923
Ao lado, a igreja atual, o Santuário de Santo Antônio.



Fonte: Paróquia Santo Antônio - Acervo Raoli Majola (2013).

A emancipação política trouxe para o município as contribuições das zonas urbana e rural com o pagamento de impostos oriundos do comércio, de pequenas indústrias e da produção agrícola. Desde 1890, a Intendência Municipal trabalhava no sentido de cobrar os impostos, mas isso não era aceito pela maioria da população, ocasionando levantes acalorados que cessaram somente na

administração do engenheiro João Baptista Pianca¹⁶⁹, que regulamentou a cobrança de impostos.

Em 20 de setembro de 1902 foi inaugurada a sede da Prefeitura Municipal (fig. 61), que é a mesma até os dias atuais. Em 1927 o município inaugurou seu hospital principal.

Figura 62 - Inauguração da Prefeitura Municipal em 20 de setembro de 1902



Fonte: Museu do Imigrante – Bento Gonçalves (2013).

Desde o início da colonização, os novos assentamentos de imigrantes eram monitorados pelo Governo italiano através de seus agentes consulares, que regularmente realizavam visitas em toda a região para verificar a situação em que se encontravam seus compatriotas emigrados. Em Bento Gonçalves, os relatórios consulares permitem a observação da realidade dos imigrantes à época.

¹⁶⁹ João Baptista Pianca, engenheiro, graduado na escola de Engenharia de Porto Alegre em 1915. Foi diretor das obras públicas do Estado. Em 1919 e 1920 foi nomeado professor de arquitetura, construções metálicas, em alvenaria e madeira. Em 1923, fez parte do Conselho Universitário da Escola de Engenharia. Em 1923 foi candidato a substituição do Intendente de Bento Gonçalves, que não poderia ser reeleito. Realizou sua administração de 1924 a 1928 com grandes obras vitais para o Município e com grande aceitação popular. Na agricultura, o trigo, a uva e o vinho eram os principais produtos que mereceram especial atenção. (BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. Arquivo Público e Histórico Municipal. **Memórias de Bento Gonçalves, RS**: fundamentação histórica. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006).

No início do século XX, o agente consular Luigi Petrocchi¹⁷⁰ assim se referiu à produção vinícola: “Nas colônias italianas começou-se há cerca de 20 anos¹⁷¹ a plantar videiras.” Em 1905, outro agente consular, Vittorio Bucelli¹⁷², relatou em sua visita:

O primeiro cortou um pedaço de mato em uma elevação e plantou um parreiral modelo, que ele pode abarcar em parte com um lance de olhos de dentro da casa, construída com toda a comodidade, se não elegância. O parreiral elevado a metro e meio de altura, em forma de latada, crescia muito bem e estava sobrecarregado de uva.

Os relatórios demonstram a proximidade da produção vinícola da população, tanto na área urbana quanto na zona rural. A presença dos parreirais e a elaboração do vinho eram uma constante nas colônias.

Treze anos após a chegada dos imigrantes, a cultura vinícola permitiu uma continuidade de saberes e de referências que transformou o território, conforme relata Lorenzoni¹⁷³:

No ano de 1888, a maior parte de nossos colonos havia plantado suas parreiras e dispunha de tudo o que havia de melhor em trigo, milho, vinho, queijo, salames, toucinho, manteiga e galinhas em quantidade. Para a família do colono que amava o trabalho, nada absolutamente faltava; vivia-se uma vida sem preocupações e de um invejável bem-estar. [...] Na colônia, portanto, encontrava-se fartura e abundância de tudo o que é bom. Vinho em toda a parte, feito de pura uva, sem sulfato, sem açúcar, sem qualquer outro ingrediente adicionado em sua fabricação.

O traço da cultura vinícola, além de marcar a paisagem, transformou o território em um espaço social, fazendo com que seus moradores se reconhecessem dentro de uma produção vinícola e também de competição entre produtores. Disso aflorou uma marca cultural dos imigrantes.

¹⁷⁰ COSTA, Rovilio *et al.* **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST /Suliani, 1992, p.63.

¹⁷¹ A plantação das primeiras videiras em Bento Gonçalves ocorreu em torno de 1877-1879. Outros relatos demonstram que o clima favorável também contribuía significativamente para a produção vinícola. Em 1900 Bento Gonçalves já enviava seu vinho para Porto Alegre.

¹⁷² BUCELLI, Vittorio. Agente de imigração do Governo brasileiro no Vêneto – Itália. In: COSTA, Rovilio *et al.*, *op. cit.*, p.98.

¹⁷³ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante Italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.52.

Figura 63 - Colheita da uva com utilização de cestas de vime, em torno da década de 1960



Fonte: Acervo da Cooperativa Vinícola Aurora (2013).

Era comum as famílias vizinhas compartilharem a ajuda entre si na poda das videiras, no fabrico de cestas para a colheita, na própria colheita da uva, no conserto das estradas para o escoamento da produção e no compartilhamento de mão de obra, vasilhames e carroças úteis para a colheita¹⁷⁴.

O espaço social, de acordo com Santos¹⁷⁵, está ligado ao todo que o território representa para aquela comunidade:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.

No final do século XIX e início do século XX, pela adaptação da videira ao solo, com o clima favorável presente no território e o cultivo vinícola como parte da cultura dos imigrantes, previa-se que, com o melhoramento técnico da condução das videiras e da qualidade do vinho, ele poderia se tornar um referencial também econômico para a região.

¹⁷⁴ Entrevista de Edgar Luis Giordani relembando sua fase de infância na década de 60, do que ocorria na colheita da uva.

¹⁷⁵ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.68.

Em 1906, Lorenzoni¹⁷⁶ descreveu a tendência esperada para a produção de vinho:

Este é o único produto que terá um futuro certo, e isto logo que a estrada de ferro venha atravessar esta zona. Acredito que em época não muito afastada será valorizado somente o vinho escolhido e com a devida graduação alcoólica. [...]

O vinho, num futuro próximo, certamente se constituirá num dos artigos de melhor rendimento, na zona de colonização italiana, onde o cultivo dos parreirais é próspero, podendo dar um lucro de milhares de contos de reis, e, portanto, os vicultores não devem desanimar.

Em menos de uma década desde o povoamento na Linha Leopoldina, hoje Vale dos Vinhedos, depois da cultura de subsistência, a produção de uvas passou a ser a principal cultura, conforme descreve o relatório do Conde Antônio Creppi, Cônsul italiano em Porto Alegre¹⁷⁷, em visita a Bento Gonçalves:

As principais culturas a que se dedicam nossos colonos são a do milho e da uva. Cuidam-nas com interesse e esmero porque são as mais necessárias, uma à própria existência, e outra pelo lucro que traz. Em 1882, os resultados foram de 15.074 hectolitros de milho e 6.327 hectolitros de vinho, enquanto que, em 1883, houve 25.789 hectolitros de milho e 77.465 hectolitros de vinho, o que não deixa de ser uma diferença bastante grande.

A mão de obra familiar, o bom preparo da terra, a diversidade de culturas e o clima favorável foram fatores preponderantes no crescimento econômico, mesmo que os novos habitantes devessem cuidar das condições de trafegabilidade de suas estradas para o escoamento da produção devido ao pouco interesse do Governo Imperial. Em 1887, dez anos após o estabelecimento dos imigrantes italianos, já era evidente o crescimento econômico através das exportações. Esse crescimento paulatino foi verificado pelos referenciais de produção e exportação da produção sobressalente, mesmo com as intempéries climáticas que assolaram a região¹⁷⁸ nos anos de 1876 a 1884. Nos relatórios da Colônia Dona Isabel, a Linha Leopoldina era considerada o lugar que possuía as melhores terras para o plantio de videiras e também para a produção agrícola¹⁷⁹.

¹⁷⁶ LORENZONI, Júlio *apud* CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**: 1875 a 1930. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.191.

¹⁷⁷ CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.15.

¹⁷⁸ DE BONI, Luis Alberto *apud* CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.186.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p.181.

Há uma relação da área urbana com a rural, com o crescimento do número das casas comerciais que atendem todo o município; também houve o aumento populacional verificado através dos relatos dos intendentes municipais¹⁸⁰:

Ano: 1876-1877 | Grande seca assola a região trazendo grandes prejuízos a plantação de trigo, milho, feijão e batatas. "Melhores terras, porém, encontram-se na Linha Leopoldina."

Ano: 1876 | Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas [...] As plantações contam de feijão, milho, batata, fumo, mandioca, cana, lúpulo, trigo, centeio e vinha, a qual, especialmente, muito próspera, sendo de espera que, em curto período, as duas colônias tornem-se produtoras e exportadoras de vinhos em avultada quantidade e superior qualidade. [...] Indica ainda existência nas duas colônias Dona Isabel e Conde d'Eu de 90 bois, 860 vacas, 850 cavalo e mulas, 8.500 suínos, 50 carneiros, 1.400 cabras e 13.600 aves domésticas. [...] Produção artesanal e manufatureira, 72 colonos dedicavam-se a profissões diversificadas, sendo a maioria no fabrico do pano de linho.

Ano: 1879, p.184. "O relatório comprova que em apenas três anos de instalação dos italianos em Bento Gonçalves, havia o registro de: Casas de Negócios - 10, Ferraria - 1, Sapataria - 1, Oficina de alfaiate - 1, Moinhos - 5."

Ano: 1884 População: 1.040 brasileiros; 6.495 italianos; 800 austríacos; 2 franceses; 1 português; 1 húngaro; totalizando 8.339 habitantes. (grifo nosso)

As necessidades diárias dos moradores e a precariedade das estradas, impedindo a locomoção, criaram a necessidade de se construir oficinas e pequenas indústrias. No entanto, começou a sobressair o cultivo da videira, também como fator econômico das novas colônias de imigrantes¹⁸¹:

[...] a videira, contudo, é a que provoca os maiores esforços e também a que possibilita os maiores lucros. Há colonos que, após só 3 anos de cultivo, já obtém com a venda um valor de 3 a 5 mil francos anuais. Procura-se ainda melhorar a qualidade, introduzindo cepas italianas, que produzem um vinho igual ao nosso, e sem comparação melhor que o feito com as vides nativas.

A produção agrícola, oito anos após a chegada e o estabelecimento dos imigrantes em 1883, estava distribuída¹⁸² conforme se constata na tabela a seguir. Perante as demais culturas, a produção vinícola tinha um somatório expressivo, transformando-se em um fator econômico relevante perante as demais culturas. As culturas foram necessárias para a sobrevivência no território, sendo seu excedente vendido e transformado em fonte de renda.

¹⁸⁰ Relatos do Sr. Cartier, em 1883. (CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**: 1875 a 1930. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.180-188).

¹⁸¹ DE BONI, Luis Alberto *apud* CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.186.

¹⁸² CAPRARA; LUCHESE, *op. cit.*, p.184.

Tabela 2 - Produção agrícola

Produto (1883-1884)	Quantidade (em litros)
trigo	1.444.800
Centeio	1384.000
Feijão	1.736.400
milho	1.017.000
Arroz	44.000
Cevada	374.800
Vinho	4.986.000

Fonte: Caprara e Luchese (1994, p.153).

Na área urbana de Bento Gonçalves, em 1884-1885, o crescimento econômico era notado, com uma população em torno de 850 habitantes¹⁸³. Em menos de 10 anos, havia um comércio provido de mercadorias e serviços necessários para o bem-estar de sua população (ver Anexo 2).

O aumento da produção vinícola chamou a atenção de outros locais do Estado, prevendo a concorrência de produtos. Um documento da Câmara Municipal de Montenegro, datado de 6 de setembro de 1888, exalta a qualidade das terras de Bento Gonçalves para a produção vinícola utilizando principalmente a cepa Americana Isabel e afirma que produziram resultados satisfatórios, sendo isentas de ataques de moléstias, com uma produção vinícola cada vez mais crescente¹⁸⁴.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe efeitos econômicos ao comércio em consequência do aumento de valores dos produtos de primeira necessidade. De acordo com Lorenzoni¹⁸⁵:

[...] se durante a Monarquia um metro de fazenda custava trezentos réis [...], com a chegada da República esse mesmo artigo subia duas, três e até quatro vezes o seu preço [...] ganharam os comerciantes [...] com as casas abarrotadas de produtos.

A produção agrícola crescia, mesmo que assolada por calamidades, como a seca de 1904, que se mostrou inclemente nos dois anos subsequentes, e os gafanhotos, em 1905. Mas em 1908 a safra de uva foi promissora, trazendo bem-estar também econômico a seus produtores.

¹⁸³ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**: 1875 a 1930. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.190.

¹⁸⁴ Ibid., p.194.

¹⁸⁵ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.181.

Dentro desse quadro de seca, merece ser destacado um fato: a construção da Igreja na Capela das Neves, localizada na Linha Leopoldina, conhecida como a Igreja do Vinho¹⁸⁶ (fig. 64 e 65):

Uma história singular, passada de geração em geração, que faz parte de toda a comunidade do Vale dos Vinhedos, a Igreja construída com vinho na terra do vinho. Agora vem ganhando contorno de destaque como marco histórico e de referência turística. Em 1903 a Comunidade da Capela das Neves decide construir uma nova igreja. Para a fabricação manual dos tijolos nos finais de semana, foram construídos fornos, para a secagem dos tijolos em quatro meses. No final de 1904 os alicerces estavam prontos, e a safra da uva de 1905 havia sido excepcional. Ocorreu uma grande estiagem no ano seguinte, impedindo a continuidade das obras por falta de água. O único recurso disponível era o transporte de água, do rio das Antas a 30 km, mas que em lombo de burro, não seria nada fácil. Durante uma procissão, para pedir chuva, o morador Marco Luigi Valduga observa manchas vermelhas de sangue caídas sobre uma pedra, de um trabalhador que havia se ferido na obra. Faz a relação do vermelho com o vinho, do sangue de Cristo na missa católica, representado pelo vinho na eucaristia. No mesmo momento propõe a todos a substituição da água pelo vinho na argamassa de construção. Assim foi realizada, cada família doou uma quantidade de vinho, para que a obra pudesse ser finalizada, com esta argamassa de assentamento. Sua inauguração procedeu-se em 14 de julho de 1907.

Figuras 64 e 65 - Capela das Neves (A Capela do Vinho)



Fonte: A autora (2012).

¹⁸⁶ GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho, como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. 2-4 nov. 2011. **Anais...** CASTRIOTA, Leonardo B. (Coord.). Belo Horizonte: IDES / Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011, p. 12-13.

Em 1907 foi fundado o Sindicato Agrícola, com o objetivo de reforçar tecnologias e produção agrícola voltadas para a melhor qualidade do produto. Era necessário adequar e aperfeiçoar a qualidade do vinho para efetivar sua comercialização além dos limites do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, para a melhoria da qualidade do vinho, Lorenzoni¹⁸⁷ descreveu as novas instalações vinícolas preparadas de acordo com as normas higiênicas vigentes, melhorando a qualidade da produção:

No ano de 1907, os irmãos Jacó e Alexandre Pasquali, Orestes Braghirolli, Luis Alegretti e irmãos Dal Molin, estes da linha Palmeiro, fizeram a primeira instalação para os trabalhos de viticultura, preparando locais adequados, pipas de capacidade de dezesseis, vinte e trinta mil litros de vinho, pisadoras de uva, prensas e todo o instrumental necessário para a fabricação de vinhos escolhidos, com a finalidade de melhorar sempre mais uma indústria que, forçosamente, haveria de beneficiar grande número de vicultores.

A produção vinícola cresceu, e necessitavam cada vez mais de melhoramentos técnicos para a elaboração dos vinhos. Assim, em 1907 chegou em visita a Porto Alegre o enólogo italiano Lourenço Mônaco, morador de Mendoza, Argentina, que dirigia indústrias vinícolas e viajou para a capital do Rio Grande do Sul com o objetivo de observar o primitivismo da viticultura no Brasil¹⁸⁸. Aqui, recebeu o convite do Governador do Estado, Borges de Medeiros, para assumir o posto de enólogo fiscal da Diretoria de Higiene em Caxias do Sul e Garibaldi. Mudou-se, então, com a família em 1908 e fixou residência em Bento Gonçalves. Nas cantinas existentes, introduziu novos maquinários, bombas e filtros e utilizou as correções científicas para melhorar a graduação alcoólica, aprimorando em um todo a elaboração dos vinhos em Bento Gonçalves e na região. Em 1916, juntamente com o irmão Horácio, abriu uma vinícola própria, priorizando as medidas de higiene na elaboração de vinhos, e também introduziu e produziu vinhos de cepas europeias viníferas para a produção de um vinho de qualidade.

Em 1911, o crescimento vinícola fez com que os intendentess destacassem em seus relatórios anuais o crescimento econômico que proporcionou bem-estar aos produtores e a suas famílias, principalmente relacionado à produção vinícola:

¹⁸⁷ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante Italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.221.

¹⁸⁸ BERTASO, Henrique D'Ávila; LIMA, Mário de Almeida (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

As indústrias também se têm desenvolvido com certo incremento contando hoje o município com diversas fábricas de vinho, sendo três em grande escala com aparelhos aperfeiçoados e quatro em menor escala, além de outras que estão estabelecidas em diversos pontos. Além da indústria vinícola aperfeiçoada temos as fábricas de queijo Parmesão [...] e outras indústrias de preparados de carne de porco, presunto, salames, verdadeiras alavancas do progresso e desenvolvimento deste município¹⁸⁹.

Os agentes consulares italianos realizavam visitas anuais. Em 1904, Luigi Petrocchi citou outros produtos que se sobressaíam na economia do município¹⁹⁰, como a criação do bicho-da-seda¹⁹¹, e solicitou maior acompanhamento e orientação técnica para melhorar a qualidade do produto e o retorno econômico.

O cultivo do bicho-da-seda era prática comum nas comunidades da Villa Lagarina, na Itália, trazida pelos imigrantes trentinos a Bento Gonçalves, onde serviu como fonte auxiliar de renda e recebeu grandes investimentos do governo estadual na década de 1940¹⁹², perdurando sua produção (fig. 66) até em torno da década de 1960.

De Boni¹⁹³ aponta que: “Nos primeiros tempos, a seda se produzia a domicílio. Daí as amoreiras para alimentar os bicho-da-seda. Tal costume caiu em desuso com a evolução dos sucedâneos da seda.”

¹⁸⁹ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 207.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p.200.

¹⁹¹ A produção de casulos do bicho-da-seda foi introduzida na Região do Trento, na Itália, antes do ano de 1500, pela presença dos venezianos nessa área. Era um trabalho geralmente efetuado pelas mulheres, que os imigrantes trentinos deram continuidade no Brasil, pelo clima favorável e ótimo crescimento da amoreira, que servia de base para a produção dos casulos do bicho-da-seda.

¹⁹² BENTO GONÇALVES. **Relatório do Exercício de 1941**. Prefeito João Dentice. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial, 1942, p.5-6 e 144-145.

¹⁹³ DE BONI, Luis Alberto *apud* POSENATO, Júlio. **A Arquitetura da imigração italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.301.

Figura 66 - A entrega da produção de casulos para a fabricação da seda, em torno da década de 1950



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Verificando a necessidade de aperfeiçoar a qualidade dos produtos, os agentes consulares solicitaram que o governo italiano enviasse um corpo técnico, principalmente de enólogos e engenheiros agrícolas, para auxiliar na qualidade técnica, em especial na produção vitícola (fig. 66) e na elaboração de vinhos.

Figura 67 - Interior de Bento Gonçalves, em torno da década de 1960



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Neste ínterim, dada a necessidade de melhoramento técnico, surgiu a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896 para capacitar técnicos¹⁹⁴, que se tornou uma grande aliada para o melhoramento agrícola, genético e de higiene, auxiliando também no aumento da qualidade dos vinhos produzidos. Em 1912 chegavam ao Brasil técnicos e professores contratados da Alemanha, dos Estados Unidos, França e Itália. Entre os novos professores da Escola de Engenharia, um merece destaque por seu trabalho pioneiro e relevante para a viticultura desde sua chegada em 1912: Celeste Gobatto, italiano, formado em Viticultura e Enologia pela Escola de Conegliano, doutor em Ciências Agrárias pela Universidade de Pisa. A Itália e a França destacavam-se por terem as melhores Escolas de Enologia.

Ressaltando o grande trabalho executado por Gobatto até o fim de sua vida no Brasil, Monteiro¹⁹⁵ afirmou em suas pesquisas:

[...] imigrante italiano, enólogo e viticultor de profissão, Celeste Gobatto tinha 22 anos de idade quando deixou a Itália rumo ao Brasil para ser professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Trouxe consigo, além do conhecimento adquirido na Universidade de Pisa, a experiência familiar com as questões da terra, já que era filho de proprietários de terra em Volpago del Montello- Província de Treviso- Vêneto- Itália. A vinda de Gobatto e de outros especialistas estrangeiros para o Rio Grande do Sul está associada à preocupação do governo em racionalizar a atividade policultura que se expandira pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, essa atividade foi levada a efeito especialmente pelo colono europeu. O status de "celeiro do Brasil" forçava o governo gaúcho a uma remodelação de suas práticas produtivas. Aprimorar cultivos com a introdução de tecnologias modernas e qualificar a mão de obra rural com o ensino técnico profissionalizante eram desafios da época. [...] Trazia na bagagem a sua experiência familiar com o cultivo da terra, os títulos acadêmicos, a sua juventude e os ideais que procurou materializar através da sua atuação profissional no Brasil [...]

¹⁹⁴ De acordo com Katani Maria Nascimento Monteiro (**Um italiano irrequieto em contexto revolucionário**: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobatto no Rio Grande do Sul (1912-1924). 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.54): “A Escola de Engenharia iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1897 com a instalação de cursos de engenheiros topógrafos, engenheiros de estradas, engenheiros civis e engenheiros geógrafos. Em 1923, possuía 11 institutos e órgãos anexos, que contavam com auxílios de origem municipal, estadual e federal. A Escola de Engenharia foi reconhecida pelo Decreto Legislativo Federal nº 727, de 8 de dezembro de 1900, funcionando sob a forma de “instituição privada” até ser reconhecida oficialmente pelo Estado através do Decreto nº 4.929, de 2 de janeiro de 1932, passando a se denominar Universidade de Porto Alegre. Por força da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 8 de julho de 1947, no seu artigo 36 do Ato das Disposições Transitórias, a Universidade de Porto Alegre passou a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul. E, finalmente, pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a instituição foi federalizada.”

¹⁹⁵ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobatto (1912-1924). **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v.2, n.3, p.29, 2001. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/74>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Gobbato chegou ao Rio Grande do Sul quando tudo ainda estava por fazer em relação a melhoramentos de plantio, qualidade das castas e elaboração dos vinhos, em razão de, em 1912, o vinho começar a se posicionar economicamente em Bento Gonçalves e nas demais colônias italianas da região da Serra Gaúcha. Considerado como um “professor itinerante” por atender as várias regiões do Estado, era benquisto; sua chegada às comunidades era um fato muito divulgado em rádios e jornais locais, auxiliando *in loco* os agricultores, principalmente nas produções vinícolas. Sua produção intelectual foi muito relevante para a vitivinicultura brasileira, pois publicou vários livros, que ainda hoje são procurados, e artigos científicos nas escolas enológicas, principalmente da Itália e França, entre outros países¹⁹⁶.

Desde sua chegada no Brasil, ainda jovem, já havia produzido artigos para a revista da *Scuola de Conegliano*, com importante estudo sobre a região onde nasceu, intitulado *Dell’Agricoltura Montelliana* (1911). Dedicou toda a sua vida até sua morte no Brasil, aos 64 anos, elegendo para sua produção intelectual a temática da vitivinicultura brasileira, como o *Manual do Viti-Vinicultor brasileiro*, com edições em 1914¹⁹⁷, 1922, 1930, 1940, e *O A B C do Viticultor*, lançado em 1945¹⁹⁸.

4.1 DA FORMAÇÃO DA PAISAGEM

O tipo de cultivo e as castas¹⁹⁹ vinícolas produzidas, que formaram a paisagem vinícola em estudo, derivam do modo de plantio pelo qual seus produtores optaram. A ligação da paisagem vinícola com Celeste Gobbato pode ser referida no sentido de que, desde sua chegada em 1912, sua marca registrada sempre foi a de incentivar o plantio de variedades viníferas, diminuindo o plantio de espécies

¹⁹⁶ MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário**: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912-1924). 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

¹⁹⁷ Publicação dois anos após a sua chegada no Brasil.

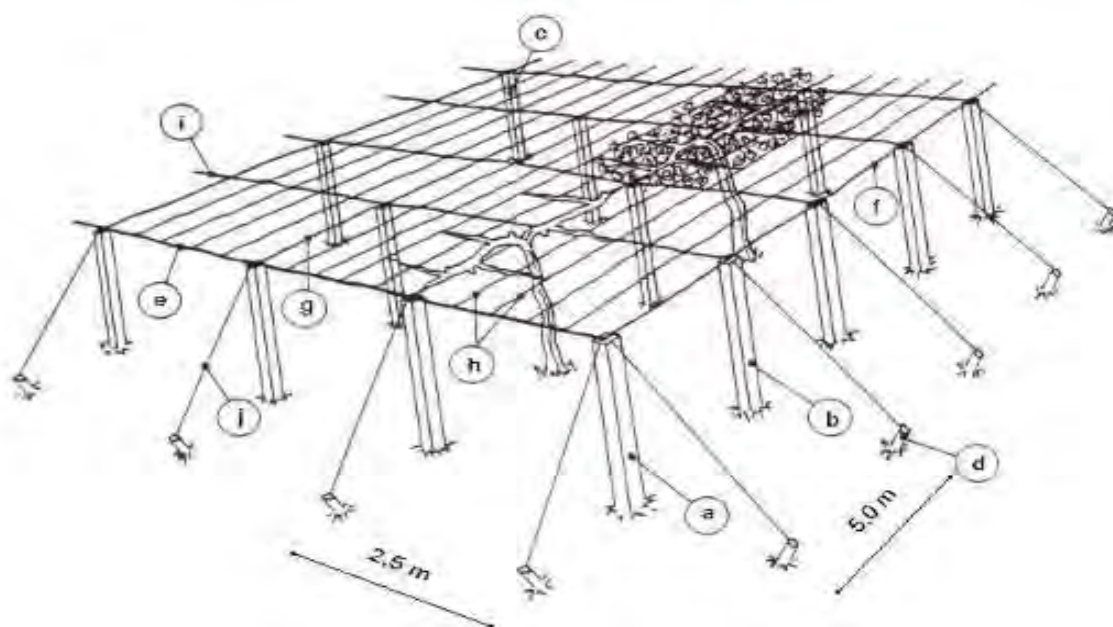
¹⁹⁸ MONTEIRO, *op. cit.*, p.43.

¹⁹⁹ De acordo com Maurício Tagliari e Rogério de Campos (**Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.123): “Casta é uma variedade de uma videira, distinta por certas características secundárias. Cada casta se distingue das outras por características, como vigor, [...] formato das uvas, tipicidade aromática, composição físico- química e metabólica, além da qualidade final do vinho. [...] Casta é o mesmo que uva, cepa.”

Labrusca²⁰⁰, uvas americanas comuns que predominavam na região. As espécies de uvas americanas plantadas, em grande maioria do tipo Concord²⁰¹ e Isabel, eram conduzidas em forma de latada, conforme o desenho a seguir. Com esta forma de condução dos parreirais, os produtores obtinham maior rendimento, sem necessidade de intervenções de manejo e de adubação para seu crescimento.

Miele²⁰² detalha o modo de condução em latada:

Figura 68 - Sistema de condução da videira em latada, especificando postes e fios
 Postes - a) cantoneira; b) lateral; c) interno; d) rabicho;
 Fios; e) cordão primário de cabeceira; f) cordão primário lateral; g) fio da produção;
 h) fio da vegetação; i) fio de sustentação da malha; j) fio rabicho.



Fonte: Miele (2012).

²⁰⁰ Ainda de acordo com Maurício Tagliari e Rogério de Campos (**Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, p.311): "Labrusca: (1) Uva espécie de uva nativa da América do Norte. O mesmo que: *Vitis labrusca*. (2) viticultura. Equivalente em espanhol e em italiano a *videira selvagem*."

²⁰¹ "Concord. Tradicional cultivar de *Vitis labrusca*, a Concord é originária de Massachussets, Estados Unidos, onde foi a uva mais popular no final do séc. XIX, sendo utilizada para o consumo *in natura* e para a elaboração de vinho e de suco. Foi trazida para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, ganhando ampla difusão nas várias regiões do Estado. **ISABEL**: um híbrido natural [...] Segundo registros, originou-se de sementes na Carolina do Sul, Estados Unidos, antes de 1800. Daí foi levada para o Norte por Isabella Gibbs, expandindo-se rapidamente na costa Leste do país. Entre 1820 e 1830, foi levada para a Europa, onde alcançou grande difusão. Foi introduzida em São Paulo entre 1830 e 1840, chegando ao Rio Grande do Sul pela Ilha dos Marinheiros entre 1839 e 1842. Teve rápida expansão em todos os estados vitícolas do Brasil, constituindo-se base do desenvolvimento da vitivinicultura brasileira." (CADASTRO Vinícola do Rio Grande do Sul: 1995-2000. Bento Gonçalves, 2000. 1 CD-ROM).

²⁰² MIELE, Alberto. **Sistemas de produção**. 2012. Disponível em: <<http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Figura 69 - Vale dos Vinhedos - Vinhedos centenários das comunidades da Capela das Almas e Capela Nossa Senhora do Rosário de Pompeia.



Fonte: A autora (2012).

A formação da paisagem derivada do plantio vinícola com condução em latada gerou uma paisagem singular em toda a região, em razão da maneira em que os imigrantes e seus descendentes procederam na sustentação das videiras. Utilizaram como auxiliar de sustentação tutores vivos: com o fio metálico, cordão primário e secundário (ver fig. 73), que foi incorporado no caule da árvore durante seu crescimento²⁰³. A utilização dos plátanos se deu pelo fácil plantio, para impedir os fortes ventos que poderiam prejudicar as videiras no período de floração. Conforme Posenato²⁰⁴, “[...] plátanos, que muito comumente contornam os parreirais: suas raízes resistentes suportam bem o momento dos empuxos”.

Nos primeiros tempos, a sustentação das videiras era realizada com bambus e todos os ramos em forma de varas de mato, com dois, três ou quatro metros, aproximadamente²⁰⁵. Para Giordani²⁰⁶:

Neste sistema, o fio de sustentação da malha metálica está inserido dentro do caule do plátano, durante o seu crescimento. No início do vinhedo, é colocado um palanque auxiliar de madeira a partir do qual, após seu apodrecimento, a sustentação passa para o plátano.

²⁰³ Os tutores vivos são árvores (plátanos) utilizadas para ancoragem e sustentação das videiras. Ver: GIORDANI, Marilei Piana. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua - Alto Douro - Portugal. **Anais...** Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

²⁰⁴ POSENATO, Júlio. **A Arquitetura da imigração italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.301.

²⁰⁵ Elya Giordani assim relata a utilização do arame nas videiras: "*Meu pai e todos os vizinhos não tinham o arame para sustentar as videiras, então eram utilizadas as varas de bambu, o arame chegou depois de 1890.*" As primeiras varas de sustentação do parreiral eram chamadas pelos descendentes de italianos no dialeto como "*Le tamere*". [Entrevista concedida à autora em janeiro de 2007].

²⁰⁶ GIORDANI, *op. cit.* 2012, p.204.

A poda anual mantém o plátano com uma altura em torno de três metros, auxiliando no crescimento superior do caule da árvore, estruturando a área onde estão inseridos os cordões metálicos de sustentação do parreiral (ver fig. 68).

Figura 70 - Inserção dos cordões primário e secundário de arame metálico, inseridos dentro do caule do plátano para a sustentação da videira (tutores vivos)

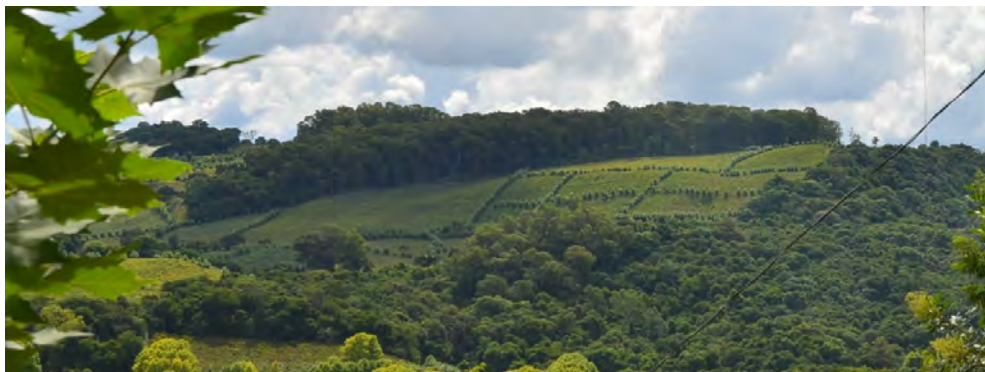


Fonte: A autora (2013).

A configuração de paisagem vinícola de sustentação com tutores vivos, utilizando como apoio e sustentação a árvore de plátano²⁰⁷, é única no mundo em razão de a paisagem em estudo tomar contornos de singularidade. Este tipo de sustentação também serviu para delimitar as divisas das colônias e seus plantios vinícolas, como ainda é verificado nos dias atuais.

²⁰⁷ “*Platanus*, de nome popular plátano, da família *Platanaceae*. Árvore caducifólia, de grande porte de fustes curtos, de até 70 cm de diâmetro, com folhas simples. É um híbrido muito antigo, utilizado na arborização urbana na Europa, América do Norte e sul do Brasil. Planta rústica, de crescimento rápido e resistente à seca, com aspecto ornamental, folhas que apresentam metamorfoses no outono, com várias e belas cores. Facilmente reproduzida por estacas ou alporquia.” (BACHES, Paulo; IRGANG, Bruno. **Arvores cultivadas no Sul do Brasil**: guia de identificação e interesse paisagístico das principais espécies exóticas. Porto Alegre: Serafinense / Rotermond, 2004).

Figura 71 - Divisão de lotes utilizando os plátanos (tutores vivos)
– Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2013).

Figura 72 - Desenho na paisagem através da utilização dos plátanos para a sustentação dos parreirais



Fonte: A autora (2013).

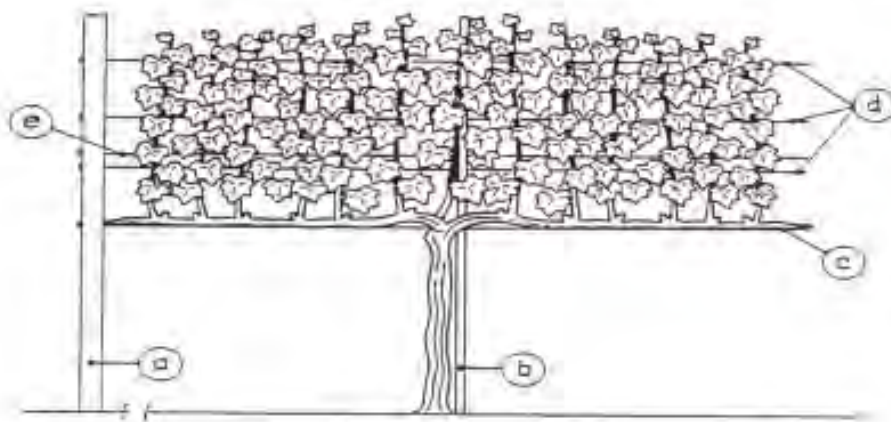
Os produtores optaram pelo modo de plantio em forma de latada²⁰⁸ pela maior produtividade e pelo excelente rendimento de uvas obtido. Mas, este tipo de casta, de uva americana, não era favorável à obtenção de vinhos de melhor qualidade. Nesse sentido, Gobbato²⁰⁹ orientava os produtores em suas palestras e também em suas publicações para que abandonassem a produção de cepas americanas do tipo

²⁰⁸ GIORDANI, Marilei Piana. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua - Alto Douro - Portugal. **Anais...** Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

²⁰⁹ GOBBATO, Celeste. **Manual do Viti-vinicultor brasileiro**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1922. No prefácio desta edição, Gobbato assim descreve a situação vinícola do Estado do Rio Grande do Sul: “Em 1914, impressionados pela situação precária em que jazia a viti-vinicultura rio grandense, e, com o fim de facilitar o estudo da cultura da parreira aos estudantes de agronomia, publicávamos o Manual Prático de Viticultura [...] pelo aproveitamento de novos plantios de castas mais apropriadas do que a Isabel, a Concord, e a Goethe, para a obtenção de vinhos e de uvas de mesa de melhor qualidade; pela urgente necessidade da transformação cultural dos vinhedos existentes [...]”

Concord, Niágara e Isabel conduzidas na forma de latada, onde obtinham em quantidade, mas não o suficiente para a produção de vinhos de qualidade. Gobbato defendia o plantio de cepas *vitis viníferas*, que deveriam ser plantadas em forma de espaldeira (fig. 73), e assim modificou-se a paisagem que se tem na atualidade na Serra Gaúcha.

Figura 73 - Sistema de condução da videira em espaldeira e com poda mista:
a) poste externo; b) poste interno; c) fio da produção; d) fios fixos do dossel vegetativo; e) fio móvel do dossel vegetativo.



Fonte: Miele e Mandelli (2013).

A forma de plantio em latada expressou uma realidade cultural local que, hoje, resulta em grandes extensões do mesmo tipo de plantio vinícola em toda a região.

Figura 74 - Videiras plantadas com a condução em espaldeira - Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2013).

4.2 A ECONOMIA VINÍCOLA E A ESTRADA DE FERRO (1910 -1930)

A chegada da energia elétrica em 1910 foi um marco para a economia local e também o impulso que faltava para maior crescimento industrial e do setor vinícola. O intendente municipal Carvalho Júnior²¹⁰ fez suas observações sobre a importância dos dois produtos para o município: “Tendo o vinho em 1911, juntamente com o trigo, como as principais produções que alavancam a área econômica do município com abundantes colheitas.” Lorenzoni²¹¹ também referencia a grande colheita: “A vindima da uva foi deveras abundante, favorecida pelo tempo excepcional.”

A indústria também se desenvolvia impulsionada pelo desempenho do setor vinícola. Em 1910, a população do município era estimada em 18.744 habitantes e as principais indústrias vinícolas de Bento Gonçalves obtiveram prêmios de qualidade com seus vinhos, tornando-se um marco de reconhecimento no Brasil e no exterior.

Figura 75 - Procissão na rua principal, em frente à Igreja Santo Antônio
Ao fundo, à esquerda, a Prefeitura (1923).



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

²¹⁰ CARVALHO JÚNIOR *apud* CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.207.

²¹¹ LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.167.

Um desenvolvimento maior também dependia da estrada de ferro para auxiliar no escoamento das mercadorias. Em 1912, Lorenzoni²¹² assim se referiu em relação ao transporte de mercadorias: “O comércio continua inalterado, pois não há como realizar bons movimentos pela falta que nos faz a estrada de ferro que chegue até Bento Gonçalves.”

As notícias da comunidade eram divulgadas pelo jornal *O Bento Gonçalves*, fundado em 1909. Os intendentes, em seus relatórios anuais, como o de 1912, destacavam o grande crescimento econômico ascendente no município. Em razão disso surgiu a proposta de construção de uma usina hidrelétrica em 1913, para viabilizar o abastecimento de energia.

De 1915 a 1920 faziam-se presentes as mais diversas profissões, como vinhateiros, comerciantes, automóveis de aluguel, charretes e jardineiras para o transporte, que davam forma ao cotidiano do município. Além do cultivo da uva, que se sobressaía, foram abundantes as colheitas de milho, trigo, batatas, feijão, cevada, centeio, arroz, aveia, e também a pecuária, com pequenos produtores que eram agregadores de valor da economia.

Nos anos de 1884 a 1920 houve um incremento considerável de produção vinícola com a fundação de várias empresas vinícolas, entre as principais: Cogo Irmãos, 1884; Augusto Pasquali e Irmãos, 1885; Allegretti e Cia., 1896; Funilaria Riograndense, 1901; Paolo Salton e Irmãos, 1910, Vinhos, queijos, salames; Lorenzo e Orazio Mônaco, 1916, Vinhos; Carlos Dreher Filho, 1913, Vinhos.

Na década de 1920, o intendente Carvalho fez elogios em seus relatórios para as vinícolas com produções de vinhos premiadas, como a de Dr. Carlos Dreher Filho, que industrializava desde 1913, obtendo premiações pela qualidade superior de seus vinhos²¹³. Várias outras empresas do município apresentavam uma produção crescente, tanto de vinhos como de outros produtos exportados para os países da Europa. Deste modo, era necessário e urgente um meio de transporte estruturado para dar vazão à produção.

²¹² LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011, p.197.

²¹³ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

Figura 76 - Construção da estrada de ferro em Bento Gonçalves (1918)



Fonte: Acervo Roali Majola (2012).

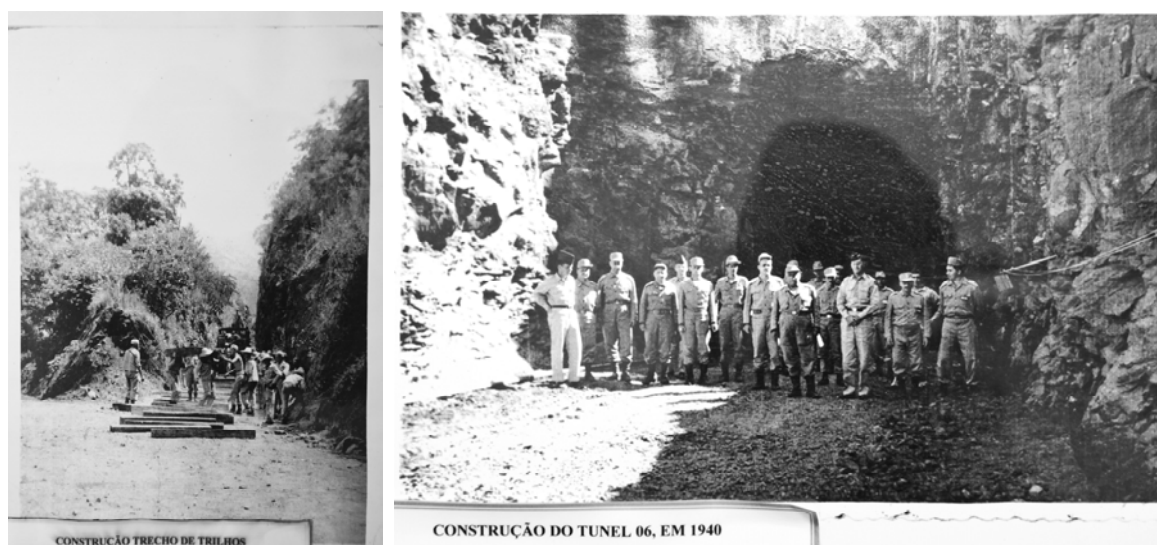
A ligação e o encurtamento das fronteiras com as demais regiões do Estado ocorreram em 10 de agosto de 1919, quando o trem chegou ao município (fig. 76). Esse meio de transporte modificou sensivelmente a condução das mercadorias, ampliou o desenvolvimento e encurtou distâncias, tanto dos produtos quanto do transporte da população.

Junto com o trem foi implantado o batalhão ferroviário²¹⁴ (fig. 77), que propiciou a ampliação da malha ferroviária e o aumento do contingente demográfico. Essa obra foi referenciada²¹⁵ na Secretaria de Obras do Estado em 1915, por sua importância: “É uma estrada que vai servir a uma zona fertilíssima e de grande produção agrícola, de sorte a garantir completamente vantagens imediatas para o capital nela empregado.”

²¹⁴ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.302. De acor com as autoras, “[...] Bento Gonçalves recebeu um contingente do Batalhão Ferroviário, que já faz parte da história do Rio Grande do Sul, desde 1889.”

²¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p.111.

Figura 77 - Construção da estrada de ferro e dos túneis pelo batalhão ferroviário de Bento Gonçalves



Fonte: Batalhão ferroviário de Bento Gonçalves (1940).

Nas décadas de 1920 e 1930, a ligação ferroviária proporcionou um grande crescimento econômico com a exportação de produtos, que ocasionou um desenvolvimento notável. O aumento das exportações foi significativo, conforme afirmam Caprara e Luchese²¹⁶:

Durante o ano de 1928, este município exportou mercadorias diversas [...] sendo os que mais concorreram para aquela vultuosa cifra, foram os seguintes: vinho, banha, queijos, produtos suínos, graspa, feijão, trigo, capas para garrafas, milho, nozes, aguardente e cera.

Em 1927 houve um grande avanço para a qualidade de vida da população, ocorreu a inauguração do primeiro hospital da cidade, o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, para atender à população em suas necessidades de saúde.

²¹⁶ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.218.

Figura 78 - Bento Gonçalves, área central urbanizada (1929)



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Figura 79 - Comércio variado ao lado da estação ferroviária, em Bento Gonçalves (1923)



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Em 1928, o vinho se configurava como o principal produto exportado, além da banha e do queijo, e seus produtores criavam uma paisagem própria. Com a estrada de ferro que escoava a produção, surgiram no município as mais diversas profissões, casas comerciais (fig. 79) e indústrias, como fábricas de óleo de linhaça, funilarias, ferrarias, gabinetes dentários, hotéis, hospitais, lojas de calçados e tecidos, moinhos, marmoristas, marcenarias, médicos, ourivesarias, olarias, oficinas mecânicas e de fundição, padarias, lojas para fotografias, farmácias, pedreiros, pintores, relojarias, tipografias, selarias, tanoarias e muitas outras, que atendiam à população em suas necessidades, fomentando a atividade econômica na região.

Figura 80 - Bento Gonçalves (1922)
Próximo da área urbana da cidade observa-se o cultivo de videiras.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Na administração municipal do engenheiro João Baptista Pianca, de 1924 a 1928, as videiras e o trigo eram os principais produtos agrícolas. No final de sua administração, Pianca destacou o vinho como o principal produto exportado pelo município. No governo seguinte, em 1928 o intendente Olinto Fagundes de Oliveira Freitas, enalteceu a produção vinícola como a primeira a gerar dividendos para o município, seguida de outros produtos, como banha, queijo, produtos suínos, graspa, feijão, trigo, capas para garrafas, milho, nozes, aguardente e cera²¹⁷:

Devemos assinalar que da prosperidade da indústria vinícola muito depende a riqueza geral do município, visto que nossas terras não produzem abundantemente todo e qualquer cereal, achando-se quase estéreis devido à falta de cultura racional, sendo, porém, sempre férteis e remuneradas para o plantio da vinha, independentemente de cuidados especiais ou de adubação.

A chegada da estrada de ferro impulsionou a produção e o comércio de vinhos. Gobatto²¹⁸ ressalta: “A exportação de vinhos e espumantes, iniciada em 1938 com 46 litros, alcançou 10 anos depois quase 246.000 litros”.

Demonstrado, assim, o grande crescimento que o setor vinícola alcançou ao chegar nos anos 1950.

²¹⁷ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves**: 1875 a 1930. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.219.

²¹⁸ GOBBATO, Celeste. **Manual do Vitivicultor brasileiro**. Vol. 1: Viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940, p.34.

A formação da paisagem vinícola foi paulatinamente sendo estruturada com a possibilidade de maior escoamento da produção com a estrada de ferro, e a produção também aumentou na mesma proporção.

Tomando como objeto de análise a construção e a estruturação da paisagem vinícola (fig. 81) que transformou o meio geográfico e proporcionou importante fator econômico para as famílias, Giron²¹⁹ afirma que:

Os imigrantes italianos/trentinos não foram os introdutores da uva e do vinho no Brasil, mas foram eles que transformaram sua produção em empreendimento econômico. [...] A produção de **uva** e do **vinho** influenciou a **paisagem** da Encosta Superior do Nordeste. O meio geográfico, por outro lado, é importante para a organização econômica regional. As íngremes encostas do planalto ao mesmo tempo em que dificultam o trabalho, propiciam maior insolação do que os vales, e nelas o cultivo das videiras vai se impondo, mudando a paisagem das matas. Vai transformando a região das matas numa **paisagem vinícola**, onde domina a pequena propriedade e a produção do vinho. (grifo da autora)

Figura 81 - Expressão da produção vinícola em Bento Gonçalves e o bem-estar de seus produtores



Fonte: Acervo Roali Majola ([s.d.]).

Desse modo, a produção vinícola tomou impulso em Bento Gonçalves e na região, tanto que na primeira década do século XX o vinho já era um importante fator econômico, modificando e construindo uma nova paisagem.

²¹⁹ GIRON, Loraine S. **80 anos de lutas: 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho**. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.36-37.

4.3 O ASSOCIATIVISMO E AS COOPERATIVAS VINÍCOLAS

Nas comunidades italianas recém-formadas, o associativismo esteve presente desde o início, através das Associações de Mútuo Socorro, inicialmente como sociedades operárias de ajuda mútua, que também eram uma forma de organização política. Em Bento Gonçalves, em 20 de setembro de 1882 foi fundada a Sociedade de Mútuo Socorro Regina Margherita, com 85 sócios, uma escola, banda de música e lugar de encontros e auxílio aos imigrantes, mantida por aqueles que estavam com sua estabilidade financeira definida.

Com o aumento da produção surgiram as cooperativas vinícolas, que tiveram papel determinante na comercialização de vinhos, além de auxiliarem na associação da cadeia produtiva para solucionar os problemas que eram recorrentes na produção vinícola, como produção em abundância e falta de mercado para escoamento do produto, além da concorrência do vinho estrangeiro, que já era verificada na década de 1930 e continua nos dias atuais.

A fundação de cooperativas no Brasil existe desde 1847²²⁰, mas as cooperativas de produção vinícolas foram fundadas a partir da chegada da imigração italiana em toda a Serra Gaúcha, na sua grande maioria por Stefano Paternó, principalmente de 1911 a 1913, quando o movimento se expandiu vigorosamente. Em Bento Gonçalves, o italiano Paternó reuniu os produtores vinícolas para a fundação da Cooperativa Agrícola em agosto de 1912.

Após a formação da cooperativa, prosseguiu a construção de grandes edifícios²²¹ financiados pelo Banco Pelotense (fig. 82) com o aval dos produtores, e isso ocasionou um incremento considerável na produção vinícola.

²²⁰ GIRON, Loraine S. **80 anos de lutas: 1929-2009**: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vinícola gaúcho. Porto Alegre: Evangraf, 2009, p.36-37.

²²¹ Na atualidade, esses edifícios servem de locação para um Parque Temático, a Epopeia Italiana. Trata-se de um teatro voltado para o turismo, que conta a vinda dos imigrantes italianos em 1875, com base na história pessoal de Lázaro Giordani e Rosa Gatti, vindos de Pedersano, Trento, Itália.

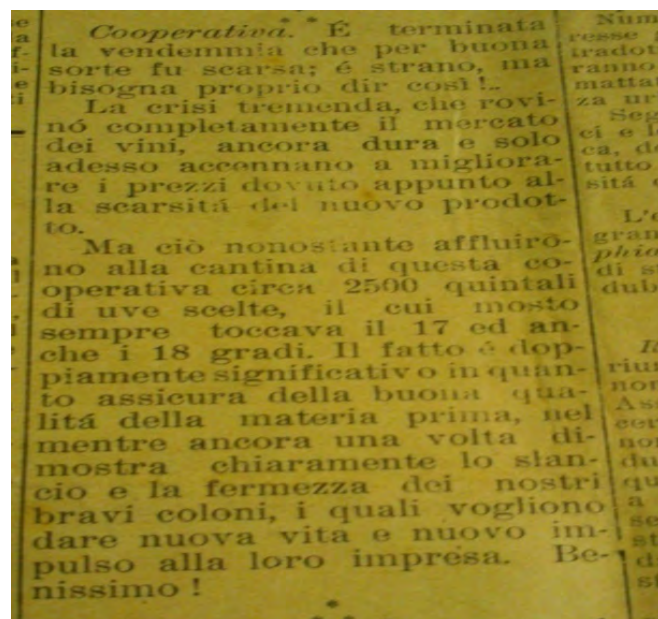
Figura 82 - Bento Gonçalves (1912), inauguração do Banco Pelotense
 Alguns presentes: Ernesto Turcato, Amadeu Ardi, Matos, Gino Batochio, Cel. Carvalho, Júlio Lorenzoni, Giácomo Ferrari; Pedro Rosa, Torriani, Valério Basso, Adolfo Giovanini, Carlos Dreher, Augusto Geisel; Padre Poggi, Santos, Lisboa, Hernesto Lorenzoni, Dr. Tacchini, Giuseppe Farina, Baccin, Pasquetti.



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

As colheitas nem sempre condiziam com as expectativas, como demonstra o recorte de jornal (fig. 83).

Figura 83 - Nota sobre a colheita da uva depositada na Cooperativa Agrícola (1914)

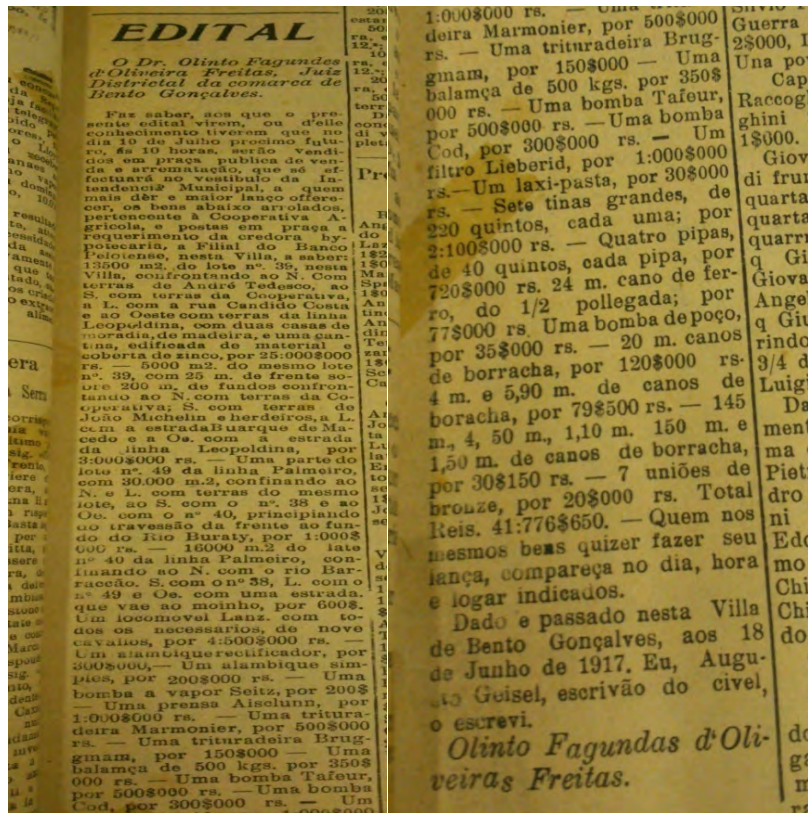


Fonte: Jornal Corriere d'Italia, 2 abr. 1914 - Museu do Imigrante (2012).

Terminou a colheita que infelizmente foi escassa [...] A grande crise que estragou completamente o mercado dos vinhos ainda persiste, mas começa a acenar uma melhora [...] Apesar disso, nesta cooperativa foram depositados 2.500 quintali de uvas escolhidas [...] assegurando qualidade da matéria prima, demonstrando a firmeza dos nossos bravos produtores, querendo dar uma nova vida e impulso a sua Cooperativa²²².

Em cinco anos, a Cooperativa não rendeu o resultado esperado, fato ocasionado pelo baixo valor do produto oferecido, pela má gestão e administração da Cooperativa e pelos juros escorchantes oferecidos pelo Banco Pelotense. O jornal local, no dia 22 de junho de 1917, publicou o edital para o leilão dos bens móveis e imóveis da Cooperativa (fig. 84) de modo que, nessa época, todas as cooperativas da região não estavam mais em funcionamento. A solução encontrada pelo produtor foi se voltar para a produção familiar do vinho. Em 1928, o vinho tornou a se configurar como o principal produto exportador do município, seguido de produtos derivados da criação suína, queijos e outros.

Figura 84 - Edital de liquidação dos bens da Cooperativa Agrícola



Fonte: Jornal Corriere d'Italia, 22 jun. 1917 - Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

²²² COOPERATIVA. *Jornal Corriere d'Italia*, 2 abr. 1914, p.3. (tradução livre da autora)

As sementes deixadas pelo movimento cooperativista até 1915, com a produção vinícola mais que duplicada, retornaram em 1929, diante da crise econômica que persistiu até o final da Segunda Guerra Mundial, atingindo diretamente o setor vinícola. Foram verificados grandes estoques de vinho acumulados nas propriedades do interior e dificuldade de escoamento e de transporte da produção, e isso ocasionou o surgimento de novas cooperativas em toda a região da Serra Gaúcha, seguidas de órgãos públicos que normatizaram a produção, as condições de higiene, envase, venda e transporte do vinho.

Para auxiliar a cadeia produtiva e a comercialização, foi criado em 1927 o Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul, sob o Governo Estadual de Borges de Medeiros, fundado e oficializado em 1928 sob o Decreto nº 4.195. Esse Sindicato teve importância fundamental nos procedimentos a partir da colheita, do desengasce²²³, da fermentação até o envase final, normatizando a construção das cantinas produtoras de vinho. Dentro do Sindicato, de acordo com Jalfin²²⁴, em 5 de junho de 1929 foi fundada a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda. Seus fundadores, em número de 37, eram os mesmos que haviam fundado o Sindicato Vinícola com o objetivo de “defender os interesses dos vinicultores, usando, para isso de todos os recursos legais”. Sua ação visou especialmente comprar, fabricar e vender o vinho.

A Sociedade Vinícola Rio-Grandense (fig. 84) foi um marco para a viticultura do Brasil por seus princípios de qualidade para a elaboração de vinhos, melhorando sensivelmente sua qualidade. O vinho Granja União foi seu vinho de destaque e, desde 2011, os direitos de produção e comercialização da marca pertencem à Cooperativa Vinícola Garibaldi.

²²³ DESENGASCE: separação do engaço, ou ráquis, das bagas de uva, antes do início da fermentação, para evitar a passagem de aromas vegetais e taninos adstringentes e taninos do vinho. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.192.

²²⁴ JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio grandense. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.229-247, 1991.

Figura 85 - Desfile da Pátria com representação da Sociedade Vinícola Rio-Grandense, década de 1930



Fonte: Acervo Roali Majola (2012).

As principais cooperativas vinícolas fundadas na região são: Cooperativa Vitivinícola Forqueta, localizada em Caxias do Sul e fundada em 11 de agosto de 1929; Cooperativa Vinícola Emboaba Ltda., 1929; Cooperativa Vinícola Caxiense, 1930; Cooperativa Vinícola Linha Jacinta Ltda., 1931; Cooperativa Vinícola São João Ltda., 1931; Cooperativa Vinícola Tamandaré-Garibaldi, 1930. Em 22 de janeiro de 1931 foi fundada a Cooperativa Vinícola Garibaldi (fig. 85).

Figura 86 - Primeiros anos de atividade da Cooperativa Vinícola Garibaldi na década de 1930



Fonte: Vinícola Garibaldi (2013).

Em 14 de fevereiro de 1931 foi fundada em Bento Gonçalves a Cooperativa Vinícola Aurora (fig. 87), através da união de 16 famílias de produtores de uvas.

Figura 87 - Cooperativa Vinícola Aurora no início de sua formação na década de 1930



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

Esta Cooperativa (fig. 88) transformou-se no maior empreendimento do gênero do Brasil. Um ano mais tarde, já contabilizavam a produção coletiva de 317 mil quilos de uvas e fixavam a base de um empreendimento destinado não só a ser o maior, mas também um dos mais qualificados tecnologicamente. No ano de 2013 ela detém 1.100 famílias cooperadas, com produção de 55 milhões de quilos de uva²²⁵.

Figura 88 - Associados da Cooperativa Vitícola Aurora (1941)



Reunião de Associados da Cooperativa em 1º Junho de 1941.

Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

²²⁵ Dados fornecidos pela Cooperativa Aurora.

Em 1948, a região da Serra Gaúcha contava com mais de 86 empreendimentos cooperativistas, e muitos deles permanecem em funcionamento ainda na atualidade.

Assim, o setor vinícola se organizou em torno das cooperativas, o que para muitos produtores é a forma de escoamento da produção.

Tabela 3 - Resumo do capítulo “O processo de ocupação do território, entre o povoamento e a criação da paisagem dos vinhedos, de 1875 a 1930”

Síntese do processo de ocupação do território, entre o povoamento e a criação da paisagem dos vinhedos, de 1875 a 1940				
1875 - 1940:				
1.876 hab. 18.771 hab.				
Populacional	Econômico	Sociocultural	Institucionais	Locacionais
Chegada dos imigrantes	Policulturas Plantio de uva Surgimento cooperativas vinícolas	Produção de uva latada	1870 - Criação das colônias 1890 - Emancipação política de Bento Gonçalves	Região de montanha Acessos - Estrada de ferro
FUNÇÃO: Núcleo de apoio para o rural - Função administrativa (1890). Econômico: comercialização vinho				

Fonte: A autora (2013).

5 O CRESCIMENTO URBANO E REGIONAL (1940 A 1970)

Na década de 1940, Bento Gonçalves era reconhecido como um município agrícola por excelência, produzindo milho, trigo, alfafa, cevada e outros, e o cultivo vinícola continuava a ser seu principal produto. A energia elétrica atendia os locais mais distantes da área urbana, as áreas rurais eram destacadas pela agricultura e a indústria começava a dar sinais de presença, o que ocasionou a diversificação da produção (ver Anexo 3).

Figura 89 - Centro de Bento Gonçalves em 1930 – atual Praça Walter Galassi
Ao fundo, os parreirais.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Figura 90 - Área central de Bento Gonçalves em 1948
Ruas pavimentadas, com arborização e energia elétrica.



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Em Bento Gonçalves, na década de 1940 (fig. 89) o desenvolvimento comercial e industrial iniciou um crescimento ascendente, conforme demonstra a tabela a seguir. De acordo com Luchese²²⁶, “o município contava em 1948 com um total de 177 automóveis, 18 ônibus, 19 motocicletas (2 e 3 rodas), além de 274 veículos para transporte de cargas”.

Tabela 4 - Bento Gonçalves – desenvolvimento comercial e industrial

Ano	Estabelecimentos comerciais	Estabelecimentos industriais
1943	78	115
1944	92	150
1945	90	153
1946	92	145
1947	101	184
Fonte: DEPARTAMENTO..., 1950, p. 11.		

Fonte: Luchese (2012).

O crescimento econômico do município acompanhou o desenvolvimento do Brasil, que foi impulsionado nas décadas de 1950 e 1960 após o Golpe Militar. As indústrias moveleiras iniciadas nessas décadas proporcionaram, através de seu desenvolvimento, o crescimento econômico do município, e desse modo, o principal produto econômico, que era o vinho, migrando para a indústria moveleira e metalomecânica.

5.1 A MUDANÇA ECONÔMICA DO VINHO PARA O SETOR MOVELEIRO E METALOMECÂNICO

A década de 1940 prenunciava crescimento econômico, que se concretizou nas décadas de 1950 a 1970, marcando o início das transformações de grande vulto da economia local, de agrícola para industrial, com o desenvolvimento das indústrias moveleiras.

²²⁶ LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. **Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil**, p.28, 2012.

As tanoarias²²⁷ que serviam ao setor vinícola fabricando os barris transformaram-se, na década de 1970, em indústrias moveleiras. Algumas outras, de fabricação de instrumentos musicais²²⁸, partiram na mesma década para a produção moveleira e também para a exportação de móveis.

O ano de 1950 marcou oficialmente os 75 anos da Imigração Italiana, e Bento Gonçalves contou nesse ano com uma população de 23.440 habitantes. Desse total, 6.380 viviam na área urbana e 17.060 habitavam a área rural. O município é referenciado como o que possui “um dos maiores e melhores conjuntos de parreirais do Brasil, com expressiva produção de uvas americanas e híbridas, uvas viníferas brancas e uvas viníferas tintas”²²⁹.

Na década de 1950, além de a produção vinícola representar a maior produção, Bento Gonçalves contava com outras indústrias, elevando também as atividades comerciais, assim determinadas²³⁰: 8 cantinas de vinho, 6 fábricas de bebidas, das quais 2 eram de champanha, 2 tanoarias e 2 destilarias de álcool e aguardente; 1 de sulfato de cobre²³¹, 4 casas bancárias, 4 empresas de transporte, 4 casas de produtos coloniais, 4 fábricas de calçados, 4 de ferramentas agrícolas, 3 de móveis, 3 selarias, 3 moinhos, 3 torrefadoras e moageiras de café, 2 cutelarias, 2

²²⁷ Em 1887, iniciaram os trabalhos da primeira tanoaria. Na década de 1930 existiam duas: uma na área urbana, outra na área rural. Em 1949, surgiu outra que, em 1970, começou a produzir móveis em série.

²²⁸ BERTASO, Henrique D'avila; LIMA, Mário de Almeida (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. As fábricas de instrumentos musicais em Bento Gonçalves mereciam destaque na economia do Município, pois refletiam a cultura de seus proprietários. Elas se extinguíram na década de 1970 para se tornarem indústrias de móveis modulados: 1- A reconhecida fábrica de instrumentos musicais Todeschini, que iniciou com a pequena fábrica pertencente a Luigi Somenzi, italiano, que em 1925 recebeu medalha de ouro na exposição do Cinquentenário da Imigração Italiana no RS – Porto Alegre. Em 1932, Todeschini transferiu a fábrica para a área urbana de Bento Gonçalves. Com uma produção intensa, reconhecida e premiada de gaitas, a fábrica fechou em 1971 devido a um grande incêndio em suas instalações, iniciando dessa maneira sua produção no setor moveleiro. 2- A indústria de acordeões de Vitório Gava, italiano, iniciou em 1948 com uma produção, sendo também voltada à exportação para mais de 35 países. Em 1971, sua produção passou para móveis de cozinha modulados e componíveis.

²²⁹ Ibid., p.32.

²³⁰ CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

²³¹ Sulfato de cobre: É um fungicida e principal ingrediente da Calda Bordalesa, adicionado a mistura de cal virgem diluído em água, aplicado na videira como tratamento contra a antracnose, míldio e outras doenças. Segundo Maurício Tagliari e Rogério de Campos (**Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.108): “O primeiro registro de tal tratamento foi feito em 1885, por Alexis Millardet, professor de botânica da Universidade de Bordeaux. Esta mistura significou uma pequena revolução da viticultura e foi, por 50 anos, a principal arma no combate a fungos e bactérias que atacam as videiras. Ainda hoje é um dos poucos preparados permitidos na viticultura orgânica.” No Vale dos Vinhedos, a Calda bordalesa ainda confere o matiz esbranquiçado e azulado nas parreiras quando da sua utilização no início da brotação da videira.

livrarias, 2 tipografias, 2 fábricas de gaitas e acordeões, 2 de artefatos de couro, 1 de brinquedos, 1 de chapéus, 1 de doces, 1 de mosaicos, 2 de produtos químicos, 1 de bombas hidráulicas, 1 de sabão, 1 curtume, 1 de lapidação de pedras preciosas, 13 madeireiras, sendo 3 de madeira compensada e 10 carpintarias, 9 oficinas mecânicas de autos e acessórios, 7 ferragens e 8 olarias.

As estradas e os acessos estavam em pleno desenvolvimento também na zona rural, com a construção de pontes e pontilhões, aterros e muros de arrimo, para vencer as grandes declividades geográficas presentes no território. A grande obra de ligação de Bento Gonçalves com a região Norte do município foi a construção da Ponte Ernesto Dorneles, conhecida como Ponte do Rio das Antas (fig. 91 e 92), inaugurada em 31 de agosto de 1952, que se transformou em um marco da engenharia nacional, proporcionando a ligação definitiva para Veranópolis e toda a região.

Figuras 91 e 92: Construção da ponte sobre o Rio das Antas (1944) e a ponte na atualidade, referenciada como cartão postal da região



Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012) - Turismo Bento (2013).

As estradas em boas condições de trafegabilidade ocasionaram o aumento de veículos. O município contava com 121 automóveis, 266 caminhões e camionetas, 664 carroças e 16 ônibus.

Além da ligação férrea com Caxias do Sul e Porto Alegre, a conclusão da estrada de ferro Bento Gonçalves - Rio Negro, SC proporcionou acesso e ligação com São Paulo para o escoamento da produção. A energia elétrica era uma realidade, assim como a Estação de Sericultura Modelo do Estado (fig. 93) para a criação do bicho-da-seda, com uma produção considerável e como alternativa de renda para os agricultores.

Figura 93 - Estação de Sericultura em Bento Gonçalves (1912)



Fonte: Museu do Imigrante (2013).

Na Saúde, o município foi classificado em 2º lugar no Estado como “Cidade limpa”. Possuía suas associações comerciais, desportivas e religiosas e o círculo operário. Havia escolas estaduais, municipais e particulares e a cidade contava com a Biblioteca Municipal, fundada em 1941.

A Estação de Enologia de Bento Gonçalves, onde se localiza a atual sede da EMBRAPA Uva e Vinho, foi fundada em 21 de julho de 1941 e iniciou suas atividades em 30 de maio de 1942²³². Permaneceu neste local com sucessivas ampliações, até a fundação em 4 de março de 1985, através da Deliberação 008/85, com o ato que lhe atribuiu a denominação Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho – CNPUV, e continua prestando relevantes serviços à vitivinicultura nacional.

Ainda na década de 1940, Bento Gonçalves possuía um Posto de Higiene e 1 aeroclube. O Poder Judiciário também se fazia presente no município.

²³² EMBRAPA UVA E VINHO. **Histórico da EMBRAPA Uva e Vinho**. Última modificação: 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>>. Acesso em: 25 maio 2013.

Figura 94 - Vista da área central de Bento Gonçalves (1964)



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

A partir de 1970, a economia local, que era baseada na produção vinícola, sofreu alterações com o crescimento das indústrias moveleiras, as quais, além de produzirem para o mercado interno, direcionaram sua produção para a exportação. De acordo com Luchese²³³, “[...] desde 1971, os móveis que representavam 22,56% da economia, contra 47,73% dos vinhos, vinham reduzindo a diferença. Até que, naquele ano de 1977, o setor [...] inverteu as posições (34,18% contra 36,67% da indústria vinícola)”.

A situação política do país também se refletiu em Bento Gonçalves e, após o regime político de 1964, o crescimento industrial ganhou impulso no município, surgindo outras empresas e indústrias do setor moveleiro, metalomecânico, de comércio e prestação de serviços relacionados à cadeia produtiva. Segundo Bavaresco e Oliveira²³⁴:

²³³ GUERTLER *apud* LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. **Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves - Rio Grande do Sul - Brasil**, Bento Gonçalves, p.29, 2012.

²³⁴ BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darlan Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. **Anais...** Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Bento Gonçalves, 2011, p.3.

Nas décadas de 50 e 60 a economia da cidade está baseada no binômio móvel-vinho, ultrapassando 50 indústrias moveleiras e sendo instalada, em 1960, a Vinícola Carlos Dreher, uma das primeiras a produzir industrialmente em larga escala derivados de uva. Em 1959 é fundada o Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar na produção vitivinícola da cidade e região.

Com a fundação da Escola de Viticultura e Enologia²³⁵, atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS-BG), os produtores de vinho passaram a ter melhoramentos de instrução técnica relacionados à produção vinícola. Filhos de produtores vinícolas estudaram na Escola, que se configurava como a única escola brasileira de Viticultura e Enologia até o início do século XXI.

A tendência de crescimento que se pronunciava na década de 50 confirmou-se nas décadas seguintes, de 1960 e 1970. A produção vinícola apresentava grandes excedentes e, por essa razão, a comunidade se organizou em torno de uma festa que celebrasse o vinho e, ao mesmo tempo, servisse de vitrine para sua exposição e venda.

Assim nasceu a Festa Nacional do Vinho, a I FENAVINHO, que ocorreu de 25 de fevereiro a 12 de março de 1967. Esta forma de divulgação envolveu toda a comunidade urbana e rural, principalmente os produtores de uva. Desfile de carros alegóricos, distribuição gratuita de vinho encanado e de uvas, a gastronomia e a acolhida da população aos visitantes foram fatores que contribuíram para o sucesso da festa. Sua realização foi estabelecida em intervalos de quatro em quatro anos. Todos os caminhões de transporte do município portavam a divulgação da festa. A empresa aérea Varig fez a divulgação em todos os seus voos que antecederam a inauguração.

²³⁵ A instituição foi criada em 22 de outubro de 1959 pela Lei nº 3.646, de 22 de outubro de 1959, como Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e passou a funcionar de forma efetiva a partir de 27 de março de 1960. Em 25 de março de 1985 alterou sua denominação para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubistchek. Em 16 de agosto de 2002 foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet-BG). (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG). Disponível em: <<http://www.bento.ifrs.edu.br>>. Acesso em: 16 abr. 2013).

Figuras 95 e 96 - Visita do Presidente Humberto Castelo Branco na primeira Fenavinho (1967)



Fontes: Bento Gonçalves (2013) - Madem (2013).

A FENAVINHO (fig. 94 e 95) recebeu a visita do presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, acompanhado de seu então Chefe da Casa Civil General Ernesto Geisel, nascido em Bento Gonçalves em 3 de agosto de 1907 (Ver Anexo 4), também o Governador do Estado.

Segundo De Paris²³⁶:

[...] Em 1966 Bento Gonçalves era o sétimo município gaúcho dos 200 existentes no Estado, [...] sua produção industrial em 1964 foi de 14 bilhões de cruzeiros, garantida especialmente pelo setor vinícola, além do setor metal mecânico, instrumentos musicais, couros, estofarias, eletro metalúrgicas, alimentícias, moageiras, químicas, vestuário, artefatos de cimento, gráficas, embalagens, tanoarias, madeiras e marcenarias. [...] Em 1955 Bento Gonçalves foi o maior produtor de uvas do Brasil (33 mil toneladas), em 1965 65 mil toneladas.[...] em 1967: o maior produtor de vinhos, o maior produtor de uvas do Brasil, o maior produtor de acordeões da América Latina Brasil. [...] o segundo do Estado em eletrificação rural, entre os 20 primeiros do Estado em arrecadação pública, e com menores índices de analfabetismo.

Figura 97 - I FENAVINHO (1967)



Fonte: Foto... (1967) - Museu do Imigrante de Bento Gonçalves, RS

²³⁶ BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal / Arquivo Público e Histórico Municipal. **Memórias de Bento Gonçalves, RS**: fundamentação histórica. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006, p.261.

A produção moveleira do município foi visibilizada na I FENAVINHO através de quatro empresas expositoras. Após 1970, a economia baseada no setor metalomecânico e moveleiro ultrapassou o setor vinícola em produção e dividendos. A partir da organização da I FENAVINHO e da mobilização do setor moveleiro, surgiu em 1977 a primeira feira denominada MOVELSUL, baseada na indústria moveleira, que se mantém até os dias atuais como a maior feira de móveis da América Latina.

A Feira do Vinho possibilitou que o setor se organizasse e tomasse a frente na produção econômica. De acordo com a revista Hierarquia Sócio Econômica de Bento Gonçalves²³⁷ (1991-1992),

Os efeitos da FENAVINHO foram múltiplos. Não só da área econômica ligada diretamente à vitivinicultura, que obteve maior desenvolvimento [...] a indústria moveleira sofreu novo impulso [...] A FENAVINHO consolidou [...] o Título de capital "Brasileira da Uva e do Vinho", além da união de seus moradores.

O crescimento econômico da década de 1970, do país e do município impulsionou também a expansão da área urbana e o decréscimo da população rural. A produção vinícola iniciou um processo de mudanças de produção de vinho comum para a produção de vinhos finos obtidos através das *Vitis vinifera*²³⁸. O município foi distinguido por seu acesso principal com a construção da Pipa Pórtico (fig. 98).

A partir dessa década, deu-se maior ênfase, através dos incentivos de financiamentos governamentais, para o melhoramento e a modernização das plantações vinícolas e seus cultivares. Isso também se refletiu no melhoramento das propriedades e na qualidade do vinho produzido, demonstrando uma tendência de crescimento para a produção e a elaboração de vinhos finos. Iniciou desse modo, um processo de visitação das propriedades para conhecer como era realizada a colheita, a elaboração dos vinhos e dos demais produtos locais.

Para Camargo, Protas e Mello²³⁹:

²³⁷ RESULTADO da pesquisa realizada pela Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – CARVI. **Revista Hierarquia Sócio Econômica**, Bento Gonçalves, Centro da Indústria e Comércio (CIC), 1991-1992. V. 1, p. 119. Impressão em Bento Gonçalves.

²³⁸ VITIS VINIFERA: Espécie do gênero *Vitis* originária da Europa, que se constitui na espécie mais indicada para a produção de vinhos. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011, p.547.

²³⁹ CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva; MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 1., 2002, Andradas, MG. Coordenação de Murillo de Albuquerque Regina. **Anais...** Caldas: EPAMIG-FECD, 2002, p.5.

[...] Na década de 70, com a chegada de empresas multinacionais na Serra Gaúcha [...] verificou-se um incremento significativo da área de parreirais [...] No período de 1995 a 2000, verificou-se um incremento de 2,5 % da área cultivada de videiras. A viticultura é cultivada em pequenas propriedades, pouco mecanizadas, que contam com a mão de obra familiar e cultivam em torno de 2,5 ha de vinhedos.

Figura 98 - Pipa - Pórtico de madeira na entrada da cidade de Bento Gonçalves (década de 1970) - Substituída em (1985) por concreto armado.



Fonte: Museu do Imigrante (2012) - Turismo Bento (2013).

Na década de 1970, a construção da rodovia estadual ERS 470 com asfaltamento e a construção da Ponte do Rio das Antas impulsionaram o crescimento econômico, principalmente a indústria moveleira e metalomecânica. Segundo os dados da FEE-RS²⁴⁰, a população de Bento Gonçalves, era de 41.979 habitantes em 1970, sendo 18.197 da área rural e 23.782 da área urbana, apresentando índice de urbanização de 56,7%.

Década de 1970:

- Pop.: 41.979 hab. - Área urbana: 23.782 hab. - Área rural: 18.197 hab. - Índice urb. 56,7%.

Década de 1980:

- Pop.: 58.941 hab. - Área urbana: 42.071 hab. - Área rural: 16.870 hab. - Índice de urb.: 71,4%.

Década de 1990:

- Pop.: 76.893 hab. - Área urbana: 63.646 hab. - Área rural: 13.247 hab. - Índice de urb.: 82,8%.

²⁴⁰ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). **Municípios do Rio Grande do Sul**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 16 maio 2013.

Figura 99 - Área urbana de Bento Gonçalves, observando-se a verticalização na década de 1970



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Figura 100 - Área central de Bento Gonçalves (1973)

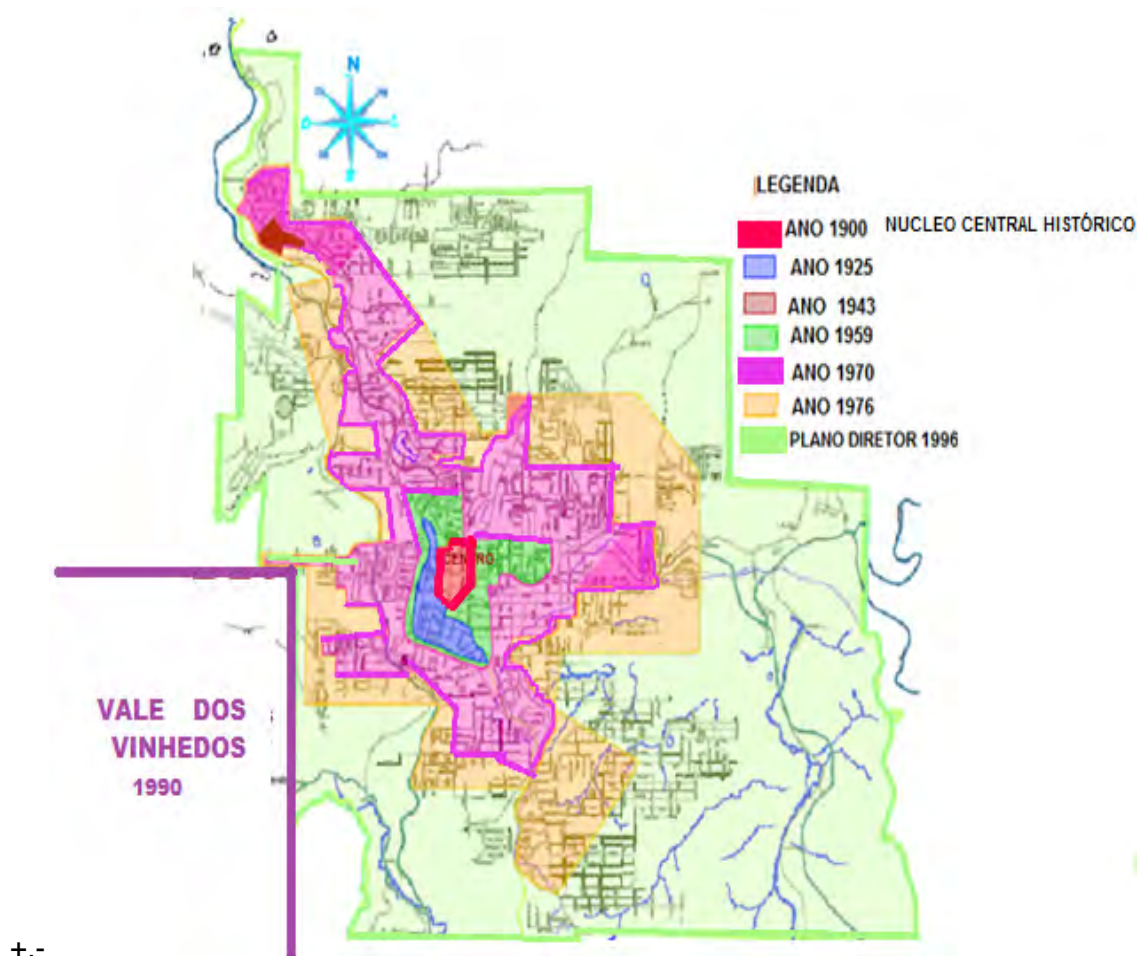


Fonte: Museu do Imigrante (2012).

O crescimento econômico da década de 1970, também verificado no país, impulsionou a verticalização (fig. 100) e a expansão urbana que se configurou no município. O pequeno núcleo central urbano do ano de 1900 se expandiu significativamente, dando novos contornos e limites à área urbana, como é representado na linha do tempo de 1900-1996 da fig. 101, demonstrando o crescimento da área urbana de Bento Gonçalves. Essa nova configuração urbana do

Plano Diretor de 1996 sinaliza uma expansão urbana mais ampla, que é confirmada no Plano Diretor seguinte do ano de 2006 (ver Anexo 5), ao mesmo tempo que demonstra, ao longo do tempo, a proximidade cada vez maior da área urbana com a zona rural do Vale dos Vinhedos, recorte geográfico abordado nesta pesquisa.

Figura 101 - Demonstrativo da expansão urbana de Bento Gonçalves de 1900 a 1996



Fonte: Baseado em IPURB-BG (2013).

O Plano Diretor é, segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988, um instrumento básico da política de desenvolvimento de uso do solo e da expansão urbana. Cumprindo-o, a gestão pública pode ordenar o desenvolvimento planejado e criterioso da cidade e proporcionar bem-estar a seus cidadãos. Ele também orienta os usos excessivos ou inadequados que modificam sua infraestrutura. Ao encontro do Plano Diretor vem o Estatuto das Cidades, instituído pela Lei nº 10.257, de 2001, que estabelece normas de ordem pública e de interesse social, regulando o uso da propriedade com o interesse do bem coletivo e do equilíbrio ambiental.

Através da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, em substituição do Plano de 1996, foi instituído o Novo Plano Diretor de Bento Gonçalves, que se encontra vigente até a presente data. Junto deste está o Plano Diretor Rural, que estabelece regras de uso do solo rural dos quatro distritos rurais de Bento Gonçalves, abrangendo também o distrito Vale dos Vinhedos.

Figura 102 - Bento Gonçalves em crescimento urbano (1979)



Fonte: Museu do Imigrante (2012).

Em 1975, a chegada dos imigrantes italianos completou 100 anos e Bento Gonçalves era reconhecida como a cidade de oportunidades, empreendedora, contando com 480 indústrias e com grande infraestrutura industrial. Como no restante do território brasileiro, nessa década a população iniciou um processo irreversível de urbanização.

Bavaresco e Oliveira²⁴¹ demonstram (tab. 5) a evolução populacional que o município sofreu entre 1940 a 2010, período compreendido como o de maior desenvolvimento econômico nele verificado.

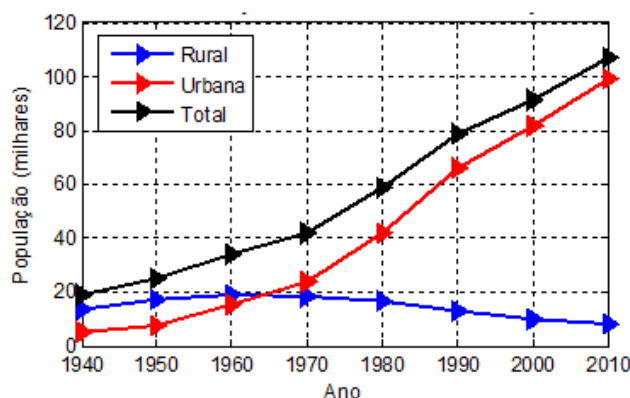
²⁴¹ BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darla Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. **Anais...** Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

Tabela 5 - Evolução da População de Bento Gonçalves

Bento Gonçalves			
Ano	População		
	Rural	Urbana	Total
1940	13.751	5.020	18.771
1950	17.199	7.734	24.933
1960	18.815	15.141	33.956
1970	18.197	23.782	41.979
1980	16.870	42.071	58.941
1990	12888	65755	78.643
2000	9 666	81 820	91.486
2010	8.209	99.069	107.278

Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Figura 103 - Gráfico da evolução da população de Bento Gonçalves



Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Bento Gonçalves acompanhou os índices de urbanização verificados no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. Na década de 1980 (tab. 5) observou-se um decréscimo da população da área rural e consequente aumento da população na área urbana, cujo número dobrou em relação à década anterior.

No intervalo de tempo compreendido entre 1940 e 2010²⁴² a evolução da população apresentou uma configuração de crescimento vertiginoso de urbanização. A população rural no Brasil, que era de 28.404.049 habitantes em 1940, passou para 29.948.660 em 2010, com incremento pouco significativo. Ao mesmo tempo, a população urbana, que era de 41.165.289 habitantes em 1940, aumentou para 190.755.799 em 2010, demonstrando o crescimento vertiginoso da expansão urbana.

²⁴² BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darla Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. **Anais...** Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

No Rio Grande do Sul, a população rural era de 2.258.069 habitantes em 1940, e a população urbana era de 1.062.620 habitantes. No ano de 2010 o Estado apresentou uma população rural de 2.128.092, mostrando-se quase inalterada, ao mesmo tempo em que a população urbana apresentou altos índices de crescimento, com 9.100.533 habitantes.

5.2 AS MODIFICAÇÕES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

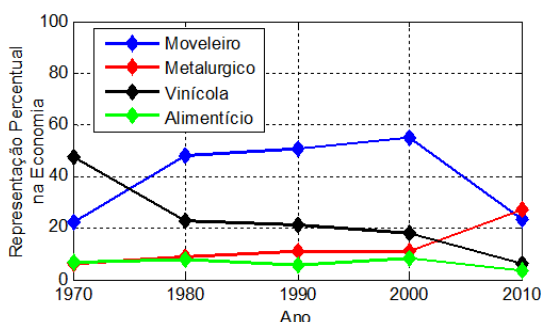
A realização da primeira FENAVINHO, em 1967, sinalizou um marco de outras fases de crescimento do município, com o desenvolvimento da industrialização e da produção. A Festa do Vinho foi criada para celebrar e visibilizar o produto, mas também proporcionou a criação de outras indústrias, como a moveleira e o setor metalomecânico. A proximidade com Caxias do Sul que, na fase de 1970 a 1990, também possuía seu parque industrial bem desenvolvido e estruturado (ver Anexo 6), ocasionou uma interação do setor metalomecânico e moveleiro regional. As alterações da representação econômica do município são apresentadas na tabela 6 e na figura 103, a seguir.

Tabela 6 - Representação econômica por segmento do município

Ano	Representação Econômica Percentual			
	Segmento			
	Moveleiro	Metalúrgico	Vinicola	Alimentos
1970	22,56	6,01	47,73	6,81
1980	48,1	8,82	23,01	7,98
1990	50,72	11,24	21,27	5,78
2000	55,33	10,84	17,87	8,33
2010	23,19	27,24	6,14	3,66

Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011).

Figura 104 - Gráfico da representação econômica por segmento (1970-2010)



Fonte: Bavaresco e Oliveira (2011). (Amostragem)

A amostragem de Bavaresco e Oliveira (2011), reproduzida anteriormente, demonstrou as alterações repercutidas nos setores produtivos de Bento Gonçalves entre os anos de 1970 a 2010 (fig. 103). O crescimento econômico de outros setores, em comparação com o setor vinícola, é descrito a seguir pelo levantamento da Fundação Educacional Região dos Vinhedos²⁴³:

Entre os anos de 1971 a 1987, a maior empresa industrial de Bento Gonçalves sempre foi do ramo vinícola, com destaque para a empresa Dreher AS- Vinhos e Champanhas no período de 1971 a 1979, e de 1980 a 1987 a empresa Cooperativa Vinícola Aurora Ltda., em 1988 a Todeschini S.A. do ramo moveleiro ocupou o primeiro lugar. [...] Em 1971 a indústria vinícola representava um potencial econômico de 47,73% e a indústria moveleira 22,56%. A inversão da importância dos setores ocorrida desde 1976, vem crescendo, sendo que em 1990 o setor moveleiro representa 50,72% do potencial industrial de Bento Gonçalves, e o setor vinícola representa 21,27%. [...] Entre os demais setores devemos destacar que o setor metalúrgico no período de 1971 a 1983 manteve o comportamento estável, em torno de 7% do potencial sócio econômico das indústrias de Bento Gonçalves. A partir de 1984, passou a apresentar um crescimento significativo ano após ano, contribuindo em 1990 com 11,24% do potencial sócio econômico. O crescimento deste setor nos últimos sete anos foi de 62,90%.

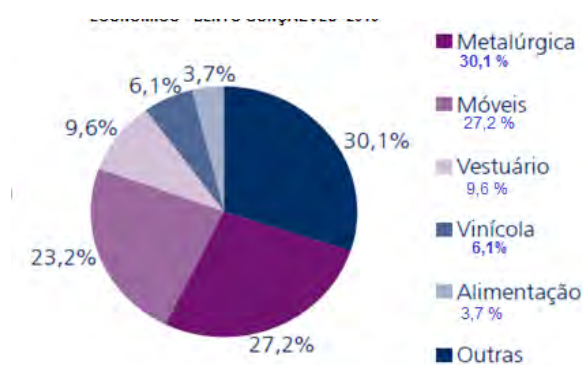
Dentro do contexto de crescimento econômico do setores moveleiro e metalúrgico observou-se grande expansão da área urbana, atingindo o limite das áreas rurais. O incremento econômico, observado também regionalmente, ocasionou uma diminuição do número de habitantes na área rural que migram para a área urbana em razão da oferta de trabalho. O fato foi observado principalmente em jovens do sexo feminino que habitam a zona rural de Bento Gonçalves e diariamente se deslocam para o trabalho na área urbana. Esse fator gerou uma masculinização da zona rural. É um contexto encontrado facilmente na atualidade em localidades do Vale dos Vinhedos e nas festividades sociais e religiosas das comunidades, onde se observa a ausência de jovens moças. O “envelhecimento” da população rural e a consequente migração para a área urbana são sinalizados desde a década de 1970, com o aumento da urbanização e o decréscimo da zona rural.

A produção vinícola, após a década de 1980, passou para a segunda posição e continuou perdendo posicionamento até a década de 2010. Desde então, tem-se mantido inalterada até a atualidade.

²⁴³ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIÃO DOS VINHEDOS. **Hierarquia Sócio-Econômica da Indústria, Comércio e Transportes de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves: Centro de Indústria e Comércio (CIC), 1988.

A seguir, o demonstrativo da representatividade do setor de Produção e Econômico de Bento Gonçalves.

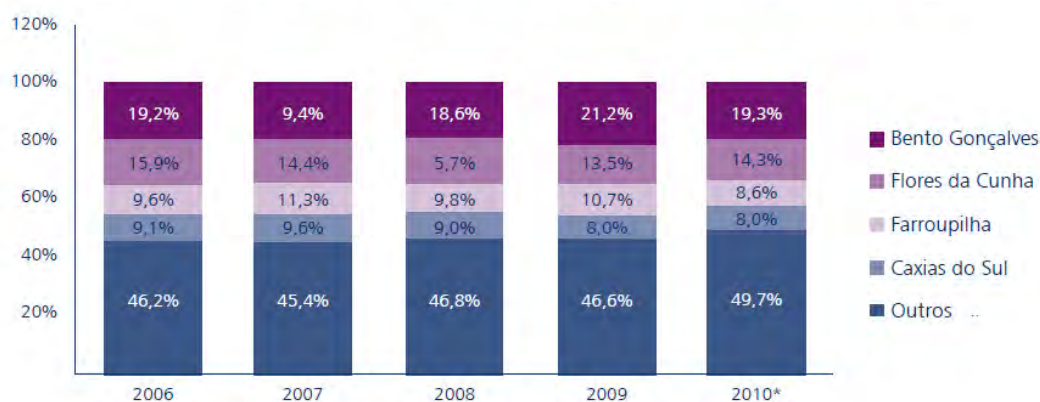
Figura 105 - Representatividade do Setor de Produção e Econômico – Bento Gonçalves 2010



Fonte: Recursos... (2010, p.71).

O demonstrativo (fig. 105) aponta que a produção vinícola ocupa a quarta posição na representatividade do setor econômico do município. Entretanto, ao mesmo tempo em que a produção vinícola está na quarta posição, ela se mantém no primeiro posto de produção de uva na Região da Serra Gaúcha, de acordo com o estudo comparativo apresentado (fig. 106):

Figura 106 - Comparativo dos Municípios de Maior Produção de Uva (milhões de kg)



Fonte: Instituto Brasileiro do Vinho - IBRAVIN. *Dados preliminares de 2010

Fonte: Recursos... (2010, p.71).

A relação do modo de plantio vinícola com a formação da paisagem no Vale dos Vinhedos está ligada também aos fatores econômicos obtidos com a produção. A paisagem vinícola formada resultou do plantio contínuo desde o povoamento, marcando a paisagem do lugar. As alterações mais visíveis da paisagem ocorreram devido ao estabelecimento de outros modos de plantio. Diversos plátanos deixaram de demarcar o território vinícola, passando a compor outra paisagem, enquanto alguns permanecem nos espaços de produção abandonados.

Desde 1990, a produção vinícola tomou outro posicionamento, ganhando notoriedade e visibilidade nacional e internacional, como se verá na próxima fase.

Tabela 7 - Síntese do crescimento urbano e regional (1940 a 1990)

1940 - 1990:
76.839 hab.

Populacional	Econômico	Sociocultural	Institucionais	Locacionais
Aumento Índice de urbanização: 71,4%	- Uva principal produto - Crescimento setor moveleiro e metalomecânico e comércio - Decréscimo setor vinícola, cresc. produção vinícola - Multinacionais vinícolas	Aporte de novos habitantes - mescla de culturas -1967 I FENAVINHO -Novo modo de cultivo videiras	- Cooperativas vinícolas - 1990 Criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos - Plano Diretor	- Consolidação da paisagem vinícola - Crescimento da produção vinícola - Início da maior expansão urbana

FUNÇÃO: Núcleo administrativo, econômico, comércio, serviços e indústria fortes e atuantes.

Fonte: A autora (2013).

6 O VALE DOS VINHEDOS: DA CERTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO À URBANIZAÇÃO INVASIVA (1990-2010)

6.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CERTIFICADO E AS MODIFICAÇÕES

A Linha Leopoldina, desde sua ocupação em 1875, foi destaque dentro do município por ser o primeiro Distrito a implantar vinhedos e a elaborar vinhos. Sua grande produção vinícola até a década de 1960 e os movimentos causados pela I FENAVINHO refletiram positivamente no setor.

A busca pelo aprimoramento técnico da elaboração dos vinhos evidenciou o município e sua produção vinícola, e esta ação impulsionou o setor de turismo, que se encontrava quase desativado após a ligação rodoviária que conduz a Região Metropolitana ao litoral do Estado, quando a “Serra”²⁴⁴ foi deixando de ser lugar de lazer e de férias como era a partir dos anos 20. A Serra era indicada devido ao clima, tido pelos higienistas como ideal, aos passeios entre as árvores frutíferas e, principalmente, aos parreirais. Os visitantes eram hospedados nos pequenos hotéis ou em casas de família, consumiam os pratos típicos e o vinho e participavam das festividades religiosas e sociais.

Figura 107 - Veranistas em Bento Gonçalves na década de 1920-1930

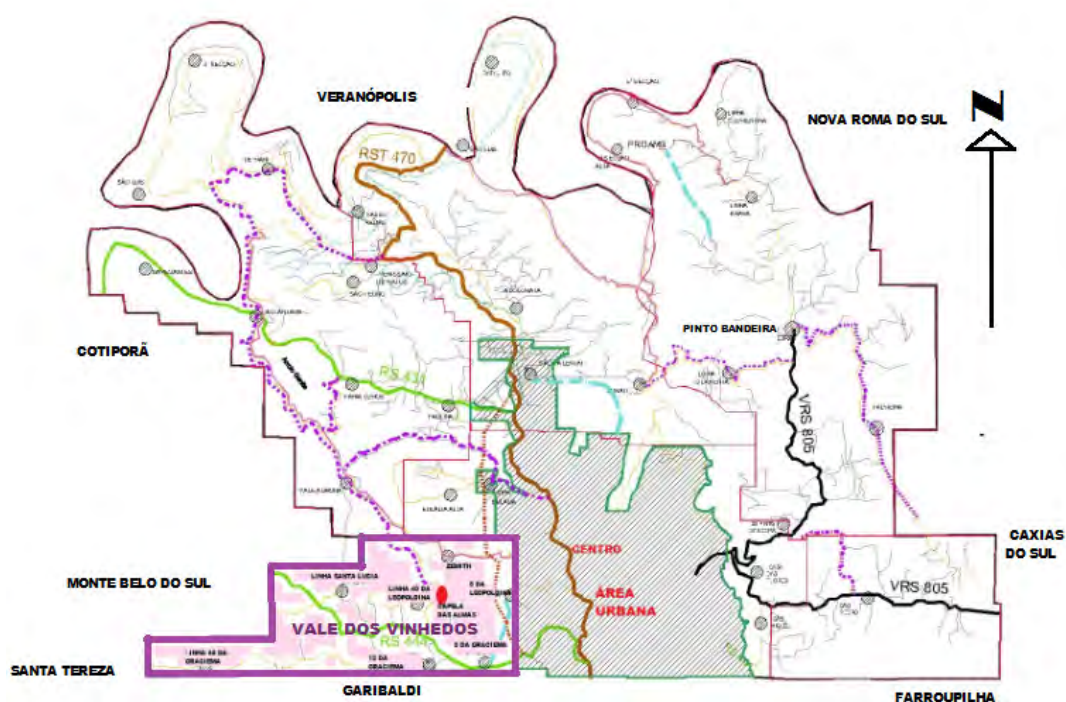


Fonte: Museu do Imigrante de Bento Gonçalves (2012).

²⁴⁴ Termo utilizado pelos visitantes, principalmente os da Região Metropolitana de Porto Alegre, desde a década de 1920, fazendo referência à Serra Gaúcha como lugar de descanso nas férias ou nos finais de semana.

Em 1989 iniciaram as primeiras reuniões nas comunidades da Linha Leopoldina com o objetivo de criar um novo distrito municipal²⁴⁵, que foi concretizado através da Lei Municipal nº 1.805, de 17 de agosto de 1990, a qual criou o 8º Distrito: o Vale dos Vinhedos (fig. 108). Ver mapa ampliado no Anexo 7.

Figura 108 - Localização do 8º Distrito de Bento Gonçalves (1990)
- Vale dos Vinhedos



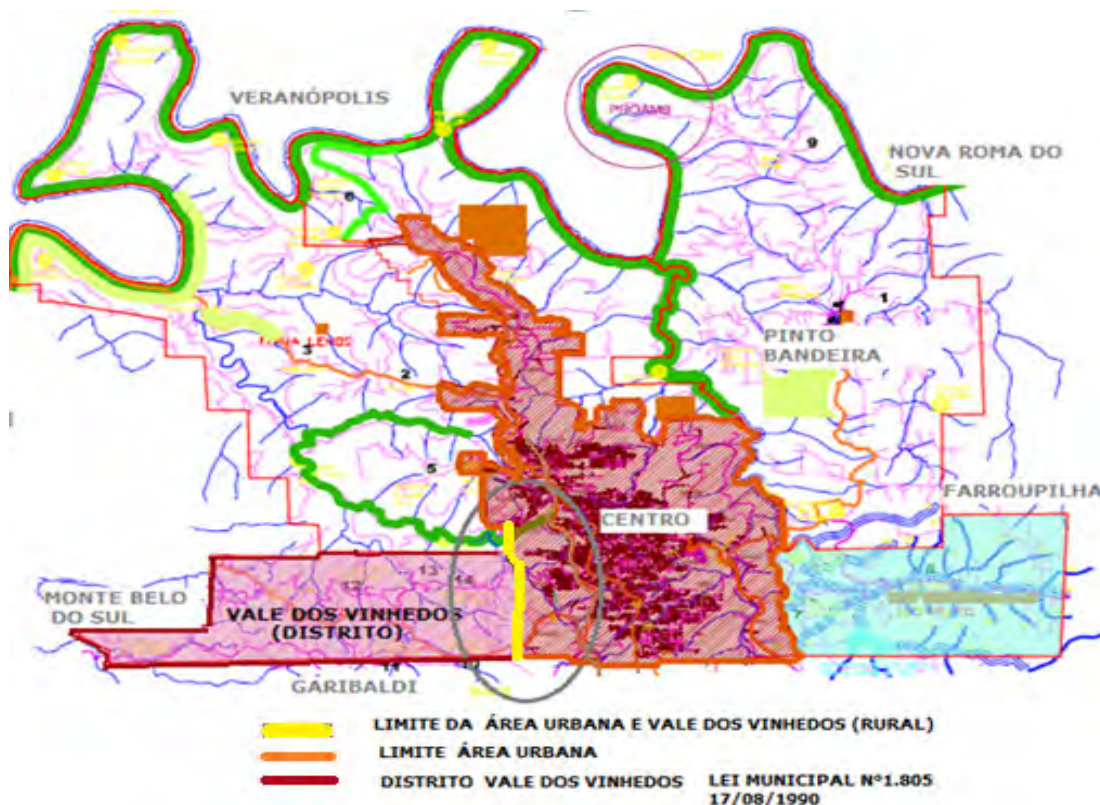
Fonte: Baseado em IPURB-BG (2013).

A partir da criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos, foram iniciadas as tratativas para a fundação de uma associação que representasse os produtores vinícolas do Vale, com o objetivo de buscar a certificação do território vinícola. Desse modo, o território comporta duas designações distintas: a primeira, o Vale dos Vinhedos como território político, o 8º Distrito do Município de Bento Gonçalves criado em 1990, que pertence à zona rural do município, e a segunda, o Vale dos Vinhedos como Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos (IGVV), que utiliza o mesmo nome do Distrito de Bento Gonçalves mas abrange parte de áreas territoriais de municípios limítrofes (Monte Belo do Sul e Garibaldi).

²⁴⁵ Conforme consta no Caderno de Atas da Sub Prefeitura do Vale dos Vinhedos.

A abrangência da Indicação Geográfica será vista no item Certificação do Vale dos Vinhedos.

Figura 109 - Configuração e situação do Distrito do Vale dos Vinhedos no Plano Diretor de Bento Gonçalves – Zoneamento Rural



Fonte: Baseado em IPURB-BG (2013).

Das dez vinícolas existentes em 1995, seis uniram-se em torno da fundação de uma entidade que representasse os produtores; assim, surgiu em 15 de fevereiro de 1995 a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)²⁴⁶ com os objetivos de “promover o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos através do enoturismo, da integração entre os associados e a comunidade, e fomentar a busca contínua pela excelência em produtos e serviços”.

Também com o objetivo e o propósito de congregar e qualificar o setor, iniciou-se em 1997 a busca da Indicação de Procedência (I.P) e Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV). Para atingir esse objetivo, foi necessário realizar um levantamento de dados efetuado em conjunto com várias entidades, formando uma cooperação técnica com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a

²⁴⁶ Informações fornecidas pela APROVALE em maio de 2013.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Uva e Vinho, o Laboratório de Referência da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar a delimitação geográfica, os levantamentos topográficos e topoclimáticos e o mapa de solos. De acordo com a APROVALE²⁴⁷, “as vinícolas investiam em mecanismos para melhorar a qualidade da uva e, conseqüentemente, dos vinhos, além de ampliar a estrutura para o incremento do enoturismo”.

6.2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Na atualidade, as Indicações Geográficas representam grande valorização diante dos consumidores de seus produtos certificados por advirem de uma origem controlada. Seu objetivo é promover, agregar valor ao produto e divulgar através dessa produção sua herança histórico-cultural, considerada singular e intransferível. No contexto dos territórios vinícolas, as Indicações Geográficas representam a manutenção e a salvaguarda do saber fazer do vinho em conjunto com sua paisagem cultural, resultado de uma construção coletiva singular.

A entidade mundial denominada *Organization for International Geographical Indication Network* (ORIGIN) reúne produtores de cerca de 30 países, defendendo e promovendo os interesses das Indicações Geográficas, que são reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)²⁴⁸.

O desenvolvimento mundial das Indicações Geográficas ocorreu de forma natural, e os vinhos foram os primeiros produtos certificados de que se tem notícia em razão das falsificações, pois os efeitos naturais eram mais evidentes. Contudo, sobre a origem e o tempo das Indicações, Kakuta²⁴⁹ aponta que:

²⁴⁷ Informações fornecidas pela APROVALE em maio de 2013.

²⁴⁸ A Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995. Desde então, tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor, e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos bilaterais e plurilaterais entre os membros. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 3 jul. 2013).

²⁴⁹ KAKUTA, Susana. Guia de respostas sobre Indicações Geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.251.

Historicamente produtos são rotulados e distinguidos desde os primórdios da Era Romana, quando seus generais e o próprio imperador Cesar recebiam ânforas (vasos antigos) de vinho com a indicação da região de proveniência e produção controlada da bebida de sua preferência. A morte era a punição dos serviçais que entregavam a bebida errada. Também existem relatos que remontam ao século 4 a.C., na Grécia, com os vinhos de Coríntio, de Icaro e de Rodhes. No império Romano, com o mármore de Carrara e com os vinhos de Falerne. Provavelmente, a Indicação Geográfica é um dos institutos do rol da propriedade intelectual, o mais antigo e, certamente, o menos usual em comparação com patentes, marcas e cultivares.

Ainda conforme Kakuta²⁵⁰, seus benefícios estão baseados em proteção do patrimônio nacional e econômico dos produtores, desenvolvimento e revitalização rural, manutenção dos produtores nas zonas rurais, contribuição na preservação de identidade e Patrimônio Cultural local, garantia de produtos de qualidade e muitos outros. Os selos oficiais de qualidade com Origem Geográfica permitem adicionar, referenciar, distinguir e singularizar um produto com garantia de qualidade dos produtos agrícolas, concedida pelo Poder Público.

Para Altmann²⁵¹, a globalização, os processos de industrialização, a produção em larga escala e a concentração de produção fazem com que os agricultores mundiais tenham dificuldades em entender a nova estruturação do mercado, na produção menor, com agregação de valor aos produtos a partir de sua identidade. Os países mais ricos oferecem programas de apoio para a organização e, deste modo, influenciam as políticas públicas, favorecendo a competitividade e os produtos diferenciados, permitindo que a agricultura familiar ingresse em um círculo virtuoso, de continuidade de produção gerações afora. Observar padrões de qualidade que atendam a demanda e as expectativas de seus consumidores, as características físicas, geográficas e climáticas do território produtor é considerado o saber fazer, um item sinalizador de tipicidade única.

²⁵⁰ KAKUTA, Susana. Guia de respostas sobre Indicações Geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006.

²⁵¹ ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural- novo paradigma no mercado de alimentos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.147-154.

Como salienta Altmann²⁵², a tipicidade através da cultura de seus produtores ocasiona a originalidade e a identidade própria aos produtos:

Quando um produto ou alimento tem o nome da zona de produção cujas características de qualidade decorrem dos atributos desse território (características de solo, clima, orografia) e do **saber-fazer (tradição)** dos produtores, e quando esse produto conquistou notoriedade (por seus atributos), pode-se considerar que esta tipicidade única é como originalidade criativa, isto é, **um bem imaterial**.

O bem imaterial é propriedade coletiva inseparável do território de produção, do qual os produtores são usuários [...] O poder público assume, então, a tutela da denominação, fazendo prevalecer os interesses coletivos. [...] Um alimento ou produto agrícola reconhecido como denominação de origem deve, obrigatoriamente, ser produzido, processado ou industrializado no território de origem. (grifo nosso)

Em 1919, para coibir falsificações e fraudes de seus vinhos, a França estabeleceu bases de Indicações Geográficas, e nesse contexto nasceram as Apelações de origem francesa, no setor agroalimentar, também de queijos, de que são grandes produtores. Em 1935 foi instalada a Apelação de Origem Controlada, com legislação própria. Atualmente, a França possui 470 Apelações de origem controlada, que é o nome de uma região ou um local determinado, servindo para designar um produto produzido nesse lugar, levando em consideração o meio geográfico peculiar e os fatores humanos e naturais. Na Comunidade Europeia existem hoje mais de 4.900 Indicações Geográficas; destas, em torno de 4.200 são de vinhos e bebidas²⁵³. As Indicações Geográficas referidas a seguir assinalam a proteção do saber fazer de um território e a Indicação de uma forma de proteção desse legado cultural dentro do território certificado.

Na Europa, as Indicações Geográficas estão presentes na França com seus vinhos, *champagnes*, queijos e o *Cognac*. Na Itália, com o presunto cru e os queijos grana e parmesão. Na Espanha, com o presunto cru, a massa de pão, o azeite de oliva, os cítricos e o açafrão. Na América Latina, com o café, o pisco, a tequila, e os charutos. Na África, com o óleo de oliva, a cebola violeta, o abacaxi e os chás. Na Ásia, com o arroz, os chás e o vinho amarelo.

²⁵² ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural- novo paradigma no mercado de alimentos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.152.

²⁵³ Maiores informações podem ser obtidas em: <<http://www.inao.gov.br>> e <<http://www.europa.eu.int>>. Comunidade Europeia.

No Brasil, as Indicações Geográficas²⁵⁴ são utilizadas para diferenciar produtos específicos de determinadas regiões. Elas podem abarcar e reconhecer vários produtos, como os 14 produtos diversos que atualmente são reconhecidos no país, descritos a seguir: Goiabeiras, panelas de barro; Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, carne bovina; Paraty, aguardentes; Pelotas, doces tradicionais de confeitaria; Região do Cerrado Mineiro, café; Região do Jalapão, Tocantins, artesanato em capim dourado; Região da Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, café; Serro, Minas Gerais, queijo; Vale dos Sinos, couro acabado; Vale do Submédio do São Francisco, uvas de mesa; Litoral Norte Gaúcho, arroz; Região da Costa Negra, CE, camarão; São Tiago, MG, biscoitos; Divina Pastora, renda de agulha em lacê - Sergipe; Porto Digital, PE, serviços de tecnologia da informação; Salinas, MG, aguardente de cana tipo cachaça; Paraíba, têxteis em algodão colorido; Norte Pioneiro do Paraná, café verde em grão e industrializado torrado em grão e/ou moído; Linhares, ES, cacau em amêndoas; Manguezais de Alagoas, própolis vermelha e extrato de própolis vermelha; Cachoeiro de Itapemirim, ES, mármore; Região da Pedra Carijó, Rio de Janeiro.

6.2.1 Indicação Geográfica de Território Vinícola

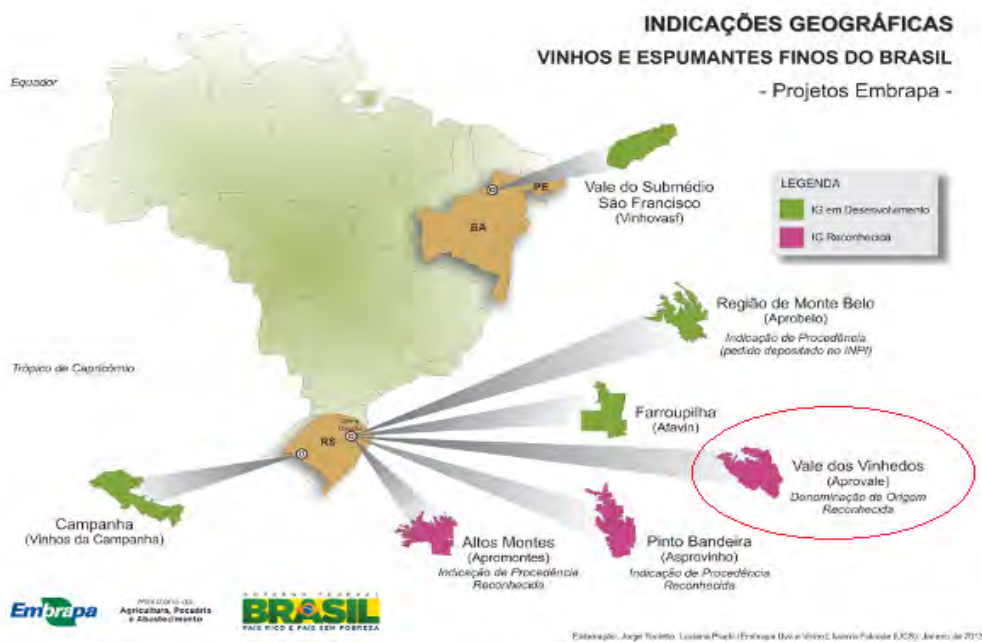
O Vale dos Vinhedos, área de estudo desta pesquisa, foi o primeiro território vinícola do Brasil (Fig. 110) reconhecido com Indicação Geográfica, uma certificação obtida em 2002²⁵⁵ (ver Anexo 8). Por esta razão, a Indicação conferiu-lhe uma visibilidade destacada enquanto território vinícola e foi um marco dentro dos territórios vinícolas do Brasil.

²⁵⁴ **“Indicações Geográficas:** são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções principais: agregar valor ao produto e proteger a região produtora. O sistema de Indicações Geográficas deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intransferível. As Indicações Geográficas no Brasil são reconhecidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).” (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS / INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicações Geográficas brasileiras.** Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE / INPI, 2011, p.247).

²⁵⁵ CERTIFICADO de Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Registro IG 200002 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Revista da Propriedade Industrial (RPI)**, Rio de Janeiro, n.1663, 19 nov. 2002.

Além desta certificação, o Vale dos Vinhedos continua sendo vanguarda de certificação em razão de ter obtido a Denominação de Origem²⁵⁶, registrada junto ao INPI no dia 25 de setembro de 2012 (ver Anexo 9).

Figura 110 - Indicações Geográficas de Vinhos Finos no Brasil, em destaque para as regiões do RS



Fonte: Baseado em EMBRAPA (set. 2013).

Figura 111 - Logomarca da DO e IP do Vale dos Vinhedos



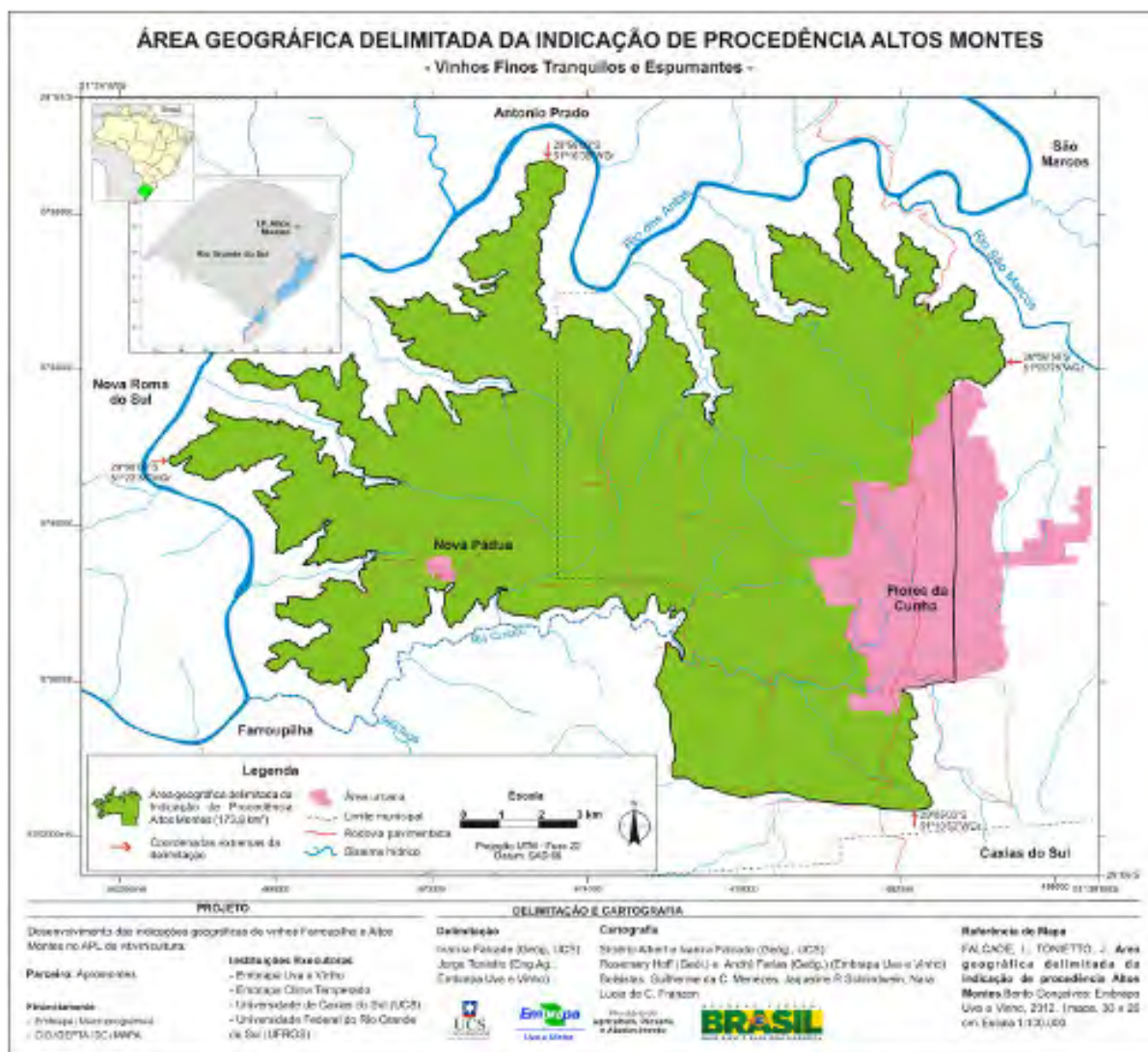
Fonte: SEBRAE (2013, p.131).

²⁵⁶ KAKUTA, Susana Maria. Guia de respostas sobre indicações geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. Organizado por Vinicius Lages, Léa Lagares e Christiano Lima Braga. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.247-271.
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS / INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicações Geográficas brasileiras**. Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE, INPI, 2011, p.254: “**Denominação de Origem**: é a espécie onde as características daquele território agregam um diferencial do produto. Define que uma determinada área tenha um produto cujas qualidades sofram influência exclusiva ou essencial por causa das características daquele lugar, incluindo fatores naturais e humanos. Em suma, as peculiaridades daquela região devem afetar o resultado final do produto, de forma identificável e mensurável.”

Também os vinhos dos Municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, localizados na Serra Gaúcha a uma distância de aproximadamente 60 km de Bento Gonçalves, que pertencem à Associação de Produtores dos Vinhos dos Altos Montes (APROMONTES) (fig. 114) com 13 vinícolas participantes, receberam oficialmente em 18 de abril de 2013 a apresentação da Indicação de Procedência (IP) de seus vinhos. Foi a terceira certificação de vinhos conferida no Brasil pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Com a normatização e a certificação, seus produtores aguardam a ampliação do valor agregado aos seus produtos e maior controle na produção e produtividade.

Figura 114 - Área Geográfica de Indicação de Procedência Altos Montes – Municípios de Flores da Cunha e Nova Pádua, RS



Fonte: EMBRAPA (set. 2013).

6.3 A CERTIFICAÇÃO DO VALE DOS VINHEDOS

6.3.1 A busca da Indicação Geográfica

Em 1997 iniciou-se o processo de busca da Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos através de solicitação encaminhada ao INPI. Neste período firmaram-se convênios operacionais que auxiliaram no desenvolvimento das atividades que serviram como pré-requisito para a conquista da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV). Sua obtenção reconhecida em 2002 (ver Certificado no Anexo 8) foi o resultado do trabalho conjunto das várias entidades.

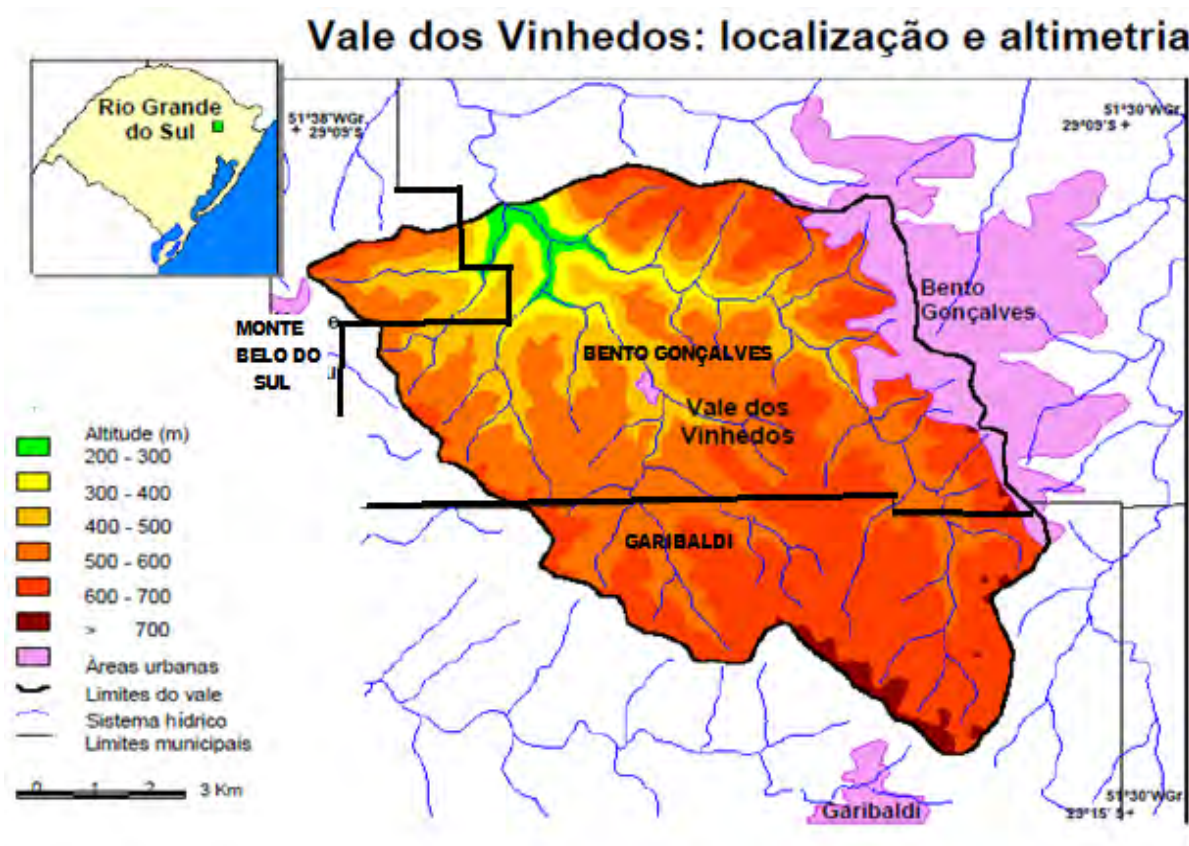
De acordo com Tonietto²⁵⁹:

Nos anos que se sucederam à criação da APROVALE foram desenvolvidas inúmeras ações visando à estruturação de uma Indicação Geográfica. Elas incluíram, dentre outros, a execução de projeto de pesquisa e desenvolvimento no qual foi possível descrever, quantificar e qualificar a área geográfica de interesse e seu potencial para a produção de uvas e vinhos, bem como o estabelecimento dos critérios de Delimitação**. Em 2001 foram estabelecidas normativas de produção da futura IP, com padrões de produção e controle que incluiu a criação do Conselho Regulador da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos. Em 2002 ocorreu o reconhecimento de direito, pelo INPI, da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos.

²⁵⁹ TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.170.

Nota dentro da transcrição: FALCADE, I. *et al.* **Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

Figura 115 - Mapa de delimitação do território abrangido pela Indicação Geográfica de 2002 com as delimitações das áreas entre os Municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul



Fonte: Tonietto (2002).

A delimitação da Indicação Geográfica de 2002²⁶⁰ compreendeu uma área total de 81,23 km² que abrange três municípios limítrofes, ficando assim delimitadas as áreas de participação: Bento Gonçalves com 55%, Garibaldi com 37% e Monte Belo do Sul com 8%. A normativa de Indicação de Procedência²⁶¹ delimita a área de produção e admite as cultivares somente de *Vitis vinifera*, sendo proibidas todas as

²⁶⁰ TONIETTO, Jorge. Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA / ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IESA/SBSP, 2002, p.1-16. (CD-ROM).

FALCADE, I. *et al.* **Vale dos Vinhedos**: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

²⁶¹ TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006.

cultivares de origem americana²⁶² e todas as cultivares híbridas.²⁶³ A normativa também indica o rendimento máximo de produção por área, origem da uva a ser processada, do engarrafamento e rotulagem, padrões de identidade e qualidade química dos produtos.

A paisagem existente no Vale dos Vinhedos, conforme mostrado nos capítulos anteriores, é conduzida em sua maioria na forma de latada. Neste sentido, a normativa da Indicação Geográfica em relação ao sistema de condução das videiras estabeleceu, de acordo com Tonietto²⁶⁴:

Art. 3º. O sistema de condução em latada corresponde ao sistema que reproduz os costumes leais da I.P. Vale dos Vinhedos. Contudo, são autorizados outros sistemas de condução desde que visem aprimoramento quantitativo da uva e dos produtos elaborados.

Aproximadamente 25 anos antes da solicitação da Indicação de Procedência, a produção vinícola do Vale dos Vinhedos e do Município de Bento Gonçalves foi referenciada da seguinte forma, segundo informações prestadas pelo engenheiro agrônomo Gilberto Salvador²⁶⁵, da EMATER-BG:

Quando comecei a trabalhar em Bento Gonçalves em 1975, a maioria dos produtores no Vale dos Vinhedos cultivavam uvas americanas em forma de latada, as uvas viníferas eram cultivadas em pequena quantidade, a EMBRAPA fazia suas experiências com plantação em espaldeira.

²⁶² CAMARGO, Umberto Almeida; MAIA, João Dimas Garcia; RITSCHER, Patrícia. **EMBRAPA Uva e Vinho**: novas cultivares brasileiras de uva. Bento Gonçalves: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010, p.152: “As uvas finas (V. Vinífera) são usadas em todo o mundo para consumo *in natura* e processamento. No Brasil, é também comum o uso de uvas americanas (V. Labrusca e outras espécies).”

²⁶³ Ibid., p.23: “[...] De maneira geral, estas cultivares se caracterizam por apresentar adaptação às condições edafoclimáticas brasileiras, que se refletem em elevada produtividade e maior nível de resistência às principais doenças que atacam a cultura da videira”.

“No Rio Grande do Sul, após iniciativa realizada na estação Experimental de Caxias do Sul, a EMBRAPA Uva e Vinho, desde 1977, vem conduzindo um programa de hibridações visando o desenvolvimento de novas cultivares de uvas de mesa e para a elaboração de sucos e vinhos. O germoplasma básico usado neste trabalho inclui a V. Vinífera, a V. Labrusca, além de espécies tropicais selvagens e híbridos interespecíficos complexos, criados na Europa após a disseminação de filoxera.”

²⁶⁴ TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.171.

²⁶⁵ Gilberto Salvador, engenheiro agrônomo, funcionário da EMATER-RS. Associação Rio Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Prestador de Serviço do Estado do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida à autora em 21 de maio de 2013.

Salvador relata também que até nos dias atuais os pequenos produtores ainda mantêm a plantação em forma de latada, mesmo na produção de uvas viníferas. Sendo assim, eles obtêm maior percentual de produção em relação ao plantio em espaldeira e recebem maior valor econômico por sua produção.

Grande parte do plantio em espaldeira que se verifica no Vale dos Vinhedos é quase restrita às maiores vinícolas do Vale, que em sua totalidade vêm substituindo a plantação de latada para espaldeira (fig. 116). Esse fato é recorrente desde a fundação da APROVALE com as vinícolas associadas.

Figura 116 - Substituição da condução em latada por condução em espaldeira no Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2012).

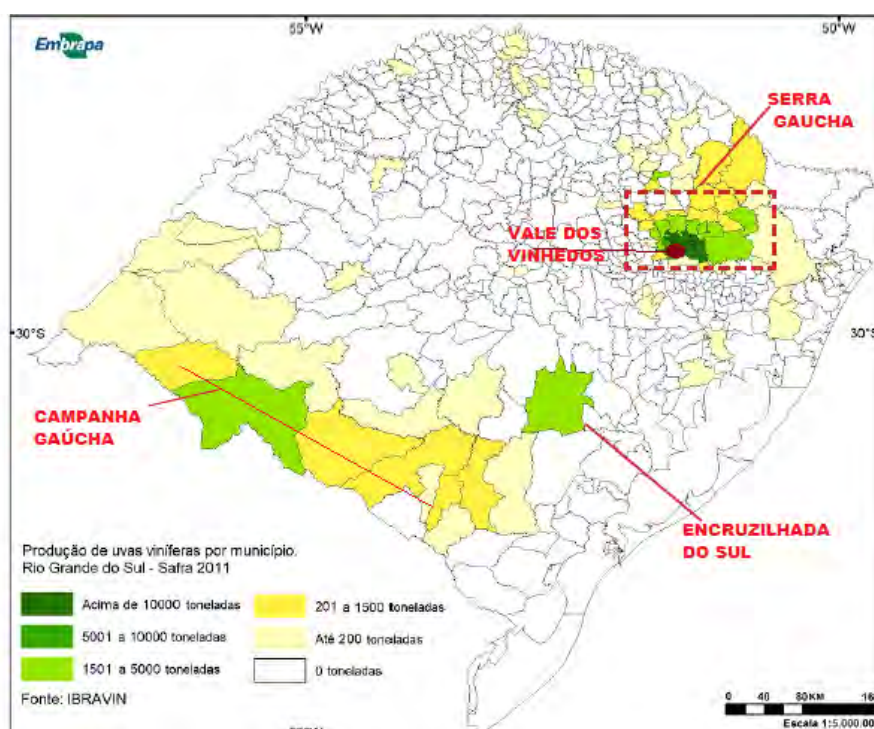
A partir da Certificação de Indicação de Procedência (IP) ocorrida em 2002, houve grande valorização das terras da região incompatível com a valorização da produção vinícola, o que ocasionou a inviabilidade de compra de terras para a implantação de vinhedos. Como exemplo, na década de 1990 um hectare de terra na área central do Vale dos Vinhedos valia em torno de R\$ 60 a 70 mil reais; na década de 2000, em torno de R\$ 100 mil reais; e na década de 2010, em torno de R\$ 300 mil reais²⁶⁶. Em razão da valorização, diversas vinícolas do Vale dos Vinhedos e de Bento Gonçalves buscaram outras regiões, como a Campanha

²⁶⁶ Segundo dados fornecidos pela Imobiliária Pontual, de Bento Gonçalves, que atua no setor de compra e venda de terras rurais no município há mais de 30 anos. Dados fornecidos à autora em 3 de junho de 2013.

Gaúcha e a Encruzilhada do Sul²⁶⁷, de solos mais favoráveis e de menor valor, com retorno de curto a médio prazo.

Na atualidade, as novas regiões vinícolas gaúchas (fig. 117) obtiveram notoriedade própria em razão da qualidade de sua produção. O resultado se deu pelos fatores favoráveis de território encontrados, como a diversidade natural das características de solo, aliada a um clima favorável para o cultivo vinícola. É uma nova região vinícola brasileira que há aproximadamente 30 anos vem implantando seus vinhedos e ganhando notoriedade de produção. O balizamento com outras regiões vinícolas proporciona maior notoriedade ao território certificado do Vale dos Vinhedos, mas deve ser encarado como fator positivo e um auxílio para a preservação da paisagem cultural construída.

Figura 117 - Localização de regiões produtoras vinícolas do Rio Grande do Sul



Fonte: Baseado em Santos *et al.* EMBRAPA (set. 2011)

²⁶⁷ CAMARGO, Umberto Almeida; PROTAS, José Fernando da Silva. **Diagnóstico qualitativo das principais regiões vinícolas brasileiras: aspectos tecnológicos e estruturais.** 2010. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2013: “A partir de 2000, empresas vinícolas instaladas na Região da Serra Gaúcha começaram a fazer investimentos na implantação de vinhedos no município de Encruzilhada do Sul. [...] Entre outras, investiram em vinhedos na Região: Casa Valduga, Vinícola Angheben, Lídio Carraro, Chandon, Cooperativa Aliança e Vinícola Czarnobay. Diferentemente da região da Campanha, a vitivinicultura da região da Serra do Sudeste se caracteriza pelo pouco ou quase nenhum investimento das empresas na instalação de vinícolas; ou seja, no atual contexto trata-se de uma região produtora de uvas para abastecer vinícolas de outras regiões (Serra Gaúcha e Campanha).”

A valorização da terra após a Indicação Geográfica é referida por Tonietto²⁶⁸:

Houve, por exemplo, valorização das terras [...] entre 200 e 500%. O resultado é significativo, já que confere aos proprietários um patrimônio de real valor, gerando estímulo à continuidade do negócio da produção de vinhos pelas gerações atuais e futuras.

O crescimento da produção vinícola para a elaboração de vinhos finos através da condução em espaldeira teve aumento significativo no Vale após sua Certificação. As vinícolas associadas e com produção própria de uvas converteram seus parreiras de condução em latada para espaldeira. Os mapas (fig. 118, 119 e 120) referenciam esse aumento de vinícolas associadas nas respectivas décadas desde a fundação da APROVALE. O critério obedeceu a uma Linha do Tempo, balizada no intervalo do ano 1995, quando ocorreu a fundação da APROVALE, até o ano de 2010, inserido dentro do recorte temporal desta pesquisa.

Cabe aqui uma discussão em relação ao território construído, que pode ser estendida para uma continuação futura desta pesquisa, considerando a origem e a cultura dos imigrantes, a imposição do mercado vinícola, que aqui se entende o cultivo de variedades vinícolas para a venda de seus vinhos desvinculado da cultura local e da construção da certificação. Discussão para analisar se esta ação de mitigação em relação à cultura do território construído e às estratégias de mercado para a venda de vinhos seriam as melhores soluções e, ainda, se as soluções propostas de tipo de plantio vinícola no Vale dos Vinhedos são apropriadas à cultura, ao território, ao clima e aos microclimas existentes dentro do território certificado.

²⁶⁸ TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006, p.166.

Figura 118 - Vinícolas fundadoras da APROVALE e associadas desde sua fundação - de 1995 a 2000



Fonte: Baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

Figura 119 - Vinícolas fundadoras da APROVALE e associadas desde sua fundação, no ano de 2000 ao ano de 2010



Fonte: Baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

Figura 120 - Vinícolas componentes da APROVALE (1995-2013),
Vale dos Vinhedos - BG



Fonte: Baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

A certificação através da Indicação Geográfica obtida em 2002 ampliou a condução dos vinhedos em forma de espaldeira, com destaque nas vinícolas com vinhedos próprios associados à APROVALE (fig. 118, 119, 120). As maiores vinícolas do Vale também ampliaram sua capacidade de produção e, paulatinamente, adquiriram terras de seus vizinhos do entorno, aumentando sua área de plantio em espaldeira, chegando, através de um levantamento empírico no local, em 100% dos seus vinhedos. A condução em espaldeira ocasionou a retirada do plantio em condução de latada e a substituição de seus cultivares de *Vitis labrusca* para *Vitis vinifera*; isto é, a substituição foi efetuada dentro dos limites de altitude propostos pela Indicação.

Em 2007, a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos obteve o reconhecimento pelo Comitê de Gestão do Vinho da União Europeia. Também no mesmo ano iniciou-se o processo para a obtenção da Denominação de Origem. Seu registro foi aceito pelo INPI em 25 de setembro de 2012 (ver Anexo 9).

As Indicações Geográficas Indicação de Procedência e Denominação de Origem (fig. 121) diferem nos critérios estabelecidos dentro de sua normativa; ou seja, são independentes entre si, e por isso devem ser seguidas a normativa e as especificações da última certificação que o território adquiriu. Este fato ocorreu no Vale dos Vinhedos, que passou a adotar a normativa da Denominação de Origem.

Figura 121 - Especificações das Indicações Geográficas



6.3.2 A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV) - 2012

O Vale dos Vinhedos obteve a Denominação de Origem²⁶⁹ em 2012, dez anos após a certificação de Indicação de Procedência, e passou a ser o único território vinícola brasileiro com a Denominação de Origem de seus vinhos.

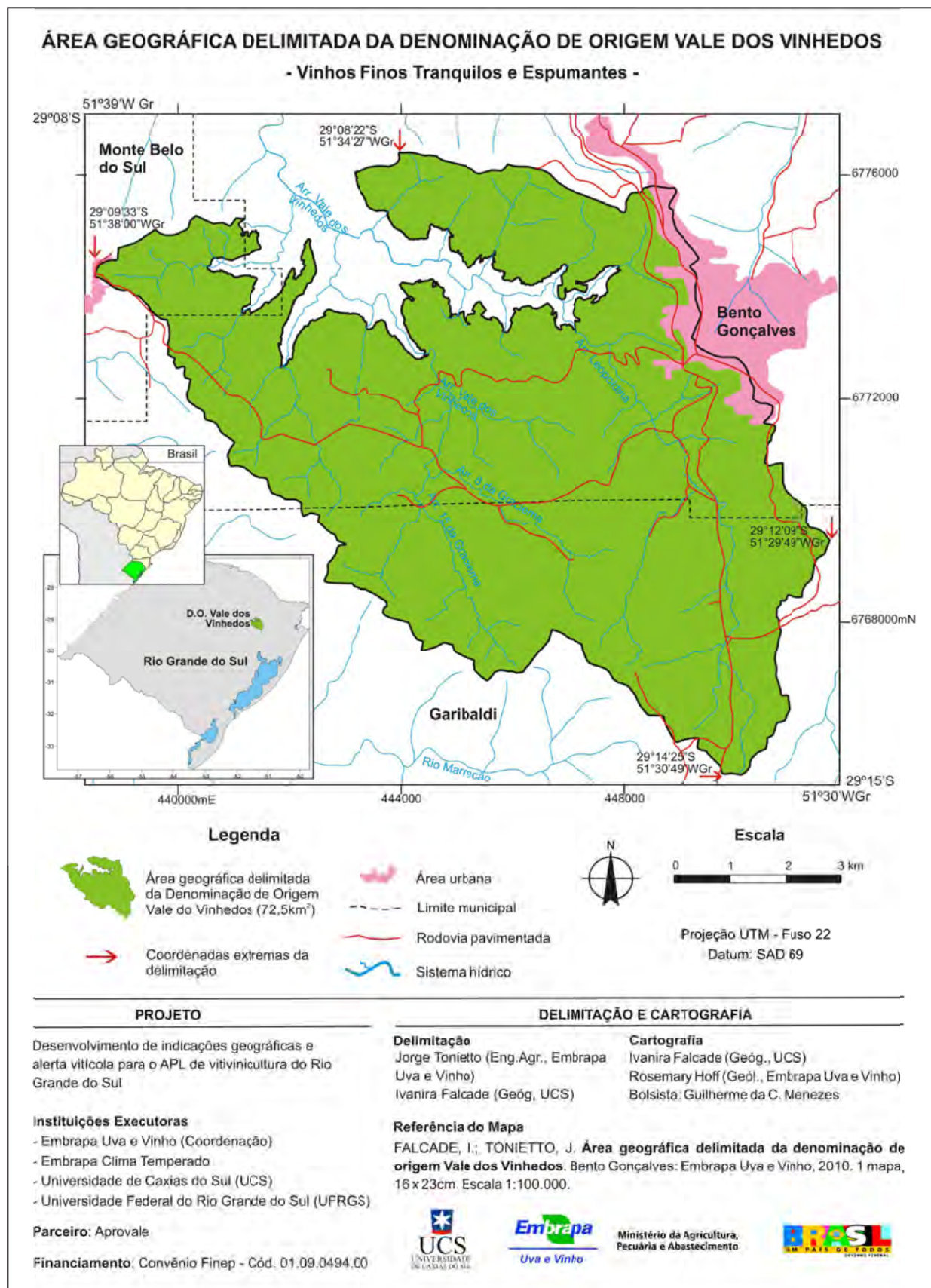
A nova certificação, Denominação de Origem dos vinhos, trouxe novas normativas para o território produtivo que devem ser seguidas pelo produtores para que seus vinhos possam ser reconhecidos por esta certificação, utilizando-a no rótulo e contrarrótulo. Assim, já não é seguida a normativa anterior, de Indicação Geográfica, devendo-se seguir na produção e elaboração dos vinhos a nova certificação, que é a Denominação de Origem. Ela estabelece que a produção vinícola deve ser 100% produzida no Vale dos Vinhedos, apresentando também regras de cultivo, de altitude, quais cepas²⁷⁰ podem ser produzidas e os limites de produtividade. Estabelece, ainda, os métodos de elaboração e graduação alcoólica, normas de rotulagem e padrões de identificação. Todas as ações de produção e elaboração são controladas pelo Conselho Regulador, pelo corpo técnico formado por profissionais da área vinícola que elaboraram a solicitação de Denominação, profissionais da área enológica, laboratórios e APROVALE.

No que concerne à Paisagem Cultural existente na condução das videiras com orientação do plantio em latada, a normativa da Denominação de Origem estabelece que este plantio não pode ser praticado pelos produtores por que a DO admite o plantio em espaldeira para qualificar a produção vinícola (Ver normativa da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos).

²⁶⁹ Toda a normativa da Denominação de Origem pode ser acessada em:
<<http://www.valedosvinhedos.com.br>>.

²⁷⁰ Para vinhos finos tintos secos: Cabernet Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot e Tannat. Para vinhos finos brancos secos: Chardonnay e Riesling Itálico. Para vinhos espumantes brancos ou rosados finos: Chardonnay, Riesling Itálico e Pinot Noir.

Figura 122 - Mapa de abrangência da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos – 2012



Fonte: Tonietto et al. EMBRAPA (set. 2013).

Figura 123 - Rótulo e contrarrótulo constante nas garrafas de vinhos da Denominação de Origem



Fonte: Vale dos Vinhedos (2013).

Com o estabelecimento de normativas de produção próprias da DO, sua área geográfica de abrangência possui 72,45 km² (fig. 122), área menor do que a de Indicação Geográfica, com os seguintes percentuais de abrangência de municípios: Bento Gonçalves, 61,07%; Garibaldi, 33,49%; Monte Belo do Sul, 5,44%. A limitação é definida pelo sistema de drenagem através de pequenos arroios. As cultivares autorizadas são exclusivamente de *Vitis vinifera*, sendo proibidas todas as cultivares de origem americana e todos os cultivares híbridos. Quanto ao sistema de condução, a normativa especifica que “o sistema de sustentação autorizado para os vinhedos é exclusivamente em espaldeira”²⁷¹.

Portanto, a definição foi dada não pela divisão proposta, mas pela unidade de paisagem criada, ou Paisagem Cultural. A identidade de um território vinícola também pode ser referenciada por um varietal que o identifique, criando um ecossistema próprio. Em muitos países é observada a delimitação das espécies, criando uma rede própria de elaboração de vinhos que identifica a região.

Estudos evidenciam a falta desta matriz cultivar que identifique o Vale dos Vinhedos. De acordo com Palácios e Portugal²⁷²:

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos representa uma das principais e mais tradicionais zonas vitivinícolas do Brasil e seus produtores, atualmente, buscam uma identidade vinícola e adequação a novos mercados [...]. Os resultados evidenciam a grande diversidade de cultivo e de produtos relacionada a uma perda de identidade e de direcionamento de vinhos finos.

²⁷¹ TONIETTO, Jorge; ZANUS, Mauro Celso; FALCADE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. **O Regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos: vinhos finos tranquilos e espumantes**. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, set. 2013. [Documentos 84]. Disponível em: <<http://www.cnpv.embrapa.br/tecnologias/ig/>>. Acesso em: 9 set. 2013.

²⁷² PALÁCIOS, Antonio; PORTUGAL, Cauré B. Vale dos Vinhedos: Perfil produtivo de vinícolas familiares e diagnóstico qualitativo, microbiológico e sensorial de vinhos. **Revista Brasileira de Viticultura e Enologia**, Bento Gonçalves, RS, Fórmula Prática / Associação Brasileira de Enologia, v.4, n.4, p.18, set. 2012.

6.4 A CONDUÇÃO DAS VIDEIRAS, SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM VINÍCOLA E AS CERTIFICAÇÕES DO VALE DOS VINHEDOS

É necessário ressaltar o resultado da paisagem em estudo com a forma de condução, que vai além da qualidade técnica da produção e reflete uma identidade própria criada no território vinícola. As transformações na forma de plantio ocorridas levam a considerar os embates presentes do plantio das videiras que refletem na paisagem: de um lado a Certificação, que estabelece o plantio em espaldeira (fig. 124), ocasionando a supressão das videiras existentes com perda cultural do território; de outro, diferentes ponderações técnicas que consideram a cultura existente no território e entendem que outros tipos de condução além da espaldeira produzem uvas de qualidade, considerando os vários microclimas existentes num mesmo território e, para tanto, o plantio deve ser adaptado aos vários condicionantes para se obter uma melhor produção de uvas, para a melhor elaboração de vinhos.

Figura 124 - Vale dos Vinhedos: tipos de plantio



Fonte: A autora (2013).

Faz-se necessário, neste momento, retomar o assunto da forma de condução para ampliar a discussão e verificar outras ponderações técnicas de pesquisadores, professores e alunos de Viticultura e Enologia, que mostram pareceres diferentes do estabelecido pela Certificação.

O tipo de condução das videiras está sendo debatido nesta pesquisa por ser um importante elemento formador da paisagem cultural vinícola.

No sistema de condução em latada, a exposição das uvas ao sol e ao vento é menor em razão da maior proporção de massa foliar. Segundo Giordani²⁷³:

No sistema de condução em latada, para se obter maior qualidade da uva é necessário fazer o manejo correto da videira com a poda verde, que consiste na retirada de folhas de maneira correta, permitindo, deste modo, que as uvas tenham maior exposição ao sol e ao vento. Isto proporciona uma diminuição da umidade, que é o fator principal das patologias que podem acometer as videiras.

A condução em espaldeira foi o sistema de condução adotado pela Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos como o de melhor obtenção de qualidade e resultados. No entanto, engenheiros agrônomos, pesquisadores e enólogos entrevistados afirmam que uma produção de uvas viníferas de qualidade não se restringe ao plantio em espaldeira, mesmo levando em consideração a Certificação de um território. Cury²⁷⁴ explica:

As Denominações de Origem devem ser específicas para cada território inclusive a forma de condução e quantidade de produção. No Vale dos Vinhedos, poderíamos ter uma produção diferenciada do que é especificado na norma de acordo com o território que se apresenta. Sobre a condução em latada, observo de modo geral na Serra Gaúcha, aparenta que esta condução em forma de latada foi “depreciada”, que é velha, antiga e que não serve para a produção de uvas finas, o que não é verdade e não corresponde com a realidade de manejo que podemos ter.

Quando perguntado se é possível obter uvas de qualidade com a produção em sistema de latada, Santos²⁷⁵ respondeu:

O que deve ser observado é o manejo da poda verde, com monitoramentos frequentes, exigindo também maior mão de obra. O sistema possibilita deixar uma maior carga de gemas por planta, o que é de grande valia para se obter um equilíbrio entre vigor e produção em locais com muita disponibilidade de chuvas e alta fertilidade do solo como na Serra Gaúcha.

²⁷³ GIORDANI, Edgar Luís, graduando do Curso Superior de Enologia do IFRS, Bento Gonçalves, RS, em entrevista concedida à autora em julho de 2013.

²⁷⁴ CURY, Leonardo. **A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos**. Professor do Curso Superior de Enologia no Instituto Federal de Educação (IFRS-BG), Bento Gonçalves, RS. Entrevista concedida à autora em julho de 2013.

²⁷⁵ SANTOS, Henrique Pessoa dos. **A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos**. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho. Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

Quando indagado se somente com o plantio em condução de espaldeira se obteriam uvas de qualidade para a elaboração de vinhos finos na Serra Gaúcha, conforme determina a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, Santos²⁷⁶ apontou:

Não necessariamente. A questão é que no sistema espaldeira é mais fácil (e de menor custo) para a obtenção de microclimas favoráveis à qualidade. Contudo, é importante destacar que a espaldeira pode também prejudicar o microclima pela maior exigência de orientação solar das fileiras, o que pode ser restritivo em locais com muita declividade para os quais seria mais adequada a adoção de outros sistemas, como, por ex., o H-Mendocino, que se apresenta como uma variação do sistema latada e permite grande exposição da uva e de forma independente da declividade do terreno.

Em resumo, o sistema de condução em si não pode ser considerado a única garantia para o atingimento da qualidade enológica da uva, pois o que mais importa é a adequação do sistema de condução à realidade de solo, clima e relevo do local de cultivo. Além disso, é de extrema importância a adequação de manejo de dossel (ajuste fino) dentro de um determinado sistema de condução, para que se possam obter os ganhos de qualidade desejados. Ou seja, cada local (considerando até variações dentro da mesma propriedade) exige variações de manejo (ex.: ajustes de espaçamento, carga de gemas, área foliar exposta etc.) para se conseguir o máximo da expressão de qualidade que uma determinada cultivar pode manifestar.

A meta dos produtores de vinho brasileiro é intensificar cada vez mais a elaboração dos vinhos finos para atingir melhor posicionamento dentro de um cenário mundial desse tipo de vinhos. Ocorre que a Serra Gaúcha tem seu histórico de 135 anos baseado na produção de vinho comum, com plantio em latada e uvas americanas. As alterações verificadas no modo de condução das videiras no Vale dos Vinhedos atingiram diretamente a paisagem construída.

Em razão das modificações, esta pesquisa questiona qual seria o novo posicionamento dos produtores: total supressão das videiras em latada e das uvas americanas? Ou a manutenção do referencial identitário, único no mundo mantendo a produção?

Estudos recentes apontam o crescimento do consumo de suco de uva, que deve ser intensificado nas próximas décadas por seu alto valor nutritivo e pela presença dos polifenóis e antioxidantes, benéficos à saúde humana, permitindo que o produto seja incluído na merenda escolar pelos benefícios à saúde das crianças. O suco é produzido a partir das uvas americanas e da condução em latada existentes no território.

²⁷⁶ SANTOS, Henrique Pessoa dos. **A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos**. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho. Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

Realizando a análise da necessidade de supressão dos vinhedos antigos para o plantio em forma de espaldeira na produção de uvas qualidade e, conseqüentemente, de vinhos finos, Santos²⁷⁷ comenta:

Não há muitos subsídios técnicos para uma decisão de erradicação total, pois há locais que não permitiriam ganhos com a simples conversão de um sistema para outro. É importante também considerar que nestes 130 anos houve muitas mudanças conjunturais no setor, variando cultivares e produtos. Atualmente, há alguns investimentos maiores em uvas para vinho fino, porém ainda prevalece uma grande superfície de parreirais com uvas rústicas para a produção de sucos e vinhos de mesa, que têm um mercado muito forte no Brasil e não pode ser desconsiderado.

Portanto, acredito e defendo a ideia de um cenário misto na adoção de sistemas de condução. Além disso, pelo incremento na exigência de qualidade pelos mercados consumidores, acredito também em um forte interesse na adoção de técnicas de manejo adequadas de dossel vegetativo, de modo independente do sistema de condução, para que possam garantir maior qualidade enológica da uva e competitividade dos vinhos produzidos.

Este é o ponto central que deve ser observado: proporcionar o cultivo vinícola com a manutenção do território construído e seu patrimônio inserido, através da produção sustentável e respeitando a história do lugar.

No período compreendido entre 1990 a 2010 da Certificação do Vale dos Vinhedos não houve um extermínio maior da paisagem vinícola existente, porque os produtores que optaram pelo novo plantio e de uvas viníferas não obtiveram o retorno econômico prometido e o valor agregado esperado. Esse fato ocasionou o retorno ao plantio tradicional em condução de latada, que promoveu maior produção e retorno financeiro, mesmo na produção de uvas viníferas. No período citado, paulatinamente ocorreram modificações de uso do solo, que se abordará a seguir.

6.5 ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES NO USO DO SOLO DO TERRITÓRIO CERTIFICADO

A metodologia desenvolvida na pesquisa possibilitou uma abordagem baseada na história cultural através do método da evolução urbana, que permitiu a visualização do crescimento dos núcleos urbanos e rurais e sua relação com a região. A análise foi efetuada por meio dos fatores populacional, econômico,

²⁷⁷ SANTOS, Henrique Pessoa dos. **A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos**. Bento Gonçalves. Pesquisador da EMBRAPA Uva e Vinho. Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

sociocultural, institucional e locacional e está baseada no método de Souza e Müller²⁷⁸, destacando o seguinte:

A análise do inter-relacionamento dos fatores populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e locacionais que atuaram sobre a cidade, sua região, em cada período de sua história, procurando destacar, de maneira particular, em cada um deles, as suas funções urbanas e, de maneira geral suas perspectivas.

Nesse sentido, a evolução da cidade e da região foi dividida em períodos, destacando em cada um deles as funções tanto urbanas quanto rurais com base no objeto de estudo, que forneceu subsídios para as novas tendências e perspectivas do território.

Foi realizada a análise das transformações ocorridas no processo de desenvolvimento dentro do recorte temporal proposto (fig. 123). As modificações de uso do solo também sinalizam transformações em seu contingente populacional, com reflexos diretos no território e sobre a paisagem cultural vinícola estudada.

A visibilidade adquirida pelo território com a Certificação chamou a atenção para a paisagem vinícola como moeda forte de valorização econômica. A linha do horizonte foi cortada pelas edificações de quatro pavimentos para servir ao turismo. As indústrias de elaboração de vinhos e as indústrias beneficiadoras de sucos (fig. 125, 126, 127) que estão instaladas no Vale desde os anos 70 expandem-se vertiginosamente, cortando o território e comprometendo o meio ambiente, principalmente as águas dos pequenos rios e afluentes do Distrito, o que ocasionou um desequilíbrio²⁷⁹ do ecossistema trazendo a proliferação de insetos, como o mosquito conhecido como “borrachudo”, que incomoda sobremaneira tanto a população quanto seus visitantes. Outro fator prejudicial que ressoa na paisagem vinícola e no turismo são os efluentes produzidos pelas indústrias, principalmente de sucos, que produzem odores desagradáveis, em especial nos dias nublados,

²⁷⁸ SOUZA, Célia F. de; MÜLLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p.10.

²⁷⁹ PEDROSO-DE-PAIVA, Doralice. **O Borrachudo indicador biológico da qualidade da água**. [s.d.], p.1. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/5-Dora-borrachudo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013. Segundo a autora: “A excessiva população de borrachudo é o resultado do desequilíbrio ambiental por nós concretizado nos últimos anos. [...] A presença de matéria orgânica na água, a níveis crescentes, é a causa principal do crescimento da população de borrachudos. Sem a presença de predadores aquáticos, peixes e outros insetos, destruídos tanto pela própria presença dos dejetos como pelo uso indevido dos defensivos agrícolas e desmatamento, ficou completo o quadro de desequilíbrio ambiental. Desta forma, as larvas encontraram as condições ideais para o seu desenvolvimento descomedido.”

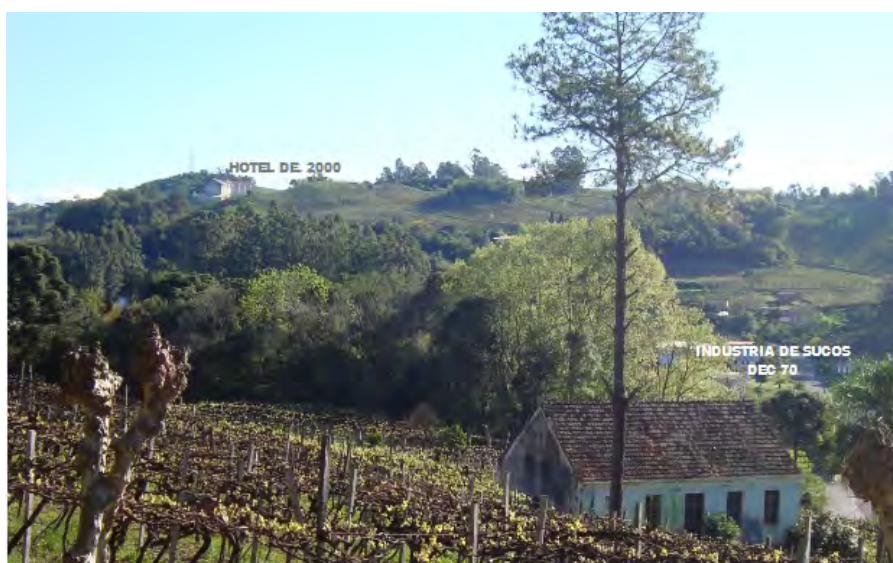
dificultando sua dissipação. Trata-se da baixa tecnologia empregada nas estações de tratamento das vinícolas e indústrias de sucos, prejudicando todo o ecossistema da região.

Figura 125 - Linha Leopoldina (décadas de 1950 e 1960) e sua produção vinícola em latada com a sustentação dos plátanos
A casa de alvenaria, construída pelos imigrantes italianos, é a referência do foco desta parcela do território.



Fonte: Pavoni (1966).

Figura 126 - As alterações da mesma parcela território, com a instalação da indústria de sucos (décadas (1970 - 1980) e a construção do hotel (década de 2000)



Fonte: A autora (2013).

Figura 127 - Indústria de sucos no Vale dos Vinhedos (2013)



Fonte: A autora (2013).

Figura 128 - Industria de sucos no Vale dos Vinhedos (2013)



Fonte: A autora (2013).

A paisagem vinícola construída no Vale dos Vinhedos está ancorada dentro de uma história cultural regional, pontuando o território com marcadores de identidade. As modificações que ocorrem na paisagem no decorrer do tempo abrem uma lacuna na história desse lugar.

O geógrafo Maby²⁸⁰ comenta sobre a formação da paisagem vinícola:

[...] [a videira não é] uma vida de curta duração nem mesmo de uma única geração. Sua implementação é tipicamente na escala de séculos; é por isto que ela marca o território por sua presença constante e muitas vezes representa o testemunho das mais antigas atividades regionais. Em muitas regiões vinícolas, alguns elementos do espaço rural e urbano ainda podem aproveitar-se da permanência histórica da videira, naturalmente tornando-se um marcador da identidade do território.

²⁸⁰ MABY, Jacques. **Vinho, argumento de identidade do território**. Roma: Sociedade Geográfica Italiana, jan. 2004, p.6-7. Disponível em: <<http://www.univ-avignon.fr>>. Acesso em: 15 maio 2013.

Em razão de o Vale dos Vinhedos ser um Território Vinícola Certificado, que abrange áreas dos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, não há um planejamento conjunto com o objetivo de proteger o território de construções inapropriadas dentro de seus limites e em seu entorno. Em Monte Belo foi construída, na última década, uma indústria de 40 mil metros quadrados (fig. 129); sua localização faz divisa com o Vale dos Vinhedos, ocasionando ruídos e desassossego aos seus habitantes e promovendo um tráfego intenso e pesado e mais suscetível a acidentes, para o transporte de produtos.

Figura 129 - Indústria de móveis em Monte Belo do Sul
- divisa com o Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2012).

No ano de 2012, a convite de associações culturais, esteve em Bento Gonçalves o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para realizar uma análise da Paisagem Cultural de Bento Gonçalves.

Em sua análise da Paisagem Cultural da região de Bento Gonçalves, Delphim²⁸¹ mostra que:

²⁸¹ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão.** Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.33.

O Plano Diretor de Bento Gonçalves estabelece, dentre outras diretrizes sociais, a preservação do patrimônio histórico e cultural e a conservação dos espaços que constituíram a história do município em momentos marcantes do desenvolvimento da zona rural e urbana. Utiliza-se da educação como instrumento de construção da cidadania, de valores éticos, de respeito à cultura, à história, às tradições e costumes locais. A rigor se a legislação municipal fosse cumprida minha ida a Bento Gonçalves teria se limitado a uma palestra [...] Entretanto não é isto que ali ocorre. O governo municipal, responsável por grandes conquistas teóricas como o Plano Diretor de Bento Gonçalves, **prefere jogar por terra as sábias e isentas conclusões de profissionais de notório saber, seriedade e idoneidade.** [...]. Condomínios, loteamentos e pavilhões industriais são construídos na zona rural segundo o interesse dos empreendedores, as tendências dos políticos e totalmente alheios as questões técnicas e legais que contemplam o valor para a coletividade. [grifo nosso]

Segundo Delphim²⁸², os danos causados pela construção de indústrias em zona rural oportunizam uma piora sensível no território, o que ocasiona a destruição e dificulta a preservação da história e do patrimônio local:

Uma indústria exige uma infraestrutura muito maior do que uma propriedade rural. Ao se implantar uma fábrica em uma zona rural, destrói-se inicialmente o testemunho da atividade agrícola original do terreno. Em seguida, dos terrenos contíguos, cujos plantios, formados, sobretudo por pomares e vinhedos, vão dando lugar a novas indústrias. Funcionários vão se instalando nas imediações, os terrenos vão se tornando um arremedo do meio urbano, com muitas desvantagens e poucas vantagens para quem quer ali permanecer. Pode ocorrer que os novos moradores, muitas vezes sem qualquer ligação com a cultura e as tradições locais, venham a tratar os plantios como se fossem fundos de seus quintais, colhendo frutas, praticando atos de depredação e prejudicando as safras de uva.

Tal realidade ocorre com frequência no Vale dos Vinhedos. Além dos novos moradores dos condomínios, alheios à vocação do lugar, há os trabalhadores externos da safra de uva que permanecem temporariamente no lugar após concluírem seu trabalho. Estes efetivaram sua permanência através da compra, em contratos dos terrenos divididos em frações aleatórias. A situação é usual também com os moradores locais das primeiras famílias, cujas terras não foram divididas, ocasionando assentamentos irregulares que se efetivam por falta de fiscalização dos órgãos públicos competentes.

O aumento do turismo enológico é um dos objetivos das vinícolas. Seu crescimento é um fator positivo que, se bem dosado, traz benefícios a toda a comunidade. Isso também proporcionou uma ampliação de oferta de lugares a

²⁸² DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão.** Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.156.

serem visitados, com arquitetura significativa, que nem sempre é condizente com a identidade do lugar (fig. 130). Neste sentido, deve ser real a relação da arquitetura com a identidade do Vale dos Vinhedos, de forma que reflita a cultura e a identidade de seus habitantes, e não o contrário.

No ano de 2009, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB-BG) vetou a construção de um castelo medieval no Vale dos Vinhedos, o qual seria uma construção sem referência para o lugar, movida pelos interesses econômicos, sem relação cultural, que certamente feriria a paisagem do lugar. Mesmo assim, existem construções da década de 1990 alheias à arquitetura local.

Figura 130 - Vinícola do Vale dos Vinhedos, BG, construída em pedra com traços de castelo medieval (década de 1990)



Fonte: A autora (2013).

A expansão urbana também é verificada nos municípios limítrofes, abarcando cada vez mais partes desse território e ocasionando modificações significativas e também a perda de seu referencial cultural. Essas modificações de uso do solo significam o abandono da terra e da produção vinícola, ou a inviabilidade dos empreendimentos de turismo devido ao barulho excessivo, eliminando a tranquilidade do lugar, como já ocorre em determinados pontos do Vale. Há ocorrências de moradores locais que, pelas modificações do uso do solo, são obrigados a mudar de lugar ou a vender e abandonar sua atividade produtiva.

Sobre essa questão, Delphim²⁸³ salienta que:

Assim, quem realmente trabalhou junto a natureza substituindo o ecossistema nativo pelos cultivos que geraram a atual paisagem cultural, pode vir a ser obrigado a deixar sua propriedade, terminando por vendê-la a empreendedores que lhes conferem todo o tipo de uso **menos o original**. Usos em geral, degradantes e capazes de contagiar e corromper outros espaços adjacentes. As áreas edificadas logo irão conturbar com outras e assim **logo se porá a perder a cultura tradicional e o que mais a representa, a paisagem**. [grifo nosso]

São dois os acessos ao Vale dos Vinhedos (fig. 131) que, por falta de planejamento, comprometeram o acesso atual ao território certificado.

Figura 131 - Demarcação de acessos para o Vale dos Vinhedos



Fonte: Baseado em Vale dos Vinhedos (2013).

Dos dois acessos para o Vale dos Vinhedos, o Acesso 1 apresenta melhores condições de trafegabilidade e segurança. No Acesso 2, o transeunte deve passar pelo bairro Municipal, que mostra outra face da realidade urbana de Bento Gonçalves, com urbanização irregular desde a década de 1980, resultado de um processo de ocupação descontrolada e incontida da população de baixa renda e sem infraestrutura. Atualmente, através de projetos do Governo Federal, a Prefeitura

²⁸³ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão**. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.150.

vem implantando melhorias urbanas necessárias e urgentes. A realidade que se apresenta (fig. 132) como área de acesso (2) ao Vale dos Vinhedos não condiz com sua Certificação e com Bento Gonçalves, que é expoente no Brasil na questão do turismo, qualificada pelo Ministério do Turismo como um dos 65 municípios brasileiros Indutores de Turismo.

Figura 132 - Bairro Municipal - Bento Gonçalves
– Acesso 2 Caminho para o Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2012).

6.5.1 Os Condomínios no Vale dos Vinhedos

Dada a valorização econômica que a terra adquiriu com a Certificação, o solo passou a ter outros usos que não o produtivo. Sendo um Território Vinícola Certificado, deve seguir a vocação de produtor vinícola para, inclusive, manter sua Certificação. Foi observada, no entanto, uma reversão do uso do solo, com apelos imobiliários que exploram a paisagem cultural como fator de venda e, ao mesmo tempo, traz para o lugar habitantes estranhos a um território vinícola produtivo e certificado.

Os condomínios residenciais surgidos nos aglomerados urbanos do Vale dos Vinhedos nos últimos 10 anos são uma realidade no território (fig. 133) que ocasionou a perda da sua matriz cultural e seu empobrecimento cultural e territorial, criando espaços artificiais que não condizem com a vocação do lugar, ao mesmo tempo em que uma área rural deixou de ser produtiva em razão dessa urbanização invasiva.

Figura 133 - Condomínios residenciais no Vale dos Vinhedos



Fonte: Baseado em Google Earth (2013).

O primeiro condomínio construído no Vale dos Vinhedos está localizado na área do Residencial Vale dos Vinhedos - Garibaldi, RS. O Condomínio Alto das Videiras possui sua área física no município de Garibaldi (fig. 134); no entanto, todo o seu acesso é realizado pelo Vale dos Vinhedos.

O perímetro urbano do município de Garibaldi foi ampliado para efetivar a aprovação do condomínio em área urbana. Deste modo, foi aprovada a instalação de um condomínio que está localizado na área física do Vale pertencente a Garibaldi, que se apropriou da infraestrutura de acesso pelo Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves e de sua paisagem.

Conforme estabeleceu a Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008, a Câmara de Vereadores de Garibaldi²⁸⁴:

Institui o Plano Diretor de Garibaldi e dá outras providências:

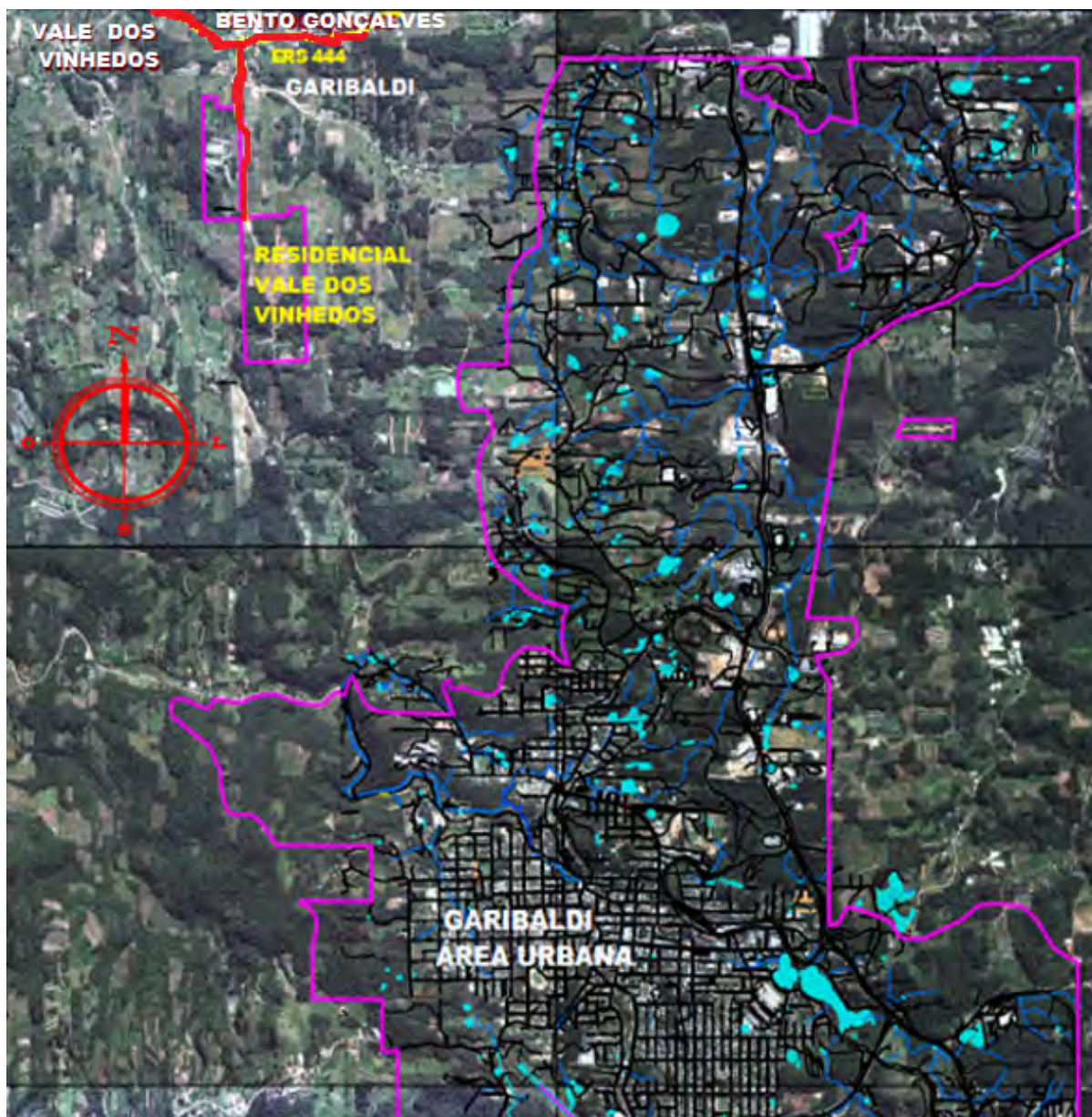
[...]

IX Zona Residencial Vale dos Vinhedos: área que se caracteriza predominantemente pela atividade residencial, com lotes grandes e baixíssimas densidades.

²⁸⁴ GARIBALDI. Câmara de Vereadores. **Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

Figura 134 - Localização da área do residencial no Vale dos Vinhedos, onde se localiza o Condomínio Alto das Videiras, com localização no município de Garibaldi e acesso pelo Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves.

O perímetro urbano de Garibaldi foi ampliado, para transformar a área do condomínio em área urbana.



Fonte: Baseado no Plano Diretor de Garibaldi (2013).

Figura 135 - Muro divisor da área do condomínio e da área vizinha com cultivo de videiras



Fonte: A autora (2011).

Figura 136 - Vista interna do condomínio, com as demarcações dos antigos parreirais pelos plátanos



Fonte: A autora (2011).

Figura 137 - Área atual do Condomínio Alto das Videiras, em Garibaldi, com partes de antigos parreirais com os plátanos divisores e de sustentação



Fonte: A autora (2011).

A paisagem vinícola local é um fator determinante (fig. 136 e 137) para a venda dos condomínios por sua beleza, pelo encantamento que os territórios do vinho transmitem e pela própria formação da paisagem, que conta a história e o tempo do lugar através do trabalho com a videira. Os condomínios aumentam significativamente a densidade populacional, inclusive pelo fracionamento de lotes, com a aprovação da legislação vigente do Plano Diretor de Bento Gonçalves de 2006.

O Condomínio Mirante do Vale (fig. 138) está localizado em área urbana de Bento Gonçalves, em uma área quase limítrofe com o Vale dos Vinhedos. Sua localização está totalmente voltada para a paisagem e seu nome referencia a paisagem do Vale dos Vinhedos como diferencial. Sua aprovação ocasionou o primeiro condomínio de lotes, aprovado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves (IPURB-BG).

Figura 138 - Mirante para o Vale dos Vinhedos



Fonte: Baseado no Mirante do Vale (2013).

O último condomínio aprovado no Vale dos Vinhedos foi o Condomínio Parque das Videiras (fig. 139 a 142), que possui 105 lotes distribuídos em uma área de 19 hectares, localizado em área central do Vale. Suas tratativas de implantação iniciaram em 2006 (neste ano foi aprovado o Plano Diretor do Município em vigor). Sua primeira aprovação ocorreu em 2008, e no ano de 2011 foi expedido pelo Instituto de Planejamento Urbano (IPURB) o alvará de execução. Em 2013 foi expedido pelo mesmo órgão municipal de Bento Gonçalves o Alvará de Habite-se, iniciando, deste modo, no segundo semestre de 2013 a entrega dos terrenos (Ver Anexo 10)

Figura 139 - Localização dos condomínios no Vale dos Vinhedos



Fonte: Baseado no IPURB-BG (2013).

Em sua análise, Delphim²⁸⁵ faz referência à urbanização de Território Rural Certificado e aponta:

É lamentável que representantes do povo se mostrem mais comprometidos com o capital privado do que com o interesse coletivo, e que isto se faça a custa da destruição dos mais significativos valores culturais e naturais locais. [...] Qual o motivo? É que as áreas rurais são sempre mais baratas que as urbanas. Após a implantação, toda a vocação e tradição agrícola do terreno onde foi implantada serão adulteradas [...] A urbanização do ambiente rural constitui, hoje, a maior ameaça ao patrimônio cultural e natural, sobretudo ao patrimônio rural com o qual é coligado. Urge que se busque uma forma de preservá-lo antes que desapareça sem deixar qualquer testemunho.

²⁸⁵ DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão.** Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p.34.

Figuras 140 a 142 - Publicidade no Vale dos Vinhedos e acesso ao condomínio



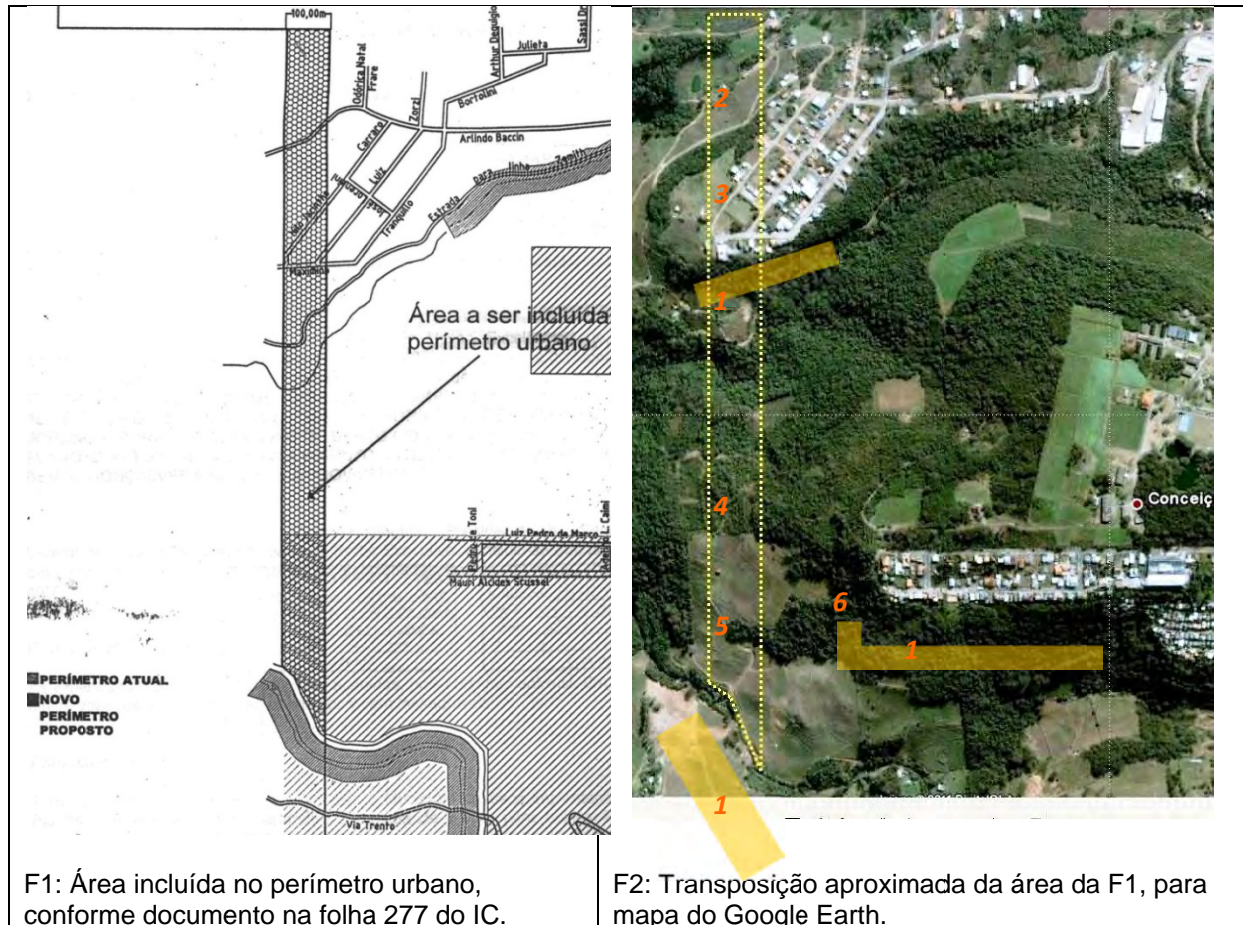
Fonte: A autora (2012 e 2013).

As modificações do Plano Diretor de uso do solo de rural para urbano têm sido constantes no município, principalmente avançando sobre áreas rurais de interesse histórico e de Patrimônio Cultural, como é o caso do Distrito Vale dos Vinhedos (Ver Anexo 11)

Na área do Vale dos Vinhedos que pertence a Bento Gonçalves foi aprovada, através da Lei Complementar nº 109, de 3 de maio de 2007, a inserção de uma gleba rural de antigo lote de colônia que pertencia ao Vale dos Vinhedos, com dimensões em torno de 100 metros por 1.000 metros. Estas ações são possíveis, pois contam com a aprovação pela Câmara de Vereadores por meio de Leis Complementares.

Dessa forma, em dois casos foi solicitado ao Ministério Público de Porto Alegre um relatório de vistoria do Vale dos Vinhedos (Ver localização no Anexo 12). O primeiro relatório de análise faz seu levantamento da área rural do Vale dos Vinhedos, que é assim localizada e descrita²⁸⁶:

Figuras 143 e 144 - Área incluída no perímetro urbano, cf. documento na folha 277 do IC e Transposição aproximada da área da F1, para mapa do Google Earth



Fonte: Ministério Público (2009).

Legenda:

- 1 - APP = Área de Preservação Permanente (Código Florestal).
- 2 - Área com restrições para urbanização pela Lei nº 6766/79 e pelo Artigo nº 165 do Plano Diretor de Bento Gonçalves.
- 3 - Área compatível com zoneamento urbano, porém com restrições pelo Artigo nº 165 do Plano Diretor de Bento Gonçalves.
- 4 - Área institucional (Embrapa), não podendo ser utilizada para acesso a loteamentos.
- 5 - Área dita de Valdir Ferrari (folha 370 do IC), com acesso para a zona urbana somente através da zona rural do Vale dos Vinhedos, ao sul.
- 6 - Área com restrições do Código Florestal e da Lei nº 6766/79, inviabilidade de prolongamento das ruas até a área 5.

²⁸⁶ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento urbano. Para Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00069/2009. Investigado: Vale dos Vinhedos. Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2009.

A análise refere-se ao Inquérito Civil nº 00722.00069/2009, que avalia a Lei Complementar nº 142, de 2009, referindo a uma modificação no Vale dos Vinhedos para a transformação de uma parcela localizada em zona rural para área urbana. Essa modificação permite além da construção de residências uni e multifamiliares, edifícios de até 10 pavimentos, indústrias e serviços, alterando significativamente o tráfego na área, mas seu acesso ocorre somente pela área rural do Vale dos Vinhedos.

O relator André Huyer argumentou que a nova ocupação não é similar aos aglomerados urbanos existentes no Distrito, como sugere a análise do IPURB, e que, além dos danos causados no território por perder suas características com a supressão das videiras centenárias, as edificações teriam uma forte interferência na linha do horizonte. O território possui o apelo da paisagem vinícola como item referencial por estar localizado na única localidade vinícola. Além de esse Território Vinícola Certificado ser reconhecido pelo Mercado Comum, o planejamento e as zonas devem ser considerados conjuntamente pela interação entre rural e urbano, evitando fragmentações.

Huyer²⁸⁷ destaca que existem outras áreas que podem ser urbanizadas antes do Vale dos Vinhedos e que não têm os mesmos atributos, se essa é realmente a necessidade do município.

O último trecho da área transformada em urbana também não tem características para justificar esta modificação, uma vez que se trata de íngremes encostas cultivadas com videiras. Portanto, considerando o Artigo 165 do plano diretor de Bento Gonçalves, o Código Florestal e a Lei de loteamentos (6766/1979), quase a totalidade da área transformada em urbana, não poderá ser urbanizada, uma vez que sede de viticultura, de APPs (Áreas de Preservação Permanente), ou de condições urbanísticas inapropriadas (encostas com caimentos acentuados), além da questão preservação da linha do horizonte, que demanda estudo caso a caso. Enfim, do ponto de vista técnico, de planejamento urbano, não se vislumbra qualquer aspecto que justifique a transformação da área em exame, de rural para urbana. Menos ainda, a adoção do regime ZR3.

A Lei Complementar que transforma a área de rural para urbana foi aprovada pela Câmara de Vereadores como descreve o Relatório, mas encontra-se *sub judice* do Ministério Público, impedindo, deste modo, que o IPURB forneça Alvarás de Licença dessa área (Ver relatório completo no Anexo 13).

²⁸⁷ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento urbano. Para Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00069/2009. Investigado: Vale dos Vinhedos. Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2009, p.166.

No segundo relatório de vistoria do Ministério Público Estadual, realizado em Ofício nº 477/11-PJ/DC, Inquérito Civil nº 00722.00081/2010, onde é Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves na data da vistoria 1º de novembro de 2011, as modificações dizem respeito à transformação de áreas rurais em urbanas, como no primeiro relatório. Este analisa outras modificações propostas do Plano Diretor, que contemplam áreas rurais do Vale dos Vinhedos e de outros Distritos.

Em sua análise, o relator André Huyer²⁸⁸ conclui em relação às alterações solicitadas:

Aqui fica muito claro que o que está posto é uma questão de interesse absolutamente particular e privado, em detrimento do interesse coletivo, por mais justa e legítima que possa ser o interesse do proprietário da área. Por este argumento, qualquer área rural de Bento Gonçalves deveria ser objeto de alteração de seu regime urbanístico. Ainda, caberiam alguns questionamentos, como: - somente passando de rural para urbana e industrial poderá a área de trinta e três hectares ser alienada para resolver os problemas financeiros do proprietário? Esta justificativa do empreendedor deixa muito claro que haverá uma significativa valorização imobiliária da área, o que tem várias reflexos.

O relator conclui que, na data de análise, o Plano Diretor do Município de Bento Gonçalves está sendo desconstruído em razão de as modificações propostas não terem embasamento técnico, abrangendo uma visão de conjunto da cidade, que as alterações “ferem vários princípios consagrados e usualmente aceitos de urbanismo, tanto técnicos como legais”²⁸⁹, que o Plano Diretor está sujeito a quaisquer intervenções de interessados no valor econômico e não no bem coletivo.

Especificando ainda mais, Huyer²⁹⁰ conclui que:

- As modificações que estão sendo encaminhadas no Plano Diretor de Bento Gonçalves ferem o princípio do interesse social, conforme estritamente definido nos artigos 1º e 2º, I a XVI, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001).

²⁸⁸ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento Urbano. Para: Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00081/2010. Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves. Data da vistoria: 1º novembro de 2011.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Idem.

- Os pareceres técnicos elaborados pelos técnicos do IPURB são inconsistentes, incoerentes, sem embasamento, limitando-se ao automático cancelamento de propostas encaminhadas por particulares.
- O Fórum de Políticas Públicas (e o COMPLAN e os Conselhos Distritais) está desvirtuado de sua função, atuando meramente como referendador das alterações do Plano Diretor encaminhadas pelo IPURB.

No final do seu relatório de vistoria, Huyer²⁹¹ recomenda:

Sugere-se que qualquer proposta de alteração do Plano Diretor siga uma rotina de análise multidisciplinar, incluindo as Secretarias do Meio Ambiente, da Mobilidade Urbana, etc.; Que sejam examinadas quanto a sua articulação com o traçado viário da cidade e suas futuras possibilidades de expansão (rodoanel, perímetros etc.); Que sejam examinadas considerando a cidade como um todo, e não de maneira fragmentada como está ocorrendo atualmente; Que realizem os levantamentos preliminares imprescindíveis, conforme alertado pela Procurador Geral do Município; Enfim, que tenham lastro na técnica do planejamento urbano, conforme reconhecido nos meios técnicos pertinentes e que atendam os preceitos do Estatuto da Cidade;

Sugerimos que sejam atendidas pela Prefeitura de Bento Gonçalves as recomendações dos pareceres da Procuradora Geral do Município, Dra. Simone Azevedo Dias;

Sugerimos que seja considerada a responsabilização dos profissionais do IPURB, ao menos com comunicação para os respectivos Conselhos Profissionais, para avaliação de suas condutas éticas;

Sugerimos que seja examinado o fato de os pareceres do IPURB estarem sendo realizados por profissionais sem vínculo permanente, o que contraria, em tese, este tipo de função; [...]

De acordo com a análise dos pareceres contidos nos relatórios de vistoria, foi observado desconhecimento técnico das autoridades e dos técnicos solicitados, que deveriam aplicar seu conhecimento e formação para o bem-estar da coletividade. Há outros objetivos rondando as modificações do Plano Diretor, propostas como ampliação da área urbana, suprimindo áreas rurais como a do Vale dos Vinhedos, baseados exclusivamente na especulação imobiliária.

A preocupação do Ministério Público Estadual permanece premente, conforme as notícias publicadas nos jornais locais em julho de 2013:

²⁹¹ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento Urbano. Para: Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00081/2010. Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves. Data da vistoria: 1º novembro de 2011.

Figura 145 - Reportagem: Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP

PLANO DIRETOR SOB INVESTIGAÇÃO

Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP

Promotoria quer saber se áreas que tiveram possíveis mudanças sem lei têm obras em andamento ou projetos no Ipurb

JORGE BRONZATO JR.

O governo municipal solicitou nesta semana mais 15 dias ao Ministério Público (MP) para entregar as informações referentes a mudanças no Plano Diretor supostamente realizadas pela administração anterior. O prazo deve encerrar no final deste mês. As denúncias de possíveis irregularidades partiram da própria prefeitura, que verificou pelo menos 12 alterações no mapa da cidade que não teriam respaldo em leis, situação noticiada em primeira mão pelo SERRANOSSA na última semana.

Com inquérito sobre o tema já em andamento, o promotor Elcio Resmini Meneses questionou os responsáveis pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ipurb) sobre a existência de projetos ou obras nas áreas em conflito. O MP também quer saber que trâmites internos essas modificações, que provavelmente sejam de 2011, seguiram. "Se elas não foram deliberadas pelo Sistema de Planejamento e Gestão e são resultado apenas de um ato administrativo, significa que o Fórum de Políticas Públicas (FPP) e o Conselho Municipal de Planejamento (Complan) não estão cumprindo com suas funções, e isso é muito sério", ressaltou Meneses. Segundo a lei, qualquer mudança no Plano Diretor deve ser aprovada pelo FPP e pelo Complan e, ainda, passar por votação na Câmara de Vereadores, o que não teria acontecido com as alterações que são alvo de investigação do MP.

Pelo menos 12 alterações no Plano Diretor teriam sido feitas de forma ilegal durante o governo de Roberto Lunelli

O prefeito Guilherme Pasin, em entrevista, reconheceu como "gravíssimas" as denúncias e destacou que o município não está livre do pagamento de possíveis indenizações. Atualmente, o Ipurb também trabalha na revisão do Plano Diretor, processo que está na fase de levantamento de dados e apontará situações em que há a necessidade de atualização do documento. Até o final do ano, o órgão pretende iniciar uma série de audiências públicas com as comunidades dos bairros bento-gonçalves para debater o assunto.

Alterações estão marcadas em um mapa entregue pela prefeitura ao promotor.



Fonte: Bronzato Jr., jornal Serra Nossa (ed.418, jul. 2013, p.5).

Além do avanço da urbanização na zona rural, outro elemento que tem gerado preocupação é a destruição do patrimônio edificado tanto na área rural quanto na urbana. Como o município é referência no turismo do vinho, tem-se instigado o aprimoramento e a qualificação do turismo para melhorar o atendimento de turistas. Neste sentido, o município deve preservar o Patrimônio Cultural e edificado de sua cidade a fim de evitar uma descaracterização total do tempo e de sua história.

Esta abordagem relaciona-se com a manutenção da história do lugar, e merece maior e melhor atenção da gestão pública e dos habitantes de Bento Gonçalves. Ao mesmo tempo em que a Secretaria de Turismo implanta roteiros turísticos para a área urbana e central da cidade, observa-se a destruição das edificações antigas e das primeiras edificações vinícolas no centro da área urbana, das quais muitas já deram lugar a torres de apartamentos ou possuem preservada somente a fachada principal. Este recurso é permitido pelo Plano Diretor que, para isso, concede um aumento de área construída (ver Anexo 14)

A manutenção da fachada é chamada de *Fachadismo*, a que Mörsch²⁹² assim se refere: “Este ato de desventrar, de estripar e desossar um edifício histórico [...] invoca os perigos desta redução arbitrária dos testemunhos históricos, [...] do que é irrecuperável, irreproduzível, é a sua “historicidade”, os traços de seu transcurso no tempo”. Uma fachada preservada não reproduz a história da edificação no tempo e em seu entorno, de modo a restabelecer sua substância histórica, proporcionando a perda de realidade vivida.

Kühl²⁹³ analisa o fachadismo como uma perda irreparável da história e da essência da edificação e de seu entorno:

[...] o edifício representa não apenas a concretização de um projeto arquitetônico, mas a soma indivisível de experiências artesanais, culturais, sociais, técnicas e econômicas; e, com o decorrer do tempo, várias transformações e a acréscimos oferecem uma imagem viva, que faz parte da riqueza da cultura, e isso não pode ser substituído apenas por documentação e registros. **A perda do futuro é tão grave quanto a descaracterização do passado**, pois também no futuro deve ser possível a percepção de traços históricos [...] Valorizar apenas parte do edifício e negar significado a outras compromete violentamente a realidade da obra: além da perda intensa e facilmente demonstrável de substância material, existe a privação de experiências com os monumentos, pois há carências crescente de bens autênticos em função dos desventramentos fachadistas. [grifo nosso]

Figura 146 - Exemplos de “fachadismo” - Área urbana de BG – 2013



Fotos: A autora (2013).

²⁹² MÖRSCH (1995) *apud* KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê, 2009, p.215.

²⁹³ KÜHL, *op. cit.*, p.215.

A 14^a Assembleia Geral do ICOMOS no Zimbábue, em 2003, abordou explicitamente a importância da manutenção da herança arquitetônica:

1.3- O valor da herança arquitetônica não está somente na sua aparência, mas também na integridade de todos os seus componentes como um produto único de uma tecnologia construtiva específica do seu tempo. Em particular, a remoção de estruturas interiores mantendo apenas as fachadas não se coaduna com critérios de conservação.²⁹⁴

No Vale dos Vinhedos, as alterações de uso do solo verificadas ganharam contornos decisivos, que incidem diretamente na destruição e sustentabilidade de um Território Vinícola Certificado. Sua população deve gerar reconhecimento de seu valor cultural e indicar a importância da manutenção de sua paisagem cultural construída que, além de preservar seu legado identitário, mantém a Certificação do território.

Nesse sentido, na Análise da Paisagem Cultural de Bento Gonçalves Delphim²⁹⁵ menciona o quanto o Patrimônio Cultural pode contribuir com uma comunidade, desde que seja preservado: “O Patrimônio Cultural permite e favorece muitas atividades econômicas. Entretanto, quem faz da cultura uma mercadoria, só reconhecendo o lucro financeiro que dela obterá, pode matar a galinha dos ovos de ouro.”

A seguir apresenta-se uma síntese da pesquisa, que vai desde o início do plantio de uva no Brasil, seguindo um processo histórico de ocupação do território em estudo, que ocasionou a formação da paisagem cultural. Através da metodologia, da análise do processo evolutivo, é realizada uma prospecção de tendências futuras para esta paisagem.

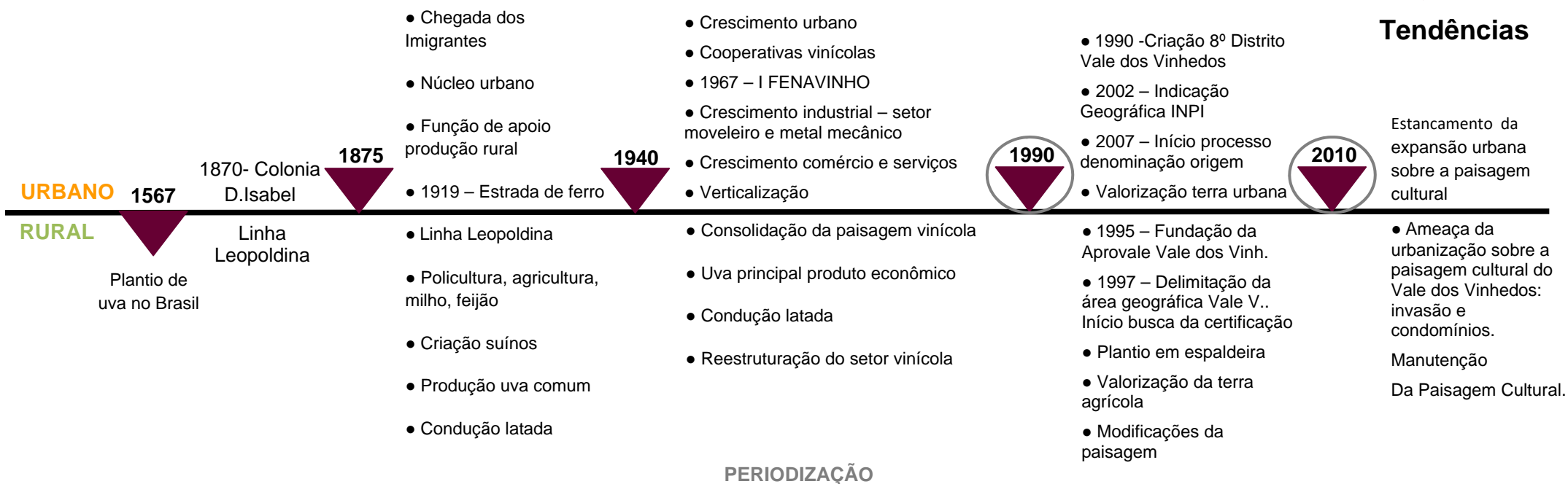
²⁹⁴ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro.** Cotia, SP: Ateliê, 2009, p.216.

CARTA DO ICOMOS. Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do patrimônio arquitetônico – 2003. Adoptada pela 14^a Assembleia Geral do ICOMOS, em Victoria Falls, Zimbábue, em outubro de 2003. Traduzida por Antônio de Borja Araújo, dez. 2006. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

²⁹⁵ DEPLHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS: impacto cultural e proposta de gestão.** Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013, p 43.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO URBANA E REGIONAL

ANÁLISE DA PAISAGEM VINÍCOLA – PROCESSO EVOLUTIVO



PERIODIZAÇÃO

TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM

- **METODOLOGIA** – Análise através da periodização levando em conta os fatores que atuam nos processos: populacionais, econômicos, sócio culturais, locais, político-institucionais.
- **ANÁLISE** das transformações da paisagem.
- **REFERENCIAMENTO** do seu valor cultural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um povo ciente de seu passado tem melhores condições de avançar *coerentemente para o futuro*.
Souza e Müller (2007, p.9).

Cabe aqui retomar todo o processo desenvolvido, como forma de rever os objetivos propostos e expor as conclusões estabelecidas. A pesquisa foi desenvolvida tomando como base o entendimento da paisagem construída e representativa, dentro de um contexto de crescimento, que se solidificou no território através das gerações. Essa paisagem, formada a partir de um referencial cultural que levou os imigrantes italianos ao plantio vinícola, tornou-se referência no Brasil. Para esses imigrantes, o vinho representou o elemento cultural de seu cotidiano, trazendo conforto, ânimo e coragem para construir um novo território, e, após, tornou-se um fator econômico relevante local e regional, distinguindo a Serra Gaúcha no país. O objetivo proposto nesta pesquisa foi investigar as modificações de uma paisagem historicamente produtiva e o gradativo processo de urbanização que ela vem sofrendo em razão de sua valorização.

A paisagem cultural estudada encontra-se dentro de um contexto de território vinícola diferenciado e certificado, em razão de o Vale dos Vinhedos ser o único território vinícola do Brasil a possuir a Denominação de Origem reconhecida de seus vinhos, fornecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A partir dessa premissa, o território deve ter como base o uso do solo para o cultivo vinícola por excelência, pois é a partir dessa referência que o território é certificado.

O Vale dos Vinhedos foi escolhido como objeto de estudo pelos motivos referidos, para perceber o que ocorre na paisagem “Por trás dos parreirais”, ou seja: o que acontece além da paisagem visível construída por mais de um século, que causa cada vez mais enlevo e imenso prazer, mas, ao mesmo tempo, a coloca em risco de profundas modificações ou de completa extinção. Para tanto, estabeleceu-se uma periodização através do levantamento histórico da produção vinícola, analisado através do recorte espacial e temporal, pois é a partir dessa produção que a paisagem se estruturou, dentro de períodos significativos do crescimento urbano e regional. Tomou-se como base da análise o processo de evolução urbana e regional, considerando os fatores populacional, econômico, sociocultural, institucional e locacional que nele atuam e com consequências no território.

Para a compreensão do tema, abordou-se a conceituação e a proteção da paisagem cultural, através dos elementos culturais de sua formação. A partir do referencial teórico foi possível confirmar o embasamento cultural de sua formação, refletido nas representações da paisagem. Mostrou-se, deste modo, que as seis paisagens culturais vinícolas reconhecidas pela UNESCO (Saint Emilion, 1998, Wachau, 1999, Tokaj, 2000, Alto Douro, 2001, Ilha do Pico, 2002 e Lavaux, 2004) presentes na pesquisa também efetivaram um processo de manutenção e proteção de seu legado cultural por séculos para se tornarem, na atualidade, paisagens culturais vinícolas de valor reconhecido, preservando a identidade do território, o saber fazer vinícola, a língua falada, a gastronomia, o modo de condução das videiras e sua arquitetura vinícola. A certificação destas paisagens no mundo causou a proteção de seu território. Estes referenciais preservados estão expressos em cada garrafa do vinho ali produzido, agregando, além do valor do produto, o valor cultural, que é único e intransferível. As manifestações culturais, identidade e memória são o ponto de referência do território, conforme foi possível constatar através do referencial teórico e da verificação empírica da paisagem vinícola, e estão descritos o modo de vida, o saber fazer dos seus habitantes, criando uma identidade própria do território e de seus produtos.

Os conceitos de certificação de Indicação Geográfica e Denominação de Origem, conforme Altmann e Maby objetivam a proteção da produção local: proteger o saber fazer, inseridos dentro de uma paisagem vinícola construída com materiais e manifestações culturais locais, através de uma tradição repetida por gerações, de produção e elaboração de vinhos, com variedades específicos que distinguem a região e, deste modo, estruturam o território e sua paisagem. Este conceito não se aplica à Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, onde foi proposto um novo sistema de plantio, diferente do praticado no território desde a chegada dos imigrantes italianos, em 1875. E o que é pior, permite a destruição de um território construído para dar lugar às novas determinações para referenciar os vinhos com Denominação de Origem.

A supressão quase total das videiras em forma de latada ainda não ocorreu no Vale porque seus produtores não recebem um valor justo de produção pelo plantio em espaldeira que justifique e compense a modificação de plantio com uma produção menor.

Foi constatada uma profusão de variedades produzidos no Vale. Ressalta-se que deve haver a preocupação de eleger varietal de *Vitis vinifera*, de acordo com pesquisas da EMBRAPA Uva e Vinho, análises do território geográfico e corpo técnico capacitado, para a elaboração de um vinho significativo do lugar que venha ao encontro da cultura dos produtores do Vale dos Vinhedos, deste modo sem a necessidade de produzir vinhos idênticos aos dos países europeus, mas que represente o vinho brasileiro, com identidade própria, capaz de exaltar aromas e frescor do país tropical onde foi produzido.

No contexto de um vinho com significados do lugar, a pesquisa ressaltou que os órgãos da cadeia produtiva vinícola brasileira, suas associações e representações devem acordar para o fator da produção vinícola identitária; isto é, um vinho que expresse a identidade de seus produtores e do lugar onde foi produzido. Isso compreende os laços de pertencimento para com o saber fazer e o Patrimônio Imaterial que deve ser inserido em cada garrafa de vinho. Por desconhecimento, esses valores são desperdiçados e desvalorizados, fazendo com que a produção vinícola, para ser "reconhecida", buscasse comparações com os vinhos europeus, produzidos por outras pessoas, com culturas, lugares e climas diferentes, deixando de exaltar a identidade brasileira.

A formação dos núcleos desde a chegada dos imigrantes até 1940 mostrou de onde vieram os primeiros imigrantes e sua estreita relação com a produção vinícola. O modo de condução das videiras, que esses imigrantes trouxeram e adaptaram no novo território, resultou na condução em forma de latada, que muito se assemelhou à pérgola trentina por eles utilizada na Itália. A produção vinícola demonstrou a relação cultural muito próxima dos imigrantes com a produção e a elaboração de vinhos, o que marcou de maneira indelével toda a região. A partir desse vínculo inicial e cultural com o vinho formou-se o território no decorrer de gerações, e o plantio vinícola passou a ser a marca dessas famílias de vicultores.

A estruturação do território e de sua produção auxiliou no levantamento dos aspectos institucionais e locais, que forneceram o suporte necessário para o desenvolvimento dos fatores populacionais, sociais e econômicos. As policulturas agrícolas estavam presentes, e o setor vinícola paulatinamente tomou forma. A paisagem vinícola sedimentou-se no território com a condução em latada, e o vinho, além de ser um elemento cultural ligado às raízes e às tradições dos habitantes, passou a ser o principal fator econômico que alavancou o desenvolvimento do

município e da região. O crescimento econômico foi o fator que forçou a abertura de corredores de escoamento da produção para o centro do país. Assim, antes da década de 1930, os trens e as rodovias já transportavam o principal produto, o vinho, para o centro do país, em alguns casos sendo até exportado. Das cooperativas vinícolas que se estruturaram definitivamente na década de 1930, dando suporte ao setor, muitas permanecem até os dias atuais.

A estruturação econômica alcançada tomou impulso a partir da década de 1940. Nas décadas seguintes, anos 1950 a 1970, houve registro de um incremento da área vinícola cultivada. Entretanto, desde os anos 50, a economia essencialmente agrícola iniciou um processo de industrialização, acompanhando os processos do país, voltada aos setores metalomecânico e moveleiro. A partir da década de 1970, a cidade iniciou também uma transformação em sua morfologia com o crescimento da verticalização, refletindo diretamente na urbanização massiva, no crescimento da indústria, ao mesmo tempo em que se verificou a migração das zonas vinícolas rurais para as áreas urbanas. Porém, o setor vinícola buscou uma reestruturação, mesmo com excedentes de produção, e o vinho deixou de ser o principal produto econômico.

A I FENAVINHO surgiu em 1967 para incentivar a produção, dando maior visibilidade ao produto e à cidade, que ganhou o título de Capital Brasileira do Vinho, uma denominação que incentivou novos intercâmbios de informações com várias regiões vinícolas mundiais. Nessa década foi instituída a empresa pública EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Na Estação de Enologia de Bento Gonçalves foi instituída em 1985 a unidade EMBRAPA Uva e Vinho, onde ocorreram as pesquisas de novos modos de plantio, novos varietais e aclimação, para a produção de vinhos e sucos, objetivando a melhoria da qualidade da produção de uvas para o vinho brasileiro.

O recorte temporal que vai de 1990 a 2010 abrangeu as várias alterações ocorridas. Nessa época, a área urbana adquiriu uma estruturação própria com a implantação do Plano Diretor de 1996, que está em uso na atualidade e delimitou a maior expansão urbana desde a criação do município.

No âmbito da zona rural em estudo, a Linha Leopoldina foi abarcada pela criação do 8º Distrito de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos, em 17 de agosto de 1990. Isso impulsionou a emancipação política de Monte Belo do Sul de Bento Gonçalves, com parte de sua área abrangendo o Vale dos Vinhedos.

Em 1995 foi criada, no Vale dos Vinhedos, a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos (APROVALE), com o objetivo de buscar a Certificação Vinícola do território, que iniciou com a delimitação da Área Geográfica Vale dos Vinhedos abrangendo parte dos municípios limítrofes de Monte Belo e Garibaldi. A Indicação Geográfica foi obtida em 2002 e a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos foi conquistada no ano de 2012.

O objetivo foi compreender as dinâmicas de formação e transformação da paisagem do Vale dos Vinhedos, através de conceitos multidisciplinares e da história cultural. Procurou-se demonstrar sua singularidade e seus diversos valores, que até então podem não ter sido percebidos e referenciados em sua real importância. Cabe ressaltar os diversos autores e conceitos citados, que vêm ao encontro do território estudado, auxiliando na compreensão da importância de sua paisagem cultural presente, através de sua arquitetura, no modo de plantio e condução das videiras, vencendo a geografia e a topografia íngremes por meio do trabalho do homem. Desse modo, formou-se uma unidade peculiar de paisagem vinícola, como tão bem descreve Carlos Fernando de Moura Delphim, mostrando seu valor, o quanto deve ser preservado o que ainda resta, antes que seja tarde.

Os levantamentos através da periodização e do recorte temporal demonstraram o plantio vinícola desde a chegada dos imigrantes italianos, quando essa produção tomou corpo no Brasil. Deste modo, indicou-se também como a cidade se estruturou interna e externamente ao lado da produção e a paisagem vinícola, que desde o início fez parte do referencial identitário da cidade e da região.

A partir das novas estruturações do território, um novo cenário surgiu no horizonte vinícola de Bento Gonçalves e da vitivinicultura brasileira. O recorte temporal da pesquisa é balizado entre os anos de 1990 e 2010, quando ocorreram as transformações do território, ao mesmo tempo em que iniciaram os embates entre a paisagem cultural vinícola, um território Certificado, e a manutenção dessa certificação, para a manutenção da produção vinícola.

A partir da obtenção da certificação do Vale dos Vinhedos, a Indicação Geográfica, em 2002, foi um fator positivo, proporcionando uma identidade própria à produção vinícola local, reconhecida pela Comunidade Europeia, e o território começou a ganhar outros contornos além das modificações de uso do solo. A alta valorização da terra verificada, de aproximadamente 50 vezes mais que o valor habitual, atingiu níveis muito além das expectativas, estimulando o crescimento de

um processo negativo. Este aumento inesperado induziu o pequeno produtor vinícola a vender sua propriedade, deixando de produzir, abandonando o território e tornando possível outros usos do solo, inclusive mais recentemente a construção de condomínios residenciais fechados. A paisagem cultural vinícola, formada a partir da necessidade de produção, com referenciais identitários da cultura local, passou a ser um referencial de atração de vendas para atores estranhos ao meio, deixando de exercer sua vocação de produtora vinícola.

As certificações estabeleceram normativas próprias para o reconhecimento de seus produtos. A Indicação Geográfica (2002) estabeleceu os tipos de cultivares somente com *Vitis vinifera* para a elaboração de vinhos finos, e o tipo de condução em latada permaneceu (fig. 147 a 149), admitindo outro tipo de condução: a espaldeira.

Figuras 147 a 149 - Plantio em latada



Fonte: A autora (2013).

Figura 150 - Paisagem cultural vinícola – Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2013).

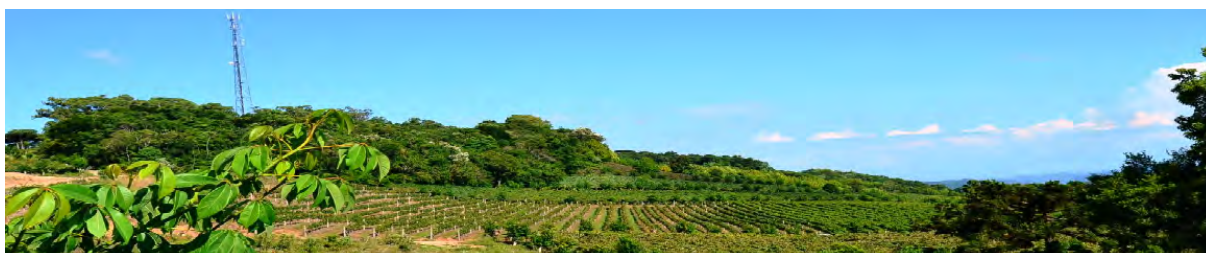
Por outro lado, a certificação de Denominação de Origem, que o Vale dos Vinhedos obteve em 2012, estabelece as variedades que podem ser plantadas e determina que a forma de condução deve ser somente em espaldeira (fig. 151 a 153), visando à melhor qualidade dos vinhos produzidos.

Figuras 151 a 153 - Vale dos Vinhedos - Plantio em espaldeira



Fonte: A autora (2013).

Figura 154 - Paisagem Cultural Vinícola – Vale dos Vinhedos



Fonte: A autora (2013).

As normativas estabelecidas pela Denominação de Origem colocaram em risco as paisagens vinícolas culturais de todo um território. No afã de uma produção vinícola com qualidade superior, muitos viticultores suprimiram suas videiras centenárias em plantio de latada para darem lugar ao plantio em espaldeira. Esse fato ocorreu maciçamente no Vale dos Vinhedos, ação praticada pelos maiores produtores desde 1995 até a atualidade, confirmando que o território construído por mais de um século está sendo transformado e modificado para dar lugar a novos plantios e a novas formas de condução das videiras.

É necessário levantar a questão da produção e da elaboração de vinhos finos, situados dentro de um patamar de normatização e qualidade mundiais que cada vez mais os produtores buscam. Esse é um fator positivo para o vinho brasileiro, incluindo o produzido no Vale dos Vinhedos. É neste sentido que a certificação rege os plantios e as variedades empregadas, sendo o ponto “divisor de águas”.

Deveria ter sido feita uma preparação para introduzir o novo tipo de plantio, sem que para isso fosse necessária a supressão das videiras que formaram a história do lugar. Ter-se-ia, deste modo, lado a lado os dois momentos do território vinícola e a preservação da paisagem cultural como coadjuvante da linha do tempo, possibilitando o enraizamento da história, como se procedeu nas paisagens vinícolas reconhecidas pela UNESCO.

A cultura não pode ser separada da economia, como diz Jaime Paviani. Ela é mais um elemento que deve ser considerado, sendo o fator agregador e diferenciador social, que proporciona uma identidade própria. O vinho sempre ocupou um lugar de destaque e se confundiu com a história das civilizações. Ele se tornou mais do que uma bebida; é um componente que moldou e proporcionou características próprias por onde as uvas foram plantadas e os vinhos foram elaborados.

Arrancar as videiras antigas significa muito mais para o conjunto da população do que a possibilidade de competir no mercado econômico significa modificar a paisagem constituída através de gerações, ao longo dos anos. É desprestigiar os saberes milenares trazidos pelos imigrantes que, adaptados, elevaram a Serra Gaúcha e seus vinhos ao reconhecimento que tiveram antes das certificações. A produção maciça em latada de uvas de fácil cultivo, do tipo americanas, principalmente Isabel, Niágara e Seibel, que formaram a paisagem cultural, podem ser direcionadas para a produção de suco de uva, cujo consumo e aceitação no mercado têm aumentado. Os significados de valor cultural de seu saber geralmente não são apropriados pela população, por isso deve haver a preocupação de preservar o que ainda resta.

O objetivo de preservar e proteger a paisagem cultural também está subentendido no utilizar e deixar a marca para as futuras gerações, deixar o tempo manifestar seus efeitos no lugar, de acordo com a cultura dos que a produziram.

Viticultores do Vale, em entrevista, relataram que, após a decisão pela elaboração de vinhos finos, suprimiram todas as videiras antigas para a obtenção da Indicação de Procedência. Essa decisão não foi plenamente aceita pelos mais velhos, os filhos de imigrantes, que relutaram, mas acabaram aceitando em razão da busca de melhor qualidade dos vinhos. Os entrevistados também manifestaram que, se orientados, gostariam de ter mantido as videiras antigas e realizado novos plantios em espaldeira para a produção de vinhos finos.

Esta pesquisa não pretende propor a imobilização e o engessamento do território vinícola, sugerindo o impedimento de novos plantios de *Vitis vinifera* com condução em espaldeira. Ao contrário, o ideal teria sido a história e o crescimento do território mostrado através do cultivo vinícola, levando em consideração a passagem do tempo e a identidade criada no território. A chancela da paisagem cultural considera a proteção do patrimônio cultural contido no território.

Quanto ao procedimento recomendado pela certificação para a produção de vinhos finos, que poderiam ser obtidos somente com condução em forma de espaldeira, foram mostradas opiniões técnicas dissonantes, que demonstraram ser possível obter uvas de qualidade para a elaboração de vinhos finos com o plantio na forma tradicional, desde que seja efetuado um manejo adequado.

Os pareceres elaborados tiveram o objetivo de elucidar que se pode manter uma identidade de condução das videiras sem que o território abra mão de produzir vinhos de qualidade, respeitando a história e a cultura através do cultivo sustentável, que prevê a utilização do território com respeito.

A falta de um estudo pormenorizado da cultura, de conhecimento e valorização da identidade local pode arrasar, ainda que involuntariamente, a história de um território. Identidade e singularidade posteriormente farão falta na agregação de valor aos produtos comercializados na propriedade e nas vinícolas, como é possível observar nas vinícolas do Vale dos Vinhedos. Querem exaltar uma tradição familiar vinícola que foi extinta sem deixar rastros. É importante frisar e reconhecer os valores pragmáticos que vão além do uso do território, mas é qualificado através de suas práticas, o tipo de plantio e a forma de condução das videiras. São relacionados ao saber fazer, e Menezes²⁹⁶ bem coloca e recomenda que não devem ser marginalizados ou deixados em segundo plano, pois é o que dá sentido ao lugar.

A preservação do patrimônio cultural também passa pelo enfrentamento de grandes inimigos: a especulação imobiliária e o lucro fácil. A paisagem vinícola forma um intercâmbio com a área urbana: uma não vive sem a outra, pois estão relacionadas entre si. Em razão disso, a orientação do crescimento e da expansão urbana não pode permitir que seu patrimônio, tanto o urbano quanto o rural, seja destruído, desqualificado e transformado. É o que se observa na área urbana e na zona rural de Bento Gonçalves, com a aprovação de conselhos comunitários que não têm conhecimento de causa nem da importância da preservação de seu legado e do patrimônio cultural, permitindo a demolição, na área urbana, de antigas casas que fizeram parte do crescimento urbano e da história da cidade, aprovando a permanência de sua fachada principal, que muitas vezes ainda é modificada.

²⁹⁶ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1 – v. 1 - Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.25-39. Disponível em: <<http://www.http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 12 maio 2013.

Além disso, o Plano Diretor, para corroborar a decisão da destruição do patrimônio local, concede permissão de aumento de área construída, sendo quase um “aval” favorável à destruição e ao “fachadismo”, que foi observado como prejudicial à memória e à identidade dos lugares.

Tal situação não é permissível para um município classificado como um dos 65 municípios do Brasil Indutores de Turismo, como é Bento Gonçalves. Ainda assim, não há manifestações em relação ao assunto do setor de Turismo, que deveria ser o primeiro, juntamente com a população, a se interessar por interromper esse processo, pois o turismo que o município busca depende, justamente, da manutenção de seu patrimônio cultural, que o diferencia dos demais do país, principalmente o Vale dos Vinhedos. É necessário permitir que o turista, através da interpretação do patrimônio cultural e da paisagem cultural vinícola, descubra a identidade do lugar e sinalize o que é único e singular. Estas são descobertas que se fixam e marcam de modo indelével a memória de seus visitantes, proporcionando uma experiência única e de qualidade. Para tanto, faz-se necessário implantar uma política de preservação.

Os princípios que nortearam a pesquisa, como a hipótese principal, se confirmam através da urbanização invasiva verificada e o desmantelamento de seu patrimônio cultural também inserido em sua paisagem cultural. A urbanização através de condomínios fechados é crescente. O próprio Plano Diretor de Bento Gonçalves abre precedentes através de sua legislação, possibilitando a construção de novos condomínios residenciais nos aglomerados urbanos do Vale dos Vinhedos. Não há no Plano Diretor restrições de distância possíveis entre um condomínio e outro (ver mapa dos aglomerados do Vale dos Vinhedos no Anexo 15). Não há, assim, como preservar os valores culturais se a produção vinícola de um território certificado der lugar à especulação imobiliária e à urbanização invasiva. Elas tomam o lugar da produção vinícola e se valem de sua paisagem cultural, tolhendo a possibilidade de futuras gerações usufruírem do patrimônio cultural construído, que deu identidade própria ao Vale dos Vinhedos e aos seus produtos. Essa situação só poderá ser freada se a população se unir para defender seu território, como prevê o Estatuto das Cidades.

A permissão de construção de condomínios no Vale dos Vinhedos não se restringe à área de Bento Gonçalves, mas também é verificada nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, que pertencem à Área Geográfica do Vale dos

Vinhedos, demonstrando, deste modo, a falta de políticas de proteção e uso do solo e contribuindo muito para a descaracterização do Vale.

A pesquisa constatou os vários fatores que ocasionaram as modificações da paisagem historicamente produtiva, que foram elencados para que possam servir de subsídios para outros trabalhos e pesquisas, de territórios que estejam ameaçados com a perda de seus valores culturais:

1. A perda dos valores culturais de uma parcela dos habitantes do Vale dos Vinhedos, ocasionada também pelos baixos níveis de escolarização, que ainda advém do processo de ocupação do território, ocasionando o afastamento dos mais jovens da produção vinícola e escasseando a mão de obra familiar. Isso faz com que as vinícolas artesanais não qualifiquem sua produção, deixando de agregar valor ao produto e desvalorizando a preservação de sua paisagem cultural. Por outro lado, uma parcela de moradores locais buscaram conhecimento na área de Enologia e Viticultura e aplicaram esse conhecimento na produção. Isso também ocasionou um monopólio comunitário na expansão de seus negócios, adquirindo outras propriedades locais e suprimindo a condução existente das videiras no território para implantar novos variedades, modificando, assim, a paisagem construída por mais de um século.
2. A valorização econômica excessiva das terras torna a produção vinícola incompatível, inviabilizando a compra de terras para este fim. Devido aos altos custos de implantação de vinhedos e ao longo prazo do retorno de investimento, os produtores buscaram outros locais de produção, que vão do Pampa gaúcho ao Nordeste brasileiro. Desse modo, os viticultores locais buscam outras regiões mais favoráveis pelas condições climáticas para a implantação de seus vinhedos, com menor custo de produção. Esse fator pode também se tornar favorável à preservação do território existente, desde que com critérios definidos.
3. A venda e o abandono da produção pelos motivos citados é um caminho aberto para a especulação imobiliária expressa nos novos usos que o Vale dos Vinhedos adquire, como: restaurantes, hotéis interferindo na paisagem e cortando a linha do horizonte, pousadas, lojas, danceterias e indústrias da cadeia vinícola de grande porte.

4. A implantação dos condomínios residenciais do Vale tem consequências e reflexos imediatos sobre a paisagem, urbanizando um território rural que deveria ser essencialmente produtivo. Sua paisagem se modifica, ocasionando vários desequilíbrios, quer de ordem estrutural, quer de ordem social, e a perda de sua matriz cultural e vocação inicial, situação que é percebida por outros setores, como o turismo. O mesmo fato que valoriza o vinho tende a invalidar sua produção, por isto é necessária uma política de salvaguarda por parte da região e do Estado.
5. O Vale dos Vinhedos deve eleger variedades de cultivo vinícola que, além de serem propícios às condições de solo e clima presentes, possibilitem o reflexo da identidade cultural de seus produtores, criando um referencial singular também de seus vinhos. Neste sentido, pesquisadores e técnicos vinícolas poderão criar referências entre o vinho, o território e seus produtores.

A certificação deve dirigir seu olhar com maior cuidado sobre a cultura local, que está subentendida na normativa da certificação, podendo realizar um trabalho de conscientização mais próximo com os produtores locais, colocando-os dentro do processo de preservação de seu território produtivo. Essa proteção poderá se entrelaçar com outros órgãos de preservação nacionais.

Homens, mulheres, terra, língua falada, gastronomia, saberes e fazeres, tecnologias e modos de cultivo e saber fazer do vinho, artesanato e arquitetura não são todos iguais nos territórios. Portanto, não podem ser considerados somente “fatores humanos”; eles são a identidade e a singularidade que construíram, no tempo, a paisagem cultural vinícola. A proteção das paisagens vinícolas da UNESCO comprova que é viável a produção e a preservação do legado cultural do território.

As vistorias do Ministério Público Estadual sobre as modificações do Plano Diretor sinalizam que a expansão urbana sobre o Vale dos Vinhedos atinge níveis que podem comprometer a Gestão Pública. Em razão disso, o Ministério Público solicitou, no ano de 2012, que o Executivo Municipal não encaminhasse as modificações das áreas rurais para urbana para serem aprovadas pela Câmara de Vereadores. Esta restrição deveria atingir também os demais municípios da Área Geográfica.

Todos os fatores citados e relacionados podem comprometer significativamente a paisagem cultural do Vale dos Vinhedos, com consequências irreversíveis para sua proteção e salvaguarda. As Leis Complementares aprovadas nos últimos anos pela Câmara dos Vereadores também são uma ameaça constante, com modificações de uso do Plano Diretor, como a que transformou uma parte de território do Vale dos Vinhedos em área urbana através de Lei Complementar, mas encontra-se sob jurisdição do Ministério Público Estadual.

Para tanto, sugere-se:

- Traçar um conjunto de recomendações dos elementos analisados na pesquisa – herança cultural, paisagem cultural, produção econômica associada ao vinho – visando orientar uma forma de preservação e manutenção da tipologia local, que pode ser a produção / promoção de diretrizes para uma formalização da área como Área de Preservação Cultural (APC), a ser incluída no Plano Diretor do Município e executada conforme estabelecido.
- Através da Educação Patrimonial, demonstrar a importância da preservação, reavivando os laços de pertencimento da população com sua cultura e identidade.
- Criar subsídios para o Planejamento Regional entre municípios, para que outros territórios da região que apresentam a mesma problemática evitem riscos idênticos de destruição e modificação da paisagem cultural;
- Criar políticas de proteção ao uso do solo de acordo com plantio das uvas.
- Entender o histórico presente no território, criando regras que respeitem o *Genius Loci* do lugar, considerando as potencialidades e as peculiaridades do território, como recursos que podem ser utilizados, e não destruídos. Envolver seus habitantes e, principalmente, produtores vinícolas no entendimento e na valorização de sua cultura, objetivando o uso do lugar e o respeito pela manutenção do ambiente.
- Propor novas ações governamentais que ajudem a frear a especulação imobiliária através da revisão da legislação permitida, com a organização da população na defesa de sua cultura e da paisagem cultural presente. O Estatuto das Cidades referencia que a defesa do território também é responsabilidade de seus habitantes, através das Organizações Sociais.

- Proteger e restaurar a arquitetura local, dando atenção às novas edificações com materiais locais, permitindo qualidade energética favorável e de infraestrutura que não comprometam e se sobreponham à paisagem construída.
- Controlar o acesso do turismo, que deve ser organizado e contribuir com os produtores locais.
- Promover as feiras agroalimentares para valorizar a produção local, a tipicidade, induzindo ao consumo dos produtos que não destroem o meio ambiente em seu cultivo e transporte, estreitando e reforçando os laços de pertencimento da população com seu território e sua paisagem.

O caminho percorrido nesta pesquisa não pretende esgotar ou encerrar o assunto, mas indicar ponderações e entendimentos necessários, possibilitando a contemplação dos diferentes valores, que são únicos e intransferíveis, no processo de planejamento do território, além de elencar um conjunto de recomendações dos elementos analisados, como herança cultural, paisagem construída e produção econômica associada ao vinho, visando orientar a forma de preservação e manutenção de uma tipologia específica local, que pode ser de produção de diretrizes para a formalização da área como “Área de Preservação Cultural” a ser incluída no Plano Diretor. Estas poderão ser vinculadas ao planejamento urbano local e regional e às políticas públicas no sentido de utilização, proteção e preservação de um território construído, e outros desdobramentos que poderão se descortinar a partir da pesquisa.

Importante salientar que a legislação existe na forma do Plano Diretor de Bento Gonçalves (1996), porém, por não ser devidamente cumprida, motivou as modificações verificadas, que não são de interesse da população, mas de pequenos grupos. Além disso, não existe uma política conjunta de planejamento, proteção e uso dos municípios que fazem parte da Área Geográfica do Vale dos Vinhedos, provendo um regramento de uso do solo que contemple suas potencialidades.

As discussões que a pesquisa levantou servem para não permitir um embotamento de ações, o que significa não concordar e não perceber como normais as modificações que degradam o território, causam alterações profundas até sua total transformação.

Esta pesquisa direcionou sua abordagem no território vinícola para além dos parreirais visíveis, sobre a cultura inserida e as significações visíveis de sua paisagem cultural, propondo alternativas de preservação do legado cultural existente que está expresso na paisagem, para que os habitantes estejam conscientes da importância de preservar os valores culturais no Território Vinícola Certificado.

Essa cultura dá sentido, valor e significado ao território, demonstrando que o fator humano é o que singulariza e diferencia um território e sua paisagem cultural. Neste sentido, o vinho elaborado em suas melhores qualidades tecnológicas e organolépticas deve contemplar também seus valores culturais imateriais, porque é isto que se observa cada vez mais nos territórios vinícolas mundiais: a valorização de seu produto através da identidade local.

Considerando os embates atuais entre paisagem cultural & território vinícola certificado, decisões de acolhimento e preservação devem ser tomadas para que a história não seja destruída juntamente com sua paisagem cultural, sem deixar rastros. Deve-se despertar a atenção de todos, pois há muito o que se fazer por trás dos parreirais!

Figura 155 - Paisagem vinícola – Bento Gonçalves, em torno da década de 1960



Fonte: Cooperativa Vinícola Aurora (2012).

REFERÊNCIAS

ACERVO da Cooperativa Vinícola Aurora, 2013. 1 fotografia.

ACERVO Roali Majola, 2013.

ADAMI, Roberto; GIORDANI, Mario. **Vite et Vino**: storia di un percorso del vino nel território del Comum Comunale Lagarino. Rovereto, Italia: Stella, 1994.

ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural-novo paradigma no mercado de alimentos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.147-154.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. 4.ed. São Paulo: Martin Fontes, 1998. 280 p.

ASPRO Vinho. 2013. Disponível em: <www.asprovinho.com.br>. Acesso em: 5 jul. 2013.

ATUASERRA. Associação de Turismo da Serra Nordeste. Disponível em: <<http://www.serragaucha.com>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

AUSTRIAN TOURISM BOARD. Disponível em: <<http://www.austria.info/br>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

AZIENDA PER IL TURISMO ROVERETO E VALLAGARINA. **Visit Rovereto**. Disponível em: <<http://www.visitrovereto.it>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BACHES, Paulo; IRGANG, Bruno. **Arvores cultivadas no Sul do Brasil**: guia de identificação e interesse paisagístico das principais espécies exóticas. Porto Alegre: Serafinense / Rotermund, 2004.

BANDEIRA DE ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERTH, Rogério (Orgs.). **Identities e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BATALHÃO ferroviário de Bento Gonçalves (1940). 2 fotografias.

BAVARESCO, Delair; OLIVEIRA, Darla Nogara. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Bento Gonçalves, 2011. **Anais...** Ministério da Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG), 2011.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal / Arquivo Público e Histórico Municipal. **Memórias de Bento Gonçalves, RS**: fundamentação histórica. 2.ed. Coordenação: Assunta De Paris. Porto Alegre: Suliani, 2006.

_____. I Festa Nacional do Vinho. Foto... **Revista Cruzeiro**, Rio de Janeiro, abr. 1967.

_____. **Relatório do Exercício de 1941**. Prefeito João Dentice. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial, 1942.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem - Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998. p.84-91.

BERTASO, Henrique D'avila; LIMA, Mário de Almeida (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BONNEMAISON, Joél. A viagem em torno do território (**L'Espace Geographique**. Paris, v.10, n.4, p.249-262, 1981. Traduzido por Márcia Trigueiro). In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Vol. 3, p.83-132.

BRAGHIROLI, Ângelo C. S. (Org.). **Paisagens do Sul: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre Bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; IPHAN: IPHAE, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conferência de Nara, de 6 de novembro de 1994. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, referendado pela UNESCO, ICOMOS, ICROM, realizada na cidade de Nara – Japão, em 6 de novembro de 1994. **Portal IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. _____. _____. **CARTA de Atenas** - CIAM - nov. 1933. Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. _____. _____. **Carta da Serra da Bodoquena**. Carta das Paisagens Culturais e Geoparques. Bonito, 21 set. 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1112>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. _____. _____. **Carta de Veneza** - maio 1964. Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem Cultural**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. _____. **Paisagens do Sul:** Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphin sobre bens Patrimoniais do Rio Grande do Sul. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. _____. _____. **Parecer nº 006/2006.** Assunto: Processo nº 01450.012192/2006-65 referente ao Registro dos Queijos Artesanais de Minas, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília, 2006.

_____. _____. _____. **UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro.** 1º jul. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. _____. _____. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Departamento do Patrimônio Imaterial. Ofícios e modos de fazer. **Queijo Artesanal de Minas:** patrimônio cultural do Brasil. Vol. 1: Dossiê interpretativo. Pesquisa e texto: José Newton Coelho Meneses. Elaboração do dossiê e dos Anexos: Outro Projetos e Consultoria. Belo Horizonte, maio 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=892>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).** Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. _____. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Indicação de Procedência.** 2002. Disponível em: <<http://www5.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2011.

_____. _____. _____. **Órgão responsável que confere a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem do Vinho.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2013..

_____. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Localização de Bento Gonçalves e o distrito do Vale dos Vinhedos.** 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. **Portal.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **65 municípios brasileiros indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais. Brasília: Gráfica Brasil, 2007.

BRONZATO JR., Jorge. Prefeitura pede mais 15 dias para entregar informações ao MP. Jornal **Serra Nossa**, Bento Gonçalves, jul. 2013, p.5.

BUCELLI, Vittório. Agente de imigração do Governo Brasileiro no Vêneto – Itália. In: COSTA, Rovilio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo C. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.

CABRAL, Manuel de Novaes. **Territórios do Vinho**. Santo Tirso, Portugal: Norprint, 2010.

CADASTRO Vinícola do Rio Grande do Sul: 1995-2000. Bento Gonçalves, 2000. 1 CD-ROM.

CALÒ, Antonio; *et al.* **Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione: manuale del sommelier**. São Paulo: Globo, 2004.

CÂMARA DA PREFEITURA DE GARIBALDI, RS. **Plano Diretor**. 2006. Disponível em: <<http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

CAMARGO, Umberto Almeida; MAIA, João Dimas Garcia; RITSCHER, Patrícia. **EMBRAPA Uva e Vinho: novas cultivares brasileiras de uva**. Bento Gonçalves: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010.

_____; PROTAS, José Fernando da Silva. **Diagnóstico qualitativo das principais regiões vinícolas brasileiras: aspectos tecnológicos e estruturais**. 2010. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

_____; _____. MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas. In: REGINA, Murillo de Albuquerque (Coord.). **Viticultura e Enologia: atualizando conceitos**. Caldas: EPAMIG-FECD, 2002, p.17-32.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

CASTALDI, Riccardo. Pérgola trentina: forma de condução no Trentino, Alto Adige. **L'Informatore Agrario**, Verona, Itália, S.r.l., p 47-49, 2011.

CASTELLO, Lineu Sirângelo. **Repensando o Lugar no projeto urbano: variações na percepção de um lugar na virada do milênio (1985-2004)**. 2005. 415 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG / IEDS, 2009.

_____. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de; LONDRES, Cecília. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CERTIFICADO de Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Registro IG 200002 no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Revista da Propriedade Industrial (RPI)**, Rio de Janeiro, n.1663, 19 nov. 2002.

CERTIFICADO de Indicação Geográfica. Registro IG 00803 no INPI. **Revista da Propriedade Industrial (RPI)**, Rio de Janeiro, n.2.062, 13 jul. 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed.UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n.34, p.147-165, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Géographies et Cultures n. 20**. Traduzido e revisado por Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. Paris: L'Harmattan, 1996.

CLUBE dos Vinhos portugueses. Disponível em: <http://www.clubedosvinhosportugueses.wordpress.com>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

CONEGLIANO VALDOBBIADENE. **Prosecco Superiore**. Verso l'UNESCO. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

COOPERATIVA (Nota sobre a colheita da uva depositada na Cooperativa Agrícola). **Jornal Corriere d'Italia**, 2 abr. 1914, p.3.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2002. Vol. 3.

COSTA, Rovilio; BATISTEL, Arlindo B. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. Vol. 2 e 3.

_____; COSTELA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST/Suliani, 1974.

_____; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST/Suliani, 1992.

CURY, Leonardo. A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos. Professor do Curso Superior de Enologia no Instituto Federal de Educação (IFRS-BG), Bento Gonçalves, RS. Entrevista concedida à autora em julho de 2013.

DE BONI, Luis Alberto. **A Itália e o Rio Grande do Sul IV**. Relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Caxias do Sul: UCS, 1983.

_____. **Far l'América**. Porto Alegre: Riocell, 1991.

_____; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élio C. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST/SULIANI, 1992.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS**: impacto cultural e proposta de gestão. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013.

DESENVOLVIMENTO urbano: Um Plano Diretor retalhado nos bastidores. **Jornal Serra Nossa**, Bento Gonçalves, 18 jul. 2013, p.3.

EDITAL. **Jornal Corriere d'Italia**, 22 jun. 1917, p.3.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 2 set. 2013.

EMBRAPA UVA E VINHO. **Histórico da EMBRAPA Uva e Vinho**. Última modificação: 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>>. Acesso em: 25 maio 2013.

ENOTURISMO: In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011.

FALCADE, Ivanira. **Paisagem como Representação Espacial**: a paisagem vinícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____; MANDELLI, F.; FLORES, C. A.; FASOLO, P. J.; POTTER, R. O. V. **Vale dos Vinhedos**: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

FARINETTI, Emeri. **I paesaggi in archeologia**: analisi e interpretazione. Roma: Carocci, 2012.

FERNÁNDEZ, Maria Gabriela Vázquez. **Indicações geográficas e seus impactos no desenvolvimento dos pequenos produtores do Vale dos Vinhedos, RS**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FORTES, Amir B.; WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.e.], 1963.

FRIGERI, Alexandre Fonseca. **Os italianos, vinho e turismo: o Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio Cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Ieds, 2009. 220 p.; il. – (Arquitetura & Cidade). p. 83-94.

FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS. **Hierarquia Sócio-Econômica da Indústria, Comércio e Transportes de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves: Centro de Indústria e Comércio (CIC), 1988.

GARIBALDI. Câmara de Vereadores. **Lei Complementar nº 3, de 18 de novembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.camaragaribaldi.rs.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

GIORDANI, Mariano. **Pedersano racconto storico di un paese Lagarino**. Trento, Itália: Alcione, 2011.

GIORDANI, Marilei Piana. Arquitetura dos lugares do vinho, como testemunho do tempo e de seu patrimônio cultural. In: SEMINÁRIO IBERO AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2. Belo Horizonte. **Anais...** CASTRIOTA, Leonardo Barci (Coord.). Belo Horizonte, IDES / Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2011.

_____. Tradição e inovação na produção vinícola no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves, RS, Brasil. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 3., 2012, Régua - Alto Douro - Portugal. **Anais...** Régua: Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes, Museu do Douro, 2012.

GIRON, Loraine Slomp. **80 anos de lutas: 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vinícola Gaúcho**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

_____. A imigração Italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.45-47.

GOBBATO, Celeste. **Manual do Vitivicultor brasileiro**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1922.

_____. _____. Vol. 1: Viticultura. Porto Alegre: Globo, 1940.

GOLLO, Silvana S. **Inovação e estratégia de cooperação competitiva**: Estudo de caso de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos - Serra Gaúcha, RS. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS). **Carta do ICOMOS**. Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico – 2003. Adoptada pela 14^a Assembleia Geral do ICOMOS, em Victoria Falls, Zimbabwe, em outubro de 2003. Traduzida por António de Borja Araújo, dez. 2006. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-do-icomos-2003_principios.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2013.

ICOMOS Brasil. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Cartas Patrimoniais: Cartas Internacionais. **Carta de Atenas** - CIAM - nov. 1933 - Recomenda a preservação das obras, dos conjuntos urbanos juntamente com seu entorno, refletindo a memória e cultura dos que a construíram. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Cartas Nacionais. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 18 ago. 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_Paisagem_Cultural.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. _____. **Carta de Veneza** - Maio de 1964 - Estabelece os princípios que devem conduzir as restaurações e as preservações urbanas e rurais, no sentido de ressaltar e preservar a cultura de cada lugar, como testemunho de uma civilização. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2001.

ICOMOS Canadá. **Carta para a preservação do patrimônio do Quebec**. Declaração de Deschambault. Adoptada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Québec. Comitê do ICOMOS do Canadá, Francófono, abr. 1982. Tradução por António de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, mar. 2007. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-deschambault.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - Campus Bento Gonçalves (IFRS-BG). Disponível em: <<http://www.bento.ifrs.edu.br>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE BENTO GONÇALVES (IPURB-BG). 2013. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/ipurb>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

ITÁLIA: **Cinquentenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia. / Globo, 1925.

JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio grandense. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.229-247, 1991.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOHNSON, Hugh. **A história do Vinho**. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KAKUTA, Susana Maria. Guia de respostas sobre Indicações Geográficas. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Organizado por Vinícius Lages, Léa Lagares e Christiano Lima Braga. Brasília: SEBRAE, 2006. p.247-271.

_____; SOUZA, Alessandra Lo Iacono Loureiro; SCHWANKE, Fernando Henrique; GIESBRECHT, Hulda Oliveira. **Indicações geográficas**: guia de respostas. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/\\$File/NT00040FE2.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/$File/NT00040FE2.pdf)>.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A preservação da Identidade dos Lugares**. Texto baseado em palestras realizadas no: II Simpósio de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins (CREA - TO, 2005) e no curso de Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, Porto Alegre: UFRGS, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia - SP: Ateliê, 2009.

LA VIGNA. Disponível em: <<http://www.lavigna.it>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

LAVAUX. Disponível em: <<http://www.lavaux.ch/SRC/2010/index.html>>. Acesso em: 8 jun. 2013.

LONDRES, Cecília F. **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

_____. **O Patrimônio em processo**: trajetória a política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / MinC, IPHAN, 2005.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais**: INRC 2000. Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MinC/Ipahan, 2000. p.11-21. Disponível em: <<http://www.iphan.or.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011.

LOTES do Condomínio Parque dos Vinhedos serão entregues a partir do segundo semestre deste ano. *Jornal Integração da Serra*, 5 jun. 2013, p.5. Disponível em: <<http://www.integraçãodaserra.com.br>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

LUCHESE, Terciane Ângela. Histórico de Bento Gonçalves. **Revista Panorama Socioeconômico de Bento Gonçalves - Rio Grande do Sul - Brasil**, Bento Gonçalves, p.29, 2012.

_____. Autoridades locais e imigrantes italianos: conflitos e consensos. **História**, São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v.29, n.1, p.308-327, 2010.

MAALOUF, Jorge. F. **O sofrimento de imigrantes**: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no *self*. São Paulo: PUCSP, 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MABY, Jacques. **Vinho, argumento de identidade do território**. Roma: Sociedade Geográfica Italiana, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.univ-avignon.fr>>. Acesso em: 15 maio 2013.

MADDEM. Disponível em: <<http://www.mademoveis.com.br>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

MARQUES, Cláudia B. **Economia do Turismo no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves, RS - 1990 a 2005**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

MATTEDI, Gabriele. **Pergola trentina em Pedersano, Villa Lagarina, Provincia Autonoma di Trento - Italia**. 2013. 2 fotografias.

MEGLIO, Lucio. **Oltre il Terroir**: il vino come specchio di una comunità. Aspetti economici, social e culturali del cabernet cominense. Milano, Italy: Franco Angeli, 2011.

MEIRA, Ana Lucia. **O passado no futuro da Cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, I – Vol. 1 - Conferência Magna. Ouro Preto, MG, 13-16 dez. 2009. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, IPHAN, 2009. p.25-39. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 12 maio 2013.

MIELE, Alberto. **Sistema de produção**. 2012. Disponível em: <<http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____.; MANDELLI, Francisco. Sistemas de condução da videira Espaladeira. **EMBRAPA Uva e Vinho**. Bento Gonçalves, 5 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/espald.html>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

MONTEIRO, José Eduardo B. de A.; TONIETTO, Jorge; SANTOS, Henrique P. dos; MANDELLI, Francisco. **Condições meteorológicas e sua influência na vindima de 2011 no Rio Grande do Sul**: Comunicado Técnico. Bento Gonçalves: EMBRAPA, set. 2011.

MONTEIRO, Katani Maria N. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v.2, n.3. p.161-171, 2001. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/74>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário**: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul (1912-1924). 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

MONTREUX. Disponível em: <<http://www.montreux-vevey.com>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MP ordena demolição. Jornal **Serra Nossa**, ed.334, 18 nov. 2011 – Edição semanal de Bento Gonçalves. Disponível em: <<http://www.serranossa.com.br>>. Acesso em: jul. 2013.

MUNDO GLOBAL. Disponível em: <<http://www.mundoglobal.blogspot.com>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

_____. **Porto de Portugal**. Disponível em: <<http://www.portodeportugal.pt>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

MUSEU do Imigrante de Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10 p.7-28, 1993.

L'OFFICE DE TOURISME DE LA JURISDICTION DE SAINT EMILION. 2012. Disponível em: <<http://www.saint-emilion-tourisme.com>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

_____. **Representação da Unesco no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

_____. **Word Heritage Conventions**. 2013. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

PALÁCIOS, Antonio; PORTUGAL, Cauré B. Vale dos Vinhedos: Perfil produtivo de vinícolas familiares e diagnóstico qualitativo, microbiológico e sensorial de vinhos. **Revista Brasileira de Viticultura e Enologia**, Bento Gonçalves, RS, Fórmula Prática / Associação Brasileira de Enologia, v.4, n.4, p.18-27, set. 2012.

PAVONI, Oly. **Vinhedos da Linha Leopoldina**. 1966. 1 fotografia.

PEDROSO-DE-PAIVA, Doralice. **O Borrachudo indicador biológico da qualidade da água**. [s.d.], p.1. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/5-Dora-borrachudo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

PELLANDA, Ernesto. Colonização do Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'avila; LIMA, Mário de Almeidam (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Redatores: Antonio Acauã, Nelson de Assis e Isaac Soares. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p.34-64.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Anotações de aula do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural Urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. História, literatura e cidades. Diferentes narrativas para o Campo do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n.34, 2012. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

POSENATO, Júlio. **A Arquitetura da imigração italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS,1983.

PRESERVAR x Modernizar. Jornal **Serra Nossa**, ed.334, 18 nov. 2011 – Edição semanal de Bento Gonçalves. Disponível em: <<http://www.serranossa.com.br>>. Acesso em: jul. 2013.

PROSECCO. In: TAGLIARI, Maurício; CAMPOS, Rogério de. **Dicionário do Vinho**. São Paulo: Nacional, 2011

PROSECCO. Disponível em: <<http://www.prosecco.it/it/prosecco/unesco.php>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

REBANDA, Nelson C. A evolução da Paisagem Agrária no Douro Superior. In: SOEIRO, Teresa; *et al.* **Viver e Saber Fazer: técnicas tradicionais na Região do Douro**. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainho & Neves, 2000. p. 241-315.

RECURSOS e Estrutura Produtiva. **Panorama Sócio Econômico de Bento Gonçalves 2010**. Bento Gonçalves, Centro de Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG), 2010. p.71-93.

REGINA, Murillo de Albuquerque (Coord.). **Viticultura e Enologia: atualizando conceitos**. Caldas: EPAMIG-FECD, 2002.

RESULTADO da pesquisa realizada pela Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – CARVI. **Revista Hierarquia Sócio Econômica de Bento Gonçalves (1991-1992)**, Bento Gonçalves, Centro da Indústria e Comércio (CIC), 1991-1992. V. 1, p. 119. Impressão em Bento Gonçalves.

REVISTA **Hierarquia Sócio-Econômica das Indústrias dos principais municípios da Encosta Superior da Serra**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, anual, jun.1972. CIC – Bento Gonçalves - RS.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Orgs.). **Cultura, Imigração e Memória: percursos e horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). **Municípios do Rio Grande do Sul**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2002

_____. Ministério Público. Unidade de Assessoramento Ambiental. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento urbano. Para Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00069/2009. Investigado: Vale dos Vinhedos. Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2009.

_____. _____. _____. **Relatório de Vistoria**. Documento DAT-MA nº 2250/2011. Outros assuntos ambientais / Planejamento Urbano. Para: Dr. Elcio Resmini Meneses. Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves. De Arq. André Huyer. Ofício nº 477/11-PJ/DC. Inquérito Civil nº 00722.00081/2010. Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves. Data da vistoria: 1º novembro de 2011.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SANTOS, Henrique Pessoa dos. **A Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos e a forma de condução das videiras para a elaboração de vinhos finos**. Bento Gonçalves. Pesquisador A. EMBRAPA Uva e Vinho. Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

_____; MONTEIRO, José Eduardo B. de A.; TONIETTO, Jorge; MANDELLI, Francisco. **Condições meteorológicas e sua influência na vindima de 2011 no Rio Grande do Sul**: Comunicado Técnico. Bento Gonçalves: EMBRAPA, set. 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed., 2.reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Carla Maria. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWERZ, João Paulo. **Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)**. 2009. 230 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS / INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicações Geográficas brasileiras**. Coordenação de Hulda Oliveira Giesbrecht. Brasília: SEBRAE / INPI, 2011.

SOLIS, Jorge B. **Siglo XXI: nuevos significados del patrimonio cultural y del desarrollo**. Sevilla: ETSA, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.

_____; MULLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2007.

STIGAARD, Luis. **Rua Marechal Deodoro, em Bento Gonçalves, RS. 1880**. 1 fotografia. Acervo de Ronaldo Marcos Bastos.

SUSIN, Carolina Thomazzi. **Dinâmica estratégica da Vinícola Miolo Ltda. e o Vale dos Vinhedos**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

TATTARINI, L. Prefácio. In: CALÒ, Antonio *et al.* **Il vino: scelta, acquisto, conservazione e degustazione**: Manuale del Sommelier. São Paulo: Globo, 2004.

TESI, Pier Carlo; VALLERINI, Lorenzo; ZANGHERI, Luigi. **Vino e Paesaggio**. Siena, Italy: C. Vin.srl, 2009.

TONIETTO, Jorge. Experiência de Desenvolvimento de Certificação: Vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios. 2.ed. Brasília: SEBRAE, 2006. p.155-170.

_____. Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA / ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IESA/SBSP, 2002, p.1-16. (CD-ROM).

_____; ZANUS, Mauro Celso; FALCADE, Ivanira; GUERRA, Celito Crivellaro. **O Regulamento de uso da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos**: vinhos finos tranquilos e espumantes. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, set. 2013. [Documentos 84]. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/tecnologias/ig/>>. Acesso em: 9 set. 2013.

TONINI, Hernanda. **Estado e Turismo**: políticas públicas e enoturismo no Vale dos Vinhedos. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo - PPGTUR, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

TRUSIANI, Elio; *et al.* **Montalto Uffugo e il suo território**: método per studiare il Piano Strutturale Comunale. Roma: Officina Edizioni, 2009.

TURISMO BENTO. Disponível em: www.turismobento.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VALE DOS VINHEDOS. Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.237-248, abr. 2006.

VILA LAGGARINA. In: **Wikipedia**. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 6 maio 2013.

VINÍCOLA Garibaldi. Disponível em: <<http://www.vinicolagaribaldi.com.br>>. Acesso em: 2013.

VINIEVINO. **Vini e Vino**. Disponível em: <<http://www.vinievino.com>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

VINHO do Mundo. Disponível em: <http://www.vinhodomundo.blogspot.com>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 - Imagens atuais da pergola trentina – Villa Lagarina 2013



Fonte: Gabriele Mattedi, 2013.

ANEXO 2 - Referencial de crescimento - Área Urbana de Bento Gonçalves

Ano: 1884- 1885 1909

Casas do Estado		
De pedra	1	
De Madeira	3	
Casas Particulares		
De pedra	71	
De Madeira	87	
Indústrias e Negócios		
Industrias de vinho		13
Casas de Negócios	14	114
Tanoarias	1	
Ferrarias	5	
Carpintarias	2	53
Torneiro	1	
alambiques	1	45
Olaria	3	
Funileiro	1	10
Sapatarias	7	31
Alfaiatarias	2	7
Hotéis	1	14
Cervejarias	2	
Açougue	1	8
Padarias	2	
Barbeiro	1	
Botica	1	
Fábrica de Licores	1	
Curtumes		11
Moinhos a vapor	1	
Moinhos d'água	2	42

Fonte : Caprara e Luchese (2005). Editado pela autora.

ANEXO 2 (continuação)

Atividades econômicas da Colônia Dona Isabel <i>Economic Activities of the Colony Dona Isabel</i>	1879	1884	1887
Açougues / Butchers	-	01	03
Alfaiatas / Tailors	01	01	-
Artífices diversos / Many craftsmen	-	-	09
Artistas (escultores, pintores, atores...) / Artists (sculptors, painters, actors...)	-	-	77
Bilhares, cafês / Billiards, cafes	-	01	01
Boticas / Pharmacy	-	-	02
Carpintarias / Carpentry	-	02	08
Casas de comércio / Stores	-	11	30
Cervejarias / Breweries	-	02	02
Chapelarias / Millinery	-	-	01
Comerciantes / Commerce	10	-	86
Curtumes / Tanneries	-	01	01
Destilações, alambiques / Distillation, stills	-	-	02
Engenhos de açúcar / Sugar mills	-	-	01
Fábricas de licores / Liquor factories	-	01	-
Fábricas de selins / Saddles factories	-	-	01
Fábricas de louça / China factories	-	-	01
Farmácias / Drugstores	-	-	01
Ferrarias / Smithy	01	03	09
Funileiros / Tinkers	1	01	-
Hotéis / Hotels	-	01	03
Indústrias / Industries	-	-	10
Jomaleiros / Dianistas	-	-	26
Latoarias / Sheet Metal Products	-	-	01
Marcenarias / Joinery	-	-	03
Moinhos a vapor / Steam Mills	-	01	01
Moinhos hidráulicos / Hydraulic Mills	05	02	23
Olarias / Potteries	-	-	04
Padarias / Bakeries	-	-	03
Pedreiros / Bricklayers	-	-	24
Salsicharias / Sausage companies	-	-	04
Sapatarias / Shoe makers	01	03	05
Serrarias hidráulicas / Hydraulic Saws	-	-	03
Tanoarias / Cooperages	-	-	01
Tropeiros / Drivers	-	-	07
Vendas / Sales	-	-	56

Fonte: Luchese (2010, p.64).

ANEXO 3 - Estabelecimentos comerciais , industriais e prestação de serviços Bento Gonçalves - 1929

Estabelecimentos comerciais, industriais e prestação de serviços - Município de Bento Gonçalves - 1929					
Commercial, industry and services establishments - Bento Gonçalves city - 1929					
Estabelecimento Establishment	Vila Village	Total município Village town	Estabelecimento Establishment	Vila Village	Total município Village town
Automóveis / Automotive	66	100	Fábricas de vinho 5ª classe Wine companies-5th class	1	3
Alambiques grande escala Large-scale Alembic	-	13	Fábricas de foguetes / Rockets companies	2	3
Alambiques pequena escala Small-scale Alembic	-	223	Fábricas de pólvora / Gunpowder companies	1	1
Alfaiatarias / Tailors	5	17	Fábricas de palhões / Straws companies	1	1
Advogados / Lawyers	3	3	Fábricas de papel / Paper companies	1	1
Agências de automóveis / Car Agencies	2	2	Fábricas de gasosa / Soda companies	2	5
Agências de seguros / Insurance Agencies	1	1	Fábricas de café / Coffee companies	2	2
Armadores / Riggers	2	2	Fábricas de queijo / Cheese Companies	-	24
Açougues / Butchers	4	12	Fábricas de cerveja / Beer Companies	-	1
Bazares / Bazaars	1	1	Fábricas de licores / Liquor Companies	1	1
Barbearias / Barbers	7	10	Fábricas de chinelo / Slippers Companies	-	1
Bombas de gasolina / Gas stations	2	2	Fábricas de salame / Salami Companies	-	3
Botequins / Bars	13	46	Fábricas de barris / Barrel Companies	1	1
Casas bancárias / Banks	6	6	Fábricas de sabão / Soap companies	-	1
Casas de negócio de 1ª classe Business Houses – 1st Class	4	5	Fábricas de rapaduras / Panelas companies	-	1
Casas de negócio de 2ª classe Business House 2nd Class	3	27	Fábricas de óleo de linhaça Linseed oil Companies	-	1
Casas de negócio de 3ª classe Business House 3rd class	-	2	Funilarias / Bodyworks	2	6
Casas de negócio de 4ª classe Business House-4th Class	9	19	Ferrarias / Smiths	5	35
Casas de ferragens / Hardware Stores	2	2	Gabinetes dentários / Dentist Offices	3	3
Casas de jóias / Jewelry	3	3	Hotéis / Hotels	7	15
Casas de pasto / Eating place	2	12	Hospitais / Hospitals	1	1
Confeitarias / Delicatessens	1	1	Loja de calçados / Shoes store	2	7
Carretas pequenas particulares Small private trucks	16	73	Moinhos a vapor / Steam mill	2	3
Carretas grandes particulares Big Private Trucks	3	24	Moinhos hidráulicos / Hydraulic mills	-	29
Carretas pequenas a frete Small freight trucks	5	37	Moinhos particulares / Private mills	-	8
Carretas grandes a frete Big Freight Carts	-	8	Marmoristas / Marble carver	1	1
Carretas de mercadores / Trade trucks	1	2	Marcenarias / Woodworks	1	1
Carretas de lavoura / Farming trucks	10	584	Médicos / Doctors	4	5
Carros / Cars	-	2	Ouriversarias / Goldsmith	2	2
Carrinhos / Carts	3	7	Olarias / Potteries	-	4
Curtumes / Tannery	-	4	Oficinas mecânicas / Mechanical Workshop	4	5
Carpintarias a vapor / Steam Carpenters	2	2	Oficinas de fundição / Smeltery	1	1
Cartório / Registry	4	9	Padarias / Bakeries	3	4
Cafés e bilhares / Cafés and Pools	2	2	Fotografias / Photographies	1	3
Clubes / Clubs	3	3	Farmácias / Drugstores	5	6
Cinemas / Movie Theaters	2	2	Pedreiros / Bricklayers	4	25
Cuteleiros / Cutler	-	10	Pintores / Painters	1	1
Caminhões / Trucks	25	54	Relojoarias / Watches	3	3
Casas de saúde / Health Houses	1	3	Sapatarias / Shoe makers	4	14
Construtores / Constructors	3	4	Selarias / Saddle makers	3	9
Depósitos de material elétrico Electric Material Deposits	1	1	Serrarias a vapor / Steam Sawmill	-	4
Depósito de inflamáveis / Flammable Deposit	5	5	Serrarias hidráulicas / Hydraulic Sawmills	-	2
Depósito de materiais de construção Building Material Deposit	5	10	Tipografias / Printers	2	2
Depósito de cereais / Cereal Deposit	4	4	Tanoarias a vapor / Steam Cooperages	1	1
Fábricas de vinho 1ª classe Wine Companies-1st Class	3	5	Trilhadeiras a animais / Threshing and animals	-	8
Fábricas de vinho 2ª classe Wine Companies-2nd Class	4	5	Tinturarias de pelegos / Dyeing sheepskin	-	1
Fábricas de vinho 4ª classe Wine Companies-4th Class	1	2	Trilhadeiras a vapor / Stem threshing	-	8

Fonte: Luchese (2010, p.68).

ANEXO 4 - Comitativa de abertura da I FENAVINHO

I FENAVINHO

A FESTA DE UMA COMUNIDADE

“Todos se uniram num esforço gigantesco e levaram a termo o sonho de há muito acalentado e que estava a desafiar a capacidade de trabalho e empreendimento dos Bentogonçalvenses”.

Com estas palavras, Moysés Luiz Michelin, Presidente da 1.^a FENAVINHO, sintetizou a participação empolgante de uma comunidade inteira, que conseguiu em apenas seis meses planejar, obter recursos, construir, organizar, divulgar e apresentar para mais de cem mil pessoas, a maior festa jamais sonhada, onde o vinho jorrava de graça nas ruas para o povo beber.

Todos os visitantes dessa feira, ganharam uma garrafa de vinho como brinde.

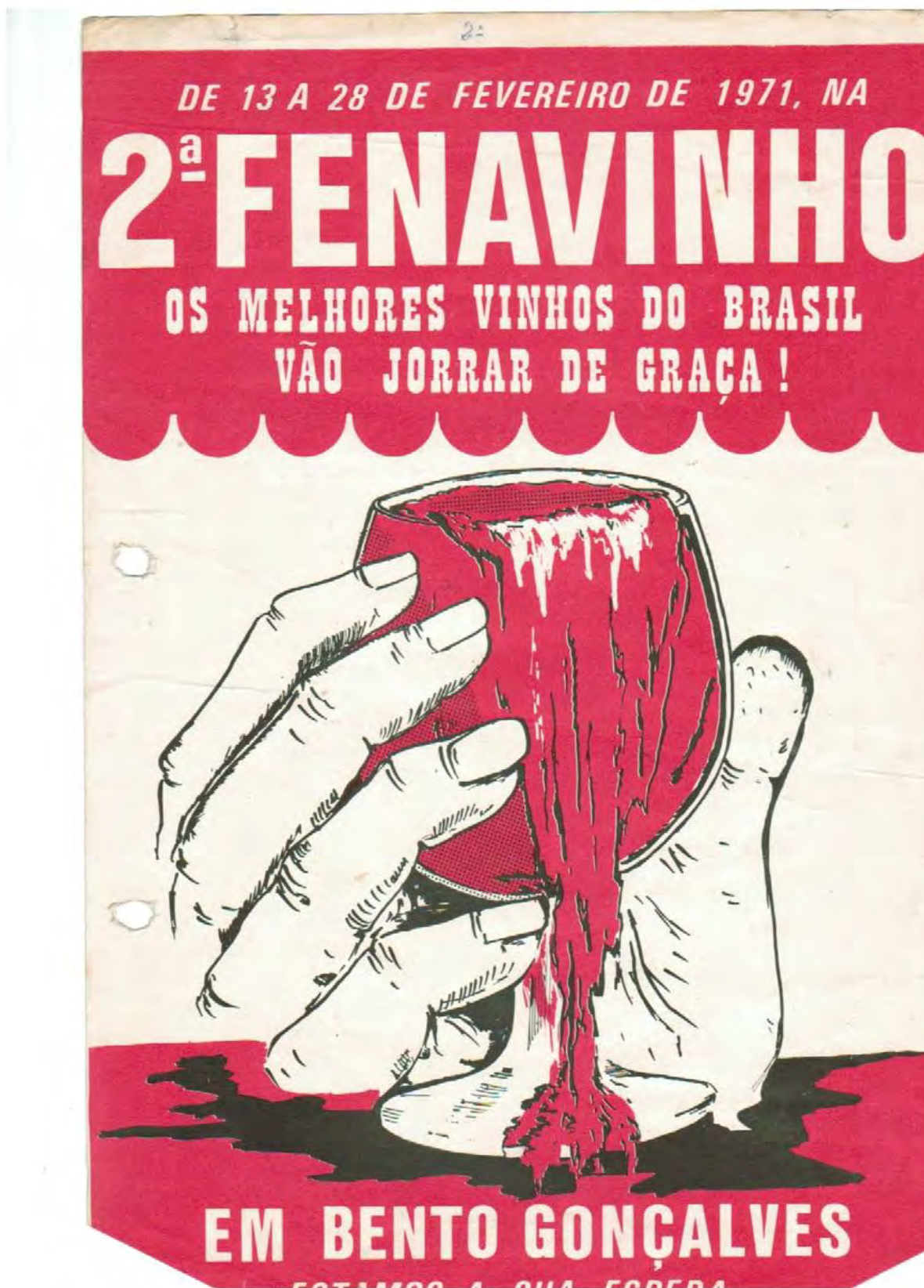
No parque da FENAVINHO, os visitantes puderam conhecer a qualidade das uvas aqui cultivadas, numa exposição apreciadíssima por todos. Setenta e três expositores, entre indústrias vinícolas e dos mais diferentes ramos de atividade, ocuparam o pavilhão de exposição agro-industrial para tal construído, verdadeira vitrine da potencialidade empresarial de nossa gente.




A 1.^a FENAVINHO, realizada de 25 de fevereiro a 12 de março de 1967, teve entre outros pontos extraordinários, o fato de trazer pela primeira vez a Bento Gonçalves, um Presidente da República. A foto histórica registra a chegada do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco ao Parque da Fenavinho, ladeado pelo Gov. Walter Peracchi de Barcellos, Prefeito Municipal Milton Rosa e Moysés Luiz Michelin, Presidente da 1.^a FENAVINHO.

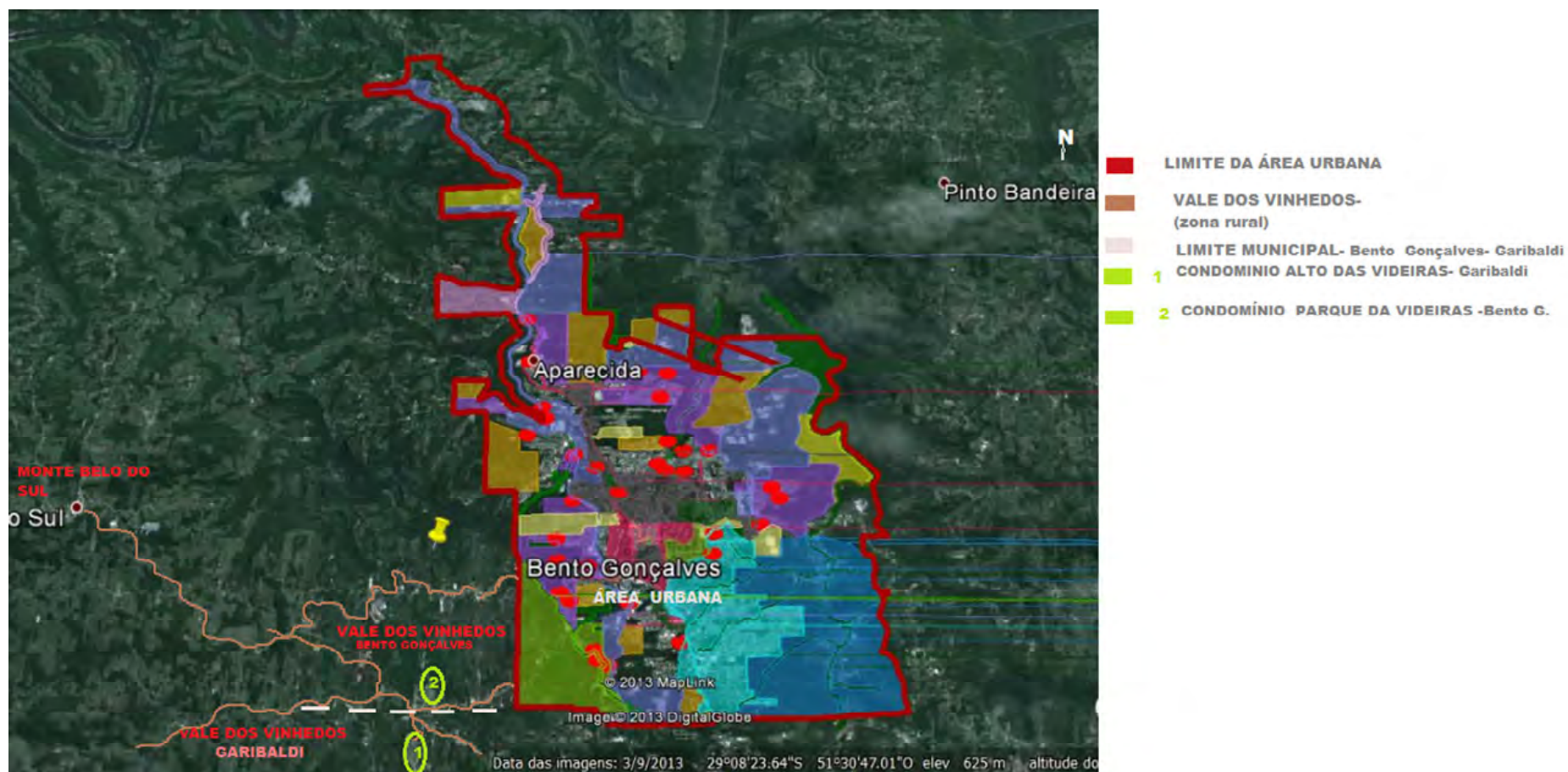
Fonte: Museu do Imigrante

ANEXO 5 - Divulgação da II FENAVINHO (continuação)



Fonte: Museu do Imigrante .

ANEXO 5 - Limites da zona rural e urbana de Bento Gonçalves – Plano Diretor vigente (2006)



Fonte: Plano Diretor de Bento Gonçalves , 2006. Editado pela autora.

ANEXO 6 - Composição industrial - Caxias do Sul -1972

COMPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE CAXIAS DO SUL
PRINCIPAIS RAMOS INDUSTRIAIS

a) - <u>INDÚSTRIA METALÚRGICA, MÁQUINAS E MOTORES</u>	Potencial Sócio-Econômico
1) - METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S/A.....	16,91
2) - GAZOLA S/A. - INDÚSTRIA METALÚRGICA.....	1,86
3) - CONTROLES ROBERSHAM DO BRASIL S/A.....	1,59
4) - METALÚRGICA BELINI S/A.....	1,53
5) - AGRALE S/A - TRATORES E MOTORES.....	1,41
6) - DE ANTONI S/A. - IND. DE AUTOMOTRIZES.....	1,27
7) - IND. COM. DAMBROS S/A.....	1,09
8) - IND. CAXIENSE DE METAIS S/A.....	0,42
9) - CHISTÉ & CIA. LTDA.....	0,38
10) - DALLA SANTA & CIA. LTDA.....	0,36
11) - MARCON, PORTILAN & CIA. LTDA.....	0,34
	<u>27,18%</u>
b) - <u>INDÚSTRIA DE MATERIAIS PARA O TRANSPORTE E AUTO PEÇAS (CARROC. ÔNIBUS, ETC.)</u>	
1) - RANDON S/A. - IND. IMPLEMENTOS P/ O TRANSPORTE.....	6,47
2) - MARCOPOLO S/A. - CARROÇARIAS E ÔNIBUS.....	5,84
3) - MECÂNICA RODOVIÁRIA S/A.....	4,41
4) - FRANCISCO STEDILE S/A.....	3,30
5) - MADAL IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS LTDA.....	2,36
6) - MANUFATURA FURCARE S/A. - IND. CARROÇARIAS.....	1,59
7) - FIGOZZY, CIPOLLA S/A.....	0,62
	<u>24,50%</u>
c) - <u>INDÚSTRIA MADEIREIRA</u>	
1) - MADEIREIRA DE ZORZI S/A.....	4,09
2) - COOP. MADEIREIRA CAXIENSE LTDA.....	2,89
3) - INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA.....	2,78
4) - GETHAL S/A. - IND. DE MADEIRAS COMPENSADAS.....	2,63
5) - MADEIREIRA GERMANO PISANI S/A.....	2,25
6) - MADEIREIRA AQUILINO ZATTI LTDA.....	2,18
7) - MARCENARIA ANDRADE NEVES LTDA.....	0,36
8) - IND. DE ESQUADRIAS CHIES LTDA.....	0,32
	<u>17,50%</u>
d) - <u>INDÚSTRIA DE TECIDOS E CONFECÇÕES</u>	
1) - TECIDOS E ARTIFATOS KALIL SENNE S/A.....	4,82
2) - LANTIFICIO SÃO PEDRO S/A.....	2,64
3) - LANTIFICIO MATEO GIARELLA LTDA.....	0,71
4) - CONFECÇÕES ANGELINA SEMBEN LTDA.....	0,54
5) - MALHARIA PETERATTI S/A.....	0,45
6) - ESPEDITO S/A.....	0,43
7) - TECELAGEM MARISA S/A.....	0,36
8) - CONFECÇÕES SUL BRASILEIRAS LTDA.....	0,31
9) - TECELAGEM PANGERI LTDA.....	0,29
10) - MALHARIA SALATINO S/A.....	0,27
	<u>10,82%</u>
e) - <u>INDÚSTRIA VINÍCOLA E CERVEJEIRA</u>	
1) - COMPANHIA VINÍCOLA RIO GRANDIENSE - FILIAL.....	3,31
2) - CERVEJARIA FEROLA S/A.....	2,96
3) - E. MOSELE S/A.....	0,95
4) - LUIZ MICHELON S/A.....	0,82
5) - COOP. VINÍCOLA FERRUGEM LTDA.....	0,71
6) - VINHOS LUIZ ANTUNES S/A.....	0,97
7) - COOP. VINÍCOLA ALIANÇA LTDA.....	0,36
	<u>9,48%</u>
TOTAL dos 5 ramos acima citados.....	89,46
Outros ramos industriais.....	10,54
	<u>100,00%</u>

Fonte : Revista **Hierarquia Sócio-Econômica das Indústrias dos principais municípios da Encosta Superior da Serra**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, anual, jun.1972. CIC - Bento Gonçalves - RS.

ANEXO 9 - Registro de Indicação Geográfica: Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos- 2012



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA Nº **IG201008**

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI reconhece a denominação **VALE DOS VINHEDOS** como **INDICAÇÃO GEOGRÁFICA** para: **VINHOS E ESPUMANTES**, concedendo o seu registro para os fins e efeitos da proteção de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes termos:

Espécie da Indicação Geográfica: **DENOMINAÇÃO DE ORIGEM**

Apresentação: **NOMINATIVA**

Representação:

VALE DOS VINHEDOS

Natureza: **PRODUTO**

País: **BR**

Delimitação da Área Geográfica:

A área geográfica delimitada da região de Denominação de Origem Vale dos Vinhedos possui 72,45 km² e está localizada, aproximadamente, entre as latitudes 29°08' e 29°15' S e longitudes 51°30' e 51°39' WGr, sendo 61,07% no município de Bento Gonçalves, 33,49 % no município de Garibaldi e 5,44 % no município de Monte Belo do Sul. O limite da DOVV é a linha do divisor de águas do sistema de drenagem dendrítico de quarta (4ª) ordem com alta densidade ou textura fina, formado pelo Arroio Vale dos Vinhedos e pelo Arroio Leopoldina, de terceira ordem, que nascem nas áreas mais elevadas a sudeste da região, descrita a seguir: norte, na crista e patamar de vertente da Linha Eulália; seguindo para nordeste e leste, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Bento Gonçalves; seguindo para leste, na crista e patamar de vertente da Linha Tamandaré; seguindo para sul, nas cristas e patamares de vertente da cidade de Garibaldi e da Linha Garibaldina; seguindo para sudoeste e oeste, nas cristas e patamares de vertente da Linha Graciema e da Linha Leopoldina; seguindo pelo oeste, no patamar da cidade de Monte Belo do Sul; seguindo para noroeste, na crista e patamar de vertente da Linha Fernandes Lima; seguindo pelo noroeste o limite é a linha que marca a ruptura da paisagem, caracterizada pelo patamar do derrame com declividade de 45% em altitude igual ou superior a 400m, até encontrar a crista e patamar de vertente da Linha Eulália. Nesse setor, em situações geográficas específicas, a linha delimitatória seguiu o traçado da declividade imediatamente inferior, quando a declividade de 45% ocorria de forma descontínua e a cobertura do solo era de mata nativa contínua, e manteve na região delimitada a área agricultada contínua, seguindo a altitude imediatamente inferior a 400m e declividade inferior a 45%.

Data do Depósito: **16 DE AGOSTO DE 2010**

Data do Registro: **25 DE SETEMBRO DE 2012 - RPI 2177**

Requerente: **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS – APROVALE**

Endereço: **Estrada da Vinho S/N ou RS 444, Km 14,85 – Bento Gonçalves - RS**

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2012.

Breno Bello de Almeida Neves

Diretor de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

Jorge de Paula Costa Ávila

Presidente do INPI

FONTE: APROVALE .

ANEXO 10 - Entrega dos Condomínios no Vale dos Vinhedos

Entrega do primeiro condomínio fechado de terrenos

Lex Empreendimentos Imobiliários entregou áreas sociais do Condomínio Residencial Mirante do Vale



Fotos: Wagner Meneguzzi

No último dia 28, a direção da Lex Empreendimentos Imobiliários realizou a entrega das áreas sociais do Condomínio Residencial Mirante do Vale – primeiro condomínio fechado de terrenos da cidade – aos moradores e proprietários dos lotes do residencial.

O Mirante do Vale está localizado no bairro Floresta, em uma área total de 11 hectares, dos quais mais de cinco foram destinados à preservação ambiental. Conta com apenas 83 terrenos de áreas privativas a partir de 450 metros quadrados cada, de uso exclusivamente residencial. Em menos de três meses após o início das vendas do empreendimento, mais de 90% das áreas, já haviam sido comercializadas. “Cada condômino adquiriu, em média, dois lotes, o que resultará num total aproximado de 40 moradias, sendo que nove já estão em andamento”, comenta Ivo Siviero Filho.

Ele explica que a prefeitura de Bento Gonçalves autorizou a construção neste local privilegiado por se tratar de um final de linha, com ruas sem a possibilidade de prolongamento ou ligação viária. Os terrenos do Mirante do Vale foram harmonicamente distribuídos na parte mais alta da área, em alamedas de desenho orgânico, projetadas para permitir a perfeita insolação das construções, garantindo também aos moradores uma bela vista da paisagem do Vale dos Vinhedos. A vegetação nativa, integralmente mantida sob a forma de um cinturão verde, propicia a total integração com a natureza, embora o condomínio esteja próximo da área central da cidade.

Fonte: Jornal Serra Nossa (6 jul. 2012) - (Grifo nosso).

05 de junho de 2013 | Jornal Integração da Serra

Empresas & Cia | 05

Adolpho Schaffino

Lotes do Condomínio Parque dos Vinhedos serão entregues a partir do segundo semestre deste ano



Os lotes do Parque dos Vinhedos, condomínio de alto-padrão localizado no Vale dos Vinhedos, começam a ser entregues a um seleto grupo de proprietários a partir do segundo semestre de 2013. O empreendimento possui 105 lotes distribuídos por mais de 19 hectares. Entre as atrações e confortos do condomínio, estão de festas, quadras poliesportivas, áreas de lazer para crianças e adultos e um mirante com aproximadamente 15 metros de altura. Outro destaque do Parque dos Vinhedos é o Complexo da Praça das Araucárias, situado numa área com vista privilegiada. Grande parte da vegetação nativa foi preservada em áreas verdes, parques e circuitos de fitness. A infraestrutura do local também oferece um heliponto.

O condomínio ainda conta com ferramentas e regras para construções e condutas. A segurança é integrada, com fiscalização 24 horas em todo o

empreendimento. “Nós criamos um ideal de vida no Condomínio Parque dos Vinhedos. A estrutura é impecável. A urbanização e elementos de infraestrutura, como calçamento e áreas de circulação, são de primeira qualidade. O ideal ganha contornos mais visíveis, na ampla descrição de normas de utilização do solo e serviços internos, que, sem dúvida, farão da vida dentro do condomínio um privilégio”, destaca o diretor da Pontual Imóveis, Marcos Bertinato.



Fonte: Jornal Integração da Serra (5 jun. 2013, p.5).

ANEXO 11 – Modificações do Plano Diretor

SERRANÓSSA
Terça-feira, 10 de julho de 2013

DIA A DIA

3

DESENVOLVIMENTO URBANO

Um Plano Diretor retalhado nos bastidores

Após eliminadas as propostas prefetoriais, MP encoraja mudanças que tenham sido realizadas no governo anterior à margem da lei

UMA MÃO DÁ

É um processo complexo, iniciado há mais de dez anos, no qual se busca criar um plano diretor para a cidade de Serra. Desde 2002, quando foi criado o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (CMPU), a Prefeitura tem buscado, por meio de diversas propostas de Plano Diretor, estabelecer um novo plano diretor para a cidade. No entanto, em 2012, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano aprovou o Plano Diretor 2012-2020, que estabelece o plano diretor para a cidade de Serra. No entanto, em 2013, a Prefeitura anunciou a proposta de um novo plano diretor, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

Entre as mudanças, o novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

O plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

REFLEXÃO
O processo envolve um alto grau de complexidade e requer a participação de todos os setores da sociedade.



Mapa dos territórios em estudo submetido para o processo "Lei 01", para criação de um novo plano diretor para a cidade de Serra. (Foto: Divisão de Urbanismo)

Após o fim do processo de elaboração do plano diretor, a Prefeitura anunciou a proposta de um novo plano diretor, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

"TERMINAÇÃO DE UM PROCESSO"
O plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

que o processo seja obrigatório e pagar indenização. Foi o caso de um dos proprietários, que tentou que o plano fosse aprovado sem o pagamento de indenização. Mas isso não aconteceu, pois o plano foi aprovado com o pagamento de indenização.

Por fim, o plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

REVISÃO EM ANDAMENTO

O plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

O plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

O plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade. O novo plano diretor prevê a criação de uma nova legislação para a cidade, que prevê a criação de uma nova legislação para a cidade.

ANEXO 13 – Inquérito Civil do Ministério Público Estadual que analisa as modificações de áreas rurais para urbanas do Vale dos Vinhedos

PARA: Dr. Elcio Resmini Meneses
Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves

DE: André Huyer
Arquiteto

Inquérito Civil nº 00722.00069/2009

Investigado: Vale dos Vinhedos

Data da vistoria: 19 e 20 de agosto de 2011

ASSUNTO

Quesitos para serem avaliados.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com as atribuições definidas no provimento nº 68/2007, após vistoria e análise dos documentos anexados ao Ofício, emitimos este relatório.

2. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

2.1 Quesito 1: De acordo com a Lei Complementar nº 142, de 2 de outubro de 2009, qual o tipo de ocupação do solo é permitida.

Resposta:

A LC 142/2009 modifica o anexo 3 do plano diretor. No que interessa ao caso em estudo, a LC 142/2009 ilustra uma modificação no Vale dos Vinhedos, alterando parte de sua área rural, para área urbana, definindo o zoneamento da mesma como “ZR3”.

Considerando os artigos 44 a 46 do plano diretor, nesta área do Vale dos Vinhedos que passou a ser urbana, agora é permitida a ocupação desde residências unifamiliares até edifícios residenciais multifamiliares. Também é permitida a ocupação com indústrias, comércio, serviços, estabelecimentos de recreação, operações que gerem ruído e tráfego pesado. Quanto às dimensões, é permitido construir prédios de até dez

pavimentos de altura (31 metros) e pavilhões industriais. Da área de cada lote, pode ser ocupado horizontalmente 60% do mesmo (exemplo: em um terreno que tenha 1.000 m², 600 m² do mesmo podem ter sua superfície ocupada pelo prédio, enquanto que 400 m² devem ficar livres). Quanto a quantidade de metros quadrados que podem ser construídos, aplica-se o índice de aproveitamento 1,5 (supondo o mesmo hipotético terreno de 1.000 m², poderia ser construído um prédio com 1.500 m² de área computada, mais aproximadamente a mesma quantidade de área não computada – garagem, circulação, sacadas, etc. – o que poderá totalizar 3.000 m² de área construída). Ainda, de acordo com o artigo 156 do plano diretor, agora é permitido o parcelamento do solo, ou seja, fazer loteamentos, desmembramentos e parcelamento em geral, o que não é admitido em zona rural.

2.2 Quesito 2: Se tal ocupação é similar a outras inseridas no Vale do Vinhedos, denominadas de aglomerado multifuncional, previsto no parágrafo único do artigo 167 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 (Plano Diretor);

Resposta:

Não, a ocupação não é similar a dos aglomerados funcionais e multifuncionais. Por exemplo (artigo 239 do plano diretor), ao contrário da ZR3, nos aglomerados não são permitidas indústria I e II, mas somente indústrias ou artesanato de pequeno porte. Ainda, não há previsão de pavilhões para locação, comércio e serviços geradores de tráfego pesado ou de ruído.

Quanto às dimensões que as edificações possam vir a ter (anexo 13 do plano diretor), as alturas máximas nos aglomerados urbanos variam entre 8 e 12 metros (dois e quatro pavimentos), ou seja, muito inferior aos 31 metros da ZR3.

O índice de aproveitamento é limitado em 40% em geral, e em 50% e 70% no aglomerado funcional Suvalan. Também bem menos do que na ZR3, onde o índice de aproveitamento é 1,5 (150%).

Todos os aglomerados impõem recuos viários, que oscilam entre 8 e 15 metros, algo que não ocorre na ZR3. Nos aglomerados, as edificações

ainda sofrem diversas outras restrições, que não ocorrem na ZR3, como limites das áreas de base e proporção máxima.

O parcelamento do solo tem restrições nos aglomerados, sendo a área mínima definida como 5% do módulo regional para fracionamento e 12,5% do módulo regional para loteamentos (o módulo regional é definido pelo Ministério da Agricultura, e tem restrições também pelo INCRA e IPURB). Condomínios fechados, após a banda 1, devem ter área de lote mínima de 800 m². Enfim, condições muito distintas e muito mais restritivas do que as aplicadas para áreas urbanas, especialmente ZR3.

2.3 Quesito 3: Se o zoneamento/tipo de ocupação do solo estabelecido pela Lei Complementar nº 142, de 02 de outubro de 2009, interfere na linha do horizonte e nas demais proteções estabelecidas pelo artigo 165 da Lei Complementar nº 103, de 16 de outubro de 2006 (Plano Diretor);

Resposta:

O zoneamento/tipo de ocupação do solo estabelecido pela LC 142/2009 poderá interferir na linha do horizonte e demais proteções estabelecidas pelo artigo 165 da LC 103/2006 (Plano diretor), em alguns locais da área em exame. Conforme visto no quesito 1 (item 2.1 acima), serão permitidos prédios de até dez pavimentos, que em alguns casos poderão interferir com a linha do horizonte, mesmo prédios mais baixos. Ainda, em alguns locais da área transformada em urbana, qualquer edificação ou parcelamento do solo somente será possível com a supressão de videiras, o que também contraria o artigo 165 do plano diretor.

Por outro lado, caso o artigo 165 do plano diretor permaneça em vigor, os empreendimentos pretendidos para a área em exame, deverão atender suas exigências. Logo, em tese, mesmo que permitidos por ser ZR3, não poderiam ser licenciados pelo artigo 165 do plano diretor.

2.4 Quesito 4: De acordo com Plano Diretor e Lei Complementar nº 142, de 02 de outubro de 2009, acerca da Proteção ao Vale dos Vinhedos, qual zona de uso do solo melhor se aplicaria ao fato em análise (artigo 24 da LC nº 103, de 26 de outubro de 2006);

Resposta:

A zona de uso do solo que melhor se aplicaria seria a que foi suprimida, ou seja, a zona de uso rural do Vale dos Vinhedos. Considerando o Vale dos Vinhedos como um todo, como uma área com Indicação de Procedência – reconhecida pelo Mercado Comum Europeu –, e que em planejamento urbano as áreas/zonas não devem ser consideradas isoladamente (pois sempre há interação entre elas), a modificação da parte do Vale dos Vinhedos para zona urbana ocasionará a fragmentação da mesma. Reforça esta ponderação o fato de os condicionantes urbanísticos que foram definidos para esta zona serem absolutamente de maior impacto que os dos aglomerados funcionais e multifuncionais do próprio Vale dos Vinhedos.

No exame da legislação anterior (plano diretor de 2006) pode ser constatado que houve uma visão de conjunto na concepção da mesma. Assim, o Vale dos Vinhedos é tratado como zona rural, mas para não ficar engessado, as pré-existências recebem tratamento especial – os aglomerados funcionais e multifuncionais. Entre o Vale dos Vinhedos e a cidade, urbana propriamente dita, o plano diretor concebeu uma muito adequada zona de transição, que é a “Zona Urbana de Preservação Paisagem do Vale dos Vinhedos” (artigo 24). Esta é uma delimitação que é boa tanto para a zona rural, como para a zona urbana. Pois assim como atividades urbanas prejudicam os objetivos do Vale dos Vinhedos (produção agrícola, turismo, etc.), devido à poluição sonora e industrial e tráfego de veículos, por exemplo, a recíproca também ocorre. As atividades urbanas, especialmente a habitação, também são incomodadas por atividades rurais. Tanto é que, em geral, várias atividades rurais são absolutamente proibidas em zonas urbanas. Exemplos destas são galinheiros, criação de porcos ou cavalos, compostagem de resíduos vegetais etc.

Portanto, uma vez que foi decidido transformar em urbana parte das áreas do Vale dos Vinhedos, o mais adequado seria que o regime urbanístico da mesma fosse o que já está previsto no plano diretor: Artigo 24, XVI - Zona Urbana de Preservação Paisagem do Vale dos Vinhedos.

2.5 Quesito 5: Se o Vale dos Vinhedos tem qualquer característica de urbanização consolidada no seu espaço e, caso exista, se a situação em análise se integra ao conjunto urbanístico, arquitetônico, histórico no Vale dos Vinhedos;

Resposta:

O Vale dos Vinhedos tem características de urbanização consolidadas, pontuais, que são os aglomerados funcionais e multifuncionais. Já a situação em análise – a área rural transformada em urbana e ZR3 – não se integra de maneira alguma a estes conjuntos. Saliente-se que a situação em análise ainda tem características de rural, sem qualquer urbanização, exceto por pequeno trecho junto as ruas Nilo J. Carrão e Maximo Tranquilo.

2.6 Quesito 6: Se a alteração do perímetro rural para urbano, conforme Lei Complementar nº 142, de 2 de outubro de 2009, que fixa novo zoneamento para o Vale dos Vinhedos, interfere no processo histórico para a preservação da identidade, vocação e potencial turístico do local, conforme definição do Plano Diretor;

Resposta:

Absolutamente. Irá degradar a identidade, vocação e potencial turístico do local.

2.7 Quesito 7: Outras considerações pertinentes à situação em análise;

Resposta:

Ampliar a zona urbana de uma cidade se justifica em um caso: quando a cidade está crescendo e necessita de mais áreas para urbanização. Talvez Bento Gonçalves até esteja crescendo e necessitando ampliar sua área urbana, o que não será examinado aqui. Porém, caso esta premissa seja verdadeira, existem outras áreas rurais que deverão ser urbanizadas antes do Vale dos Vinhedos. Seja porque não tem os atributos, vocação, potencial turístico e identidade do Vale dos Vinhedos, seja porque estão mais próximas da área urbana do que o Vale dos Vinhedos. Ainda neste sentido, seria mais apropriado – caso houvesse a imperiosa necessidade de ampliar a área urbana da cidade – antes de transformar em urbana uma

parte do Vale dos Vinhedos, o fazer com a “Zona Urbana de Preservação Paisagem do Vale dos Vinhedos”. Nem esta deveria ser utilizada para isto, pois ainda há outras áreas urbanas subaproveitadas para serem urbanizadas primeiro.

Não é só. O exame do local mostra uma realidade diferente da mostrada nos mapas. Enquanto que numa leitura superficial dos mapas, a zona alterada para urbana parece estar contígua a zona urbana da cidade, a realidade é diferente. Exceto por uma pequena área – vizinha a rua Nilo J. Carraro – o restante não tem ligação direta com a zona urbana de Bento Gonçalves. A parte mais ao sul somente pode ser acessada através do próprio Vale dos Vinhedos, ou seja, por zona rural. A alegação de fazer um loteamento na extensão das ruas Mauri Alcides Scussel e Luiz Pedro de Marco não procede. Elas não podem ser prolongadas, pois as extremidades delas terminam em uma APP (Área de Preservação Permanente), somada a íngreme desnível. Lindeira a esta área, ao norte, a próxima área é da Embrapa, entidade governamental, que não pode ser utilizada por particulares para dela se servirem como via de acesso. Prosseguindo ao norte, há mais uma APP (Área de Preservação Permanente), caracterizada pela presença de densa mata, curso d’água e sua margens e topografia íngreme. Finalmente temos a área próxima as ruas Nilo J. Carraro e Máximo Tranquilo, que estas sim, são urbanas consolidadas, inseridas na malha viárias urbana. O último trecho da área transformada em urbana também não tem características para justificar esta modificação, uma vez que se trata de íngremes encostas cultivadas com videiras.

Portanto, considerando o artigo 165 do plano diretor de Bento Gonçalves, o código florestal e a lei de loteamentos (6766/1979), quase a totalidade da área transformada em urbana, não poderá ser urbanizada, uma vez que sede de viticultura, de APPs (Áreas de Preservação Permanente), ou de condições urbanísticas inapropriadas (encostas com caimentos acentuados), além da questão preservação da linha do horizonte, que demanda estudo caso a caso.

Por fim, outra consideração, é que diz respeito a infraestrutura urbana. Exceto pela área citada anteriormente, que é a vizinhança das ruas Nilo J.

Carraro e Máximo Tranqüilo, as demais não tem disponibilidade de serviços de infraestrutura urbana, como água encanada, energia elétrica e esgoto cloacal. Não parece que seja racional interligar a infraestrutura da cidade com a destas zonas. Até mesmo a acessibilidade a algumas áreas desta zona é muito difícil, devendo passar pela zona rural do Vale dos Vinhedos para ser efetivada. E isto inclui, além do acesso viário dos eventuais futuros moradores e usuários, os serviços públicos de coleta de lixo, transporte coletivo, correios, etc.

Enfim, do ponto de vista técnico, de planejamento urbano, não se vislumbra qualquer aspecto que justifique a transformação da área em exame, de rural para urbana. Menos ainda, a adoção do regime ZR3.

Última consideração, é que em alguns mapas a zona modificada tem seu limite, ao sul, junto ao arroio, e em outros animais, junto a via Trento. Questão que deveria ser esclarecida pelas autoridades competentes.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2011.

André Hoyer – Arquiteto e Urbanista – CREA-RS 53.787
Especialista em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
Mestre em Planejamento Urbano e Regional

ANEXO 14 - Referência crítica da preservação somente das fachadas

REFERÊNCIA CRÍTICA DA PRESERVAÇÃO DE FACHADAS



ANEXO 14 - Referência crítica da preservação somente das fachadas (continuação)

Preservar ou modernizar

Conservar fachadas das antigas construções é alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas

O apelo do antigo é forte e a reação do que resta da construção antiga em terras históricas parece ser a preservação e a restauração. A impressão que se tem é de que toda a cidade está desafiada para dar lugar a prédios e mais prédios. Entretanto, as construções das transformações que a progressão propõem, alguns casos antigos estão sendo preservados em Bento Gonçalves, possibilitando a construção e o passado e o presente. Apesar de ser difícil, a política tem algumas consequências negativas para o desenvolvimento urbano. Uma delas é a respeito ao espaço.

No mundo não o segundo Manuel Damasceno, atual presidente da Comissão Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Cupat), quem após sua passagem a fachada da construção antiga consegue benefícios que um conjunto de prédios antigos não pagam. "É um grande projeto por isso o Plano Diretor" explica. Para isso a fachada em a construção antiga, as ruas antigas devem estar preservadas com o restante da cidade. "É um instrumento que os cidadãos podem fazer e a preservação que tem sempre o objetivo de não perder a identidade da cidade. Um espaço urbano, como no prédio de vários prédios.

RUÍNAS

Para a preservação das fachadas antigas, o espaço para a cidade é limitado por sua estrutura e organização. Com a preservação das fachadas antigas, a cidade mantém o caráter histórico, com uma

aparência única? Segundo o presidente Manuel Damasceno, a preservação da fachada antiga é importante para a identidade da cidade. "É a história da cidade", afirma o presidente da Comissão Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, Manuel Damasceno.



CONSTRUÇÕES PRESERVADAS

Em Bento Gonçalves, a fachada antiga, a preservação das fachadas antigas é uma alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas. A legislação é mais em favor de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica.

Preservar as fachadas antigas é uma alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas. A legislação é mais em favor de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica.

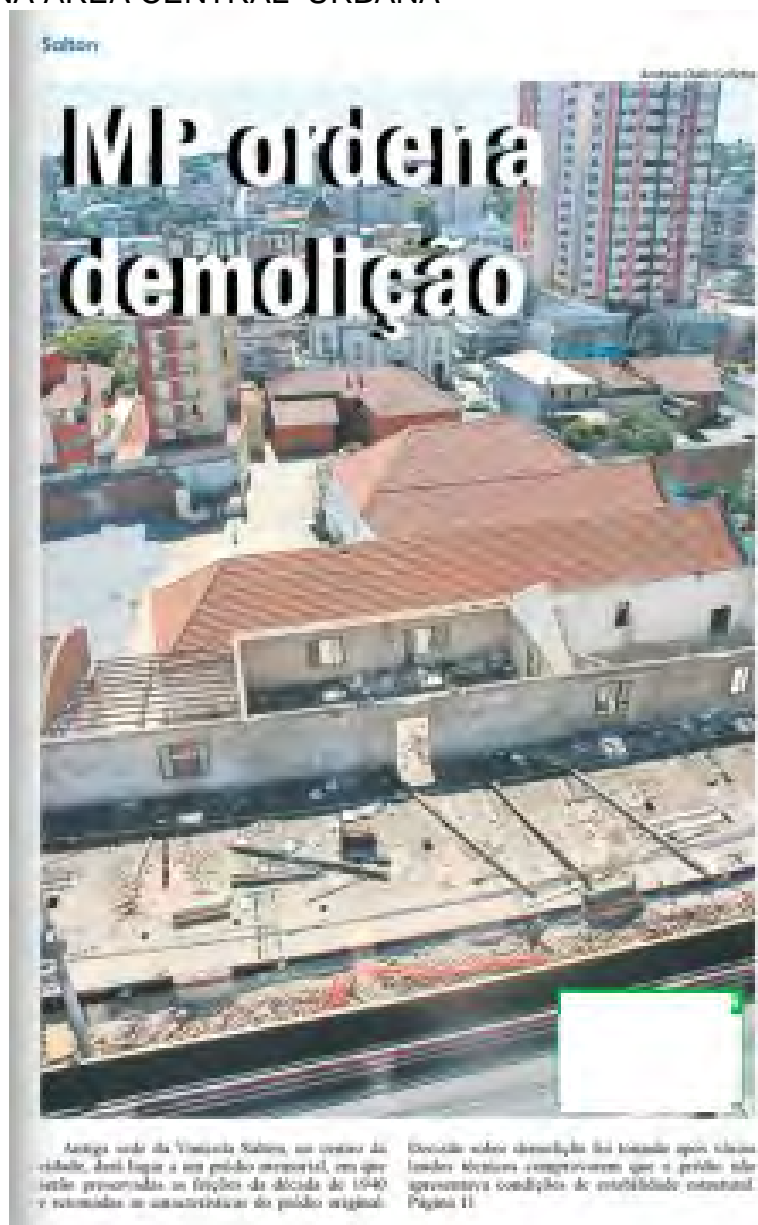
Preservar as fachadas antigas é uma alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas. A legislação é mais em favor de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica.

Preservar as fachadas antigas é uma alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas. A legislação é mais em favor de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica.

Investir
A preservação das fachadas antigas é uma alternativa para manter o patrimônio histórico, mas pode trazer problemas em relação a ruínas. A legislação é mais em favor de preservação, mas não há uma lei específica. A cidade tem uma política de preservação, mas não há uma lei específica.

ANEXO 14 - Referência crítica da preservação somente das fachadas (continuação)

DEMOLIÇÃO NA ÁREA CENTRAL URBANA



Jornal **Serra Nossa**, ed.334, 18 nov. 2011 – Edição semanal de Bento Gonçalves.
Disponível em: <<http://www.serranossa.com.br>>. Acesso em: jul. 2013.

Referência à ordem de demolição de uma das primeiras edificações da Vinícola Salton. Localizada no centro da área urbana de Bento Gonçalves, construída há mais de 100 anos. Sua demolição foi executada em 2011, e até os dias atuais a nova obra de reconstrução não foi executada.

ANEXO 15 – Aglomerados urbanos do Vale dos Vinhedos, permissíveis para a construção de condomínios



Nos Aglomerados do Vale dos Vinhedos de Bento Gonçalves, delimitada pela linha marrom, o Plano Diretor 2006 permite a construção de condomínios residenciais. Os novos podem se localizar ao lado dos existentes, pois não há delimitação de distância no Plano Diretor.

Fonte : Plano Diretor de Bento Gonçalves. Editado pela autora.